PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Diego Vales Deslandes Ferreira

# AS NOVAS FRONTEIRAS DA CIDADE:

negociações e confrontos na formação das ocupações informais por moradia na Região do Barreiro, Belo Horizonte

Belo Horizonte
2019

Diego Vales Deslandes Ferreira

# AS NOVAS FRONTEIRAS DA CIDADE:

negociações e confrontos na formação das ocupações informais por moradia na Região do Barreiro, Belo Horizonte

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Gonzaga Jayme

Coorientadora: Prof. Dra. Ana Marcela Ardila Pinto

Belo Horizonte

2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Ferreira, Diego Vales Deslandes
F383n As novas fronteiras da cidade: negociações e confrontos na formação das ocupações informais por moradia na Região do Barreiro, Belo Horizonte / Diego Vales Deslandes Ferreira. Belo Horizonte, 2019.
272 f.: il.

Orientadora: Juliana Gonzaga Jayme
Coorientadora: Ana Marcela Ardila Pinto

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Cidades e vilas - Belo Horizonte (MG). 2. Assentamentos humanos. 3. Posse da terra. 4. Movimentos sociais. 5. Estratégia. 6. Tática. I. Jayme, Juliana Gonzaga. II. Pinto, Ana Marcela Ardila. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.

CDU: 333.32

SIB PUC MINAS

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

Diego Vales Deslandes Ferreira

**AS NOVAS FRONTEIRAS DA CIDADE:**

negociações e confrontos na formação das ocupações informais por moradia na Região do Barreiro, Belo Horizonte

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Profa. Dra. Juliana Gonzaga Jayme (Orientadora) - PUC Minas

Profa. Dra. Ana Marcela Ardila Pinto (Coorientadora) - UFMG

Profa. Dra. Jupira Gomes de Mendonça - UFMG (Banca Examinadora)

Profa. Dra. Luciana Teixeira de Andrade - PUC Minas (Banca Examinadora)

Profa. Dra. Maria Carolina Tomás - PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2019.

Àqueles que doaram um pouco de suas vidas
para que eu desse continuidade à minha.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão das bolsas do Doutorado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, pelos bons debates em sala de aula através dos quais devo grande parte da minha formação complementar de cientista social e pesquisador.

À Profa. Dra. Juliana Gonzaga Jayme, por quem tenho profundo respeito, pelas orientações de texto, pela colaboração na organização do tema e da pesquisa de campo. Em especial pela mediação objetiva e pacificadora que teve entre mim e a tese, para que enfim, o trabalho fosse concluído. Sua postura me estimula a não prescindir do papel motivador que o professor sempre terá na vida dos estudantes.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas pela atenção disponibilizada.

À minha coorientadora, Profa. Dra. Ana Marcela Ardila Pinto, que prontamente aceitou o meu pedido de orientação. Sua análise da realidade e suas problematizações a respeito das minhas fontes e da minha relação com o objeto de pesquisa foram de total relevância para que eu me colocasse como pesquisador diante de um ambiente tão familiar e ao mesmo tempo tão movediço para a realização da pesquisa.

A todos os residentes das Ocupações Paulo Freire e Nelson Mandela, por me auxiliar voluntariamente nos primeiros contatos com os assentamentos da região do Barreiro.

Aos residentes das Ocupações Vila Corumbiara (agora Bairro Vila Corumbiara) e Eliana Silva pela afetiva recepção e pela disponibilidade em colaborar com a pesquisa.

Aos meus queridos pais, Edson e Maura, sempre honrarei o lugar de vocês em minha vida, e aos meus irmãos.

Aos meus sogros, Tavares e Mariinha, por tamanha colaboração no período da escrita desta tese.

Ao meu querido afilhado Francisco, que agora não precisará mais perguntar angustiado: “Didi, hoje você pode brincar comigo ou vai ter que escrever aquele negócio”?

À Talita, esposa e companheira. Obrigado por suportar o peso das minhas angústias e por me ajudar a não desistir da tese.

À Maria, minha filha. Se o termo “alma” sugere aquilo que anima o ser, você foi o sopro que me animou a seguir em frente.

"*A terra produzirá espinhos e ervas daninhas, e tu terás de comer das plantas do campo. Com o suor do teu rosto comerás o teu pão [...]*." (Gênesis, 3, 18-19).

## RESUMO

O objetivo desta tese foi analisar como as diversas práticas de apropriação e uso do solo operadas por agentes de Ocupações irregulares na região do Barreiro, em Belo Horizonte, Minas Gerais (a partir do caso das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva) permitiram a construção de mecanismos de negociação e de enfrentamento com agentes coletivos no acesso à moradia e aos equipamentos da cidade. Foram investigados práticas e valores que permearam a organização social das Ocupações, partindo da perspectiva dos nativos em relação às suas ações, significados, demandas, representações. Para tanto, foi utilizado o método etnográfico e instrumentos qualitativos de pesquisa, especificamente a observação participante, a entrevista e a análise documental. Os resultados alcançados apontam para o fato de que a Ocupações informais por moradia revelam formas diferentes de habitar a cidade, ressignificando as maneiras de ser e estar nos espaços urbanos, ora assimilando, ora se distanciando de suas coordenadas formais. Esta experiência de inserção é possível pela relação entre as trajetórias afetivas, de trabalho e de habitação de cada indivíduo e os vínculos criados entre si nos assentamentos. As Ocupações, portanto, expressam maneiras múltiplas de se produzir cartografias, situações, sem serem espaços isolados do ponto de vista físico e simbólico.



Palavras-chave: Ocupações. Produção informal de moradia. Táticas. Estratégias.

**ABSTRACT**

This research outlines on the analyze how the diverse practices of appropriation and soil use by irregular occupations agents in the Barreiro region, Belo Horizonte, Minas Gerais (highlighted Vila Corumbiara and Eliana Silva occupations) allowed the construction of the negotiation and confrontation mechanisms with collective agents in the access to home and city equipment. Investigating practices and values that permeated the Occupations social organization, from the native's perspective in relation to their actions, meanings, demands, representations. The data was collected by using ethnographic method and research qualitative instruments, specifically participatory observation, interview and documentary analysis. The results show that the informal occupations by home reveal different ways to inhabit city, resignifying the ways to be in urban spaces, in some times assimilating and in others distancing themselves from their formal coordinates. This insertion experience is possible through the relationship between the affective, work and home trajectories of each individual and the links created among them in the settlements. The occupations, therefore, express multiple ways of producing cartographies, situations, without to be isolated spaces in the point of view physical and symbolic.

Keywords: Occupations. Home informal production. Tactics. Strategy.

## LISTA DE FIGURAS


Figura 1 - Estrutura com Tapumes Ocupação Eliana Silva 2015 ..... 97
Figura 2 - Ocupações ..... 103
Figura 3 - Vila Corumbiara em 2009 ..... 109
Figura 4 - Localização da ocupação Eliana Silva I e II ..... 110
Figura 5 - Estruturas de Alvenaria e a Morfologia da Fixação da Ocupação Eliana Silva ..... 125
Figura 6 - Terreno da Vila Corumbiara Após Três Meses da Ocupação ..... 135
Figura 7 - Assembleia Geral na Vila Corumbiara 1998 ..... 154
Figura 8 - Organização da Assembleia Geral na Vila Corumbiara 1998 ..... 154
Figura 9 - Início da Construção da Casa de Alvenaria da Jurema 1998 ..... 170
Figura 10 - Creche da Ocupação Eliana Silva 2014 ..... 183
Figura 11 - Interior da Creche da Ocupação Eliana Silva 2014 ..... 184
Figura 12 - Manifestação das Mulheres da Vila Corumbiara no dia Internacional da Mulher 1997 ..... 209
Figura 13 - Projeto Formal da Ocupação Eliana Silva ..... 229
Figura 14 - Festa Junina da Vila Corumbiara 2000 ..... 237
Figura 15 - Time de Futebol da Vila Corumbiara 1999 ..... 237
Figura 16 - Festa do Dia das Crianças Ocupação Eliana Silva 2014 ..... 238

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos Entrevistados ..... 42

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| AEIS | Áreas Especiais de Interesse Social |
| AMABEL | Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte |
| ATHIS | Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento |
| BNH | Banco Nacional de Habitação |
| CDI | Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais |
| CEF | Caixa Econômica Federal |
| CEFET MG | Centro Federal de Ensino Tecnológico de Minas Gerais |
| CEMIG | Companhia Energética de Minas Gerais |
| CEP | Código de Endereçamento Postal |
| CEURB | Centro de Estudos Urbanos |
| CHISBEL | Coordenação de Habitação de Interesse Social do Município de Belo Horizonte |
| CINVA | Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento Urbano |
| CMH | Conselho Municipal de Habitação |
| CODEMIG | Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais |
| COHAB | Companhia de Habitação |
| COMOPOM | Cooperativa do Movimento Popular |
| COPASA | Companhia de Saneamento de Minas Gerais |
| CORREIOS | Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos |
| DBP | Departamento de Bairros Populares |
| DPLs | Políticas Governamentais de Desenvolvimento |
| FAMOBH | Federação das Associações de Moradores de Bairros e Favelas de Belo Horizonte |
| FAR | Fundo de Arrendamento Residencial |
| FCP | Fundação da Casa Popular |
| FGTS | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço |
| FJP | Fundação João Pinheiro |
| FLP | Frente de Luta Popular |
| FMHP | Fundo Municipal de Habitação Popular |
| FNHIS | Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social |

| | |
|---|---|
| GR | Grupo de Referência |
| IAP | Institutos de Aposentadoria e Pensão |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBH | Instituto Brasileiro de Habitação |
| IPTU | Imposto Predial e Territorial Urbano |
| LOP | Liga Operária |
| LPM | Luta Popular por Moradia |
| MLB | Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas |
| OGU | Orçamento Geral da União |
| ONG | Organização não Governamental |
| OP | Orçamento participativo |
| OPH | Orçamento participativo de Habitação |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| PAIH | Plano de Ação Imediata para Habitação |
| PC do B | Partido Comunista do Brasil |
| PCR | Partido Comunista Revolucionário |
| PGE | Plano Global Específico |
| PHM | Política Habitacional do Município |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PLHIS | Plano Local de Habitação de Interesse Social |
| PMCMV | Programa Minha Casa Minha Vida |
| PMH | Política Municipal de Habitação |
| PREZEIS | Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social |
| PRODECOM | Programa de Desenvolvimento de Comunidades |
| PROFAVELA | Plano Municipal de Regularização de Favelas |
| PROFILURB | Programa de Lotes Urbanizados |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PUC Minas | Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais |
| RMBH | Região Metropolitana de Belo Horizonte |
| SAJ | Serviço de Atendimento Jurídico |
| SBPE | Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo |
| SE | Setor Especial |
| SFH | Sistema Financeiro de Habitação |
| SHF | Sociedade Hipotecária Federal |

| | |
|---|---|
| SHNIS | Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social |
| SMAHAB | Secretaria Municipal Adjunta de Habitação |
| SMARU | Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana |
| SMH | Sistema Municipal de Habitação |
| TVAP | Tanque de Evapotranspiração |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UH | Unidades Habitacionais |
| UMEI | Unidade Municipal de Educação Infantil |
| UMPE | União dos Movimentos Populares Independentes |
| UN-HABITAT | Programa das Nações Unidas para Assentamentos humanos |
| UPA | Unidade de Pronto Atendimento |
| UPMs | Unidades de Planejamento Municipal |
| URBEL | Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte |
| YPF | Yacimientos Petrolíferos Fiscales |
| ZE | Zona Especial |
| ZEIS | Zonas Especiais de Interesse Social |
| ZPAM | Zona de Preservação Ambiental |

**SUMÁRIO**


**1 INTRODUÇÃO ..... 31**

**1.1 Notas metodológicas ..... 38**

**2 O DILEMA DO ACESSO À MORADIA: UM DIÁLOGO ENTRE O BRASIL E AS AMÉRICAS ..... 51**

**2.1 Um panorama sobre a urbanização e a posse da terra nas Américas: a questão do déficit de moradia ..... 51**

**2.2 Processos formais de produção de moradia: um panorama de práticas e sentidos dos fins do século XIX até os anos 1990 ..... 54**

**2.3 Políticas habitacionais e os processos de regularização nos anos 1990 e 2000 nas Américas: novas práticas e significados sobre a moradia? ..... 67**

*2.3.1 A emergência da atuação das agências internacionais nas políticas habitacionais e nos processos de regularização fundiária ..... 77*

*2.3.2 Debates sobre a produção de moradia e os usos da terra urbana ..... 82*

**2.3.2.1 Sobre as práticas da inciativa privada nas políticas de habitação ..... 82**

**2.3.2.2 Possibilidades e alternativas de produção de moradia ..... 86**

**2.3.2.3 Os dispositivos institucionais sobre o uso da terra urbana ..... 90**

**2.3.2.4 Sobre as condições de informalidade nos assentamentos irregulares ..... 92**

**2.4 Um traçado histórico sobre as Ocupações de moradia em Belo Horizonte ... 99**

*2.4.1 As ocupações de moradia no Barreiro: os processos de formação da Vila Corumbiara e da Eliana Silva ..... 107*

**3 UM TERRENO, VÁRIAS CONCEPÇÕES DE MUNDO: AS MOBILIDADES, AS FIXAÇÕES E OS VARIADOS SIGNIFICADOS DE MORADIA PARA OS MORADORES DAS OCUPAÇÕES VILA CORUMBIARA E ELIANA SILVA ..... 111**

**3.1 "Aqui não vai dar para mim não, vou sumir": trajetórias de moradia e mobilidades" ..... 111**

*3.1.1 "Serviço tem que pegar onde tiver": o papel do trabalho nas trajetórias de moradia e nas mobilidades das "gentes sem casa" (é possível colocar esta nota em outro ponto do texto, no título não é adequado) ..... 111*

*3.1.2 "E a gente vai atrás das coisinhas boas da vida, né?": o papel dos vínculos familiares e matrimoniais nas trajetórias de moradia e nas mobilidades das "gentes sem casa"* ..... *120*

**3.2 "Chega de viver como um trapo": os sentidos de moradia e as justificativas do direito à habitação sob a ótica dos ocupantes** ..... **126**

*3.2.1 "Você só é feliz no que é seu": experiências com o aluguel e com o "morar de favor"* ..... *126*

*3.2.2 "Quero um cantinho só meu": precariedades das residências e a busca pela posse como garantia da conquista: mobilidade como regra, fixação como projeto de vida* ..... *130*

*3.2.3 "Tudo na minha vida é luta e sofrimento": sacrifícios e planejamentos até a conquista da casa própria* ..... *133*

**3.3 "Aí eu senti que era um deles": a reinvenção do pertencimento entre moradores das Ocupações - os estabelecidos** ..... **139**

*3.3.1 A memória dos estabelecidos: falar do passado para reconstruir o presente* ..... *147*

**4 MECANISMOS DE INSERÇÃO NA CIDADE E OCUPAÇÕES INFORMAIS DE MORADIA: MOBILIZAÇÕES E SOCIABILIDADES...** **151**

**4.1 Táticas, redes e estratégia: a lógica da disputa e da negociação** ..... **151**

*4.1.1 "Se não tiver outro jeito, vai na força": práticas e dispositivos informais para requisição de recursos da cidade* ..... *151*

*4.1.2 Entre "gatos" e "vaquinhas": as táticas nativas em busca de acesso forçado aos bens públicos urbanos* ..... *165*

*4.1.3 "Pra ficar tinha que construir, não é pra isso que a gente entrou aqui?" O modus operandi para ter a casa própria nas Ocupações* ..... *169*

**4.2 "Somos pobres, mas queremos coisa boa": práticas e dispositivos formais para fazer parte da cidade** ..... **176**

**5 O EXERCÍCIO DO PODER NAS OCUPAÇÕES E A LUTA CONTRA O PODER INSTITUÍDO: AS REGRAS DE CIVILIDADE, A LÓGICA DA GESTÃO COLETIVA E O IDEAL DO "ESPÍRITO COLETIVO"** ..... **195**

**5.1 Entre a "viração" e o controle: o processo civilizador nas Ocupações** ..... **195**

**5.2 "Tudo era feito no coletivo, todo mundo igual": a lógica da gestão coletiva** . **215**

*5.2.1 O caso da divisão dos terrenos e a lógica do individualismo sobre o igualitarismo ..... 223*
*5.2.2 O fim da estrutura de poder na Ocupação Vila Corumbiara: resistência e lacunas..... 232*
**5.3 A ação coletiva e o ideal comunitário: quem somos nós? ..... 235**
*5.3.1 O desdobramento do projeto civilizatório na constituição de um nós: classificações sociais entre os pobres..... 240*

**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 251**

**REFERÊNCIAS ..... 257**

**APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista ..... 267**

# 1 INTRODUÇÃO

Os desequilíbrios nos centros urbanos brasileiros durante o século XX impulsionaram a formulação de propostas interventivas de redistribuição e de regularização fundiária por parte do poder público e de organizações da sociedade civil, trazendo à tona o confronto entre o direito à propriedade privada e o direito à moradia. Apesar dos mecanismos de política urbana criados para o redirecionamento de práticas de produção do espaço, o quadro de informalidade, no que toca à formação de moradias pelos mais pobres, acentuou-se e o padrão de urbanização do país revela um grande número de pessoas que ainda vive em desacordo com normas urbanísticas vigentes.

Mesmo com a determinação constitucional brasileira[1] de que toda propriedade urbana deve cumprir a sua função social, o censo demográfico de 2010 apontava para um déficit habitacional de 6,490 milhões de unidades, o correspondente a 12,1% dos domicílios no Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Em 2012, o déficit habitacional nacional estimado correspondia a 5,430 milhões de domicílios, dos quais 4,664 milhões, ou 85,9%, estavam localizados nas áreas urbanas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015) - 38,8% do déficit se encontrava na região Sudeste, o que correspondia a 2,108 milhões de unidades.

A periferização em diversos pontos das cidades pelas pessoas de baixa renda vem acentuando o surgimento de áreas urbanas informais, fato que fica mais grave pelas dificuldades de acesso e pelas deficiências legais dos processos de regularização fundiária. O acesso da população pobre à habitação é ainda predominantemente originário do auto-empreendimento, ou seja, habitações com baixo padrão de qualidade e de custo produzidas por "setor não estruturado[2]" e sem assistência do poder público. Neste bojo de práticas em busca da moradia, da regularização fundiária e dos recursos da cidade, identifica-se nas últimas duas décadas a emersão de agrupamentos urbanos caracterizados pela tomada da posse de terrenos públicos ou privados de forma extralegal, mas com o fim de torná-los racionalmente integrados à cidade, e cuja formação é orquestrada pelos futuros moradores junto a movimentos sociais. Chamadas por moradores e militantes de "Ocupações"[3], esse tipo

---

1 Artigo 5º, incisos XXII e XXIII, e no artigo 6º (BRASIL, 1988).

2 Segundo o Banco Mundial, representa o setor do mercado imobiliário que inclui as habitações não autorizadas, as ocupações ilegais e os assentamentos informais. Ver mais em Motta (2004, p. 127-156).

3 Grafei "Ocupação" para me referir ao território inventado pelos ocupantes ao longo do processo de ocupação, levando em conta os sentidos dados pelos nativos ao espaço e os vínculos criados internamente para mantê-lo em funcionamento. Por outro lado, grafei "ocupação" para falar da complexa ação política constituída para ocupar um terreno.

de produção informal de moradia assenta famílias de baixa renda por ações organizadas que visam situação fundiária regular e investimentos estatais em infraestrutura por meio da lógica do "fazer política habitacional com as próprias mãos" (DELECAVE; LEITÃO, 2012, 59).

Segundo a Fundação João Pinheiro (2015), em Minas Gerais, os valores absolutos do déficit habitacional chegam a 482 mil moradias (7,3%) e 136 mil na Região Metropolitana de Belo Horizonte, concentrando-se na faixa de pessoas com rendimentos até três salários mínimos. Em Belo Horizonte, o déficit habitacional aproxima-se de 62 mil imóveis. Isso, somado aos municípios da Região Metropolitana, eleva-se para 115 mil moradias, enquanto as áreas ociosas passíveis de destinação para a habitação de interesse social são 1,31 vezes maiores que a demanda (PLHIS, 2010). O Brasil ainda possui 7,551 milhões de imóveis vagos, sendo considerados os 6,189 milhões em condições de serem ocupados, os em construção ou reforma e os 353 mil em ruínas. Excetuando-se estes últimos, os demais constituem o estoque do mercado, uma vez que representam as unidades prontas e aquelas com potencial para serem habitadas no futuro próximo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015).

Nos últimos trinta anos, a região do Barreiro em Belo Horizonte vem apresentando um quadro de significativa relevância histórica para discussões a respeito do problema da moradia em Minas Gerais e no Brasil, sendo palco de dezenas de processos de produção informal de moradia em forma de assentamentos numerosos que originaram vilas, favelas4, bairros, ou aglomerações posteriormente agregadas a eles. Tal processo se tornou mais agudo nos anos 1990 e dele surgiram Ocupações como Vila Corumbiara, Vitória da Conquista, Buraco Doce, Rocinha, Camilo Torres, Irmã Dorothy 1 e 2, Corumbiara 2, Horta, Eliana Silva, Olaria, Nelson Mandela. Das Ocupações apoiadas ou lideradas por movimentos sociais, a primeira a ser registrada foi Vila Corumbiara, em 1996, considerada por militantes do Movimento de Luta nos Bairros, vilas e favelas (MLB) como o "berço" das Ocupações no Barreiro, pelo fato de ser tratada como a primeira Ocupação organizada com grande contingente de pessoas na região. Em 2008, formou-se a Ocupação Camilo Torres, em 2009, a Ocupação Irmã Dorothy e em 2012, a Ocupação Eliana Silva, ambas organizadas a partir dos constantes debates realizados pelo Fórum de Moradia do Barreiro.

As Ocupações Camilo Torres, Irmã Dorothy, Eliana Silva e Nelson Mandela se

---

4 Segundo informações de William (o nome deste informante, assim como de todos aqueles que colaboraram com a pesquisa, é fictício), membro da Coordenação Nacional do MLB (Movimento de Luta nos Bairros, vilas e favelas) e uma das principais lideranças das ocupações no Barreiro, os principais exemplos são Vila Cemig, Vila Pinho, Vila Petrópolis, Independência, Bom Sucesso, Serrinha, Santa Rita, Castanheira, Industrial, Formosa, dentre outras (Conversa informal por telefone no dia 21/02/2015).

encontram em terrenos da antiga Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI), hoje Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), repassados à iniciativa privada, que, como contrapartida, seria obrigada a criar empreendimentos produtivos contribuintes de geração de emprego e renda à população ao redor. Segundo conversas informais de campo com advogados populares e movimentos sociais de moradia, como o MLB, os grupos privados não cumpriram o prazo previsto para o início de funcionamento destas empresas e empreenderam um grande processo especulativo da área. Segundo números do MLB, Camilo Torres possui cento e cinquenta famílias, Irmã Dorothy possui duzentas famílias, Eliana Silva trezentas famílias e Nelson Mandela possui duzentas famílias[5].

Baseando-se nas diversas realidades experimentadas por grupos de "sem casa" na região do Barreiro, o problema da presente tese se enquadra na seguinte questão: Como as diversas práticas de apropriação e uso do solo produzidas pelos agentes de Ocupações irregulares da região do Barreiro, em Belo Horizonte (a partir do caso das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva), permitem a construção de mecanismos de negociação e de enfrentamento com outros agentes coletivos no acesso à moradia e aos equipamentos da cidade?

O objetivo foi analisar como as diversas práticas de apropriação e uso do solo, operadas pelos agentes de Ocupações irregulares na região do Barreiro, em Belo Horizonte (a partir do caso das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva) permitiram a construção de mecanismos de negociação e de enfrentamento com agentes coletivos no acesso à moradia e aos equipamentos da cidade. Especificamente, a tese investigou como as trajetórias de trabalho, de moradia e de vínculos afetivos experimentados ao longo da vida contribuíram para que as pessoas se arriscassem em um processo de ocupação e para a produção de significados sobre moradia, propriedade, direitos. Identificou também as táticas de organização e de mobilização realizadas pelos residentes das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva, para negociar a regulação fundiária para moradia e o acesso aos equipamentos urbanos. Por fim, examinou de que maneira as experiências individuais e coletivas dos moradores das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva foram reproduzidas e reelaboradas nas relações com os movimentos sociais.

Acredito que a existência das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva é proveniente

---

[5] Informações provenientes de uma conversa telefônica com William. O militante acrescentou dados de outras ocupações: a Ocupação Nelson Mandela tem aproximadamente duzentas famílias, a ocupação Olaria tem cinquenta famílias e a ocupação Corumbiara 2 tem cerca cento e trinta famílias (Conversa informal na ocupação Eliana Silva no dia 17/05/2015).

da diversidade e da comunhão de experiências de agentes ocupantes, que ordenaram limites físicos e simbólicos nesses ambientes que denominaremos territórios. O termo território parece mais apropriado por trazer à tona a formação de divisões concretas e subjetivas resultado de disputas e de arranjos políticos locais na distribuição de bens e poder. Cada um desses agrupamentos possui lógicas próprias de existência, porém tem em comum estarem organizados de acordo com os projetos dos movimentos sociais envolvidos e com os sentidos dessa nova realidade dados pelos ocupantes, tendo em vista suas trajetórias de trabalho, de moradia e de vínculos afetivos experimentados ao longo da vida.

Suponho então que as fronteiras físicas dialogam tensamente com as fronteiras simbólicas, haja vista a necessidade de rearranjar valores, normas e práticas em situações específicas e é este fator, de imediato, o responsável pela formulação de valores sobre a moradia, a propriedade, os direitos e a distribuição de poder. Desse modo, apesar das diferentes trajetórias de vida de homens e mulheres que ocuparam o terreno, os universos simbólicos e práticos dos moradores das Ocupações se articulam, possibilitando ressignificações de suas vivências e trajetórias em busca da moradia e dos equipamentos urbanos no espaço apropriado. Nesse sentido, a atuação dos movimentos sociais é fundamental para a compreensão da formação das Ocupações irregulares. Tais organizações têm papel fundamental nas táticas e nas estratégicas usadas no "fazer ocupação", estando presentes, na maioria das vezes, em todo o processo, que se inicia nas reuniões em suas sedes ou espaços determinados por elas para a definição das áreas a serem ocupadas até os traçados morfológicos, políticos e urbanísticos do território. As articulações organizativas das Ocupações revelam dois tipos de práticas: as táticas e as estratégias (CERTEAU, 1994).

As táticas, que segundo Certeau (1994) são práticas que rompem com o modo de atuação previsto pela organização urbana e podem ser observadas em parte nas vivências cotidianas das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva: nos planejamentos e nas ações de inserção nos terrenos; nas ações ilegais e irregulares para obtenção de recursos básicos da cidade (o acesso à água, ao esgoto, ao recolhimento de lixo, e à energia, por exemplo, sem a posse do terreno); nos mutirões de construção de centros coletivos em meio à incerteza da garantia da permanência no local (que servem não apenas para atender as necessidades imediatas do moradores, mas também como forma de chamar a atenção da opinião pública para questões de direitos humanos e dos acordos internacionais sobre a moradia, e dar maior legitimidade das Ocupações nos processos judiciais); no cotidiano das práticas urbanísticas e morfológicas realizadas internamente, as quais subvertem as lógicas dos projetos arquitetônicos do urbanismo e dos apoiadores e militantes dos movimentos sociais; nas

lógicas de distribuição de poder com hierarquias e estratificações próprias; na mobilização de recursos jurídicos, discursivo-midiáticos e ritualísticos, a fim de abrir canais formais de diálogo e pressão com instituições e organismos públicos e privados; na formulação de redes internas de sociabilidade e externas com outras Ocupações e movimentos sociais, com as quais unificam experiências de mobilidade, trabalho e militância.

Mas, se por táticas Certeau (1994) entende práticas vinculadas aos usuários e não à autoridade, no sentido de usos que estão fora dos modelos instituídos, no caso das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana deve-se acrescentar também que os assentamentos promoveram usos da própria ordem contra a qual lutaram, entrando na arena das autoridades de forma negociada e adaptada, segundo interesses intrínsecos aos territórios. Por isso conjecturo que o termo se alinha às práticas de inserção, permanência e reconhecimento nos territórios estudados.

As estratégias, por sua vez, referem-se à autoridade, vinculando-se a uma entidade, instituição ou ordem dominante (CERTEAU, 1994). O termo, então, alinha-se ao objetivo maior dos ocupantes, que é a garantia de habitar naqueles espaços. Desse modo, ao inventarem múltiplas práticas não previstas na ordem estabelecida, ou adaptando-se a algumas delas para montar os assentamentos e se assegurar neles com todos os bens e serviços oferecidos pela cidade - o que chamei de tática -, as pessoas asseguraram uma estratégia maior representada pela manutenção da Ocupação em suas dimensões territoriais, simbólicas, afetivas e civilizatórias (ELIAS 1994a; ELIAS; SCOTSON, 2000).

Apesar de tais práticas coletivas terem estruturado os territórios da Vila Corumbiara e da Eliana Silva, as concepções de mundo de cada ocupante - oriundas de vivências afetivas e de experiências nos mundos do trabalho e em relação à moradia - e as relações cotidianas nas Ocupações irregulares não seguem uma racionalidade linear. Evidencia-se, com isso, a preferência por lotes individuais ao invés dos loteamentos coletivos; a presença de práticas clientelistas de distribuição de lotes e das listas de espera; a emergência cada vez mais marcante de um mercado imobiliário interno; a reorganização de formas de mobilização e organização em períodos de ameaça de despejo; a aproximação ou o afastamento do poder público em ocasiões específicas; o uso estratégico do apoio de ativistas, movimentos sociais e agentes públicos; o trânsito voluntário que se faz entre a formalidade e a informalidade, uma vez que boa parte dos moradores está em listas de espera em programas de habitação. Por outro lado, as urgências imediatas não estão desconectadas da realidade inerente à cidade contemporânea e, assim, as Ocupações estruturam ferramentas internas de comunicação, gestão e deliberação de temas de interesse comum, a fim de fortalecer mecanismos coletivos

de negociação e confronto pela regulação fundiária e acesso aos equipamentos urbanos, laços de sociabilidade interna e sentimento de pertencimento.

Desta maneira, a participação dos movimentos sociais no cotidiano das Ocupações irregulares selecionadas para o presente estudo ocorre de forma tensa e provisória, com tendências a ser reduzida ou ampliada em função das necessidades dos moradores e da conjuntura política e social das Ocupações. Projetos, mobilizações e concepções de mundo estão constantemente sendo questionados e reapropriados por moradores e movimentos sociais para dar às diversas demandas uma coesão coletiva na luta por direitos. Assim, constrói-se um *ethos* local de organização, mobilização, negociação e disputa por acessos e poder, ora em confronto com os movimentos sociais, ora com seu apoio e liderança. Isso pode indicar, *a priori,* que a ação das organizações associativas nas Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva é limitada por lógicas internas que colocam os movimentos sociais em situações provisórias e de instabilidade quanto sua representação aos interesses dos ocupantes.

Por fim, suponho que os agentes das Ocupações irregulares na região do Barreiro em Belo Horizonte, em diálogo, e por vezes sob liderança dos movimentos sociais, operacionalizam arranjos locais e supralocais de forma a negociar possibilidades provisórias ou permanentes de acesso à moradia, à propriedade e aos equipamentos públicos coletivos.

A presente pesquisa pode ser justificada pela necessidade de se compreender, a partir do ponto de vista dos agentes formadores das duas Ocupações irregulares da região do Barreiro, em que medida esses agrupamentos servem como alternativa às políticas habitacionais e urbanas. É a realidade dos pobres, no sentido do capital econômico, negociando “com” e “na” cidade em meio aos processos de exclusão e segregação. O estudo das Ocupações irregulares ajuda no entendimento sobre as demandas desses agrupamentos e os mecanismos com os quais se articulam junto a organizações políticas voltadas para mobilizações pela reforma urbana e por direito à moradia. Contribui por auxiliar as análises sobre as especificidades dessas emergentes experiências de busca por moradia e acesso a bens e serviços urbanos no século XXI e suas peculiaridades com relação a outras formas de produção informal do espaço.

A investigação das Ocupações irregulares na região do Barreiro em Belo Horizonte pode revelar como a existência de agrupamentos aparentemente precários, cuja existência se dá pelo conjunto de agencialidades coletivas, é parte ativa no processo constitutivo de uma cidade através de seus usos e apropriações territorializados dos espaços. Deve-se então desenvolver melhor a explicação sobre o papel dos diversos agentes urbanos na contínua construção da cidade em suas tensas relações na constituição de mecanismos de produção do

espaço, sejam formais ou informais. Nesse sentido, é urgente desenvolver maior número de estudos sobre como os arranjos formulados nessas experiências locais determinam as dinâmicas do mercado informal do solo urbano, superando a dicotomia simplificada da produção de moradia entre o formal e o informal.

A ideia de estudar o caso de duas Ocupações na região do Barreiro, em Belo Horizonte, além de contribuir para um debate caro à sociedade brasileira, no que se refere à relação tensa entre o direito à propriedade e o direito à moradia, desenvolve a reflexão sobre a conexão entre o déficit de moradia na capital mineira, a amplitude das políticas habitacionais em Belo Horizonte e a incidência do número de Ocupações irregulares nos anos 2000. Tal estudo traz à tona a necessidade de abrir novos campos para a discussão sobre os grandes problemas vividos pelo contingente de pobres - do ponto de vista do capital econômico - que vivem nos grandes centros urbanos produções informais de moradia. Os descompassos entre as decisões legais em favor da propriedade privada em relação ao avanço da legislação urbanística, que preza pela função social da propriedade, demonstram a urgência de se realizar pesquisas que ajudem a refletir sobre a variabilidade de mecanismos extralegais e não regulares de uso e apropriação do solo e de busca por acesso a bens e serviços da cidade.

Nesse sentido, a pesquisa questiona as afirmativas sobre o aparente caos da cidade decorrente da formação de periferias e assentamentos precários informais, responsabilizados pela fragmentação e desordenamento da organização socioespacial urbana. Pensando a cidade como dimensão social e espacial preenchida pela diferença, agrupamentos tais como as Ocupações irregulares e sua dinâmica de uso e apropriação do solo apresentam lógicas de morar e significados, sobre fazer parte da vida urbana, não esperados pelo poder público e pela opinião pública. É fundamental pensar sobre formas diferentes de habitar em um processo de estar e ser no espaço e de reescrevê-lo por entre os processos de segregação e em suas fronteiras, constituídas na conjunção entre trajetórias individuais e coletivas e nas experiências de se aventurar na cidade. Os agrupamentos a serem estudados podem revelar como as Ocupações irregulares são formas de se produzir cartografias socioespaciais nos centros urbanos por meio de lógicas coletivas autônomas, porém não isoladas, que configuram alternativas às políticas habitacionais e urbanas do Estado brasileiro.

Outro questionamento empírico que justifica este projeto é quanto à perspectiva estigmatizada dos espaços populares como territórios de barbárie, onde vigoram violência, desorganização social e frágil atividade política. O estudo das duas Ocupações irregulares na região do Barreiro permite discutir como esse tipo de assentamento é um desdobramento de situações locais múltiplas, em interação direta com as estruturas sociais globais. O

acompanhamento intensivo e em profundidade do cotidiano desses territórios possibilita reflexões de experiências sociais e políticas intensas, como as hierarquias, as categorias de representação interna, os modelos de classificação identitária, os deslocamentos, os fluxos migratórios racionalizados, os confrontos entre grupos e facções por signos de prestígio, as práticas de negociação com os empreendimentos imobiliários e com o Estado. É possível então a percepção de racionalidades próprias, com formas de escolhas, decisões e ações que seguem lógicas de ordenação do espaço, tornando tais lugares arenas políticas ativas e complexas, cujas tramas precisam ser investigadas.

## 1.1 Notas metodológicas

Meu interesse por Ocupações informais de moradia começou no ano de 2011, quando me tornei militante de um movimento social em Belo Horizonte chamado Brigadas Populares. Durante dois anos e meio fui colaborador e coordenador de ações e vivências em assentamentos como Dandara e Guarani kaiowa. Em 2014, decidi fazer o projeto de doutorado a respeito das diversas formas de organização e manifestação existentes nas duas Ocupações com as quais já tinha a experiência da mobilização. Após participar de um grupo de estudos de sociologia urbana na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), vinculado ao Centro de Estudos Urbanos (CEURB), conheci a professora Dra. Ana Marcela Árdila Pinto, à época coordenadora, que se interessou pelo tema e fez diversos questionamentos sobre meu posicionamento a respeito dos agentes envolvidos na prática da ocupação e de suas relações internas e com o Estado. O ingresso no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) em 2014 e as discussões a respeito do tema com minha orientadora, professora Dra. Juliana Jayme, e com a professora Dra. Ana Marcela, naquele momento oficialmente minha coorientadora, coincidiram com meu afastamento da militância. Surgiu assim o desafio de entrar no campo de pesquisa sem o domínio da lógica descritiva e analítica do militante, porém sem desprezá-la, afinal estava convicto que as experiências por mim vividas nos assentamentos me auxiliariam a indicar caminhos para a condução do trabalho.

Comecei a me interessar por questões que até aquele momento não havia encontrado na literatura disponível sobre Ocupações urbanas e que eu já havia presenciado na prática, como por exemplo, as formas como determinados agentes definem as hierarquias internas e os regulamentos, os valores e os códigos que promovem sentimentos de pertencimento e de diferenciação em relação a outros assentamentos, o papel dos movimentos sociais na

condução das decisões das pessoas e as maneiras encontradas para enfrentar as regras pelos demais ocupantes. Busquei problematizar minhas convicções ideológicas e decidi tentar descrever e analisar as lógicas de uso e apropriação dos espaços da cidade por meio do estudo das Ocupações do Barreiro, em especial por ser uma região com muitas experiências de ocupação há décadas. Sem desconsiderar as precárias condições de existência dos ocupantes, já muito discutidas nos textos a respeito do assunto, busquei em campo compreender as práticas e os valores reproduzidos e inventados nestes espaços, tentando não cair nas armadilhas das dicotomias do formal e o do informal, do legal e do ilegal. Como pesquisador eu ansiava por desvelar como os vínculos criados ali projetavam práticas e valores tão fortes a ponto desses agrupamentos urbanos triunfarem sobre a ordem normativa das cidades.

A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2015 e 2016 e teve duração de aproximadamente dez meses[6], com frequência média de três vezes por semana. Foram realizadas observações e participações nas conversas cotidianas, nos rituais de fortalecimento do sentido de comunidade e de formação de militantes, além das escutas a respeito dos mutirões e das ações de ajuda coletiva, dos processos de distribuição de cargos, lotes e responsabilidades políticas internas, das demarcações de fronteiras internas, das manifestações e da produção de material pedagógico destinado a informar as Ocupações sobre os fatos conjunturais e as atualizações da situação dos processos jurídicos do terreno, das práticas dos movimentos sociais junto às Ocupações e suas práticas de confronto e negociação o Estado, dentre outros.

Os primeiros contatos com pessoas ligadas às Ocupações para fins de pesquisa ocorreram em meados de 2015, quando conheci as lideranças das Ocupações Camilo Torres e Nelson Mandela, na região do Barreiro. Até aquele momento eu não sabia ao certo quais e quantos assentamentos seriam necessários para fazer o meu trabalho. Fui apresentado a elas através de militantes do movimento social Brigadas Populares, do qual fui militante por dois anos e meio e a partir daí percorremos juntos outras Ocupações menos conhecidas na região, além de vilas e favelas. Dias depois, conheci Raul, morador da Ocupação Eliana Silva, militante-coordenador do MLB e referência de organização numa Ocupação recente chamada Paulo Freire. Foi ele quem me apresentou pessoas na Vila Corumbiara e me mostrou como aquele bairro serviu de inspiração para diversas organizações populares por moradia em Belo Horizonte, tendo em vista que foi resultado de um processo de ocupação e, portanto, um

[6] Incluem-se aqui visitas iniciais esporádicas a casas de pessoas para criação de uma rede de contatos, caminhadas informais sem pretensões objetivas por vilas, favelas e pequenas Ocupações na região do Barreiro.

modelo de conquista real dos pobres por meio da luta direta.

Nas primeiras semanas, minha presença gerou desconfianças de ocupantes e de lideranças em todos os territórios. Corriam conversas de que eu tinha “jeito” de representante do poder público disfarçado ou de investigador da polícia, mas Raul se prontificou desconstruir tal preconceito e passou a me acompanhar - quase a me escoltar - em todos os lugares. Indicou pessoas a serem entrevistadas, levou-me a casas dos chamados “mais velhos”, ou “pioneiros”, de cada assentamento, conduziu-me a bares e a lugares conhecidos pelos ocupantes como perigosos, devido à presença do tráfico, e me forneceu informações históricas de cada Ocupação. A solidariedade de Raul me inseriu em diversos espaços e acredito que tenha conseguido, em suas palavras numa conversa informal, “acabar a cisma” das pessoas a meu respeito. Porém, sua atitude também guiou de forma controlada meus passos nas Ocupações, haja vista que coordenadores e movimentos sociais tudo devem saber e sobre tudo devem deliberar.

Em três semanas aproximadamente eu já caminhava tranquilamente nesses espaços e fotografava casas, alamedas, obras, áreas de fronteiras entre Ocupações e pessoas - com as devidas autorizações. Conheci outras lideranças e passei a ter mais contatos com ocupantes que estavam fora da organização política institucionalizada nos assentamentos. Esse foi um dos passos mais importantes para a realização da pesquisa de campo, uma vez que consegui superar o raio de influência de Raul para criar minha própria rede de interlocutores. Às vezes, eu seguia as indicações dele e de coordenadores das Ocupações, outras vezes fazia o caminho contrário ao indicado para tentar compreender a lógica daquelas relações internas.

Minha intenção foi descrever e analisar as trajetórias de duas Ocupações na região do Barreiro - através dos usos e das apropriações que fizeram sobre os espaços da cidade - marcadas por objetivos e táticas semelhantes de inserção e permanência na cidade, mas distantes quanto ao período de formação e às temporalidades. A Vila Corumbiara, surgida em 1996, por ser considerada por diversos movimentos sociais de moradia, moradores da região e ocupantes de outros assentamentos como o “berço” das ocupações bem sucedidas em Minas Gerais. E a Eliana Silva, surgida em 2012, por ter como inspiração organizacional e mobilizatória a Vila Corumbiara e ser considerada pelos mesmos agentes supracitados uma das mais bem sucedidas Ocupações do Barreiro, devido a fatores como mecanismos eficazes de reação contra as ações do Estado pelo despejo; gestão eficiente do território pelo MLB, que é vista como responsável por inibir injustiças e violência no terreno; coordenação interna centralizada e coesa, vista como principal porta-voz na garantia da regularização da área, organização morfológica racional, dentre outros.

A abordagem metodológica escolhida para esta pesquisa foi de cunho qualitativo. Foram investigados as práticas e os valores que permearam a organização social das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva, partindo da perspectiva dos nativos em relação às suas ações, significados, demandas, representações. Para tanto, foi utilizado o método etnográfico e instrumentos qualitativos de pesquisa, especificamente a observação participante, a entrevista e a análise documental. A etnografia, como método qualitativo, lida com dados diversos e mobiliza diferentes sentidos, levando em conta toda a profusão de impressões e informações encontradas no campo (CAIAFA, 2007). Permite um conhecimento em profundidade dos agrupamentos observados por compartilhar experiências com os informantes e, ao revelar fluxos e controversas das relações sociais, por limitar tipos de totalizações que não condizem com as práticas arranjadas pelos atores em questão.

Foram necessárias incursões nas Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva, a fim de buscar nos atores experiências rotineiras; ritos; formas de classificação e distinção social; alteridades internas e externas; demarcações físicas e simbólicas; cartografias espaciais e morais; trajetórias de habitação; significados sobre cidade, sentidos sobre Ocupações, moradia e propriedade; práticas de mobilização e organização; escolhas de grupos; redes de sociabilidades internas e externas; tipos de negociação possíveis com outros agentes; deslocamentos. Tais informações não poderiam ser tomadas a não ser na concretude da vivência de homens e mulheres nas Ocupações no exercício da vida social. Foi necessário, portanto, um mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana do nativo que o método etnográfico busca apreender e compreender (URIARTE, 2012).

Como o campo é o lugar onde os modelos teóricos, políticos, culturais e sociais se confrontam com os dos atores e só estando ali é possível realizar o trânsito da reflexividade - processos de descrições e afirmações de uma realidade que não só informam sobre ela, mas a constituem - do investigador à dos povos (GUBER, 2001), trabalhei com o instrumento da "observação participante". Essa ferramenta permite a realização de atividades de observação em profundidade de situações cotidianas ordinárias e extraordinárias no campo, e de participação, no sentido de desempenhar atividades corriqueiras e ritualísticas possíveis junto aos nativos, buscando uma fusão de horizontes proporcionada pela relação dialógica entre o pesquisador e os agentes pesquisados.

O caderno de campo foi útil para dois momentos: primeiramente, foi realizado o relato de campo, uma transcrição ordenada de situações e práticas dos agentes nas Ocupações proveniente da observação e do diálogo com os nativos. Em um segundo momento foram produzidas as notas de caderno de campo, quando tais vivências são passadas a limpo para dar

ordem cronológica e de sentido às experiências e às observações. Tal processo permite uma ordenação narrativa dos dados de campo (MAGNANI, 2002b). Foram realizadas três visitas com o propósito de construir um "mapeamento" inicial da área que abarca as Ocupações. As caminhadas e as conversas informais me ajudaram a obter informações prévias a respeito dos terrenos e de contatos com representantes da Vila Corumbiara e da Eliana Silva, facilitando o ingresso no campo para início das entrevistas e da observação participante. A atividade foi operada ora com os ocupantes comuns, ora com ocupantes-militantes - muito influentes na coordenação e nas ações das comunidades -, ora por conta própria.

Outro instrumento da abordagem metodológica qualitativa usado foi a entrevista (Apêndice A). Foram realizadas dezenove entrevistas semiestruturadas e em profundidade (Quadro 1) - com duração entre cinquenta minutos a duas horas e meia - com militantes dos movimentos sociais, ocupantes-militantes e demais ocupantes, ou seja, aqueles que se encontram fora da lógica da militância. Concomitante às entrevistas, as conversas informais foram essenciais para se captar narrativas, práticas e sentidos não exprimidos em frente ao gravador, pois na despretensão ou nos interesses marcados nos bastidores da vida social (o sussurro, o segredo, a fofoca), os detalhes dos gestos, terminologias, ações e silêncios é possível captar a tramas dos agrupamentos humanos. O número de entrevistas foi limitado pela saturação das informações necessárias aos objetivos da pesquisa. Os roteiros tiveram padrão básico para cada setor de interesse (ocupantes e movimentos sociais), com temáticas específicas, mas com reelaborações segundo a particularidade de cada entrevistado, considerando conversas informais anteriores.

**Quadro 1 - Perfil dos Entrevistados**

(**contínua**)

| **Vila Corumbia** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ocupante** | **Idade** | **Estado Civil** | **Quantidade de filhos** | **Origem** | **Profissão** |
| José | 44 | Unido | 8 | Malhada, Bahia | Músico e professor. |
| Lauro | 47 | Casado | 4 | Belo Horizonte, Minas Gerais | Motorista de ônibus |
| Leontina | 58 | Solteira | 0 | Belo Horizonte, Minas Gerais | Desempregada (desemprego oculto por trabalho precário) |
| Tânia | 46 | Solteira | 4 | Belo Horizonte, Minas Gerais | Desempregada (desemprego oculto por trabalho precário) |
| Gilvânia | 57 | Solteira | 3 | Caratinga, Minas Gerais | Autônoma |
| Maria | 65 | Solteira | três filhos e cinco netos | Itaguara, Minas Gerais | Aposentada |

## Quadro 1 - Perfil dos Entrevistados

(**continuação**)

| Eliana Silva | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ocupante** | **Idade** | **Estado Civil** | **Quantidade de filhos** | **Origem** | **Profissão** |
| Irenice | 64 | Viúva | três filhos, uma neta | Caratinga, Minas Gerais | Desempregada (desemprego oculto por trabalho precário) |
| Jurema | 58 | Casada | 2 | Ferros, Minas Gerais | Operadora de reciclagem |
| William | 34 | Unido | 1 | Contagem, Minas Gerais | Desempregado (desemprego oculto por trabalho precário) |
| Vani | 34 | Divorciada | 3 | Domingos da Prata, Minas Gerais | Desempregada (desemprego oculto por trabalho precário) |
| Daniela | 38 | Solteira | 5 | Belo Horizonte, Minas Gerais | Desempregada (desemprego oculto por trabalho precário) |
| Pablo | 41 | Solteiro | 4 | Belo Horizonte, Minas Gerais | Dempregado (desemprego oculto por trabalho precário) |
| Jacir | 44 | Casado | 5 | Belo Horizonte, Minas Gerais | Pedreiro |
| Lourivalda | 60 | Viúva | 3 | Belo Horizonte, Minas Gerais | Aposentada |
| Edmaura | 34 | Divorciada | 3 | Rio Branco, Acre | Desempregada (desemprego oculto por trabalho precário) |
| Osvaldo | 38 | Unido | 2 | Águas Formosas, Minas Gerais | Montador de piscinas |
| Raul | 46 | Divorciado | 3 | Rio de Janeiro, Rio de Janeiro | Desempregado |
| Antônio | 43 | Casado | 2 | Belo Horizonte, Minas Gerais | Desempregado (desemprego oculto por trabalho precário) |
| William | 34 | Unido | 1 | Contagem, Minas Gerais | Desempregado (desemprego oculto por trabalho precário) |

**Fonte: Elaborado pelo autor.**

Uma parcela entrevistada foi de ocupantes mais tradicionais e líderes de militância dos movimentos sociais, cuja trajetória de mobilizações pela moradia e a ligação com o Estado, com organizações políticas e com os moradores foram realidades relevantes para o processo de ocupação e permanência dos ocupantes nos terrenos. Também foram contemplados ocupantes que estão fora da estrutura da militância e ocupantes-militantes, estes últimos cujas ações práticas cotidianas na comunidade os transformaram em ícones da resolução de problemas imediatos. A outra parcela dos entrevistados das Ocupações foi composta por pessoas sem conexão direta com os movimentos sociais e por ocupantes mais recentes pouco articulados às questões demandadas pelas Ocupações. A escolha por residentes com

características diferentes se deu pela tentativa de revelar de que forma esses atores cujas expectativas, necessidades e interesses políticos não se coincidem necessariamente, contribuem para exprimir as nuances inerentes num universo que se faz nas experiências compartilhadas por pessoas de trajetórias diversificadas.

A respeito dos militantes dos movimentos sociais, foram entrevistados participantes e lideranças das organizações ligadas diretamente às mobilizações e manifestações pela entrada nos terrenos e a manutenção jurídica e organizativa nas áreas tomadas. Na Ocupação Vila Corumbiara as principais movimentos sociais envolvidos foram a Liga Operária (LOP), a Liga Popular por Moradia (LPM), o Partido Comunista Revolucionário (PCR), e o "Movimento Popular", núcleo de representações de organizações de esquerda, associações de bairro, coordenações de assentamentos irregulares muito forte em Belo Horizonte nas décadas de 1990 e 2000. Além destes, houve forte influência do Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte e do Sindicato da Construção Civil. Eventualmente serão entrevistados representantes de Grupos de apoio, denominados nessa tese de " apoiadores externos", muito comuns em Ocupações e favelas. A principal organização de fomento às demandas da Ocupação Eliana Silva é o Movimento de Luta nos Bairros, vilas e favelas (MLB), por sua legitimidade no cenário de manifestações e disputas jurídico-políticas com o Estado junto às Ocupações.

Os movimentos sociais têm relevância na pesquisa pelo fato de acederem discursos e práticas acadêmico-militantes, considerados pelos moradores um dos principais mecanismos de pressão e interpelação frente o Estado, e pelo fato de empreenderem projetos urbanísticos previamente elaborados de uso e parcelamento do solo. É importante compreender como os ocupantes lidaram com as relações de poder conquistadas pelos movimentos sociais e com a dependência organizacional e jurídica com eles. Além disso, foi fundamental conhecer a dinâmica das interações sociais entre moradores e militantes (além dos moradores-militantes) e as redes que ambos os atores tecem para a formação de mecanismos de mobilização e negociação pelo direito à permanência no território.

Quanto à análise documental, as fontes não oficiais produzidas *nas* e *para* as Ocupações foram investigadas, dentre elas fotografias, mapas, jornais internos, folhetos, boletins, cartilhas, manifestos, plantas de projetos urbanísticos anotações de ocorrências em reuniões e assembleias. Todas as fontes que expressem totalidades que possam ser experimentadas e compartilhadas pelos moradores, contrapondo-se ou arranjando-se à documentação oficial e com os projetos formais da cidade. Sua importância aporta para produções autônomas que materializam interpelações ao poder público e revelam a lógica

interna do território, em função de seus registros morais, escolhas políticas e expectativas. Materiais de imprensa, como jornal e revista impressos ou eletrônicos e matérias televisivas, foram eventualmente utilizados segundo sua relevância quanto aos objetivos da pesquisa. Sua contribuição é proveniente da necessidade de compreensão de pontos de vista desenvolvidos por agrupamentos e instituições fora da lógica militante e das necessidades de moradia das Ocupações.

Os dados obtidos nas entrevistas e nas conversas informais foram organizados em um quadro operacional com as informações de interesse do objeto da pesquisa, em especial significados, conceitos e lógicas de pensar dos agentes das Ocupações. Também foi elaborado um quadro operacional com subdivisões temáticas das informações coletadas na observação participante, assim como outro quadro para o tratamento das informações da documentação produzida pelos agentes diretos das Ocupações. Por fim, foi criado um quadro analítico com as principais categorias, termos, conceitos e reflexões da literatura investigada a respeito do tema e do objeto da pesquisa.

Em relação à análise dos dados obtidos foram confrontadas as categorias e as inflexões teóricas da bibliografia utilizada com as informações recolhidas na documentação escrita, na observação participante e nas entrevistas. Neste momento, figurou-se com mais clareza meu posicionamento analítico a partir das definições conceituais utilizadas e do tratamento explicativo que propiciei às experiências em relação ao objeto. Neste debate expressou-se o poder intersubjetivo da escrita, no sentido de que o ato de escrever é outro tipo de canal dialógico entre nativo e pesquisador. As informações do caderno de campo, das entrevistas e da documentação fomentaram a narrativa etnográfica, que aqui será pautada por um "realismo etnográfico" (URIARTE, 2012), um modo de escrita que busca representar a realidade de uma forma de vida pela qual se explica a importância dos detalhes, do cotidiano e da totalidade experimentada e partilhada pelo pesquisador. Os nativos, desta forma, foram introduzidos no texto em discursos diretos, porém diferenciados da voz do pesquisador.

O "realismo etnográfico" (URIARTE, 2012) foi possível por meio da análise situacional, uma reflexão sobre situações cotidianas dos nativos e de suas interações por meio da qual que expõem como as pessoas vivem e atuam numa ordem e como se reconciliam e usam os conflitos na organização da vida social (AGIER, 2011). É o registro de situações reais e comportamentos específicos a fim de registrar eventos inter-relacionados que mostram como pessoas lidam com as escolhas às quais são confrontadas (VELSEN, 2010). Deste modo, a escrita apreende as formas com as quais os sujeitos de estudo produzem e interpretam sua realidade e seus métodos de investigação, descrevendo a detecção de situações em que se

expressam e geram universos culturais e sociais em sua complexa articulação e variedade (URIARTE, 2012).

A tese foi estruturada em quatro capítulos que procuram discutir como as formas de apropriação e uso do solo produzidas nas Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva desenvolveram mecanismos de negociação e de enfrentamento com outros agentes coletivos no acesso à moradia e aos equipamentos da cidade. No segundo capítulo serão apresentadas informações a respeito do déficit de moradia nas Américas e indicações sobre a relação entre habitação, urbanização e posse da terra, além do debate quanto à ligação entre o preço do solo urbano e a falta de segurança da posse da terra. Pretende-se também apresentar e analisar a perspectiva que vê a habitação informal como alternativa à incapacidade dos mercados privados e do Estado em atender as necessidades da maioria da população de baixa renda. Serão apresentados os processos formais de provisão de moradia no Brasil no período republicano em diálogo com situações específicas de alguns países da América Latina, com enfoque na atuação do Estado e da iniciativa privada nas políticas de habitação.

Além disso, em diálogo com a realidade de alguns países nas Américas, a ingerência da iniciativa privada e das agências internacionais no Brasil será problematizada como principal alternativa de elaboração de projetos de moradia, de urbanização e de regularização do solo urbano. Outro elemento a ser discutido se refere às condições estruturais, políticas e jurídicas da produção informal de moradia nas Américas. Será abordada a constituição histórica das ocupações de moradia em Belo Horizonte e no Barreiro, levando em conta suas peculiaridades espaço-temporais e seu aspecto relacional com outros agentes da cidade, em especial as ocupações de moradia de interesse da pesquisa: a Vila Corumbiara e a Eliana Silva.

O terceiro capítulo descreve e analisa experiências afetivas, de trabalho e de moradia que levaram as pessoas a se arriscarem num processo de ocupação. Relata as “andanças” de muitos ocupantes em busca de melhores condições de trabalho, o que envolveu não apenas o fator da remuneração, mas as garantias sociais da formalidade e a estabilidade de determinadas atividades em relação ao trabalho temporário. Dessa forma, a permanência limitada em postos de trabalho que têm como característica a alta rotatividade e a instabilidade ocasionou mobilidades obrigatórias de moradia para outros bairros, municípios, estados e regiões do país, estabelecendo dificuldades financeiras e práticas para fixação habitacional A mobilidade na esfera da moradia na vida dessas gentes não se limitou apenas ao trabalho, mas às teias de relacionamentos afetivos - matrimoniais, laços de amizade ou de parentesco - com os quais conviveram os ocupantes. Serão retratados como muitos encontros

e desencontros interpessoais vivenciados pelos ocupantes contribuíram para uma história de mobilidade habitacional e para a decisão de fazer parte da ação de tomada de um terreno.

Além disso, será analisada a repulsa das pessoas às experiências do aluguel e do "morar de favor". Tais realidades fizeram parte da trajetória de todos os entrevistados - em pelo menos uma fase de suas vidas - e levaram os mesmos a reforçarem o discurso dos movimentos sociais responsáveis pela organização e pela mobilização do processo de ocupação a respeito do uso social e legítimo das terras ocupadas. A partir das experiências dos residentes das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva em busca de fixação e de permanência nas áreas ocupadas, serão problematizados trabalhos que afirmam ser a mobilidade a regra entre os setores populares, como algo inerente às suas condições de existência. Por fim, serão relatados os caminhos traçados dentro e fora das normas dos assentamentos pelos quais as pessoas se tornavam membros das Ocupações e quais os códigos utilizavam para se garantirem nos espaços e serem tratados como "iguais".

O quarto capítulo trabalha com as articulações realizadas entre os ocupantes e os movimentos sociais, juntamente aos colaboradores externos, e como elas representaram para os agentes responsáveis pelas Ocupações a única alternativa viável e justa para o alcance do direito fundamental à moradia e aos equipamentos urbanos. Serão descritas as táticas empreendidas nos assentamentos cujo objetivo foi o de garantir ao agrupamento bens e serviços urbanos não disponíveis pelo poder público no período posterior à tomada dos terrenos. As táticas foram tratadas como práticas que rompem com o modo de atuação previsto (CERTEAU, 1994), no caso dessa pesquisa a organização urbana, e se encontram nas vivências cotidianas por meio de planejamentos internos das Ocupações alheios às regras formais urbanas e nos acordos não convencionais com o poder público em busca de recursos escassos na cidade.

Contudo, as experiências dos assentamentos estudados mostraram a existência de táticas com caráter de negociação, ou seja, mais defensivas, com o objetivo de se aproveitar de possibilidades na arena de disputa pela inserção na cidade e pelo reconhecimento de pertencer a ela. Serão tratadas as táticas para fins de negociação em busca da permanência na cidade como agentes de direito. Os canais de mobilização de recursos jurídicos, midiáticos e colaborativos na constituição das Ocupações estarão em pauta, cujo objetivo foi entrar como agente de poder na arena do diálogo e da disputa com o poder público em especial. Além disso, as diversas redes tecidas internamente - na formação de um assentamento organizado e "civilizado" - e externamente, com outros movimentos sociais e apoiadores externos - nas manifestações públicas ou nos mutirões - consolidaram sociabilidades específicas, que

propiciaram unidade de valores e comportamentos, e visibilidade aos assentamentos, o que dificultou, ou pelo menos atrasou, o despejo e outras ações repressivas do poder público ou de requerentes privados das áreas ocupadas. Neste sentido, o conceito de estratégia (CERTEAU, 1994) ajuda a compreender as experiências das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva, pois vinculada a todas as práticas de inserção e pertencimento na cidade, que estou chamando de táticas, está um estratégia maior que é a garantia de habitar aqueles territórios.

Táticas e estratégias foram, portanto, agenciamentos que aparentemente revelavam universos instáveis e provisórios, mas expressaram, ao contrário, realidades objetivas construídas por agentes organizados, os quais sustentaram com arranjos diferenciados o espaço ocupado, sob os limites da legalidade e da ilegalidade.

O quinto capítulo analisa como se constituíram as relações de poder nas Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva e os mecanismos que arquitetaram os sentimentos de pertencimento em seu interior. Inicia-se com a descrição das regras de comportamento, dos códigos de civilidade (formas de controle) e das narrativas persuasivas para adesões voluntárias aos ideais de “comunidade” e de “gestão coletiva”, todos eles produzidos nos assentamentos sob liderança dos movimentos sociais responsáveis pelo processo de ocupação, mas não sem o dissenso provocado pelos residentes. Será apontado como as regras e os códigos, apesar dos enfrentamentos emplacados por inúmeras pessoas, fizeram efeito sobre as Ocupações devido à força dos agenciamentos verbais e não verbais dos movimentos sociais - considerados pelos residentes como porta-vozes das demandas populares -, e devido à apropriação feita por tais organizações dos símbolos e dos valores da urbanos responsáveis por credenciar pessoas e agrupamentos a viver na cidade como portadores de direitos.

Paralelo à formação das regras nos assentamentos, será descrito como se estabeleceram as hierarquias decisórias nas Ocupações e como movimentos sociais e coordenadores lidavam com o poder de deliberar, ora em consonância com os interesses e planos do demais ocupantes, ora em conflito. Neste sentido, foram relatadas e analisadas as relações constituídas no processo de definição das áreas a serem ocupadas, da organização morfológica dos terrenos, da divisão dos lotes e das obrigatoriedades em relação à estrutura e ao comportamento dentro da moradia e no assentamento.

Tais experiências contribuíram para a produção de novos sentidos sobre a propriedade e a justiça entre os residentes. Além disso, essas vivências de constituição de relações de poder serão tratadas como colaboradoras para novas interpretações dos demais ocupantes sobre o papel dos movimentos sociais e das coordenações e, por fim, como elas foram estimulantes e estimuladas pelos ideais de “gestão coletiva” e de “espírito comunitário”,

muito enfatizados nas Ocupações. Será analisado também como essa narrativa ideológica que criou um em um sentimento de pertencimento às Ocupações permitiu a cada ocupante se diferenciar perfeitamente de um morador de favela, de assentamentos precários ou de lotes clandestinos. Será discutido como esse sentimento de pertença está diretamente associado à história de precariedade habitacional dos ocupantes - o que na leitura de mundo dos residentes justifica o enfrentamento à legalidade, a partir das práticas informais de conquista da moradia - bem como aos códigos, valores e comportamentos necessários para a permanência nos terrenos.

No que se refere aos conceitos utilizados no presente trabalho, considero os seguintes como os mais relevantes para iluminar a experiência de campo. A moradia é tratada como produto social e histórico composto por diversos agentes que compõem a cidade, não vinculado apenas ao Estado e às políticas habitacionais. É o organismo originado e desenvolvido pelos seres humanos, em que se combina lugar, materiais e recursos financeiros e que lhe dá característica de produto, adquirindo conotação de valor de uso e de trocas (CASTRO, 2009). A habitação, por sua vez, é a condição de agentes das pessoas neste processo, no que diz respeito à autogestão e à autoprodução construtiva, com consequente resultado de formas especiais de identidade e singularidade (CASTRO, 2009).

As Ocupações são entendidas como espaço e processo. São assentamentos provenientes de movimentos realizados por grande número de pessoas, em curto tempo e de modo organizado, ou seja, um ato coletivo planejado com certa antecedência, capaz de mobilizar grande número de famílias de baixa renda de uma só vez (DELECAVE; LEITÃO, 2012). O termo é uma escolha política, resultado de disputas entre linhas de forças operacionalizadas pelos agentes da cidade em busca de significados para suas práticas e valores e de resultados objetivos de suas lutas, portanto, o uso desse nome marca um lugar social especial de seus membros na cidade, os quais estão convictos de que se encontram numa situação de "triunfo dos pobres". Neste sentido, o território deve ser compreendido como o espaço vivido, construído, identificado e ressignificado em função das experiências individuais de cada ocupante e deles com os demais (arenas políticas ativas). Caracteriza-se pelas relações de poder constituídas em seu interior e não apenas pelas determinações físicas (controle sobre acesso, deliberações, condutas) (HAESBAERT, 2014). Neste sentido, a ideia de processo deve ser acrescentada à noção de espaço, uma vez que as dinâmicas e as tramas existentes nas Ocupações não se encerram na conquista de bens e serviços, ou mesmo na regularização e na posse, mas desdobra-se nas memórias e nas referências conjunturais e estruturais de se fazer cidade.

A civilidade é trabalhada nesta tese como um conjunto de formas de controle sobre as condutas da maioria. Uma analogia à concepção de Elias (1994a), que define o processo civilizador como comportamentos coletivos e individuais, que se referem à prática de boas-maneiras e de educação do corpo e dos hábitos, numa incessante busca pelo controle dos instintos ou das pulsões (ELIAS, 1994a). Tal fenômeno implica mudanças individuais, ocorridas na concepção do próprio indivíduo e ocorreriam mediante conflitos, às vezes de caráter mais geral, às vezes de caráter mais particular, segundo o autor, assim tensões e paixões foram reelaboradas no interior do ser humano. Desenvolveu-se um padrão individualizado de hábitos semiautomáticos que introjetou nele um "superego", controlador e transformador de suas emoções, em conformidade com a estrutura social (ELIAS, 1994a).

Os conceitos de táticas e estratégias são também caros no presente trabalho. Como táticas entende-se práticas que rompem com o modo de atuação previsto pela organização urbana, ou seja, usos fora dos modelos instituídos (CERTEAU, 1994). Porém, para fins dessa pesquisa, acrescentaram-se às múltiplas práticas não previstas na ordem estabelecida as adaptações criadas pelas pessoas a algumas delas. As estratégias referem-se à autoridade e à ordem, vinculando espaço e poder (CERTEAU, 1994). Para fins desta pesquisa, as pessoas asseguraram uma estratégia maior representada pela manutenção da Ocupação (garantia de habitar aqueles territórios), em suas dimensões territoriais, simbólicas, afetivas e civilizatórias.

Por fim, o conceito de movimentos sociais. Tais organizações expressam desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social, constituindo-se pela relação direta entre diversos agentes, como as elites, os opositores e a autoridade (TARROW, 2009). Portanto, são formas de ação coletiva formuladas dentro de interesses e valores comuns ou justapostos, demonstrando como o confronto é elemento fundamental da ação coletiva (TARROW, 2009). Tais organizações são vetores de capitais materiais e humanos que geram forte representação coletiva" (CEFAI, 2009, p. 19).

# 2 O DILEMA DO ACESSO À MORADIA: UM DIÁLOGO ENTRE O BRASIL E AS AMÉRICAS

Discute os processos políticos que constituíram as políticas de habitação e a regularização fundiária desenvolvidas no Brasil, em diálogo com a realidade das Américas, e em que medida eles influenciaram nos processos coletivos de produção informal. Questiona as perspectivas que referenciam o Estado como único agente de produção de moradia (políticas oficiais de habitação, agendas de construção e distribuição de unidades habitacionais, programas de financiamento público ou privados). Afirma ainda sobre ações coletivas de produção informal que devem ser levadas em consideração nas modalidades de moradia popular, como a autoconstrução, a autogestão orientada e os mutirões,

## 2.1 Um panorama sobre a urbanização e a posse da terra nas Américas: a questão do déficit de moradia

A Declaração Universal dos Direitos Humanos previu há meio século que o acesso à habitação adequada é um direito de toda pessoa e reforçou a necessidade dos governos em coordenarem junto a todos os setores da sociedade respostas efetivas às necessidades de moradia (FORO IBERAMERICANO Y DEL CARIBE SOBRE MEJORES PRÁTICAS, 2005)[7]. Em geral, a reflexão sobre o tema da habitação nas Américas é atravessado pelo fenômeno da informalidade, haja vista que tende a destacar os processos de urbanização e de disputas pelo acesso à posse da terra urbana. Quanto ao primeiro processo, estudos apontam que América Latina possui o maior processo de urbanização do mundo, 76%, e o maior nível de posse da terra, 73%, em relação à maioria de outras regiões no mundo (JHA, 2007), constituindo enorme déficit de habitação, apesar da criação de mecanismos em busca de cidades integradas.

No que diz respeito às disputas pelo acesso à posse da terra e sua ligação com a informalidade, partindo de dados das Nações Unidas, em uma nota sobre lições recentes do programa operacional e analítico da América Latina e Caribe, do Banco Mundial, Jha (2007) expõe a urgência de 28 milhões de unidades habitacionais para reduzir as condições precárias de moradia na América Latina, necessidade dificilmente atendida pelo fato de o preço do solo urbano no continente ser um dos mais caros do mundo e a informalidade da terra cobrir quase

[7] No cenário global, existe a Campanha de Segurança da Posse, promovida desde 1999 pelo Programa das Nações Unidas Para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT).

um terço da posse da habitação. Para o autor, a incapacidade dos mercados formais em acomodar a população urbana leva 128 milhões de pessoas a viver em locais periféricos. Sobre tal conjuntura, também em outra nota sobre lições recentes do programa operacional e analítico do Banco Mundial, Cira (2002) postula que em termos absolutos os pobres urbanos são o dobro dos rurais, chegando a uma marca de sete em cada dez pobres vivendo nas cidades, o que possibilita levar em conta que a taxa de pobreza urbana na América latina e no Caribe é a mais elevada do mundo, próxima a 39%.

Contudo, pode se destacar as diferenças entre os países nas Américas em relação à presença de assentamentos informais, como por exemplo, aqueles onde quase não há favelas[8] e aqueles nos quais mais da metade vive em assentamentos precários (FORO IBERAMERICANO E DO CARIBE SOBRE MELHORES PRÁTICAS, 2004)[9]. Dessa forma, de acordo com o estudo, enquanto na República Dominicana e na Jamaica os assentamentos precários representaram de 35% a 40% da população urbana em 2001, no Haiti a incidência foi de 85%. Bolívia e Peru possuíam população favelada de 60% da população urbana e Brasil, Argentina e Venezuela possuíam de 30% a 40% da população em assentamentos informais. Colômbia, Equador e Paraguai tinham um quarto de suas populações vivendo em favelas; Chile, Guiana, Suriname, Uruguai e Ilhas Falkland apresentaram menos de 10% de favelas do total de domicílios. A pesquisa alerta ainda para outro elemento pouco aprofundado nas estimativas e que reforça a precária condição da maioria dos pobres nas Américas Latina e Central: a segurança da posse. Isso indica que a situação pode ser mais grave se se levar em consideração a ausência de qualquer documentação de propriedade por populações numerosas e a insegurança e precariedade material que acarretam.

Jha (2007) aborda também sobre a importância do setor de habitação para a economia local e global por suas fortes externalidades no desenvolvimento econômico, na saúde pública e na estabilidade social, tornando-se o principal meio de acumulação de ativos para pessoas de baixa renda e constituindo mais de cinquenta por cento dos ativos familiares. De acordo com um estudo do Banco Mundial (WORLD BANK, 2004b) sobre a prestação de serviços urbanos

---

[8] O estudo segue a categoria de favela usada para a produção do relatório da UN-HABITAT, *Slums of the word: the face of urban poverty in the millennium*, de 2003. São grupos de pessoas vivendo sob o mesmo teto, com carência de uma ou mais condições descritas a seguir: acesso a água potável; acesso a saneamento; área propícia à habitação (não adensada); material de construção de qualidade; segurança da posse. Essa é uma definição operacional que reflete as condições que caracterizam as favelas no mundo.

[9] O Fórum América Latina e Caribe sobre Melhores Práticas surgiu em 1997 com o apoio do Governo da Espanha para servir como um braço regional na América Latina e Caribe do Programa Melhores Práticas e Lideranças Locais (BPLLP) da UN-HABITAT. O objetivo ainda hoje é criar condições de contribuição para a implementação da Agenda Habitat e a Agenda 21.

básicos às populações pobres de três cidades centro-americanas - na região metropolitana de San Salvador (El Salvador), na cidade de Tegucigalpa (Honduras) e nas cidades de Panamá y San Miguelito (Panamá) - o investimento em habitação e o fluxo de serviços que o setor gera nas Américas contribuem entre 7% e 18% do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo o estudo, a moradia representa entre 15% e 35% dos gastos do consumidor na maioria dos países e a inflação nos seus preços é um elemento significativo da inflação dos preços gerais ao consumidor. Além disso, os empréstimos ao setor contribuem entre 15% e 20% dos ativos dos sistemas bancários nos países industrializados.

Para Jha (2007), nas últimas décadas a habitação impulsionou tendências globais - urbanização, democratização, descentralização e globalização - que geraram desenvolvimento dos sistemas financeiros, ampliação de mecanismos de financiamento para habitação e mudanças legislativas governamentais. A grande quantidade de crédito para esse setor ampliou-se na última década, em especial pela estabilidade macroeconômica e pelo crescimento na titularização das hipotecas. A importância do setor de habitação no Brasil nas mais variadas estruturas sociais também é discutida por Maricato (2009). A autora relata que o modelo de provisão de moradia no Brasil se concentra na construção, manutenção e distribuição de um estoque produzido nas diversas facetas de promoção de habitação (oferta privada de casas, apartamentos ou loteamentos, promoção pública de casas ou apartamentos, autoconstrução em lote irregular ou na favela, autopromoção de casa unifamiliar de classe média, loteamento irregular etc.). Assim, ela busca superar a visão da relevância macroeconômica da habitação ao afirmar ser necessário pensar uma abordagem que trate a moradia como produto social e histórico diretamente ligado aos campos de atuação do Estado e das políticas de habitação.

Pensando a habitação como fenômeno socioespacial de produção do espaço, com ênfase nas políticas de Estado, pesquisas vêm discutindo como o crescimento das cidades brasileiras desde o final do século XIX acentuou a emergência de unidades domiciliares precárias, cortiços, favelas e loteamentos periféricos (BONDUKI, 1998; FERNANDES, 2008; MARICATO, 2000). Esses estudos se juntaram a outros (CARDOSO, 2015; DENALDI, 2003; MARICATO, 2009) e engrossaram as conclusões de que os matizes da produção informal de moradia expressam alternativas à insuficiência das políticas habitacionais por populações cuja precariedade econômico-financeira só possibilitou a inserção no espaço urbano por mecanismos avessos ao mercado formal imobiliário.

Esta linha de raciocínio parece estar em comunhão com outras perspectivas de estudos latino-americanos, os quais vêm na ineficácia das políticas públicas e dos mercados formais

de produção de moradia a lacuna para a produção das ocupações irregulares e ilegais (BOUILLON, 2012; CIRA, 2002; FORO IBERAMERICANO E DO CARIBE SOBRE MELHORES PRÁTICAS, 2004; JHA, 2007). Apontam, portanto, a situação de milhões de pessoas que vivem em assentamentos informais sem acesso ou com acesso limitado a recursos urbanos, em habitações deficientes, além da precariedade da posse da terra, do acesso inadequado a redes de transporte, da degradação ambiental e dos problemas sociais como a violência.

## 2.2 Processos formais de produção de moradia: um panorama de práticas e sentidos dos fins do século XIX até os anos 1990

Desde o período de expansão dos centros urbanos brasileiros no final do século XIX, é evidente que, embora tenha permitido a produção informal de moradia em momentos nos quais trabalhadores necessitavam de habitação para continuar em determinadas centralidades, o Estado republicano promoveu múltiplas ações no intuito de combater tais iniciativas, atuando de forma isolada ou focalizada e em planos nacionais para redução da demanda, a maioria das vezes associado ao mercado imobiliário formal. Segundo Denaldi (2003), desde os finais do século XIX, o Estado brasileiro passou a estabelecer regulações contra o surgimento de ocupações irregulares com práticas de remoções, substituição assentamentos informais por núcleos de habitação, planos de controle e erradicação de favelas, projetos de urbanização e loteamentos de áreas irregulares, além dos planos de construção de unidades habitacionais[10]. A autora coloca que durante quase todo o século XX, cortiços e favelas eram vistos pelo poder público como degradantes, imorais e ameaçadores à ordem pública, seguindo a lógica contemporânea higienista europeia.

Tal representação sobre a cidade contribuiu para a criminalização do problema habitacional entre os pobres, pois tratavam-se as ocupações irregulares como “casos de polícia”. Nesta perspectiva, Buonfiglio (2007) e Maricato (2009) discutem sobre a centralidade histórica do Estado brasileiro na produção e na distribuição de moradia, tendo em vista sua agência na operação construtiva e/ou financiadora do setor. O Estado é referenciado como o regulador da terra, das relações de trabalho, das regras de financiamento não públicos e o provedor de infraestrutura, o que o referencia como o agente possibilitador ou inibidor a

[10] Importante lembrar que segundo as constituições brasileiras de 1824 e 1891, a propriedade era tida como um direito individual, sem qualquer atenção para o seu interesse social. Era regulada como condição básica à inviolabilidade dos direitos civis e políticos, da liberdade e da segurança individual. Ver mais em Holz e Monteiro (2008).

abertura de espaço para investimentos privados e para projetos de urbanização, provisão e regularização de áreas informais. De acordo com Ribeiro (2003), no início do século XX, como o setor privado não atendeu à demanda dos problemas da habitação, com as vilas operárias e outros empreendimentos privados, a tarefa foi assumida em sua totalidade pelo poder público.

As análises de Bonduki (1998) e Bedê (2005) sugerem que do final do século XIX às primeiras três décadas do século XX, a limitação do acesso ao solo urbano, reforçada pela instituição da compra como única forma de acesso à terra, gerou uma política pautada na locação e dessa forma agentes de alta renda passaram a comprar terrenos e construir conjuntos de casas a serem alugadas por pessoas que dispunham a pagar aluguel para viver nas grandes cidades. A iniciativa privada passou a produzir moradias de aluguel destinadas a famílias de trabalhadores e da classe média. Tal atividade era altamente rentável, pois além da alta demanda houve incentivos fiscais para os que investiram no ramo e os valores do aluguel foram controlados pelo mercado, com reduzida intervenção do Estado. Soluções diferentes se deram apenas de forma pontual, como a construção de 40 unidades em Recife em 1926 pela Fundação A Casa Operária. Para Bonduki (1994), esse foi um expediente pioneiro, pelo fato de ter construído casas com valores de alugueis abaixo do mercado destinados a famílias de baixa renda, representando a primeira instituição pública do país a ser criada especificamente para produzir habitação com caráter social.

No que se refere à ação do Estado no setor de habitação em Belo Horizonte, as práticas da Prefeitura Municipal na capital mineira parecem seguir inicialmente os passos do governo federal. Guimarães (1992) se alinha com Bonduki (1998) e Denaldi (2003) ao discutir as condições estruturantes das favelas belo horizontinas pela ótica das ações do Estado na esfera habitacional. Para a autora, historicamente as favelas[11] são objeto de atenção do poder público, ora com a desocupação, acompanhada ou não de programas de urbanização ou construção de conjuntos de casas para os desabrigados, ora com a permanência da população no local, junto a ações de urbanização, regularização e legalização da posse da terra. Constata que antes de sua inauguração, Belo Horizonte já contava com áreas de ocupação, consequência da inexistência de um lugar para alojar os trabalhadores encarregados de construí-la na planta oficial da cidade.

No início da formação da cidade, o poder público não acionou grandes esforços para o fato devido à necessidade de manter grande contingente de mão-de-obra nos canteiros

[11] A autora referencia favelas como conjuntos de casas construídas em áreas invadidas, públicas ou privadas, e que em geral não dispõem de infraestrutura e urbanização.

construtivos, não impedindo as diversas ocupações irregulares em áreas próximas às construções. Todavia, à medida que o projeto oficial da capital foi ganhando contornos melhor definidos, a Prefeitura começou a regular a situação e designou em 1902 a "Área Operária", destinada à moradia de trabalhadores. Promoveu-se assim a primeira remoção de área irregular na cidade, ação comum por décadas na capital mineira. Estabeleceu-se então uma dinâmica singular no processo de ocupação do solo em Belo Horizonte até os anos 1930, em que os trabalhadores tomavam terrenos desvalorizados, com a conivência ou incentivo dos órgãos públicos. Com o passar do tempo, quando a área se valorizava ou quando sua presença não interessava, eles eram retirados pela prefeitura (GUIMARÃES, 1992).

A maioria das favelas localizadas próximo à área planejada de Belo Horizonte foi removida, segundo a autora, em um processo conduzido pela mentalidade modernizadora do planejamento urbano dos anos 1930, o qual buscava a contenção da "desordem urbana" para não perder o controle sobre as periferias. A remoção se tornou uma prática amparada pelo discurso da necessidade de obras urbanísticas e de saneamento de interesse coletivo, e da associação direta entre favelas, epidemias e criminalidade. Ao enfatizar a formação de um mercado imobiliário, antes mesmo da fundação da cidade, como sendo responsável pela produção do espaço urbano, a perspectiva de Costa (1994) difere da de Guimarães (1992) por dar maior ênfase a atuação desenfreada do mercado privado imobiliário na cidade. A autora define a experiência de viver na capital mineira em formação como uma aventura ilusória para a maioria dos moradores em função de o acesso à cidade ser controlado e regulado pelo mercado privado, no princípio por leilões públicos (definindo um caráter próprio de seleção dos habitantes e possibilitando a concentração de lotes e consequente especulação com os preços dos terrenos) e depois por uma dinâmica imobiliária própria[12].

Dos anos 1930 aos anos 1960, o governo federal brasileiro teve maior atuação na providência do estoque de habitação, iniciando com os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP), responsáveis pela construção de conjuntos habitacionais de grande porte a seus associados e que serviriam de modelos adotados pelo poder público federal nas políticas de produção de habitação (BAPTISTA, 2011). O Estado Novo, ao contrário da tendência em

[12] Segundo a autora, a dinâmica imobiliária forjada na capital mineira seguia a lógica do planejamento inicial, cujos critérios eram válidos para área privilegiada do plano original, a "zona urbana", com seu traço ortogonal de ruas e avenidas, hierarquizado pela proximidade de grandes espaços públicos (parque municipal, grandes praças, edificações públicas, avenida Afonso Pena). De acordo com Costa (1994), como espaços de segunda categoria, previu-se a "zona suburbana" (separada da zona urbana pela avenida do Contorno, com padrões mais flexíveis de urbanização e serviria como futura área de expansão da cidade) e a "zona rural" (para se construir o "cinturão verde" de BH, cujo objetivo se voltava ao abastecimento de produtos alimentícios para a capital).

Belo Horizonte descrita por Costa (1994), criou dispositivos para controle do mercado imobiliário, iniciando o período de uma prática estatal de padrão periférico de crescimento baseado na junção entre loteamento periférico, casa própria e autoconstrução (BONDUKI, 1998)[13]. Os encargos à solução do problema da moradia urbana passam para a responsabilidade do trabalhador e do Estado, através do financiamento ao auto empreendimento habitacional em loteamentos populares periféricos, o que viabilizou a materialização do ideal da casa própria, bastante fortalecido no período (BEDÊ, 2005; BONDUKI, 1998).

A Fundação da Casa Popular (FCP) foi efetivada em 1946 para servir como órgão central e coordenador da política habitacional para a população de baixa renda. Na opinião de Bonduki (1994), a FCP foi a primeira instituição em âmbito nacional voltada para a provisão de moradias sociais, alcançando relativo êxito entre meados dos anos 1950, período de construção de conjuntos e unidades habitacionais em Brasília, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Contudo, fatores como a ausência de recursos próprios, o reduzido alcance das medidas em todas as regiões do país, a pouca articulação entre instituições e órgãos estatais e a exigência da centralização dos recursos acumulados nos IAPs, não permitiram a realização de uma política habitacional efetiva (ANDRADE; AZEVEDO, 1982; BONDUKI, 1994).

Uma série de estudos admite que até meados dos anos 1960 os projetos habitacionais no Brasil atenderam parcamente a população de baixa renda. Segundo Denaldi (2003), por exemplo, a amplitude das remoções - solução vista pelos governos como a mais eficaz para manutenção da ordem - junto ao controle do preço dos alugueis nos anos 1940, que desestimulou a construção de casas para locação, aumentou a demanda por acesso à moradia e travou a entrada da população pobre ao mercado formal[14]. Experiências de urbanização foram realizadas junto a instituições não governamentais, mas sem sinais claros de alteração dos caminhos legais e institucionais.

De acordo com Andrade e Azevedo (1982), outro grave problema na constituição da política habitacional brasileira até os anos de 1960 refere-se aos mecanismos de autoritarismo e clientelismo dos regimes populistas que determinavam desde as regiões periféricas onde seriam construídos os conjuntos habitacionais e os critérios da escolha dos candidatos, ao

---

[13] Preocupado que a escassez produtiva da segunda guerra mundial conduzisse à elevação de preços, o governo federal acionou mecanismos para congelá-los em amplos setores da economia. A lei do Inquilinato foi promulgada em 1942, baseada numa medida semelhante tomada nos anos de 1920, congelando o preço dos alugueis e contribuindo para essa nova perspectiva de maior intervenção do Estado no setor habitacional.

[14] A autora afirma que a proposta do governo Dutra era extinguir as favelas e nos governos posteriores, por sua vez, pouca prioridade foi dada ao setor de habitação. Na gestão de Jânio Quadros é criado o Instituto Brasileiro de Habitação (IBH), considerado precursor do Banco Nacional de Habitação (BNH).

controle de comportamento social e individual dos moradores. Elucidam também o caráter emergencial das ações governamentais, haja vista que os interesses sobre os projetos habitacionais estiveram relacionados ao voto e ao prestígio político, com reduzida preocupação com a resolução dos problemas da habitação. Denaldi (2003) destaca o uso de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nos anos 1960, alocados em programas habitacionais diversos, em especial na modalidade de erradicação de favelas. Grandes conjuntos habitacionais padronizados foram construídos nas periferias com importação de modelos aplicados em diferentes contextos históricos.

Em Belo Horizonte, com a superação quantitativa da "zona suburbana" sobre a área planejada, o crescimento da população foi acompanhado, segundo Guimarães (1992), pelo aumento da população de favelas que ocupou terras em municípios vizinhos, em especial em Contagem, localizada a Cidade Industrial. Para a autora, durante as décadas de 1950 e 1960 prevaleceram ações paradoxais por parte da Prefeitura Municipal, pois suas práticas variavam entre as remoções e os cortes no abastecimento de água e luz das áreas ocupadas e o provimento de verbas e assistência técnica às associações de favelas.

Em 1955, a intervenção estatal se institucionalizou com a criação do Departamento de Bairros Populares (DBP), de acordo com a autora um fruto das pressões realizadas por organizações de defesa de interesse da população favelada em BH. Embora esse órgão municipal operacionalizasse a mentalidade das remoções presentes desde os fins do século XIX no Brasil, alterações significativas foram realizadas, como as de promover despejos apenas mediante a construção de conjuntos de casas para onde seriam transferidos os desalojados das favelas (CYRILLO; NASCIMENTO, 2010; GUIMARAES, 1992). Ainda em 1955 foi promovido o primeiro cadastramento de favelas do município, com o objetivo de levantar informações em benefício dos trabalhos do DBP. Em 1958 foi feito outro levantamento para a criação de uma relação oficial de favelas na cidade.

A gravidade do *déficit* habitacional[15] e a pressão de movimentos da sociedade civil na capital mineira resultaram em uma série de medidas que consolidariam, desde os anos 1960, a institucionalização de mecanismos estatais para tratar da proliferação das periferias na cidade. Seguindo uma tendência do governo federal, surgia a Superintendência de Terras Urbanas, que estudava possibilidades de promover uma reforma fundiária na cidade e controlar o preço da terra. Em 1963, após o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, o qual propôs

[15] De acordo com Costa (1994), nesse período mais de 120 mil pessoas viviam em 79 favelas, as quais ainda eram tratadas como questão policial. Era nítida a realidade da carência habitacional como resultado do aumento dos preços da terra e pelas migrações.

novas reflexões sobre uma política nacional de habitação popular, o governo do estado planejou, sem conseguir realizar, a construção de uma grande área de conjuntos habitacionais destinada a abrigar as populações faveladas removidas (120 mil pessoas em mais 25 mil domicílios), segundo Guimarães (1992), além da previsão de urbanização de favelas adjacentes na cidade[16].

No cenário brasileiro, as inflexões do Estado ao setor de habitação passaram por profundas mudanças com a fundação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) na década de 1960[17], os quais, para Bonduki (2008), impulsionaram a ideia do sonho da casa própria, com a expansão da concepção positiva da propriedade privada. O programa, considerado o mais efetivo do país na construção de provisões habitacionais (BONDUKI, 1998), esforçou-se em controlar o problema da moradia da população de baixa renda e manter a ordem social por meio de projetos de construção, urbanização e remoção[18]. Entretanto, sua atuação ainda é constantemente criticada pelo fato de ter beneficiado setores de rendas médias (BONDUKI, 2008; CARDOSO, 2015; DENALDI, 2003; MARICATO, 2000). Projetos de produção de lotes urbanizados e de manutenção dos moradores nas favelas foram destinados à população com renda de 0 a 3 salários mínimos, mas os resultados não foram expressivos, uma vez que 48% das unidades financiadas pelo BNH foram destinados aos setores de classe média (BONDUKI, 2008; DENALDI, 2003).

Cardoso (2015) explica a insuficiência dos programas do BNH à demanda da população de baixos rendimentos, pelo fato de a prioridade dada aos financiamentos para camadas de média e alta renda por parte do Estado ter atraído setores empresariais ao setor de construção civil, produzindo um *boom* imobiliário. O inadequado financiamento às camadas de baixa renda quanto ao acesso aos recursos gerou inadimplência, devido à compressão de recursos pelo gargalo da ausência de subsídios, ao arrocho salarial e à exigência de correção real dos débitos, dado o alto custo da moradia em relação aos níveis de rendimento. O autor

---

16 Guimarães (1992) afirma que o projeto não saiu do papel em função das mudanças trazidas pelo regime militar, que trouxe a questão da propriedade como base do novo regime e a favela como objeto de ação policial.

17 Devido à necessidade de uma política de habitação, em especial para a população de baixa renda, foi estruturado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) em 1964 e teve como órgão central o Banco Nacional da Habitação (BNH). Esse modelo de sistema dispunha de mecanismos econômicos que fomentavam a aquisição da casa própria e a construção de habitações de interesse social por intermédio da iniciativa privada.

18 Segundo Arretche e Rodriguez (1999), o modelo de intervenção pública inaugurado pelo BNH assentava-se em uma agência federal da qual saíam política nacionais. Para realizar programas habitacionais de interesse social, o BNH designava agentes promotores, como as Companhia de Habitação (COHAB), órgãos locais cadastrados ou governos estaduais e municipais. As agências gerenciavam o processo de produção da habitação (financiamento, promoção, comercialização) e às empreiteiras privadas cabia, mediante licitação, o processo de edificação.

destaca três heranças negativas deixadas pelo BNH. A primeira é referente à crença sobre a inexorabilidade dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como únicas fontes de investimento habitacional, conformando uma dependência dos governos locais ao governo federal; a segunda envolve a concepção de que as políticas habitacionais se reduzem à produção de conjuntos padronizados de moradia; e por fim a visão da necessidade dependente de uma estrutura técnico-administrativa burocrática para grandes projetos estatais.

Bonduki (2008) também aponta heranças de pressupostos deixados pela estrutura do BNH - reveladoras da insuficiência dos projetos públicos às reais demandas dos setores mais pobres da sociedade brasileira - que levaram à falta de controle social na gestão dos recursos, dentre as principais a adoção da casa própria como único acesso à moradia, sem considerar outras formas de acesso, e a falta de processos alternativos efetivos de produção de moradia, como a autoconstrução. Quanto aos projetos alternativos, Denaldi (2003) e Balbim e Krause (2014) demonstram, ao contrário, vestígios de que o BNH reconheceu sua incapacidade em atingir as populações de menor renda e seu descolamento das questões sociais. Para tanto, a partir de 1975, implementou uma série de projetos alternativos baseados na autoconstrução e destinados às faixas de mais baixa renda que não haviam sido absorvidas como clientela pelos programas convencionais financiados pelo SFH.

Nos finais dessa década foram criadas iniciativas como o Programa de Lotes Urbanizados (PROFILURB), o PRO-Morar e o João de Barro, destinados às melhorias habitacionais pela utilização de práticas de autoconstrução. Contudo, os trabalhos pontuam que tais projetos se mostraram paliativos para a não elaboração de um efetivo programa voltado à produção social da moradia. Em mais de 20 anos de existência do BNH, 250 mil unidades habitacionais (UH) foram provenientes de recursos de programas especiais (BALBIM; KRAUSE, 2014). Bonduki (1998) e Cardoso (2015) afirmam ainda que a favelização e o crescimento das periferias seriam resultados concretos das ações do BNH, com destaque para a ausência de resolução da situação de moradia das famílias removidas de áreas irregulares para conjuntos habitacionais, uma vez que devido à falta de condições para o pagamento do crédito imobiliário, retornavam às periferias, dando lugar a famílias de renda mais elevada.

Segundo Bonduki (2008), soma-se a isso o desastre arquitetônico e urbanístico das intervenções realizadas com os grandes conjuntos na periferia das cidades, gerando bairros dormitórios, desarticulação entre projetos habitacionais e políticas urbanas, desprezo pela qualidade dos projetos com soluções engessadas, sem preocupação com a forma da moradia, e desconsideração às singularidades regionais.

Estudos indicam que a expansão acelerada das áreas ilegais nas décadas de 1970 e 1980 se confunde com o colapso do sistema de crédito habitacional estatal. Essas duas décadas foram marcadas pela explosão da moradia subnormal - classificação do IBGE para residências em áreas irregulares, com imóveis distribuídos desordenadamente e sem acesso a serviços básicos - e coincidem com a extinção do BNH em 1986 e com o agravamento da crise econômica (WORLD BANK, 2004a). O fim do BNH gerou uma indefinição institucional sobre a questão da moradia no país e principalmente no que se refere à política habitacional (ARRETCHE; RODRIGUEZ, 1999). Para se ter uma ideia da situação de desorganização no setor, até os anos 2000 vários ministérios e secretarias foram criados a fim de gerirem a política habitacional. A partir daí, os investimentos em produção habitacional de interesse social foram reduzidos e a promoção de melhorias de condições habitacionais em ocupações irregulares deixou de ser priorizada (BONDUKI, 2008; DENALDI, 2003).

No caso de Belo Horizonte, Guimarães (1992) ressalta que entre 1964 e 1980 revelou-se um momento de "desfavelamento" na cidade, justificado por obras de sistemas de vias de fundo de vale, sistemas viários e alongamento de vias. A Coordenação de Habitação de Interesse Social do Município de Belo Horizonte (CHISBEL)[19], por exemplo, removeu, de acordo com a autora, entre 1971 e 1983, mais de 43 mil pessoas, mediante indenização em dinheiro, na maioria das vezes um valor insuficiente para adquirir novos terrenos.

Apesar de tratar do mesmo tipo de precariedade, Bedê (2005) fala de um modelo de atuação dos governos municipais que gerou um processo de "favelização" gradativa, em função de uma postura populista governamental quanto à distribuição de lotes em grandes conjuntos habitacionais nas áreas públicas localizadas na periferia da cidade. Outra postura dos governos foi o da omissão, cujo discurso considerava a atuação do poder público na produção habitacional de interesse social uma forma de atrair mais contingentes populacionais do interior do estado. De acordo com a autora, embora a capital mineira tenha recebido vultuosas obras do BNH, as enchentes ocorridas entre finais de 1970 e início de 1980[20], somadas à ampliação dos movimentos sociais de favelas, cujas reivindicações centravam-se

---

[19] A CHISBEL substituiu o DBP, a fim de criar programas de erradicação de favelas das áreas centrais das cidades e reduzir o número de ocupações informais, sendo os moradores transferidos para diversos conjuntos habitacionais localizados nas periferias. Foram removidas mais de quarenta mil pessoas das favelas (CYRILLO; NASCIMENTO, 2010).

[20] Entre os anos 1977 e 1983 a cidade de Belo Horizonte conviveu com índices pluviométricos acima da média, que somados a problemas no sistema de drenagem e o crescimento significativo da população provocaram inundações, desabamentos e perdas humanas. Vários bairros e regiões da cidade ficaram isolados pelas águas e inúmeras favelas e ocupações informais foram atingidas, exigindo respostas urgentes da Prefeitura não apenas quanto ao problema das enchentes, mas também a respeito da situação das áreas irregulares. Para mais informações consultar Werneck (2012).

na permanência das pessoas nas ocupações, impulsionaram a criação de um programa de urbanização de favelas, responsável pelo reconhecimento do direito dos moradores de permanecer na área ocupada.

O Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM) tinha proposta de promover o planejamento participativo junto a associações comunitárias. Para Baptista (2011), o programa foi um marco na política de favelas por desenvolver um modelo de urbanização com a participação de população local em trabalhos de mutirões na realização das obras, atingindo mais de 70 mil pessoas. Ao tratar da fragilidade do poder público em Belo Horizonte frente ao mercado privado nas diretrizes da produção do solo urbano, Costa (1994) afirma que o capital imobiliário nos anos 1970 continuou a acompanhar os processos de industrialização e expansão urbana iniciados na década de 1940. Ela defende que os mecanismos de política urbana constituídos em âmbito governamental criaram condições para o capital privado atuar e dessa forma, a pouca efetividade das políticas habitacionais em relação ao atendimento da população de baixa renda no acesso à cidade abriram espaço para atuação agressiva do setor privado e seu controle sobre grandes áreas. Ainda de acordo com Costa (1994), os resultados frágeis de esquemas formais do Sistema Financeiro de Habitação até os anos 1980 agravaram a situação habitacional durante as duas décadas seguintes, cristalizando formas de moradia precárias realizadas por iniciativa do próprio interessado.

No caso da América Latina, de acordo com um estudo do Banco Mundial (WORLD BANK, 2004b), os subsídios estatais à habitação, e não exatamente a ação dos mercados, principalmente nas economias planificadas, levaram a déficits que resultaram em pressões inflacionárias. Além disso, políticas de moradia mal planejadas tiveram pouca relevância em mobilidade residencial e laboral.

Apesar das perspectivas críticas que tratam da ineficácia das políticas habitacionais no Brasil e em Belo Horizonte, há autores que apontam para grandes avanços na questão da habitação. Para Santos Júnior e Ribeiro (1994), o cenário das cidades nos anos 1980 era paradoxal e instigante, pois apesar das carências e desigualdades sociais registradas, houve uma pequena reversão da pobreza nas cidades com avanços nas condições habitacionais, saneamento e infraestrutura. Motta (2004) aborda mudanças positivas das políticas habitacionais, argumentando que o acesso à habitação tem sido possível nas últimas décadas devido a fatores como a tolerância na aplicação das normas urbanísticas; a capacidade do setor não estruturado em produzir tipologias de habitação de baixo custo; a políticas urbanas e habitacionais que aproveitam terrenos e oferecem materiais de baixo custo; as políticas de melhoria e consolidação de áreas urbanas informais.

No estudo do Foro Iberamericano e do Caribe sobre Melhores Práticas (2004) elucida-se que desde os finais da década de 1970 o enfrentamento ao crescimento das favelas nas Américas mudou e as expulsões violentas e remoções forçadas foram substituídas pela relativa tolerância das ocupações ilegais, levando a um reconhecimento oficial de áreas de favelas e dos direitos das comunidades residentes e privilegiando urbanização de tais áreas. A tendência ao reconhecimento e à legalização de assentamentos informais em vários países principalmente da América Latina foi tratada por Rodrígues (2009) e Cockburn (2004). A primeira autora discute a existência de programas alternativos a exemplo da regulação por ajuda mútua e autoconstrução dirigida na Colômbia. No Brasil é perceptível que até o fim dos anos 1980 o poder público contava com dispositivos legais reduzidos para controlar os processos de uso, parcelamento e ocupação do solo urbano, tanto para regular o direito de propriedade, quanto para ordenar a reivindicada noção de função social da propriedade, oriunda da constituição de 1934.

Após o processo constituinte de 1988, as políticas de regularização passaram a atuar sob o argumento de que apesar de as favelas não serem constitucionalmente mencionadas, cabia à União, estados e municípios criarem dispositivos para resolução do problema da moradia. No texto constitucional, o direito à propriedade foi garantido enquanto direito fundamental (art. 5º, XXII), portanto, inviolável e essencial ao ser humano ao lado de outros direitos, como a vida, a liberdade e a segurança[21]. Por outro lado, foi atribuída à propriedade a concepção de interesse social[22] e com isso foi criada uma série de dispositivos legais e institucionais em proveito da urbanização, regularização fundiária e construções habitacionais.

Todavia, de acordo com Arretche e Rodriguez (1999), a constituição de 1988 não estabeleceu na área de habitação regras hierárquicas de gestão entre os três níveis de governo, abrindo espaço a qualquer nível de governo a implementação de programas. A generalidade

---

[21] A denominação da função social da propriedade não é tão recente. De acordo com Holz e Monteiro (2008), a partir da Constituição de 1934 o direito de propriedade não poderia ser exercido contra o interesse coletivo, ideia esta que se contrapunha à de propriedade como direito absoluto e inviolável da pessoa humana que permanecia até então. Tal princípio foi mantido nas Constituições de 1937 e 1946, sendo que na última constou também o direito à propriedade dentre os direitos individuais, além do social. A Constituição Federal de 1967 destacou o tema da "função social da propriedade", mantida inclusive na Emenda Constitucional de 1969, permanecendo o direito de propriedade sob os dois aspectos (social e individual). A crítica de alguns estudos e movimentos sociais de moradia é a distância entre o texto legal e a mentalidade e a prática da esfera judiciária e institucional nos confrontos pela terra urbana (LOURENCO, 2014; MIRANDA, 2012).

[22] Nos termos do Estatuto da Cidade (2001), a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende exigências de ordenação da cidade expressas no plano diretor, garantindo o atendimento das necessidades dos cidadãos em relação à qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento das atividades econômicas. O município, através do Plano Diretor, deve estabelecer critérios para aplicação da função social da propriedade urbana.

na carta estabeleceu a competência dos municípios de formulação e execução de programas de produção de unidades, portanto, os autores não acreditam que as novas regras constitucionais impulsionaram um novo arranjo nacional de distribuição de atribuições no âmbito da moradia. De acordo com Denaldi (2003), no período dos anos 1980 e 1990 a preocupação em melhorar o desempenho dos governos reforçou a valorização da concepção de *good governance* (boa governança), sugerindo a necessidade do desenvolvimento institucional com estratégias de monitoramento e a avaliação para garantir que os projetos de sucesso fossem replicados. Predominou o discurso de que a urbanização de assentamentos irregulares seria a estratégia para aliviar a pobreza e que o desempenho estatal seria basilar para evitar sua proliferação.

Segundo as análises do Foro Iberamericano e do Caribe sobre melhores práticas (2004), os primeiros programas efetivos de urbanização e regularização fundiária no Brasil ocorreram em Belo Horizonte e Recife, com a regulação e o parcelamento do solo, contribuindo para o surgimento do conceito de "urbanização específica", a qual propunha o tratamento parcial de situações de parcelamento do solo com critérios diferentes. Contudo, de acordo com o estudo, os impedimentos provinham do quadro jurídico da época ainda pouco favorável aos programas de regularização de favelas, pois o Código Civil de 1916 e o Código de Processo Civil garantiam ferramentas para expulsão dos ocupantes.

No caso de Belo Horizonte, a prática de remoções corria em paralelo com a tendência nacional de outras ações negociadas, tendo em vista o aumento dos assentamentos informais e a pressão de moradores e organizações da sociedade civil sobre os governos. Em 1983, foi instituído o Plano Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA), cujo objetivo era garantir ao morador da favela a propriedade de sua edificação. As favelas em terrenos públicos e passíveis de urbanização foram decretadas Setor Especial (SE-4), instrumento que possibilita seus habitantes a terem direito de permanecer no local, salvo em caso de remoção necessárias devido a riscos ou obras de urbanização. Junto a esse programa, institui-se outro modelo de regularização fundiária (e de urbanização de favelas), o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) em Recife, com intuito de reconhecer o direito dos residentes de permanecer no local.

Em 1983, para realização desse programa, foi criada a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), órgão administrativo do município responsável pelo planejamento e execução de intervenções de urbanização em favelas, vilas e conjuntos habitacionais de interesse social, operacionalizando suas ações (obras e serviços) por meio do Plano Global

Específico (PGE) (CYRILLO; NASCIMENTO, 2010; BAPTISTA, 2011)[23]. À URBEL cabia a elaboração e a execução da Política Habitacional do Município (PHM) e da gestão do Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP), atingindo atividades diversas desde a gestão dos projetos até a implantação de conjuntos. É o órgão encarregado da realização de programas decorrentes do Plano de Ação e Metas aprovado pela prefeitura. Algumas lacunas deixadas pelas pesquisas tratadas nessas primeiras seções fornecem indícios sobre a necessidade de pensar a habitação como um processo socioespacial experimentado nas relações entre agentes coletivos, caracterizado por formas históricas e situacionais de uso e de apropriação do espaço.

A partir de todos esses estudos, cabe a mim questionar as perspectivas cuja ótica analítica referencia o conjunto racional de práticas do Estado como única modalidade de produção de moradia. Desse modo, o poder estatal é considerado o responsável pelo crescimento histórico de assentamentos informais e de sua situação de precariedade, haja vista que a única solução para a demanda de moradia no Brasil é a política oficial de habitação, provida de uma agenda que se orienta pela construção e distribuição de unidades habitacionais em conjuntos por meio de programas de financiamento público ou privados. Por vezes, o Estado é visto como ferramenta necessária à ingerência da iniciativa privada na organização urbana e como resultado tem-se uma cidade privativa a setores de poder financeiro.

Contudo, embora o poder público seja constitucionalmente o principal responsável pela moradia no Brasil, existem ações coletivas históricas de produção informal nas modalidades de autoconstrução ou mutirões que devem ser levadas em consideração, porque representam tipos de políticas de moradia e de organização comunitária com capacidade decompor de grandes contingentes populacionais e de negociar com o Estado o acesso a recursos básicos urbanos. A participação popular, no que diz respeito às decisões sobre o setor da habitação, é ressaltada nessas pesquisas apenas no campo das instituições oficiais e dos canais formais de interlocução com o Estado, sem problematizar o fato de que as medidas estatais ainda prevalecentes até os anos de 1980 foram as remoções e a criminalização da produção informal de moradia.

---

[23] O PGE é instrumento de planejamento que orienta as intervenções de reestruturação urbanística, ambiental e de desenvolvimento social em favelas, vilas e conjuntos habitacionais de interesse social. Consiste em um estudo aprofundado dessas áreas para apontar os caminhos de melhoria de qualidade nesses locais e integrá-los ao conjunto da cidade. O PGE tem suas intervenções sendo executadas por equipes multidisciplinares perante o Grupo de Referência (GR), composto por representantes de moradores dos moradores das localidades. Até 2010, foram concluídos 54 PGEs, atingindo mais de 280 mil habitantes e mais cinco PGEs em execução, chegando a mais de 31 mil pessoas (BAPTISTA, 2011). O PGE é um pré-requisito para a participação da comunidade no Orçamento Participativo em suas mais variadas vertentes.

A Constituição de 1988 ampliou o universo da negociação entre famílias e movimentos sociais de moradia com o Estado, mas é necessário relatar e refletir a existência histórica de agentes coletivos que possuem lógicas próprias de fazer política habitacional com as próprias mãos (DELECAVE; LEITÃO, 2012, p. 59) de forma tensamente negociada com outros agentes urbanos. Os avanços jurídicos ocorreram de forma lenta e gradual em relação às demandas por moradia de populações sem casa e acabavam não respondendo as históricas necessidades de um país em rápido processo de urbanização. As pesquisas apontadas nas seções acima discutem o crescimento de áreas irregulares e suas causas, além das condições precárias de sobrevivência dos agrupamentos urbanos periféricos, mas deixam em segundo plano a agência dos pobres em acordar e confrontar o Estado, os mercados privados ou as agências multilaterais, quanto à organização e mobilização de recursos em processos de negociação e de enfrentamento para fazer valer seus projetos de cidade.

O tema da regularização fundiária no Brasil, ainda de difícil resolução, não foi sistematicamente considerado pelos órgãos do poder público e pouco pelas pesquisas citadas nessas primeiras seções, mesmo com as constatações de que uma política habitacional efetiva aos moldes da economia de mercado deve se pautar por algum modelo de segurança urbana e jurídica sobre a permanência no terreno ocupado. A discussão com ênfase no confronto entre o direito à propriedade e o direito à moradia não teve a relevância devida na literatura pesquisada. O tema se faz fundamental e deve estar associado à análise da produção de sentidos realizada pelos agentes coletivos em seus projetos de cidade, a respeito da propriedade privada e dos direitos à moradia. O fato de possuir propriedade não é naturalmente condição *sine qua non* para se morar, mas é o conjunto de significados positivos atribuídos à propriedade privada o caminho para se entender a associação literal entre a casa própria, realização pessoal, fonte de renda, *status* positivo.

Para além dos fracassos das políticas públicas e dos efeitos negativos dos mercados imobiliários mencionados pelos autores é necessário compreender como os agentes coletivos da cidade constroem e usam linhas de força (circuitos, redes, arranjos políticos) nas disputas pela cidade, a fim de responder de que maneira as relações entre eles produzem subjetividades específicas que articulam o legal e o ilegal (BIRMAN, 2015a) dentro das realidades urbanas.

As subjetividades populares não podem ser analisadas isoladamente da temporalidade das ações estatais de remoção, criminalização, reconhecimento, controle ou abertura à ação dos mercados imobiliários, manutenção, urbanização, regularização e provisão, e das ações da iniciativa privada em conquistar os espaços da cidade. A naturalização do Estado como único produtor de projetos habitacionais e de urbanização, sem balizar suas relações com os setores

populares e privados interessados, parece ser um acordo argumentativo nas pesquisas supracitadas, o que acaba por prescindir uma diversidade de agenciamentos[24], principalmente dos agrupamentos populares que ocupam terrenos e promovem um tipo de produção do espaço. Questiona-se aqui a ausência de uma averiguação sistemática da construção das relações do Estado com outros agentes coletivos, em especial as populações de sem casa, a fim de evitar análises de práticas independentes sem amarras e dissonâncias entre aqueles que disputam acessos na cidade. Estado, iniciativa privada, cidadãos agindo individualmente ou coletivamente e movimentos sociais operam valores e ações orientados segundo contextos históricos e situações locais específicas e não de forma isolada ou determinada por alguma estrutura totalizada.

## 2.3 Políticas habitacionais e os processos de regularização nos anos 1990 e 2000 nas Américas: novas práticas e significados sobre a moradia?

Estudos vêm tentando demonstrar que as políticas de habitação no Brasil após a constituição de 1988 não foram tão efetivas quanto esperavam movimentos sociais, pesquisadores, partidos e governantes progressistas. Bonduki (2008) relata princípios de flexibilidade, descentralização, diversidade e reconhecimento da cidade real, adotados como novos referenciais das questões urbanas pela rejeição a programas convencionais baseados no financiamento direto à produção de grandes conjuntos habitacionais e em processos centralizados de gestão. Na mesma direção, Arretche e Rodirguez (1999) aludem iniciativas de redefinir a gestão da habitação no país. Segundo Cockburn (2004), nos anos 1990 as políticas de regularização de assentamentos alcançaram aceitação unânime. Para organizações que representam os pobres estas políticas respondem às demandas de cidadania, inclusão e integração às cidades, enquanto para outras visões, acordos de políticas neoliberais e a formalização de propriedade com títulos colocam os pobres no mercado.

Cardoso (2015) ressalta que os ajustes fiscais dos anos 1990 criaram obstáculos a investimentos voltados à urbanização e produção de moradias aos setores de baixa renda, devido às políticas macroeconômicas que acabaram por reduzir a intervenção de agentes públicos nas políticas habitacionais. Contudo, Bonduki (2008) evidencia que nesse período no

[24] De modo geral, entendo agenciamentos não como a reproduções das estruturas existentes, mas os sentidos construídos nesse processo, ou seja, refere-se á intenção e ao estabelecimento de relações. Desta forma, pessoas e agrupamentos se conectam sem perder suas variadas condições de existência. Os agenciamentos são coletivos porque são compostos de múltiplas forças de caráter subjetivo e objetivo, responsáveis por constituir territórios.

Brasil houve uma concentração do déficit habitacional nas faixas de menor renda, crescendo mais de 40% nos setores abaixo de dois salários e 26,5% nos setores acima de cinco salários. Para o autor, outro componente singular das demandas habitacionais é o alto déficit qualitativo, formado por moradias que apresentavam deficiências no acesso à infraestrutura ou no adensamento excessivo, necessitando de intervenções para condições razoáveis de moradia. Além disso, constatou-se grande quantidade de imóveis vagos e depreciados em locais urbanizados e com infraestrutura. Cardoso (2015) ressalta que os ajustes fiscais dos anos 1990 criaram obstáculos a investimentos voltados à urbanização e produção de moradias aos setores de baixa renda[25], devido às políticas macroeconômicas que acabaram por reduzir a intervenção de agentes públicos nas políticas habitacionais.

De acordo com Cardoso e Valle (1999), embora os processos de descentralização e municipalização de políticas habitacionais passassem a adotar formato institucional, marcado pela ampliação da iniciativa local, graves limitações surgiram e permanecem no cenário das políticas habitacionais da década de 1990[26]. Além da ineficiência e do clientelismo na distribuição dos recursos, os autores apontam para a pouca clareza do alcance real de realização das políticas habitacionais locais, limitadas pela capacidade financeira dos entes federativos. Um terceiro ponto importante é destacado pelo modelo ambíguo de descentralização existente na constituição federal no campo da moradia, haja vista que o texto amplia as atribuições municipais e, por outro lado, mantém a superposição de atribuições entre os níveis de governo. O resultado foi a ausência de prioridades e critérios redistributivos para alocação dos recursos em nível federal (CARDOSO; VALLE, 1999). No governo Collor (1990-1992), o Ministério do Bem-estar Social, responsável pela alocação de recursos do FGTS, concedeu financiamentos a índices muito superiores à disponibilidade do fundo, comprometendo os gastos e criando obrigatoriedade de desembolsos apenas para cumprimento de contrato.

Entre 1990 e 1992a sociedade conheceu o Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH), que propôs e não cumpriu o financiamento de 245 mil moradias em 180 dias. Durante o governo Itamar Franco (1992-1995) foram lançados mais dois planos voltados para a construção de casas para a população de baixa renda: o "Habitar Brasil" e o "Morar Município", fracassados, em especial, pela incapacidade dos municípios em captar recursos

[25] Importante destacar o lançamento do Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), em 1990, financiado com recursos do FGTS e voltado para famílias com renda até cinco salários mínimos.

[26] De acordo com Balbim e Krause (2014), entre 1995 e 2003, cerca de 85% dos recursos da União à habitação foram aplicados nas famílias e não na produção e apenas 8,5% foram destinados à baixíssima renda (até 3 salários mínimos), faixa que concentrava 83,2% do déficit quantitativo. 42% dos recursos foram utilizados para compra de imóvel usado.

para realização dos mesmos (DENALDI, 2003). Dessa forma, a fragilidade institucional dos municípios no setor habitacional tornava difícil a realização de medidas de descentralização favoráveis (ARRETCHE; RODRIGUEZ, 1999).

Ribeiro (2007) afirma que na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1994-1997; 1998-2002) não houve tratamento efetivo para a resolução das deficiências de gestão, financiamento e desenvolvimento de canais de participação da sociedade civil no setor habitacional. O reconhecimento da importância da questão fundiária e da proporção da ilegalidade nas cidades não garantiu medidas para o exercício da noção de função social da propriedade e mesmo com a criação de fundos, conselhos municipais e Planos Nacionais de Habitação não se institucionalizou espaços de negociação exigidos por associações e movimentos sociais. Cardoso (2015) avança na crítica às formas de enfrentamento à questão da moradia no período, inferindo que a reorganização do aparato institucional não impediu as limitações da atuação do agente operador dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Caixa Econômica Federal (CEF), e das linhas de financiamento. Explica que isso ocorreu pelo fato de o processo ter sofrido interferência do ajuste fiscal promovido pelo Plano Real, o qual promoveu uma expansão muito limitada dos investimentos habitacionais.

O cruzamento de informações entre o plano de ação dos governos e o resultado obtido demonstrou uma limitação econômica da política habitacional. Houve, por exemplo, impedimento de empréstimos do FGTS para outros níveis de governo e drástica redução dos recursos, com uso de apenas 16,7% do previsto (CARDOSO, 2015), após a descoberta de erros e fraudes no governo Collor (1990-1992). Até os anos 2000, a principal inovação ficou por conta da aprovação do Sistema Financeiro Imobiliário, voltado para as faixas de renda mais altas e que foi operado com recursos da iniciativa privada nacional e internacional[27].

Mecanismos de enfrentamento do déficit habitacional após os anos 2000 ainda são considerados insuficientes por inúmeros estudos. Na opinião de Bonduki (2008), um exemplo disso é o Ministério das Cidades, criado em 2003 para ocupar o vazio institucional que havia desde o fim do BNH, mas ainda limitado pelo poder da Caixa Econômica Federal, que direciona a aprovação dos pedidos de financiamentos. O autor cita o caso do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, o qual pressupõe, apesar de não garantir, a alocação de parcelas significativas do orçamento para fins de subsídio, inclusive contrariando a política de

[27] Outros instrumentos para implementação da política habitacional são criados nesse período, como o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (DENALDI, 2003), oriundos da 1ª Conferência Nacional das Cidades em 2003, oriundos da 1ª Conferência Nacional das Cidades em 2003.

criação de superávit primário. O Projeto Moradia[28], visto por ele como um dos grandes projetos de política pública dos anos 2000, passa por dificuldades devido a políticas econômicas adotadas em continuidade às linhas gerais do governo FHC. Com taxas de juros altas e restrições à utilização de fontes fiscais reduziram-se as possibilidades de realização de fundo de subsídio significativo para atender a população de baixa renda (BONDUKI, 2008).

No que diz respeito à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Borges, Costa e Mendonça (2015) discutem a insuficiência das alternativas de redução do déficit habitacional por parte das políticas públicas, inclusive do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)[29], ao destacarem o baixo número de unidades contratadas em relação ao déficit habitacional da região metropolitana - considerando que 91% desse déficit estavam localizados na faixa de renda mensal de até três salários mínimos, o atendimento chegou apenas a 7% do déficit nessa faixa de renda. Os empreendimentos ficaram concentrados no chamado eixo industrial da RMBH, região de maior dinamismo econômico. Para os autores, a intensa produção habitacional na RMBH na última década e sua expansão para segmentos de menor renda parece não produzir impactos positivos sobre espaços periféricos tradicionais da região metropolitana. Assim, este cenário da RMBH, de acordo com Borges, Costa e Mendonça (2015), agravou as desigualdades e a exclusão na região, mesmo que o discurso estivesse voltado para a adoção de práticas socioespaciais e políticas de justiça social.

Tal realidade conjuntural e estrutural é debatida também em relação às Américas, porém a maioria das pesquisas utilizadas nessa seção não explica a situação, apenas apontam o déficit habitacional e os problemas de acesso à terra urbana pelos processos de ajuste estrutural e fiscal de governos neoliberais e pelo estatuto jurídico e cultural da propriedade privada, mas destaca as marcas das heranças negativas das práticas interventivas centralizadoras dos Estados ao longo das últimas quatro décadas. Para Cira (2002), por exemplo, a proliferação de bairros de favelas urbanos nas Américas Latina, Central e Caribe se deve a marcos reguladores, jurídicos e institucionais obsoletos quanto ao uso da terra, às

---

[28] O projeto Moradia é uma proposta formulada pelo Instituto Cidadania na área de política habitacional e urbana, cujo discurso e projetos tendem a criar dispositivos de resolução do problema do déficit de moradia no país.

[29] O PMCMV é um pacote habitacional que inicialmente contou com investimentos estatais vultuosos no intuito de produzir um milhão de moradias nos dois anos seguintes à sua implementação em 2009. Os autores lembram o foco do PMCMV em atender a faixa de renda até três salários mínimos, chamada faixa 1, com renda até R$1.600,00, por meio de uma linha específica, financiada pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), com recursos provenientes do Orçamento Geral da União. Tais recursos são distribuídos pela Caixa Econômica Federal, através da avaliação dos projetos submetidos por empresas ou entidades. O poder público municipal, por sua vez, aprova os projetos para a faixa 1 por cadastramento em ordem de prioridades de atendimento. Ressaltam que na RMBH, foram contratados até 2012, 45 empreendimentos com 11.198 unidades habitacionais em quinze municípios.

normas urbanísticas, aos registros de propriedade e à titularidade da terra, todos eles ainda presentes atualmente. Então, mesmo as bem intencionadas políticas de habitação de caráter federal ou nacional, com todos os equipamentos e serviços, promovem um filtro que exclui os mais pobres, ou por não terem acesso a alternativas do mercado hipotecário privado e pelo fato de os setores médios se apropriarem dos programas.

Em uma pesquisa do World Bank (2004b) sobre a prestação de serviços urbanos básicos às populações pobres de três cidades centro-americanas - na região metropolitana de San Salvador (El Salvador), na cidade de Tegucigalpa (Honduras) e nas cidades de Panamá y San Miguelito (Panamá) - elucida-se que as capitais dos países da América Central proliferaram sem programas de gestão de crescimento, cenário ampliado nos anos 1990, resultando em uma expansão caótica caracterizada pelo uso extensivo da terra. Isso levou a extensão de alguns bairros a zonas de difícil acesso e de vulnerabilidade. De acordo com o estudo, a maior parte da população pobre nesses países vive nas cidades apontadas.

No Panamá, 41% da população total do país e 9% do total dos pobres estão concentrados na área. As três cidades convivem com escassez de pessoal e recursos, com a baixa capacidade de gestão, com administrações do solo urbano que se limitam ao ordenamento territorial simplificado e com normas engessadas a serem cumpridas e aprovações de terrenos e de empreendimentos tardias. Outros estudos apontam para a pouca ou nenhuma informação a respeito dos mercados de terras nas Américas, a falta de informações dos usos do solo e das características dos terrenos, dos preços e dos tipos de compras nos mercados formal e informal, além da falta de coordenação interinstitucional entre agências que operam o setor habitacional. Tal conjuntura cria lacunas entre a oferta de habitação e seu financiamento, o que reduz a oferta aos mais pobres. Entretanto, existem posições controversas quanto à insuficiência das alternativas e dos dispositivos de redução do déficit habitacional, inclusive com discussões que revelam os anos 2000 como palco de mudanças e possibilidades de acesso à terra urbana por meio de planos de regularização e urbanização fundiária, iniciados nos anos 1990.

Jha (2007) é parte de um grupo de pesquisadores que não compartilha com as posições da literatura crítica ao período, pontuando o esforço do Brasil em reformar o mercado e reduzir seu déficit habitacional, em especial nas famílias de baixa e média renda, realizando reformas que se iniciaram em 1997 com a lei que estabeleceu um marco de titularização de hipotecas. De acordo com Arretche e Rodriguez (1999), os municípios tomaram várias iniciativas, variando entre tomadas ideológicas, capacidade administrativa para implementação de programas e condições de captação de recursos financeiros. Fazendo o que

suas possibilidades orçamentárias e recursos institucionais permitem, aqueles com maior densidade populacional criaram seus programas de urbanização de favelas, oferta de lotes, autoconstrução assistida, além de medidas de intervenção no mercado fundiário e oferta de unidades.

Pesquisas apontam para uma maior atenção aos assentamentos informais e a preocupação com políticas públicas de preservação das redes sociais criadas no interior desses territórios. O objetivo vem sendo localizar e reconhecer as áreas irregularmente ocupadas, ao invés de realocar moradores em conjuntos, por meio de ações de melhoramento urbano cujo discurso se volta para práticas integradas de alívio da pobreza (FORO IBERAMERICANO Y DEL CARIBE SOBRE MEJORES PRÁTICAS, 2005). O Estatuto da Cidade, lei brasileira de 2001 que regulamentou os artigos da Constituição Federal a respeito do 'direito à cidade"[30], estabeleceu diretrizes gerais da política urbana e é bastante mencionado por contribuir para esse novo cenário da habitação nacional. A lei apresenta objetivos, como gestão democrática da cidade, regularização fundiária, combate à especulação imobiliária e sustentabilidade ambiental e para isso apresenta diversos mecanismos para materializar o "direito à cidade", tratado como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e ao transporte, ao trabalho e ao lazer[31].

O estudo do Foro Iberamericano e do Caribe sobre Melhores Práticas (2004), enfatiza que o direito à moradia é reconhecido como direito assegurado - Emenda Constitucional brasileira, número 26, do ano 2000 -, e reforça a importância do Estatuto da Cidade. Elucida que por meio dele, o Ministério Público fortaleceu a fiscalização sobre a legislação ambiental e sobre os governos em busca dos processos de regularização e do controle sobre o uso e ocupação do solo urbano e contribuiu para impulsionar debates e propostas discutidas no parlamento nacional, na Caixa Econômica e no Ministério das Cidades. De acordo com o

---

[30] O Estatuo das Cidades foi criado em 2001 e tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais da política urbana a partir de normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana. Para mais informações a respeito da constitucionalidade que envolve o "direito à cidade", ver artigos 5º, 7º, 8º, 39º do Estatuto da Cidade; artigo 1228 do Código Civil; artigos 5º, XXI e XXIII, e 225º da Constituição Federal (a respeito da função social da propriedade).

[31] O Estatuto, cujo discurso reforça o ideal de "direito à cidade", institui mecanismos como planos diretores, parcelamento, edificação ou uso de compulsórios, IPTU progressivo no tempo, desapropriação com pagamentos em títulos de dívida pública, usucapião especial, concessão de uso especial para fins de moradia, direitos de superfície, direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, operações urbanas consorciadas, transferência do direito de construir, estudos de impacto de vizinhança, consórcio imobiliário.

estudo, o Ministério das Cidades[32], criado em 2003, estimulou a organização humanizada do espaço urbano e ampliou acesso sustentável a terra urbanizada, representando um novo paradigma das políticas públicas por solidificar um modelo de gestão pública que supera recortes setoriais, buscando integrá-los.

Em Belo Horizonte, o cenário dos anos 1990 começa a se configurar de maneira diferente do âmbito nacional, segundo alguns autores, em especial pela configuração das administrações progressistas realizadas no início da década. Em 1993 o Sistema Municipal de Habitação (SMH)[33] marcou o início de uma política habitacional que objetivava reduzir o *déficit* habitacional e que é mantida, segundo Baptista (2011), em grande parte pelos atuais governos. Outra transformação significativa na reestruturação do ordenamento urbano se deu, de acordo com Miranda (2012), com a elaboração do primeiro Plano Diretor Municipal, na gestão de Patrus Ananias (1993-1996), aprovado com participação da sociedade civil em várias audiências públicas regionais e uma na capital. A autora dialoga com Bedê (2005), quanto à importância da realização do Orçamento Participativo (OP) em 1993 e do Orçamento Participativo da Habitação (OPH) [34] em 1995, com o intuito de definir parte das aplicações dos recursos municipais disponíveis em várias obras de infraestrutura, através de fóruns regionais e de um fórum municipal.

De acordo Baptista (2011) e Bedê (2005), o orçamento participativo foi o principal programa de produção de moradia para população de baixa renda da Prefeitura, porque atendeu a população que não tinha acesso a linhas de crédito existentes (com faixa mínima de três salários mínimos). Baptista (2011) e Miranda (2012) ampliam o debate ao ressaltarem que tais programas estavam balizados pela participação dos movimentos sociais populares organizados. Dessa maneira, Conselhos, Fóruns e Conferências são vistos por tais autores

---

[32] Baseado nas informações de Bonduki (2008), o Ministério das Cidades tem a Secretaria Nacional de Habitação como sua autarquia, sobre a qual pesou a responsabilidade de formulação de um Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SHNIS). O sistema articularia as políticas setoriais com vistas ao enfrentamento da questão urbana. O controle social do empreendimento competia ao Conselho Nacional das Cidades cuja a tarefa principal era a da gestão dos recursos destinados ao fomento de unidades habitacionais para famílias de baixa renda.

[33] O Sistema Municipal de Habitação tem como função propor e executar a Política Municipal de Habitação (PMH) e é composto pelo Conselho Municipal de Habitação (CMH), pelo Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP) e pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). O FMHP tem recursos provenientes de financiamentos federais, estaduais e municipais, além de contribuições de pessoas físicas e jurídicas, a serem aplicados na urbanização de vilas e favelas, na construção e reconstrução de unidades habitacionais, na urbanização de lotes e na aquisição de imóveis para programas habitacionais de interesse social. Maiores informações ver em Baptista (2011).

[34] As famílias interessadas se filiavam ao Núcleo de Sem Casa, cadastravam-se na Secretaria Municipal Adjunta de Habitação (SMAHAB) e participavam de núcleo organizado de lideranças de bairro, devendo ter renda salarial de até 5 salários mínimos, morar em BH pelo menos dois anos e não possuir outro imóvel. Assim, o governo municipal definia o recurso disponibilizado e o número de moradias a serem construídas no período.

como garantia de inserção da sociedade civil nos processos de decisão e planejamento das políticas setoriais do município.

A partir dos anos 2000 foram criados ou reelaborados em Belo Horizonte programas e instituições em função das demandas de uso e apropriação da terra urbana (BEDÊ, 2005). Nesse ano, foi criada a Secretaria Municipal Adjunta de Habitação (SMAHAB), responsável pela construção de novas habitações e pelo reassentamento das famílias de áreas de risco ou desapropriação[35]. Em 2005, de acordo com Baptista (2011), após a revisão do PGE, foi criado o programa de intervenção estruturante chamado Vila Viva[36], que objetivava atingir, até 2010, 25% da população moradora de vilas e favelas, ou seja, 81 mil pessoas. O autor afirma que a URBEL programou um programa educacional junto com a Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana (SMARU), que priorizou atividades informativas sobre as diretrizes estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade, conscientizando moradores de vilas e favelas sobre prejuízos do adensamento habitacional e a respeito da proibição de ocupação ou reocupação de áreas públicas. Embora critique a forma como fora realizado o trabalho da URBEL, em função dos problemas de restrição de acesso á informação, fragmentação da participação, limitação de atribuições coletivas e cooptação de lideranças, Baptista (2011) aponta a importância do seu caráter pedagógico, quanto às formas de participação popular, além da redução drástica de remoções realizadas na cidade.

No que diz respeito à América Latina, diante da situação de exclusão social e espacial nas últimas duas décadas, algumas administrações locais latino-americanas passaram a reconhecer direitos dos moradores de assentamentos informais em ter acesso à terra urbana e a programas de regularização (CIRA, 2002; JHA, 2007; WORLD BANK, 2004a, 2004b). Para o estudo do Foro Iberamericano e do Caribe sobre Melhores Práticas (2004), a maioria de tais programas tem sido realizada pelo poder público local, embora algumas políticas tenham sido desenvolvidas no âmbito nacional e subnacional. Vem ocorrendo então uma tolerância maior do Estado e da opinião pública na América Latina no sentido de que tais áreas devem ser urbanizadas e regularizadas, com intuito de tentar evitar remanejamentos. O estudo ressalta que o direito dos moradores tem sido respeitado, com indenizações por

[35] Baptista (2011) aponta dois tipos de atendimento em Belo Horizonte: o primeiro, pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), em que unidades são vendidas a famílias selecionadas, em especial aquelas cadastradas no Programa Bolsa Família e cadastradas no OPH, com empreendimentos inseridos na malha urbana com toda infraestrutura básica. O segundo é PMCMV Entidades, em que os financiamentos são destinados a famílias organizadas em entidades sem fins lucrativos, como os Núcleos de Sem Casa, levando em conta que a construção pode ser feita por administração direta, empreitada ou autoconstrução.

[36] A atuação do programa deve a investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e da Caixa Econômica Federal.

benfeitorias realizadas ou oferta de alternativas habitacionais no assentamento ou entorno. Em relação aos avanços no enfrentamento da informalidade, aponta-se que Brasil, México[37] e Venezuela vêm buscando formas de reduzir os efeitos da insuficiência de projetos de resolução do déficit de moradia e da precariedade que envolvem essa realidade.

Cira (2002) traça elementos de base para garantir o acesso dos pobres aos bens urbanos: a recuperação de custos - com estudos sobre a planificação do projeto em relação à capacidade e à disposição da comunidade para pagar os investimentos -; a participação direta da comunidade nas decisões para garantir serviços de infraestrutura mais adequados; a integração direta com as cidades, as vias de acesso à água e saneamento; a idoneidade das instituições e a regularização, que garante a durabilidade do projeto em longo prazo e o pagamento dos habitantes pelas melhorias, ou seja, dos impostos sobre os bens. Nesse viés, segundo o autor, os projetos no México, Brasil e Venezuela, enfatizam as políticas de habitação e de posse da terra, buscando prevenir o surgimento de novos assentamentos informais.

Nesta seção é possível destacar mudanças de perspectiva em relação ao setor habitacional no Brasil e nas Américas entre os anos 1990 e 2000. Segundo uma parte das pesquisas, a consolidação das políticas neoliberais propiciaram medidas de reconhecimento dos assentamentos informais e sua consequentemente formalização. Alude-se ao crescimento de unidades construídas, de programas de crédito às populações de baixa renda e de programas de urbanização e regularização de áreas antes tratadas como ilegais. Ressalta-se um período de práticas estatais que reformularam os mercados imobiliários, descentralizaram positivamente as decisões sobre a provisão de moradia, toleraram a presença de assentamentos irregulares nos locais de origem e incentivaram a participação de movimentos sociais. Em debate direto com essa visão, estudos demonstram nesse mesmo período a eminência de uma urbanização desorganizada e voltada aos interesses dos mercados financeiros, destacada pela privatização do uso do solo urbano, a ausência de gestão para o crescimento das cidades, a redução da participação da sociedade civil na administração das políticas urbanas e a oferta restrita de terras e crédito habitacional aos mais pobres.

Os trabalhos que entendem como positivas as mudanças ocorridas nos anos 1990 e 2000 no setor da habitação não explicaram as contrapartidas exigidas das partes interessadas, em especial o Estado - alvo de reestruturações a partir da perspectiva de *good governance,* a

[37] Para Jha (2007), há experimentações como CEMEX no México, que congela preços de materiais de construção para consumidores pobres com novas opções de pagamento com cotas baixas e assessorias de construção.

qual orienta princípios de descentralização, intersetorialidade, práticas integradas, reorganização institucional, planejamento racional e sustentável, etc - e as populações dos assentamentos - alvo de políticas focalizadas de redução das desigualdades - para que os processos de regularização e urbanização pudessem se estabelecer. Não foi discutida de que forma os diversos agentes interessados na organização urbana participam das negociações sobre formulação dos projetos.

As pesquisas utilizadas nesta seção não desenvolveram as razões pelas quais governos e agências multilaterais mudaram de orientação quanto às regularizações, urbanizações e a prática de maior tolerância com a produção informal de moradia nas Américas dos anos 1990 em diante - exatamente em um momento de fortalecimento de políticas neoliberais e do discurso de que a formalização torna o ilegal um produto a ser oferecido no mercado, ampliando oportunidades de negócio no setor imobiliário. Os trabalhos que retratam positivamente os projetos habitacionais públicos e/ou privados nas últimas três décadas sequer interpelam sobre os impactos das medidas de ajuste fiscal, da orientação macroeconômica e da redução de investimentos em políticas sociais sobre a formulação de projetos de habitação. Suas preocupações estão voltadas para a crítica do suposto engessamento das políticas planificadas de habitação dos Estados, da gestão perdulária dos mesmos e da ineficiência dos programas de construção de unidades e de crédito. Por sua vez, os trabalhos críticos às medidas neoliberais ao setor de moradia aqui utilizado continuam a desconsiderar possibilidades diversificadas de acesso à moradia fora do universo da propriedade privada, confundindo as categorias moradia e propriedade e reproduzindo exatamente os princípios individualistas burgueses tão criticados por eles próprios.

O Estado continua a ser condecorado como um demiurgo, o único ente capaz de fornecer e reestruturar projetos de cidade que se adequem às necessidades de vários agentes coletivos. Não se discute profundamente nesses textos se historicamente as políticas habitacionais se realizaram de forma colegiada, em relação à diversidade das partes interessadas, e quais perspectivas prevaleceram sobre a constituição das cidades. Dessa forma, abrira-se caminho para análises do desenvolvimento de arranjos políticos construídos para elaboração e execução de políticas de moradia no mundo contemporâneo, chegando até as mudanças trazidas pelos regimes neoliberais. Essas pesquisas também deixam de lado o avanço de projetos de reconhecimento, urbanização e legalização de áreas ilegais e irregulares - ao invés de revela-lo para posterior interpelação -, o que limita sua crítica conjuntural da urbanização capitalista de mercado atual. Percebe-se nas análises, a ausência de questionamento sobre as tramas econômicas e institucionais necessárias à realização desse

recente horizonte de "tolerância" e formalização dos governos.

É mais profícuo analisar, portanto, como as linhas de força operadas pelos agentes na produção da cidade atuam em momentos políticos e econômicos diferentes e de que maneira se tensionam ou se entrelaçam para produzir as condições materiais e simbólicas da vida social urbana. Outro ponto relevante é que ao falar sobre esse período chamado de "era neoliberal" deve-se tomar cuidado para evitar metanarrativas que reduzam processos a realidades sincrônicas e generalizantes, as quais desconsideram a variabilidade das práticas e dos projetos de cidade formuladas ora em conflito, ora em associação com as diretrizes ideológicas vigentes entre as décadas de 1990 e 2000. Em Belo Horizonte, por exemplo, o governo da "Frente Popular", entre 1993 e 1996, liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), é tratado por pesquisadores e movimentos sociais de moradia como a gestão marcante na institucionalização do reconhecimento e da elaboração de políticas colegiadas e redistributivas de desenvolvimento urbano e moradia. No plano federal, a gestão do mesmo partido desde 2002 formulou outros programas e políticas de provisão de unidades e conjuntos com vultosos recursos públicos. No entanto, Belo Horizonte convive desde os anos 1990 com um cenário onde a maioria dos grandes assentamentos informais, organizados ou espontâneos, ainda não conseguiu regularizar sua situação fundiária para fins de moradia, engessados pelos sistemas de habitação do governo federal e pelos programas de moradia dos entes estadual e municipal.

### *2.3.1 A emergência da atuação das agências internacionais nas políticas habitacionais e nos processos de regularização fundiária*

Uma discussão relevante à política habitacional no Brasil na década de 1990 refere-se aos programas internacionais de investimentos, embora, na opinião de Cardoso (2015) essas iniciativas não tenham sido acompanhadas por grandes volumes de financiamento. O autor avança na questão ao perceber como as mudanças nas ações governamentais foram acompanhadas pelas intervenções das agências internacionais, ocorrendo nas últimas décadas uma convergência entre diretrizes das organizações externas e do Estado na elaboração de políticas públicas[38]. Para a autora, pautadas pelo discurso de valorização da urbanização de assentamentos irregulares, agências internacionais como o BID recomendaram que programas

[38] A autora cita o trabalho de Jeoren Klink (1992) sobre estabilização, descentralização e políticas sociais para agrupar três formas de atuação externa e seus paradigmas em relação à agenda de desenvolvimento urbano das agências internacionais: a primeira se inicia nos anos 1960, denominado "modelo fordista", a segunda é a chamada de "padrões locais", e a terceira é o "processo institucional".

de urbanização fossem complementados com mecanismos de revisão da legislação urbanística fundiária, financiamento privado e aumento de emprego. Denaldi (2003) considera que as exigências das agências internacionais nas políticas públicas são maiores que o volume de recursos que disponibilizam para os países tomadores dos empréstimos[39].

Os programas de urbanização de favelas junto às agências privadas acabam ocorrendo efetivamente apenas nos anos 1990, apesar de tentativas em décadas anteriores, quando são aprovados grandes financiamentos internacionais[40]. Porém, segundo a autora, muitas recomendações das agências além de coincidirem com ações já realizadas pelos municípios desde os anos 1980, mantiveram tendências homogeneizantes às políticas públicas, com diagnósticos comuns e estratégias únicas formuladas para diferentes países. Assim como nas décadas de 1960 e 1970, não foi considerada a multiplicidade da realidade brasileira e os programas trataram da mesma forma todo território. Definiram de modo pouco analítico patamares máximos de investimentos por família e acordaram limites de financiamentos inferiores à necessidade da promoção do desadensamento e da eliminação de situações de risco em favelas. Há perspectivas, entretanto, que vêm nas ações das agências internacionais alternativas inovadoras e eficazes aos fracassos das políticas habitacionais do Estado.

Quanto ao Brasil e às Américas, o estudo do Foro Iberamericano y del Caribe sobre Mejores Práticas (2005) sinaliza experiências de desenvolvimento habitacional executadas por entidades alheias ao setor público de habitação, como as ONGs e os organismos de cooperação. Relata avanços de projetos de intervenção para regularização urbana em assentamentos informais com financiamento de entidades multilaterais, como Banco Mundial e o BID[41]. Outro estudo do Foro Iberamericano e do Caribe sobre Melhores Práticas (2004) aponta que a preocupação das agências multilaterais com os processos sociais e ambientais nas favelas é fruto da sua transformação política a qual se contrapõe à antiga preocupação com foco apenas no mercado. Prova disso é o documento do direito à moradia, a "Agenda Habitat" (adotada pela UN-HABITAT) que estabelece princípios, compromissos e um plano

---

[39] A autora expõe uma perspectiva defendida por vários autores, na qual as ações do Banco Mundial não eram compartilhadas com o BNH. Com a afirmação de que o surgimento de muitos desses programas estão relacionados a conjunturas específicas, seja para legitimar o regime militar, seja como alternativa mais barata à falência do BNH.

[40] De acordo com Denaldi (2003), em 1989 o Banco Mundial investiu no projeto "Grande Rio" e, em 1992, no "Programa de Saneamento Ambiental do Reservatório Guarapiranga", envolvendo também urbanização das favelas nas bacias hidrográficas. O BID financiou o programa municipal Favela-Bairro em 1993, e em 1994, o "Programa Cingapura".

[41] Esse estudo apresenta a estrutura e o funcionamento de programas de intervenção habitacional e regularização urbana em países como México, Colômbia e Bolívia.

global de ação para orientar esforços nacionais e internacionais na melhoria dos assentamentos e da moradia adequada[42].

Outra iniciativa que merece atenção, segundo o Foro Iberamericano e do Caribe sobre Melhores Práticas (2004), é a *Citeis Alliance*, uma aliança global, criada em 1999. Com suporte inicial do Banco Mundial e da UN-HABITAT, contava com associações globais, agências bilaterais e multilaterais e teve como discurso a reunião de dispositivos de combate à pobreza urbana às condições de habitabilidade em assentamentos informais. O estudo também menciona as estratégias atuais do Banco Mundial nas Américas, amparadas pelo ideal da sustentabilidade econômica, política e social e pela defesa de valores como habitabilidade, competitividade, *good governance* (boa governança) e sustentabilidade financeira. Seu programa propõe ferramentas urbanas nacionais, tais quais políticas de desenvolvimento local, assistência para qualificação e ampliação da escala de iniciativas bem sucedidas sobre melhorias de serviços urbanos aos mais pobres, além de promoção de estudos e avaliações sobre a experiência latino-americana.

Em uma mesa técnica realizada em 2013, a respeito das fontes de financiamento de projetos habitacionais e infraestrutura, Paul Kriss apontou que em meados dos anos 1990 houve significativo engajamento do Banco Mundial junto aos Estados e governos na urbanização de favelas sob a perspectiva de atuação integrada em saneamento, habitação, reassentamento e urbanização de assentamentos subnormais. Tais parceiras exigiram ações de reestruturação, fortalecimento e modernização do sistema financeiro, ampliação do crédito, constituição de um quadro de estabilidade macroeconômica e disponibilidade de recursos do governo federal para investimentos na área de infraestrutura e habitação[43]. De acordo com Paul Kriss (2013), no que diz respeito ao apoio financeiro e à provisão de infraestrutura e de serviços urbanos pelo sistema de parceiras, entre 2006 e 2008 ocorreu um planejamento de políticas nacionais de habitação e programas vinculados, como o Plano Nacional de Habitação, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Favelas e o Minha Casa Minha Vida. Seguindo essa tendência, ele aponta para o fortalecimento de outras parceiras com movimentos sociais, instituições financeiras e universidades. Nesse sentido, implantaram-se

---

[42] A atuação da ONU em favelas pode ser destacada por duas estratégias iniciadas em 1999, com o fim de garantir direitos das pessoas que vivem em situação de pobreza: a Campanha Global pela Segurança da Posse e a Campanha Global pela Governança Urbana. As campanhas visam trabalhar com todos os níveis de representantes da sociedade civil para melhorar as políticas nacionais e estratégias locais de redução da pobreza, promovendo inclusão social. Para mais informações sobre iniciativas da ONU para os assentamentos populares informais, ler o estudo do Foro Iberamericano e do Caribe sobre melhores práticas (2004).

[43] Segundo o palestrante, para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II) foram disponibilizados, dois trilhões de reais, e para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) cento e cinco bilhões, com estimativa de três milhões de unidades, 60% voltadas para a população de baixa renda.

projetos de urbanização integrada em operações cruzadas entre as partes nas áreas de saneamento e habitação, ampliando impactos desses projetos (a distribuição setorial da carteira do Banco Mundial chegou a mais de duzentos e setenta milhões de dólares investidos em desenvolvimento urbano)[44].

Ainda a respeito do Banco Mundial, estudos apontam para uma mudança na forma dessa e outras instituições em abordar o problema da moradia (CIRA, 2002; FORO IBERAMERICANO E DO CARIBE SOBRE MELHORES PRÁTICAS, 2004: FORO IBERAMERICANO Y DEL CARIBE SOBRE MEJORES PRÁTICAS, 2005). A concepção de "*habitación plus*"[45] (políticas de habitação em busca da superação a simples entrega de subsídios, combinando ações de mercado e novos desenhos de subsídios), utilizada em projetos no México, Brasil e Peru, busca estabelecer um mercado de terras funcionais com enfoque integrado na moradia, incorporando fatores de segurança da terra, redução de riscos e acesso a financiamento. Em meados dos anos 1990, a Oficina Regional de América latina y Caribe, uma iniciativa do Banco Mundial, aplicou programas de desenvolvimento de assentamentos informais e atuou desde a construção de unidades habitacionais e infraestrutura, para reassentar as populações, até a regularização da terra e o acesso ao microcrédito para a moradia. Cira (2002) aponta projetos na Cidade de Guatemala, em Caracas e em São Paulo com alcance de mais de 400 mil pessoas. Em um texto sobre assentamentos informais no Peru, o World Bank (2004a) elucida que em 1998, este banco aprovou empréstimo de 38 milhões de dólares para resolver a inscrição legal de mais de novecentas e sessenta mil propriedades urbanas no país e desde então mais de 1,3 milhões de pessoas registraram suas habitações[46].

---

44 Na informação de Paul Kriss (2013), com o governo federal ocorrem empréstimos de assistência técnica em áreas estratégicas, serviços de assistência técnica reembolsáveis - como no setor de recursos hídricos e irrigação com o Ministério da Integração - cooperação técnica no desenvolvimento de programas e políticas. Com os estados e municípios, promoveram-se empréstimos multisetoriais para apoio de Políticas Governamentais de Desenvolvimento (DPLs) e para projetos multisetoriais de investimento.

45 Quanto ao enfoque "*habitación plus*", tem-se: a) apoio a marcos institucionais e políticas de desenvolvimento urbano e habitacional que integra vários atores; b) papel mais significativo do setor privado e de provedores comunitários; c) apoio para impulsionar sistemas financeiros para habitação com maior variedade de produtos seguro hipotecário e consolidação de titularização de hipotecas; d) incremento da oferta de solo urbano para habitação popular; e) integração da redução de risco na planificação urbana; f) maior integração e dimensionamento do melhoramento urbano na planificação integral da cidade e do processo de financiamento; g) fortalecimento da capacidade dos governos locais no ordenamento territorial, regularização e zonificação (JHA, 2007).

46 A *Comisión de la Formalización de la Propriedade Informal*, que administra o projeto, promove atividades culturais em bairros pobres para convencer as pessoas a registrarem suas propriedades e poder ter acesso a programas de microcrédito. Muitos moradores que passaram por tal processo usam suas habitações como garantia para colocar a frente pequenos negócios ou garantir acesso a recursos financeiros (WORLD BANK, 2004a).

No México, de acordo com um estudo do Foro Iberamericano e do Caribe sobre Melhores Práticas (2004), o governo Fox criou, em 2000, projetos de moradia dos quais surgiram as políticas nacionais de desenvolvimento urbano e habitacional e uma série de reformas, resultando no maior volume de titularização respaldada por hipotecas. O Banco Mundial catalisou esse processo de reforma habitacional e junto ao BID financiou a criação da Sociedade Hipotecária Federal (SHF) no país, a fim de fomentar o desenvolvimento do mercado hipotecário secundário. Segundo o estudo, com as Políticas Governamentais de Desenvolvimento (DPLs) e assistência técnica, o banco trabalhou com o governo para formular suas políticas habitacionais e apoiou o programa de registro de propriedade. Incluiu-se ainda uma avaliação global da dinâmica dos mercados dos solos urbanos, que resultou na seleção de programas piloto.

Questionando a naturalização do papel do Estado na promoção da moradia, pesquisas apontam para a importância da atuação das agências internacionais nas duas últimas décadas, em suas perspectivas sobre o setor de habitação e ao montante de investimentos destinados a esse propósito. Trabalhos críticos às intervenções das agências internacionais, orientados menos por evidências empíricas e mais por inferências dedutivas, desconsideram o fato de as assessorias técnicas, as linhas de financiamento, os diagnósticos e as avaliações das agências internacionais terem contribuído para a formação de mecanismos para alavancar projetos de urbanização, regularização fundiária e ações de reconhecimento e permanência dos agrupamentos nas áreas ocupadas irregularmente. Tal negligência os impede de investigar as posições estratégias no campo político dos agentes interessados no setor de habitação e como seus arranjos asseguram vantagens e conquistas nas cidades. Deixa-se de lado que as partes interessadas buscam fortalecer seus agenciamentos, independente do modelo político-ideológico em vigor, mas em relação dialética com ele, seja para equilibrar as linhas de forças, seja para desconstruir a ordem instituída na cidade, tendo em vista a tentativa de impor seus interesses. Pensando nessas lacunas, seria interessante conhecer como vem se constituindo as orientações políticas e as escolhas por canais negociação das classes populares, enquanto produções de sentido em relação à moradia.

Por outro lado, pouco se levou em conta nos textos discutidos nesta seção a conexão entre as mudanças conjunturais e estruturais na área da habitação e a amplitude das pressões populares nas esferas institucionais e auto-organizadas, negando assim a heterogeneidade participativa de agentes que negociam acessos aos bens e recursos da cidade. Além disso, os impactos políticos, sociais e econômicos provenientes das exigências globais das agências internacionais para disponibilização de recursos e os reflexos de suas ingerências em relação

ao volume investido também não estão muito claros na literatura utilizada. Como consequência, pouco se problematizou a respeito do caráter homogeneizante dos projetos elaborados por tais organizações, considerados por algumas pesquisas alternativas à planificação e desorganização gestora dos Estados.

A perspectiva que destaca positivamente a intervenção das agências internacionais nas políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano também não enfrenta o problema das possíveis ambiguidades oriundas dos princípios dessas organizações, os quais desenvolvem plataformas programáticas de regularização e titularização da terra sob as bases da competitividade e de mercadorização do solo urbano. Dessa maneira, ofusca-se a compreensão da posição das agências no campo político e dos limites de sua atuação no desenvolvimento das cidades. Parece que os programas de urbanização e regularização empreendidos não tocam nas causas que geram a produção da cidade informal e as crises urbanas, como por exemplo, as condições econômicas globais e locais, o processo de produção da pobreza e as práticas descontroladas do mercado privado e informal de terras. É necessário questionar se a regularização de ocupações irregulares e ilegais pode resolver o problema da informalidade urbana sem propostas integrais concretas de intervenção social, que coadunem marcos urbanístico e jurídico a políticas reparativas.

### *2.3.2 Debates sobre a produção de moradia e os usos da terra urbana*

#### ***2.3.2.1 Sobre as práticas da inciativa privada nas políticas de habitação***

O debate a respeito do papel dos setores privados na habitação gera controvérsias entre pesquisadores, governantes e ativistas de movimentos sociais. Algumas análises inferem que apesar dos vários mecanismos de combate ao déficit habitacional, configurados dos anos 1990 aos anos 2000[47], ainda percebe-se uma herança negativa na qual a iniciativa privada ainda é a protagonista na provisão de habitações. Essa realidade implica concentração de recursos na construção de habitações para famílias entre três e 10 salários mínimos, sendo que a maior demanda está na população entre zero e três salários mínimos (BONDUKI, 2008; DENALDI, 2003; MARICATO, 2000).

Essa constatação não é um elemento singular dos finais do século XX e início do século XXI. Desde os anos 1980, pesquisas destacam que as unidades habitacionais

[47] Dentre eles, o Ministério das Cidades, o "Programa Minha Casa Minha Vida" e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

produzidas no Brasil foram concebidas como mercadorias rentáveis por proponentes da construção civil, investidores e incorporadores, o que explica o fato de a provisão de moradia no Brasil atingir particularmente os setores médios emergentes. Tal distorção revela a incompatibilidade dos objetivos das políticas habitacionais com os interesses de mercado (ANDRADE; AZEVEDO, 1982). A análise histórica de Belo Horizonte realizada por Costa (1994) contribui para explicar o cenário urbano pela via interventiva da iniciativa privada. Propõe que a expansão do espaço urbano na capital mineira desde anos 1950 ocorreu devido à alta produção de loteamentos privados e a consolidação da formação de estoques de terras por empresas especializadas, resultando em reduzidos povoamentos em certas áreas e ampla proporção da população favelada.

Para a autora, a partir da década de 1970 em Belo Horizontes se intensificou um processo de expansão metropolitana constituído por um movimento de produção de novos espaços urbanos com a produção em massa da periferia pelo loteamento popular. O loteamento popular foi fruto de ações orquestradas por uma fração do capital imobiliário que vislumbrava condições favoráveis para um produto específico, o lote popular. Em sua análise, não se tratou de um movimento espontâneo ou informal, mas de uma versão capitalista periférica do processo de suburbanização da estruturação do espaço. Na mesma tendência de raciocínio, mais recentemente Maricato (2009) postulou que o uso da iniciativa privada, quando não comedido, tende a aumentar os custos e a pressão pela elevação dos tetos de financiamento, distorcendo objetivos sociais dos programas de habitação com vistas à redução dos déficits de moradia. Retomando os anos 2000, Baltrusis e Mourad (2014) acrescenta que os altos valores da terra urbanizada provida de serviços, equipamentos e infraestrutura, colocam os que não tinham recursos em lugares distantes, situação resultante da ausência de uma política fundiária articulada às políticas habitacional e urbana nos diferentes níveis de governo. De acordo com o autor, a maior parte dos programas de habitação social é implantada nas áreas menos valorizadas no território e à medida que tais programas se ligam às cidades ganham valor, empurrando novos projetos para lugares mais distantes, beneficiando setores privados de investidores.

Dessa maneira, as políticas habitacionais realocam pessoas de áreas centrais para áreas periféricas e inviabilizam o acesso a atividades e oportunidades da cidade. Na análise de Maricato (2009), as reformas urbanas pretendem recorrentemente dar às cidades brasileiras a imagem de progresso e modernidade, visando afastar o fantasma da presença da escravidão recente com o deslocamento das populações pobres de áreas centrais e com a recuperação de espaços para o mercado imobiliário.

Exemplo mais recente na capital mineira é trabalhado em Borges, Costa e Mendonça (2015), os quais alegam que nos anos 2000 os empreendimentos imobiliários, com a implantação do PMCMV, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, impactaram significativamente na estrutura socioespacial metropolitana e na dinâmica da produção de moradias, favorecendo um *boom* imobiliário. Esse processo é destacado pela expansão territorial, pela incorporação de novos segmentos de mercado e pela disseminação da tipologia "apartamento" no lugar do tipo "casa". Os autores afirmam que os investimentos municipais em infraestrutura contribuíram ainda mais para a produção empresarial de moradias e de uma grande valorização do preço do solo.

Mas, a abertura do mercado imobiliário à presença da iniciativa privada nos últimos trinta anos da história referente à provisão de moradia no Brasil parece ser vista como positiva em algumas pesquisas. Segundo Acioly Júnior (2007) nenhum plano urbano, nem mesmo um sistema de planificação de uso de solo podem guiar por si só a urbanização e produzir estruturas espaciais urbanas sem assentamentos informais. Define que a maior parte do problema está na incapacidade dos governos municipais em articular e executar políticas de solo e moradia. Como os gestores têm dificuldade em entender a complexidade da urbanização informal e as ligações entre mercados de solo, moradia e desenvolvimento de assentamentos informais, o resultado de suas políticas mal concebidas é o crescimento da urbanização informal. Por isso, o autor começa a apontar caminhos de resolução por meio de qualificações e parceiras voltadas compreensão de economia urbana, para que gestores possam executar programas e políticas por meio da lógica de mercado e assim criar correlações entre preços do solo, escassez do solo servido, regulações e flutuantes mercados informais do solo e de moradia.

Na América Central, El Salvador[48] articulou políticas de habitação de base ampla, de acordo com World Bank (2004b), que inclui financiamento baseado no mercado, subsídios a famílias específicas, legalização das subdivisões informais de terras, certificações dos urbanizadores informais, não realização da oferta de habitação direta por parte do governo e maior controle municipal sobre a regulação da moradia. O país se encontra a frente na região e serve de modelo por uma política de reconstrução da política, devido o enfoque na titulação de terras e urbanizações informais para os pobres.

[48] Na área metropolitana de San Salvador (El Salvador), a alternativa de posse da terra tem sido o arrendamento com direito de compra, em que a família não é obrigada a desembolsar uma cota inicial, mas recebe o título ao final do período de arrendamento financeiro. Na afirmação de Jha (2007), mesmo com avanços de tal alternativa a muitas famílias pobres, existem queixas sobre a falta de regulamentação do procedimento. Além disso, abusos do sistema provocam a perda de investimentos dos habitantes, quando uma família precisa se recolocar e a hipoteca da propriedade está arrendada a um terceiro.

No trabalho de Borges, Costa e Mendonça (2015) relativiza-se a suposta incompatibilidade entre ações de mercado e políticas habitacionais descritas por outros estudos ao abordar outros aspectos sobre a atuação empresarial, tanto na segmentação socioespacial da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), quanto na diversificação social das áreas periféricas, onde camadas médias e partes das classes trabalhadoras estão mescladas. Aponta-se para a expansão territorial de assentamentos populares junto à diversificação territorial do investimento no mercado monopolístico, o que indica uma substituição da realidade de concentração para a fragmentação, reduzindo a homogeneização socioespacial. Os autores ressaltam que após os anos 1980 as crises no financiamento público e a instabilidade de renda de setores médios e populares reduziu o papel do capital incorporador e ampliou formas alternativas não capitalistas de produção habitacional, como autoconstrução. As mudanças começaram a acontecer a partir da retomada do financiamento público no setor, surgindo no mercado novas empresas construtoras e incorporadoras que promovem a produção em larga escala destinada a setores médios e populares nas periferias metropolitanas.

Para Borges, Costa e Mendonça (2015), um novo fôlego se configura a partir de 2004, devido aos novos marcos regulatórios que alteraram o mercado imobiliário nacional em função do maior volume de recursos oferecidos. Esse fato é resultado da retomada de crédito pelos agentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), colocando o mercado imobiliário em novo crescimento. A segurança fez com que os agentes financeiros oferecessem vantagens como prazos maiores, menores taxas de juros e maior percentual financiado em cada imóvel (com cerca de 80% do valor do imóvel). Segundo os autores, ocorreu então uma maior viabilização do crédito para um número maior de usuários e a expansão de projetos do setor imobiliário empresarial.

Focados na produção social de moradia, Balbim e Krause (2014), relatam que o governo Lula criou o Ministério das Cidades em 2003 a fim de elaborar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e nela uma política de Habitação de Interesse Social. Houve investimentos para todas as faixas de renda, passando da ordem de R$ 7 bilhões em 2002, para mais de R$ 62 bilhões em 2009. A faixa entre zero e três salários, que capitaneava 32% dos investimentos em 2002, recebeu 77% em 2007, até chegar em 64% em 2008 e 2009. Ainda foram criados o Crédito Solidário em 2004, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) em 2005, o PAC Urbanização de Favelas em 2007, o Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, além de iniciativas representantes de uma Política Nacional

de Habitação[49].

### *2.3.2.2 Possibilidades e alternativas de produção de moradia*

Pensando na dinâmica das ações do mercado imobiliário nacional é possível destacar que historicamente o planejamento da produção social da moradia não deixou marcas expressivas no urbanismo brasileiro, seja pela rarefeita existência dos seus princípios na formulação da política, ou pelo reduzido volume de recursos em ações com orientações nesse sentido. Balbim e Krause (2014) definem a produção social da moradia como formas de produção habitacional pautadas por arranjos públicos ou privados formais da economia e caracterizadas pelo fato de a organização de todo o processo estar sob coordenação dos mecanismos de organização coletiva dos moradores. Dessa maneira, a produção social da moradia é tratada como alternativa à produção de mercado, cujo produto habitação é realizado e comercializado, na qual o beneficiário final da política controla maior parte das decisões acerca da produção.

Os autores afirmam que os modelos de contratação de construtoras voltadas à produção de unidades habitacionais de forma massificada prevalecem nos programas habitacionais, como no PMCMV, e deverá continuar assim, haja vista os impactos causados na economia. Iniciativas diferenciadas começaram a ser tomadas através do Estatuto da Cidade, pelo qual foram iniciados processos locais de produção social de moradia por meio de cooperativas, assistências técnicas e autoconstrução. De maior relevância foi a programação em 2006 do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), que repassou no período de 2008 a 2011 aos estados e aos municípios, em média, mais de R$ 1 bilhão por ano.

Os programas apoiados pelo FNHIS vêm buscando atender às diretrizes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que incluem a valorização da participação e do controle social e o estímulo ao funcionamento de fundos locais. Apoiam também os serviços da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), muito importante para a produção social da moradia pelo suporte técnico destinado a estados, municípios e entidades organizadoras privadas sem fins lucrativos. Tal assistência promove a contratação de serviços para elaboração de projetos de acompanhamento e de serviços de mão

[49] Identifica-se nesse período, segundo os autores, um aumento expressivo na oferta de crédito habitacional do segmento público com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e um aumento do volume de empréstimos do SBPE. Junto a isso, houve crescimento nas aplicações de recursos do FGTS e na definição de novas linhas de orçamento para a urbanização de assentamentos precários por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), seja pelo OGU, seja pelo FGTS.

de obra para reestruturação habitacional em áreas consolidadas, sendo necessário que sejam executadas pelas próprias famílias beneficiárias, em regime de mutirão, autoconstrução ou autogestão[50].

A discussão sobre a possibilidade da locação social, por exemplo, corre na esteira da agência da iniciativa privada sobre o setor habitacional e das ações ligadas à produção social de moradia. Para Balbim (2015), a locação social no Brasil ainda não é uma política de efetivação do direito à moradia, sendo as experiências conhecidas pontuais e emergenciais nas esferas municipal ou estadual. O autor considera, em uma demanda por habitação que chegará a mais de 22 milhões de novas unidades até 2020, a locação social pode ser uma alternativa pela capacidade de recuperação do estoque imobiliário antigo, do patrimônio histórico e de reabilitação de territórios degradados. Para ele, a locação social deve ser uma iniciativa do Estado, a qual possibilita o acesso à moradia a beneficiários finais por meio de pagamento de taxas e/ou "aluguel". Os pagamentos podem ser subsidiados de maneira direta (por orçamento) ou indireta (por contribuições e taxas cobradas em um parque locatício), sem haver a transferência de propriedade do imóvel para o beneficiário. Balbim (2015) pontua que a locação social é um mecanismo para garantir não apenas o acesso à moradia, mas a adequação das políticas habitacionais à reabilitação de imóveis e o combate aos vazios urbanos, criando alternativas para o uso dos imóveis públicos vazios e subutilizados. O desafio, na concepção do autor, é construir o entendimento de que a moradia, compreendida como parte integrante de uma rede social de apoio à população, pode ser também um serviço público, do qual o Estado deva ser o ator principal, seja de forma direta ou por meio de parcerias.

De acordo com Baltrusis e Mourad (2014), a política de moradia no Brasil nunca privilegiou a locação como possibilidade, ao contrário, optou pela propriedade privada e fomentou o espalhamento das cidades pela periferia, beneficiando a iniciativa privada e tornando-as entes ingovernáveis. Para o autor, o discurso que prevalece nos programas de habitação é de que a casa própria se tornou meta a ser conquistada por todos, como se a propriedade fosse uma recompensa pessoal. Porém, sem contar com fontes de subsídios suficientes e adotando critérios de financiamentos bancários, o sistema excluiu parcelas significativas da população de baixa renda.

Sua explicação dialoga com a constatação de Jha (2007), de que poucos países nas

[50] Parte da estrutura dessa proposta se assemelha em seus critérios e princípios ao Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento Urbano (CINVA) programa colombiano dos anos 1950 que instituiu um modelo de autoconstrução com referência no trabalho das comunidades de base para moradia popular. Para mais informações ver o trabalho de Rodrígues (2009).

Américas Latina, Central e Caribe possuem dados efetivos sobre programas de aluguel para as populações pobres. Na posição de Baltrusis e Mourad (2014), deve-se levar em conta pessoas que não podem ou não querem ser proprietárias, ou mesmo preferem arrendar uma habitação - ou alugar, como no caso de jovens em busca de novas oportunidades de trabalho e de viagens. Todavia, o autor entende as políticas governamentais como hostis ao aluguel, não compreendendo esse mercado em termos de seu tamanho atual, composição social dos inquilinos, preço cobrado nos submercados, taxas de desocupação e participação declarada informal no mercado. Ele propõe que instrumentos financeiros inovadores, como o aluguel com opção de compra (como no Reino Unido e na Áustria) poderiam ser úteis, assim como promover a administração sem fins de lucro.

A atuação da iniciativa privada gera controvérsias. É questionável que o favorecimento no setor da habitação à iniciativa privada e às agências internacionais durante décadas no Brasil tenha mudado substancialmente o cenário desse período. Isso porque os mecanismos financeiros, urbanísticos e legais utilizados pelos governos, somados à difusão universalizada da mentalidade da casa própria, não catalisaram a redução significativa do *déficit* quantitativo e qualitativo, beneficiando em maior grau os grupos de alta e média renda. Dessa maneira são coerentes as informações que atrelam a emergência da atuação da iniciativa privada sobre o mercado do solo à elevação dos preços da terra em função da demanda, à ampliação do processo de especulação imobiliária e à suburbanização das cidades, além de servir como válvula de escape do Estado na busca por reverter sinais de crises internacionais - por ampliar o mercado consumidor e desenvolver uma política econômica de incentivo ao consumo.

É possível compartilhar também o raciocínio de que um dos principais equívocos das políticas de habitação no Brasil e nas Américas é o de remeter quase todos os recursos do setor à produção de unidades habitacionais, junto ao sistema formal de construção civil. Quando tal estratégia é a única opção, historicamente tende a beneficiar investimentos privados sem qualquer intenção em constituir projetos de produção social de moradia, resultando na ampliação da procura pela casa própria que não será atendida.

Por outro lado, programas alternativos de autoconstrução e autogestão, assim como a locação social, já demonstraram que se não estiverem alinhados a marcos jurídicos e urbanísticos condizentes à função social da propriedade, a práticas de fortalecimento da participação da sociedade civil e a políticas de inserção aos recursos da cidade, correrão o risco de fracassar. Assim, à luz dos autores citados nesta seção é perceptível que a lógica da propriedade privada e da casa própria não estimulou até recentemente a estruturação de ações

significativas - do ponto de vista técnico, financeiro, urbano e administrativo - de apoio à produção de moradia por processos alternativos (BALTRUSIS; MOURAD, 2014; BONDUKI, 2008; CIRA, 2002; WORLD BANK, 2004a, 2004b). Nesse sentido, deve-se questionar a pouca atenção de parte da literatura utilizada aqui sobre formas alternativas de moradia popular, como a autoconstrução e a autogestão orientadas ou o aluguel. Os reflexos do fortalecimento de canais de negociação entre moradores e poder público nas ações coletivas das famílias beneficiadas com a locação social ou com projetos de produção social de moradia, deveriam ser investigados para fins de averiguação dos vínculos socioespaciais populares e suas influências nas formas de uso e apropriação dos territórios.

Outro ponto a ser questionado nos estudos da seção é o discurso da incompatibilidade entre as políticas públicas e a atuação dos mercados na estruturação do espaço. Ao contrário da polarização admitida nas pesquisas, é evidente que as práticas dos mercados privados sobre o solo urbano só são possíveis através de uma complexidade de circuitos, redes e linhas de força específicas formuladas com e pelo Estado. Medidas tomadas nos planos estruturais são provenientes de arranjos que forjam ou asseguram dispositivos legais, financeiros, administrativos, institucionais e culturais a fim de atender os interesses dos agentes em relação. Além de ser reducionista pensar uma agencialidade dual - Estado e mercados privados - na produção do espaço urbano, desconsiderando as composições de interesses que estruturam a mentalidade e a morfologia das cidades, considero uma coerção analítica silenciar a participação dos grupos e das famílias populares nos usos e apropriação do espaço.

A vitimização e a apolitização dos sem casa, por exemplo, e de suas lógicas de ocupação do meio urbano não contribui para a compreensão da dinâmica de expansão urbana e de como esses grupos se comportam em ações de confronto e de assimilação com a ordem instituída. Pensar uma sociedade cujos agentes coletivos populares e representantes privados estejam desconectados das ações do Estado, antagônicos ou em harmonia com suas diretrizes, cria uma tendência em desconsiderar a tensão das interações entre a estrutura do poder público e os interesses dos diversos agentes urbanos. Tomar suas práticas ou discursos como fenômenos predeterminados sem considerar relação que os cerca dentro de contextos e situações é deixar de lado a complexidade que envolve a vida social, a qual abarca conflitos, estratégias, táticas, movimentos no campo, conquistas e derrotas. A desigualdade e a segregação parecem consenso analíticos da maior parte desses estudos, mas é a forma como os agentes se relacionam e produzem sentidos sobre esse processo é o cerne desta tese.

### *2.3.2.3 Os dispositivos institucionais sobre o uso da terra urbana*

Como não se deve perder de vista os processos históricos e socioespaciais de produção das desigualdades nas cidades é necessária uma pequena alusão aos dispositivos institucionais de provimento habitacional urbano. A posição de Maricato (2000) vai à contramão das pesquisas que apontam a evolução de medidas de urbanização, reconhecimento e regularização das áreas irregulares e ilegais. Ela aponta uma correlação negativa entre lei urbanística e mercado imobiliário capitalista, começando pela dificuldade de se financiar imóveis populares em todo o Brasil em função da ilegalidade generalizada dos mesmos, cuja documentação não corresponde às exigências das instituições financeiras. Para a autora, a correlação entre financiamento e imóvel legal termina por excluir grande parte da população do acesso a empréstimos destinados à aquisição ou construção de moradia: o controle urbanístico (a fiscalização sobre o uso e a ocupação do solo), de competência municipal, encontra-se somente na cidade legal. Para os assentamentos ilegais, em áreas que não interessam ao mercado imobiliário, a fiscalização é precária.

Quanto às áreas regulares, outro problema revelado por Cardoso (2015) é que na ausência de programas universais e reais de oferta, projetos focalizados nas camadas inferiores tendem a ser disputados por camadas de renda superior. Além disso, embora o Estatuto da Cidade preveja a regularização de áreas ocupadas por favelas, vilas, alagados, invasões, loteamentos clandestinos - obrigando o poder público municipal a regulamentar o uso da propriedade urbana, dos espaços urbanos, da ocupação de solo em benefício da sociedade, por meio de instrumentos, como Plano Diretor Usucapião especial -, não se conseguiu alavancar novas políticas para a população de baixa renda. Como contraponto a tais perspectivas, Holz e Monteiro (2008) e Buonfiglio (2007) descrevem dispositivos legais que possibilitaram a ampliação do acesso à terra de forma significativa.

Um dos principais são as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), áreas ocupadas por população de baixa renda (favelas, ribeirinhos, morro, loteamentos irregulares e clandestinos) que precisam ser urbanizadas e regularizadas por meio de normas especiais para cada situação. As ZEIS[51] funcionam como política de regularização fundiária para o

[51] Segundo Baptista (2011), as ZEIS-1 são áreas demarcadas nas cidades que abrangem vilas e favelas. As ZEIS-3 são áreas desenvolvidas para a requalificação urbanística e a regularização fundiária em áreas em que foram edificados conjuntos habitacionais pelo poder público, mas que recebem novas intervenções. As ZEIS-2 eram áreas de possíveis implantações de habitação de interesse social, mas foram substituídas na Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte, em 2010, por Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), podendo ser utilizada em toda cidade. O autor afirma que foram apresentadas na Conferência das Cidades de 2009, a fim de ampliar o acesso à terra de forma mais efetiva.

município, pelo fato de reconhecer áreas ocupadas pela comunidade de baixa renda e delimitar áreas com normas especiais de uso e ocupação para fins de habitação de interesse social. Outro dispositivo municipal é o Plano Diretor, de implementação obrigatória para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes, localizadas nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e áreas de interesse turístico e de impacto ambiental. Avançando nesse tema, Holz e Monteiro (2008) elucida a possibilidade do Plano Diretor em combater a especulação imobiliária através de mecanismos, como: parcelamento, edificação ou utilização compulsória - na qual o proprietário é notificado pela Prefeitura, indicando um prazo para que a área seja utilizada ou construída -; Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo - ou seja, não sendo cumprida a notificação, a Prefeitura aplicará um IPTU maior a cada ano pelo prazo máximo de cinco anos seguidos - e desapropriação com pagamento em título da dívida pública, ou seja, se o proprietário ainda se recusar a dar uma utilidade ao imóvel, a Prefeitura poderá desapropriá-lo.

Quanto aos dispositivos institucionais brasileiros, a relação entre mercados e políticas públicas volta à tona na discussão a respeito da provisão de moradia, da urbanização e titularização em áreas irregulares. Apesar de relevante o interesse de governos e agências multilaterais na regularização dos assentamentos informais, os processos de financiamento, de controle urbanístico e de fiscalização devem passar por mudanças de maior profundidade a fim de atenderem setores fora da “cidade legalizada”. E isso passa por programas de urbanização e de investimentos aos setores de baixa renda, em especial os habitantes das áreas de ocupação, e de mecanismos de integração urbanística para provimento de bens e serviços. Contudo, esse debate deveria ter como pedra angular a situação do estatuto da propriedade.

A literatura aqui apresentada alude o desenvolvimento ascendente de dispositivos urbanísticos, políticos e jurídicos que garantem novos significados à posse e à propriedade da terra urbana, constituindo possibilidades de formalização de ser e estar na cidade. Segundo a afirmação de Balbim (2015), duas questões foram colocadas no Seminário Internacional de Locação Social em 2008 ocorrido no Brasil. Em primeiro lugar, o valor da terra e dos imóveis em áreas centrais, que estagna ou inviabiliza a política habitacional para fins sociais. Em segundo lugar, a destinação de imóveis públicos, particularmente da União, para o cumprimento de sua função social, como aqueles para fins de habitação social.

A propriedade privada deve assumir posição relevante numa discussão sobre dispositivos institucionais na provisão habitacional. Balbim (2015) questiona se em um país com forte tradição patrimonialista o acesso ao uso e não ao bem e à sua propriedade, poderia enfim configurar uma alternativa às necessidades habitacionais. Fernandes (2008), por sua

vez, lembra a concepção individualista, civilista e patrimonialista dos direitos de propriedade, resultado das deficiências legais e urbanísticas. As análises de Soto (2001) traduzem sua convicção de que a legalização da propriedade é a pré-condição para desenvolvimento econômico, uma vez que reflete sobre os efeitos econômicos possíveis a um programa de regularização como resultado da incorporação da economia informal à formal (FRENDT, 2011). Para ele, a propriedade é mais que posse e quando se consolida como instituição cria condições para surgimento do mercado.

De acordo com o autor, com a criação de um sistema de direitos de propriedade universal no século XX foi possível legalizar a propriedade dos pobres e de forma democrática e transformá-la em transacionável e capitalizada. Uma invasão, por sua vez, é custosa para todos. Quando tudo é feito legalmente, o custo é um terço do modelo ilegal, ou seja, onde a entrada é muito cara, sempre haverá invasão. Segundo Balbim (2015), a construção do ideário da casa própria como maneira exclusiva de se garantir o acesso à moradia no Brasil data da década de 1940, quando foi reforçada a visão patrimonialista da sociedade brasileira moderna. No atual momento, a participação da propriedade privada como meio de acesso à moradia chega a seus maiores índices e as políticas públicas intensificam esse ideário, como no programa habitacional federal que reforça esse mito no seu próprio nome, Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Na opinião do autor, o mito da casa própria transforma o indivíduo, pois está associado à propriedade privada, elemento das relações sociais capitalistas, portanto um fetiche amparado pelas relações de consumo que a orientam em nossa sociedade. No modelo político e econômico liberal, apesar das medidas que suspenderam o direito absoluto de propriedade o Estado e suas instituições parecem ainda reforçar juridicamente e culturalmente discursos pelos quais se amplia a noção da habitação como uma mercadoria *per si*, em que os mecanismos de mercado sobrepujam os interesses sociais.

#### *2.3.2.4 Sobre as condições de informalidade nos assentamentos irregulares*

A situação da informalidade habitacional é um assunto tratado por inúmeros trabalhos sobre moradia no Brasil e na América Latina. O estudo de Fernandes (2008), voltado para o continente latino-americano, reflete sobre os processos constituintes da produção informal de moradia ao discutir elementos que vão além da falta de estrutura ou de alternativas por parte do poder público e do mercado. Ele elucida três pontos para explicar a grande quantidade de assentamentos irregulares no continente: a elitização do planejamento urbano - tecnicamente

ideal, porém pouco atento aos aspectos socioeconômicos de produção da cidade -; a falta de implantação e fiscalização das leis urbanísticas pelos municípios e o problema da ordem jurídica, que mantém a concepção individualista, civilista e patrimonialista dos direitos de propriedade.

Apesar de ressaltar a grande diversidade de assentamentos informais e de situações de posse da terra em cada país, Fernandes (2008) elenca pontos comuns, sejam "as mais comuns são seguramente as ocupações informais de áreas públicas e privadas, seja em favelas, vilas, bairros ou outras formas de ocupação irregular, seja mediante a compra de lotes e/ou de casas em parcelamentos 'clandestinos', 'piratas' e 'irregulares'." (FERNANDES, 2008, p. 26, tradução nossa).[52] Para o autor, as situações que permitem uma aproximação entre essas iniciativas de produção informal de moradia na América Latina são a ausência de infraestrutura urbanística e ambiental adequada, de equipamentos coletivos e de serviços públicos e a precariedade das edificações. O crescimento desse tipo de informalidade é mais significativo que as taxas de crescimento da pobreza social, o que exige, segundo o ele, reflexões sobre a formulação de políticas públicas de regularização de assentamentos informais. Ele critica a percepção generalizada que justifica a produção informal pelo discurso da ausência de alternativa - que talvez pudesse ser evidenciado pela carência de soluções adequadas de acesso ao solo e à habitação -, mas alerta para as graves condições urbanísticas e ambientais que os assentamentos provocam.

Diferentemente de Fernandes (2008) e assim como Maricato (2000), Motta (2014) entende que os loteamentos clandestinos e favelas, e toda a ausência de infraestrutura, foram historicamente alternativas das famílias pobres nas periferias das capitais e das regiões metropolitanas, tendo em vista a inflação crescente, a perda do poder de compra do salário dos trabalhadores de baixa renda e o aumento dos preços dos lotes nas periferias.

As preocupações de Fernandes (2008) podem ser dialogadas com as análises de Maricato (2009), quando o autor ressalta os riscos da informalidade e seus resultados em formas de moradia precárias em áreas de risco, de proteção e de mananciais e de preservação permanente. Ambos os autores inserem a esse contexto os impactos e custos sociais e jurídicos do crescimento informal, dentre eles o aumento da exclusão social e da segregação espacial; a mentalidade que associa os habitantes dos assentamentos informais e a criminalidade; a falta de segurança individual e da posse da terra; a vulnerabilidade dos

---

[52] las más comunes son seguramente las ocupaciones informales de áreas públicas y privadas, sea em favelas, villas, barriadas u otras formas de ocupación irregular, sea mediante la compra de lotes y/o de casas em parcelaciones 'clandestinas', 'piratas', e 'irregulares'.

moradores frente ações e políticas de despejo forçado; a falta de acesso ao crédito formal e a falta de reconhecimento de direitos básicos. As condições desses espaços na América Latina, de acordo com Cira (2002), são conhecidas. Caracterizam-se pela precariedade de condições de saúde, pelo acesso insuficiente a serviços urbanos, pelo baixo potencial produtivo dessas populações, pelas redes de drenagem insuficientes, pelos modelos de gestão de resíduos sólidos inadequados, pelo racionamento, delinquência e violência, em especial em zonas de rápida urbanização, nas quais redes cívicas e sociais são incipientes.

Maricato (2000) reflete sobre a questão da gigantesca construção fora da lei de cidades no Brasil sem a participação dos governos ou do mercado formal e, desse modo, sem recursos técnicos e financeiros significativos, ou seja, empreendimentos bastante descapitalizados e construídos com técnicas arcaicas, fora dos procedimentos regulares. Isso significa que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa em áreas irregulares. Para Balbim (2015), o alto valor da terra, que dificulta a realização de empreendimentos habitacionais de baixa renda financiados com recursos públicos em áreas centrais, aliado à necessidade de otimização de gastos com deslocamento, impulsiona o crescimento de um mercado de aluguel informal de alta rentabilidade. Tal situação reforça o empobrecimento familiar e ao aprofundamento da precarização das condições de habitabilidade nas moradias de locação informal, sobretudo via adensamento dos cortiços e também dos assentamentos populares informais.

Em relação às causas e às condições da informalidade dos assentamentos em Belo Horizonte, Guimarães (1992) e Costa (1994) pontuam que historicamente o preço das terras urbanas na capital mineira impossibilitou a instalação de levas de migrantes que se direcionam à nova capital, levando a ocupações precoces das áreas periféricas com baixa qualidade de recursos, bens e serviços básicos urbanos. O texto de Borges, Costa e Mendonça (2015) elucida que o município de Belo Horizonte, além de abrigar a metade da população urbana de toda a região metropolitana, contém basicamente a metade da população estimada em assentamentos precários. Esses, junto aos aglomerados subnormais, concentraram-se espacialmente nos municípios conurbados ou mais próximos da capital, em especial aqueles cujo processo de expansão periférica, por meio de conjuntos habitacionais e loteamentos populares, foi mais intenso anteriormente, como municípios de Contagem e Betim. Segundo os autores, 63% dos domicílios em aglomerados subnormais da RMBH estão em Belo Horizonte.

A precariedade habitacional e dos assentamentos se manifesta de várias formas, como bairros originários de loteamentos populares em graus diversos de informalidade e

regularidade fundiária e urbanística. Dessa forma, os processos de produção do espaço metropolitano são marcados pela irregularidade, precariedade urbanística, habitacional, fundiária e ambiental.

Nas Américas, a produção informal de moradia aponta para mercados irregulares precários. Segundo o estudo do Foro Iberamericano e do Caribe sobre Melhores Práticas (2004), como os preços do solo no mercado formal estão fora do alcance da população de baixa renda, o mercado informal e ilegal se coloca como principal mecanismo de acesso a terra - São Paulo e Cidade do México contavam nos anos 2000 com 22,6 e 16,2 milhões de habitantes, formando a primeira e a terceira megalópoles que assentam metade de sua população em mercados informais -, mesmo que os preços do ramo ilegal tenham crescido de forma alarmante ao longo de décadas. O estudo relata, porém, que nos últimos trinta anos a oferta de infraestrutura básica melhorou as condições de vida básica da população moradora em assentamentos informais e nessa medida os preços do mercado informal se elevaram.

Uma pesquisa sobre os serviços urbanos básicos às populações pobres de três cidades centro-americanas, a área metropolitana de San Salvador (El Salvador), a cidade de Tegucigalpa (Honduras) e a Cidade do Panamá e de San Miguelito (Panamá) revelou que quanto à informalidade do solo e da habitação, nas três cidades os pobres se encontram nos subúrbios das cidades, onde há possibilidade de invadir terrenos próximos de córregos e de outros ambientes altamente vulneráveis, nos quais é proibido assentamentos por lei, ou em casa de inquilinato (WORLD BANK, 2004a). Poucas famílias arrendam sua habitação, variando de 13% a 18%, sendo Tegucigalpa a região com maior proporção devido, em especial, pelo desastre natural que destruiu várias casas, e pelo limitado fornecimento de habitações novas.

Segundo o estudo do World Bank (2004a), a qualidade da habitação varia e mesmo que a maioria seja construída de materiais duradouros, encontram-se lotadas, com média de quatro pessoas por habitação e carecem de instalações básicas. Relata que entre 60% e 70% das pessoas construíram por conta própria suas moradias e isso se realiza progressivamente nos bairros mais necessitados, em função da busca por melhorar suas casas com somas próprias de recursos a cada ano, com poucos empréstimos em instituições públicas, entre 1% e 6%. Dessa forma, a pesquisa conclui que a infraestrutura dessas cidades não recebeu manutenção nem se ampliou para se adaptar ao crescimento, o que tem produzido deficiência de serviços públicos.

A respeito das condições dos assentamentos informais, a pesquisa de Castro (2009) aponta para outra perspectiva dos autores acima, vertendo interesse para o *habitat* enquanto

um sistema no qual as partes envolvidas refletem um contexto de totalidade e é marcado por dinâmicas próprias reveladas na interação entre indivíduo e território e entre indivíduo e comunidade. Alimentado pela interação entre subsistemas econômico, ambiental, social e construtivo é constituído, de acordo com a autora, pelos habitantes (que fazem possível o habitar), pela gestão (a forma de ligar ao lugar e á moradia) e pelos modos construtivos (técnicas que permitem manter estabilidade e permanência de edificação): ambos garantem a identidade de cada moradia.

Ela afirma que as práticas da moradia informal são geradas numa hipotética insustentabilidade da construção, mas que promovem uma sustentabilidade progressiva por meio de gestão dos habitantes em um trabalho coletivo para ter o solo. Nesse sentido, o morador que faz o lugar insustentável com o assentamento e que muda seu ecossistema contribui para uma forma de sustentabilidade habitacional ao construir com materiais recicláveis e gerar tecnologias próprias para solucionar problemas, num desenvolvimento progressivo espacial e tecnológico. Para Castro (2009) é na informalidade dos assentamentos que surge a sustentabilidade dos bairros até consolidação da cidade. As famílias gerem, produzem e sustentam seu habitat: conseguem o lote, adéquam-no e constroem. Este é o círculo da marginalidade que se converte em círculo produtivo do incremento da cidade marginal e da economia paralela. Infere que é possível gerar soluções locais a partir da moradia informal e buscar uma política de urbanização nos termos da habitabilidade e sustentabilidade.

Tangente às condições de informalidade, há um consenso argumentativo sobre duas afirmações que, acredito, precisam ser problematizadas: a primeira se refere ao fato de que as áreas de informalidade se encontram na periferia das cidades e a segunda diz respeito a conceber as ocupações irregulares como territórios precários, arcaicos e sem qualquer condição estrutural ou de vida cívica. A primeira assertiva não condiz empiricamente com a realidade recente da produção informal de moradia. Mesmo que historicamente as áreas ocupadas irregularmente tenham se proliferado, inclusive com anuência do Estado e com apoio dos mercados imobiliários formais e informais, nas periferias das grandes cidades deve-se levar em conta sua presença nos centros urbanos tradicionais e em outras centralidades. A literatura utilizada nessa seção determina a existência da localização periférica de assentamentos irregulares através do discurso determinista das unicentralidades, desconsiderando o meio urbano como um universo socioespacial construído no tempo resultado de relações complexas entre os agentes coletivos em disputa por recursos e bens.

As regiões consideradas centrais nas cidades o são por uma construção social referente

a contextos específicos. A criação de outras centralidades é parte da dinâmica urbana, sendo produzida pela mobilidade de grupos sociais em suas necessidades, pelas transformações políticas e econômicas nas cidades e por lógicas culturais de expansão do espaço. Nessa construção de novas centralidades regionais contemporâneas, as populações sem casa buscam regiões que ainda têm disponibilidade de terras a serem ocupadas e oferecem minimamente um conjunto de serviços, recursos e bens necessários às suas condições de existência, ao invés de focar apenas nas áreas centrais tradicionais. No caso de Belo Horizonte, por exemplo, houve uma mudança de perspectiva nos movimentos sociais de moradia e nas famílias, pois o interesse passou a ser o de ocupar espaços para o estabelecimento de ocupações horizontais (casas de alvenaria) em regiões fora do centro tradicional, ao invés das ocupações verticais (prédios já construídos).

Essa estratégia levou em conta não só o poder de negociação pela permanência que a ocupação horizontal possibilitava, mas também a manutenção das redes e dos laços sociais comunitários dos moradores[53]. Não levar em conta a multiplicidade das centralidades nas cidades contemporâneas, também produzidas pelos pobres, dentro de processos de exclusão socioespacial, com táticas próprias de estar no espaço, implica homogeneizar a realidade urbana através de um tipo de segregação determinista entre centro e periferia. É necessário refletir sobre a ação criativa e negociada das populações ocupantes em produzir moradia e de se apropriar do espaço, revelando assim sua agência frente às linhas de força que disputam visões de mundo e práticas de construção da cidade (Figura 1).

**Figura 1 - Estrutura com Tapumes Ocupação Eliana Silva 2015**

**Fonte: Acervo próprio.**

[53] Segundo as informações do MLB, a maioria das ocupações do Barreiro abarcam moradores de bairros, vilas, favelas e ocupações da própria região (Conversa por telefone com Leonardo Péricles, coordenador do movimento social, em 21/09/2015).

A segunda assertiva é um desdobramento da primeira, pois ao pressupor as ocupações irregulares como assentamentos em situação e localização socioespacial periféricas, prescindindo das centralidades constituídas nas expansões estruturais do espaço e na lógica organizativa das populações pobres ocupantes, parte da literatura referencia esses territórios por atributos negativos da informalidade. Não há como negar as adversidades desses espaços quanto às normas de estrutura urbanística, à legislação ambiental, à precariedade das edificações e à vulnerabilidade social. Além disso, a ausência da posse e a ameaça de despejo implicam impactos jurídicos que expressam a as limitações da rubrica do "direito à cidade" e da função social da propriedade.

No entanto, a condição de exclusão não elimina da vida cotidiana dos assentamentos informais a sua capacidade de produzir criativamente o espaço. As ocupações informais são processos socioespaciais complexos produzidos e ressignificados no tempo com lógicas próprias e que ultrapassam a causalidade da reação às políticas habitacionais. Os assentamentos representam produções criativas do espaço preenchidas por mobilização e planejamento de recursos específicos para conquista de acesso, bem ao contrário do que afirma Maricato (2000), que vê a irregularidade dos assentamentos como um conjunto de empreendimentos descapitalizados e construídos com técnicas arcaicas. Eles sinalizam escolhas efetuadas por agentes por meio de projetos elaborados em campos de possibilidades no tempo e no espaço.

Sem a intenção de negar a realidade de exclusão desses territórios, pode-se inferir que as noções da precariedade e da marginalidade precisam ser problematizadas, uma vez que tais assentamentos possuem temporalidades e territorialidades próprias, ora antagônicas, ora em consonância com os elementos formais da cidade. Suas vidas nos assentamentos atravessam de forma tensa, mas não dicotômica, as lógicas da necessidade e da normalidade, da legalidade e da ilegalidade, da formalidade e da informalidade. Dos ideais da racionalidade arquitetônica e urbanística à busca por fazer da sua moradia uma fonte de renda o triunfo dos pobres está na sua capacidade de se colocar nas tramas existentes nas cidades. Pedro Abramo (2009) fundamenta esse raciocínio, porque entende que a necessidade é uma lógica da realidade social nas cidades que resulta no mercado informal, pois ela é o artifício daqueles que não conseguem acessar o mercado formal. Desse modo, a busca por se instalar na cidade já é elemento suficiente para acionar essa lógica de acesso a terra. O autor afirma que o mercado formal e o mercado informal se interagem de forma complementar e concorrencial, ou até mesmo pela mútua influência no comportamento dos agentes que atuam nos dois mercados.

Para Abramo (2009), a irregularidade do mercado informal está no que se refere aos direitos nos planos urbanísticos, constritivos e de propriedade, além do plano do direito, pois fere os contratos que regulam as transações mercantis. Nesse mercado, apesar das negociações não se estabelecerem por mecanismos legais de mediação e execução, elas se sustentam através de instituições informais historicamente constituídas, que possuem garantias necessárias para as relações de confiança, mantendo seu funcionamento. Em um relatório sobre o mercado imobiliário formal e informal no Rio de Janeiro, Abramo (2003) distinguiu o mercado informal em duas classificações: de loteamento e de áreas consolidadas, ambos identificados na estrutura urbana da cidade. O segundo tipo explica, segundo o autor, os processos de consolidação e adensamento dos assentamentos populares - no caso específico, as favelas. Dois resultados do documento chamam atenção: o primeiro mostra que a rotação do estoque imobiliário do mercado informal nas favelas foi maior que em outros bairros estudados, o que demonstra regularidade de seu funcionamento. O segundo resultado expressa que os preços das transações imobiliárias no mercado informal regulam o acesso a terra nas favelas, não acompanhando os preços dos bairros legalizados. Assim, o autor afirma que existe uma lógica endógena na formação dos preços que só pode ser identificada com variáveis específicas dos territórios.

O princípio da informalidade como lugar não normatizado "escolhido" para ser habitado e com traços incipientes, arbitrários, escassos de infraestrutura e de redes cívicas e sociais não é uma realidade empírica. É necessário pensar em espacialidades e habitabilidades intrínsecas a demandas individuais e coletivas expressas no desenvolvimento construtivo do *habitat*, que vai da escolha e das preferências emocionais às racionalidades econômicas.

## 2.4 Um traçado histórico sobre as Ocupações de moradia em Belo Horizonte

Problemas no planejamento urbano desde a fundação de Belo Horizonte provocaram a superação quantitativa da "zona suburbana" em relação à área planejada da cidade. Tal fato, somado ao alto preço da terra, dificultou a instalação de milhares de famílias recém-chegadas na cidade e resultou em ocupações precoces nas áreas externas à avenida do Contorno, o que evidencia o problema da produção informal de moradia em Belo Horizonte como parte inerente ao processo de construção da cidade (COSTA, 1994; GUIMARAES, 1992). Dois anos antes de sua inauguração, a capital já contava com duas áreas ocupadas com aproximadamente 3000 pessoas. Os assentamentos irregulares foram ações imediatas de moradia pela população mais pobre que resistia a operações do poder público em retirá-los

das áreas centrais. Segundo Guimarães (1992), as ações formais de construção da cidade realizadas pela Prefeitura esbarravam nas práticas de permanência das populações ocupantes, as quais na maioria das vezes voltavam a ocupar os terrenos, como os casos da Pedreira Prado Lopes, a mais antiga da cidade, do Pindura Saia, do Acaba Mundo e dos Marmiteiros.

Os confrontos na antiga favela da Barroca, removida para dar lugar à atual Assembleia Legislativa nos anos 1940, e a organização do "Movimento de Favelados[54], pela Federação dos Trabalhadores Favelados - que combinava mobilizações de protesto, ocupações de terras vazias e a assistência jurídica contra as remoções forçadas" (MIRANDA, 2012) - demonstravam a complexidade das relações entre diversos agentes produtores da cidade. Após a ocupação irregular em áreas centrais nas primeiras décadas, grupos de sem casa buscaram terrenos cada vez mais distantes da área planejada pela Comissão Construção em municípios vizinhos, especialmente na Cidade Industrial em Contagem (COSTA, 1994), não significando a total ausência de conexão com a centralidade principal da capital e seus bens e serviços.

Como a expansão do espaço urbano em várias regiões da capital promoveu o aumento da população favelada, os confrontos se multiplicaram e a permanência mais ou menos longa no território ocupado estava relacionada à organização das populações assentadas e nos dispositivos que usavam para negociar e pressionar o poder público. Em Belo Horizonte, as forças sociais que lutavam pelo direito à moradia começaram a retomar efetivamente as Ocupações organizadas nos anos 1980 (BEDÊ, 2005). Na primeira metade da década, ocorre na região leste a Ocupação do Taquaril, hoje um dos maiores assentamentos irregulares da cidade[55]. Dessa forma, ao contrário de Miranda (2012) e Lourenço (2014), que se debruçam sobre o pioneirismo de ocupações organizadas a partir de meados dos anos 1990, Bedê (2005) afirma que tais práticas tiveram heranças de pelo menos uma década de experiências de produção informal de moradia.

Um dos momentos mais significativos dessa história foi à ocupação dos jardins e das escadarias da Igreja São José, após uma ação de despejo realizada na gestão do prefeito Pimenta da Veiga (MIRANDA, 2012). De acordo com Bedê (2005), o episódio se inicia após tentativas sucessivas de ocupação de terrenos municipais em 1989. Aproximadamente 635 famílias de diversos bairros da cidade, com o apoio de entidades como a Federação das

---

[54] Os movimentos organizativos pela moradia em Belo Horizonte serão discutidos no capítulo sobre os movimentos sociais e as ocupações de moradia no Barreiro.

[55] O episódio demonstra o potencial de mobilização de uma vertente do movimento por moradia em Belo Horizonte ligado ao PC do B, junto ao Movimento de Favelas. Tal movimento deu maior atenção às grandes mobilizações e às ocupações organizadas. Ver mais em Bedê (2005).

Associações de Moradores de Bairros e Favelas de Belo Horizonte (FAMOBH), a União dos Movimentos Populares Independentes (UMPE) e a Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte (AMABEL), promoveram ocupações na Vila São José, região noroeste da cidade, e no prédio da Prefeitura, sendo retiradas sem acordo quanto à provisão de moradias. Em setembro de 1990, sem resposta da Prefeitura para suas reivindicações, essas famílias criaram a Cooperativa do Movimento Popular (COMOPOM) e estabeleceu a Ocupação da Igreja São José, propiciando visibilidade ao movimento.

Algumas pesquisas demonstram que até meados dos anos 1990 não houve ocupações organizadas de grande repercussão em Belo Horizonte, em especial devido ao "pacto" entre o governo local e os movimentos sociais, no sentido de que as organizações da sociedade civil não gerassem ações diretas para tensionar o poder público (LOURENÇO, 2014; MIRANDA, 2012). Segundo esses autores, o objetivo seria constituir um experimentalismo democrático governamental que dialogasse com a pauta e as reivindicações dos movimentos sociais. De acordo com Bedê (2005), com a perspectiva de novos espaços de interlocução com o poder público municipal, o Movimento dos Sem Casa se reorientou no sentido de realizar parcerias políticas com a administração pública, o que é reforçado pelo fato de algumas das principais lideranças desse movimento ocupar cargos de confiança da Prefeitura.

Apesar dos pressupostos a respeito da diminuição gradativa da ocupação irregular e ilegal de terras urbanas em Belo Horizonte nos anos 1990 é possível afirmar que mesmo não sendo a alternativa principal de mobilização de alguns movimentos e tendo em vista sua reorientação para os acordos com o Estado, o ato de ocupar nunca chegou a ser totalmente abandonado pelas famílias de sem casa e por grupos políticos (BEDÊ, 2005). As informações trazidas pela autora contestam as afirmativas sobre a lacuna de ocupações até meados dos anos 1990. No próprio governo da "Frente BH Popular" (1993-1996) tentativas de ocupações organizadas foram realizadas, principalmente em áreas municipais, porém dissolvidas rapidamente pela ação fiscal da Prefeitura.

Dentre os vários exemplos encontra-se a montagem de um acampamento de 47 barracas no Conjunto Confisco em 1992 - entre a região da Pampulha e Contagem - construído pelo governo do estado, com famílias provenientes de bairros do entorno do conjunto. A ocupação se deu a partir da notícia da existência de 84 casas desocupadas no Conjunto. De acordo com Bedê (2005), após o despejo realizado pela Polícia Militar o grupo criou outra Ocupação em um terreno vazio da Igreja Católica no próprio conjunto. Em 1994, um processo de ocupação foi realizado por um movimento de moradia em Ribeirão das Neves, na Fazenda Mizonguê, numa região divisa com Belo Horizonte. Várias famílias de

sem casa que residiam na capital nos arredores da ocupação se incorporaram ao movimento que chegou a ser constituído por 1.300 núcleos familiares. Os grupos familiares foram despejados da Fazenda, mas em resposta, 108 famílias se dirigiram para a Praça Afonso Arinos, ocupando o espaço por um mês e meio a fim de negociar com a Companhia de Habitação (COHAB). Sem conseguir a negociação esperada, após uma ação de reintegração de posse da Prefeitura contra elas, as famílias ocuparam a porta desse órgão.

Em 1994 aconteceu outro processo de ocupação em terrenos de propriedade pública municipal no Bairro Santa Terezinha, na região da Pampulha com cerca de 740 famílias moradoras de Belo Horizonte e de Contagem. De acordo com Bedê (2005), aparentemente, as lideranças do acampamento eram ligadas a nenhum grupo ou partido político, embora fossem apoiadas por uma organização de esquerda do Rio de Janeiro. No mesmo ano, num terreno público reservado pela Prefeitura como área verde do Conjunto Paulo VI, na região nordeste, ocorreu mais um processo de ocupação. Apesar da desocupação da área, os moradores do conjunto se solidarizaram com as famílias acampadas e permitiram a instalação de barracas nos lotes e o uso dos banheiros das moradias.

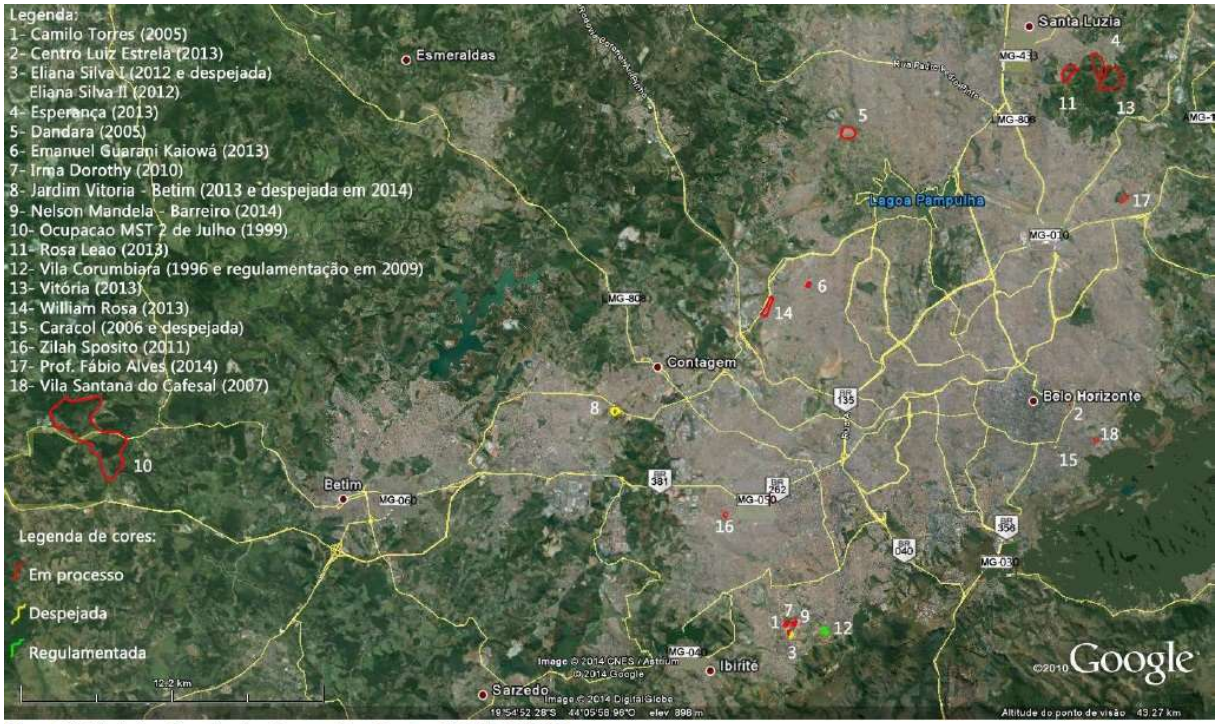
De acordo com Bedê (2005), em 1995, 171 famílias ocuparam os apartamentos existentes em dois prédios de 17 andares na rua Clorita, bairro de Santa Tereza, região Leste de Belo Horizonte. Os edifícios começaram a ser construídos na década de 1970 pela ICC Incorporadora e pela Jet Engenharia, sendo as obras interrompidas no início da década seguinte, quando ambas as construtoras decretaram falência. Com apoio do Serviço de Atendimento Jurídico (SAJ) da PUC Minas e da Pastoral de Rua de Belo Horizonte e com as mobilizações massivas na cidade apoiadas com o passar dos anos por movimentos de moradia, como as Brigadas Populares, às famílias foi proposto o Crédito Solidário, aprovado pela Caixa Econômica Federal em 2004.

Os recursos federais, correspondentes a 18 mil reais por unidade habitacional, seriam utilizados para a promoção dos melhoramentos necessários à recuperação do prédio e reduziriam o custo financeiro de possíveis remoções e reassentamentos. A insistência da Prefeitura de Belo Horizonte em não avalizar a liberação do crédito impossibilitou a liberação do financiamento. A ocorrência de um incêndio em 2010 em um apartamento de uma das torres acelerou a desocupação definitiva dos moradores, uma vez que as famílias foram obrigadas a abandonar às pressas e sob pressão policial suas residências. Com a alegação das torres não obedecerem aos requisitos necessários à segurança dos moradores o segundo edifício foi igualmente desocupado. Os últimos moradores foram retirados em 2012.

Em março de 1996, último ano do governo da Frente BH Popular, surgiu uma

Ocupação com 379 pessoas na região do Barreiro, coordenadas por lideranças de um movimento denominado Luta Popular por Moradia (LPM), apoiado pela Liga Operária (LOP) e pelo Partido Comunista Revolucionário (PCR). O acampamento foi montado num terreno reconhecido como área verde de um loteamento privado e foi batizado de Corumbiara, atualmente considerado o "berço" das ocupações organizadas de Belo Horizonte (LOURENÇO, 2014) por movimentos sociais de moradia e apoiadores externos. Iniciava-se assim uma história recente de Ocupações horizontais irregulares por moradia na região do Barreiro (Figura 2).

**Figura 2 - Ocupações**




Mapa inicial da localização das Ocupações. Fonte : EI-PUC MINAS

**Fonte: ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA PUC MINAS, 2015.**

Lourenço (2014) sustenta que depois do caso da Corumbiara, as Ocupações urbanas irregulares organizadas por movimentos sociais ficaram suspensas em Belo Horizonte durante uma década, coincidindo com a institucionalização da política habitacional da Prefeitura e a esperança de acesso à casa própria através das políticas públicas federais. Os poucos avanços nas políticas habitacionais dos municípios da RMBH e a redução institucional dos canais participativos, que deveriam servir como fontes de pressão para tais avanços, impulsionaram a mobilização para novas inserções em terrenos. De acordo com Lourenço (2014), em 2006 um grupo de quinze famílias que vieram da Vila do Cafezal, uma das favelas do Aglomerado da

Serra, instalou-se num edifício no bairro Serra, na Zona Sul da cidade, numa ocupação nomeada Caracol (aludindo ao molusco que carrega a casa nas costas).

Segundo o autor, após o despejo em 2007 promoveu-se uma associação entre movimentos sociais de moradia e o Fórum de Moradia do Barreiro, iniciando a organização da Ocupação João de Barro, no bairro Serra - cujas origens remetem a famílias do Núcleo de Moradia do Barreiro, do Núcleo de Moradia do Padre Eustáquio, da Vila do Cafezal e do assentamento Novo Lajedo -com aproximadamente trinta famílias que tomaram a "massa falida" da construtora Encol. Mesmo com as experiências de despejo e da truculência policial no período de quatro meses, parte daquelas famílias, somada a dezenas de outros grupos familiares, seguiu para a Ocupação João de Barro II - no prédio do antigo hospital Cardiocentro, no bairro Serra- e, meses depois, para a João de Barro III, numa casa abandonada na Avenida Amazonas, em Belo Horizonte.

Lourenço (2014) pontua que a estratégia de ocupar edificações vazias, as ocupações verticais, foi substituída pela ocupação de terrenos com ações de autoconstrução das moradias, as ocupações horizontais (como aconteceu na Ocupação Corumbiara). Com tal objetivo, constituiu-se em 2008 a Ocupação Camilo Torres, um assentamento urbano na região do Barreiro com cento e quarenta famílias nas proximidades do município de Ibirité. De acordo com o autor, a ocupação também passou pela experiência do despejo e da reocupação, sendo o primeiro modelo horizontal recente e considerado pelos movimentos sociais de moradia envolvidos, em especial as Brigadas Populares e o MLB, um marco na luta política e na abertura de um resgate da história da produção informal do espaço em Belo Horizonte.

Em 2009 foi realizada a ocupação Dandara[56], inicialmente com cento e cinquenta famílias, localizada na região da Pampulha, no limite entre os municípios de Ribeirão das Neves e Contagem[57].Teve papel decisivo nos confrontos e nos acordos pela moradia na cidade, com grande visibilidade no Brasil e em outros países. Em 2010, de acordo com Lourenço (2014), num terreno vizinho à ocupação Camilo Torres, foi organizado outro assentamento chamado Irmã Dorothy, contando com uma população de cerca de setenta famílias.

Numa área próxima a esse assentamento constituiu-se em 2012 a Ocupação Eliana

[56] O nome homenageia a companheira do líder quilombola Zumbi dos Palmares. A forma de organização político-territorial do assentamento também foi determinante para a escolha da liderança de muitas mulheres no início da ocupação (LOURENÇO, 2014).

[57] Entre militantes e apoiadores acredita-se que o "efeito Dandara" influenciou todas as ocupações posteriores, inclusive as conhecidas como espontâneas (Rosa Leão, Vitória e Esperança), por sua repercussão nacional e internacional como uma forma "organizada" de produção informal de moradia.

Silva, a qual ocorreu em dois momentos e locais diferentes, apesar de muito próximos, primeiramente com cento e cinquenta famílias e posteriormente com duzentas famílias. O autor destaca que no ano de 2013 foi realizada uma ocupação com mais ou menos duzentas famílias, chamada de Emanuel Guarani Kaiowá no bairro Ressaca, em Contagem, num terreno privado vago próximo à fronteira com Belo Horizonte. Ainda na região do Barreiro, próximo às ocupações Eliana Silva, Camilo Torres e Irmã Dorothy, surgiu em 2014 a Ocupação Nelson Mandela[58], com cerca de trezentas famílias.

Diante das informações contidas nesta seção é relevante perceber a forma com a qual parte da incipiente historiografia das Ocupações de moradia em Belo horizonte vem sendo construída. Apesar da relevância em descrever e destacar experiências de moradia e de disputa pelos recursos da cidade por milhares de famílias, suas perspectivas ainda são pautadas por uma linearidade narrativa que reduz práticas e significados a uma cronologia determinista, cujo final se apresenta com a formação de movimentos sociais de moradia capazes de organizar os desabrigados rumo à redenção da casa própria. Acredita-se nessa literatura que arranjos institucionais oficiais, políticas públicas pontuais e paliativas e a ausência de organizações populares específicas podem dirimir as "virações" sociais da vida urbana, com o alívio da pressão dos necessitados para com o poder público.

As Ocupações de moradia recentes remetem há mais de um século na capital mineira, diferenciando-se ao longo tempo em suas táticas de mobilização e organização, além do maior reconhecimento político e jurídico de sua existência e legitimidade nas últimas décadas. Caso tomemos *a priori* a própria definição da maioria dos autores citados sobre tais assentamentos, enquanto ações coletivas caracterizadas por ações organizadas pelos movimentos sociais e por um discurso mais amplo ao da necessidade da moradia, debruçando-se sobre a proposta de tornar úteis espaços que não cumprem a função social prevista por lei, é possível encontrar marcas desse fenômeno desde os finais da primeira metade do século XX. Dos anos 1940 até os dias atuais, dezenas de inserções em terrenos públicos e privados foram realizadas tendo o apoio de movimentos sociais e, em algumas vezes, partidos políticos com propostas e projetos de reconhecimento, regularização e urbanização das áreas ocupadas.

---

[58] Dentre as ocupações organizadas na RMBH, segundo o MLB, ainda devem ser enfatizadas: em 2011, a ocupação Helena Greco (bairro Zilah Sposito, ao lado do Bairro Jaqueline, próximo de Santa Luzia, com 300 famílias); em 2012, a Novo Paraíso (bairro Palmeiras, próximo ao Anel Rodoviário, ao lado do bairro Bethânia, com 600 famílias); em 2013, a Nelson Mandela (no bairro Serra, com 50 famílias); e as ocupações na região da Isidora, entre Belo Horizonte e Santa Luzia, a Rosa Leão (1.500 famílias), a Esperança (com mais 2500 famílias) e a Vitória (4.500 famílias), além da Dom Tomás Balduíno (bairro São João, em Betim, com 120 famílias) e a outra Dom Tomás Balduíno (Ribeirão das Neves, com 450 famílias); em 2014 a Barreirinho (Ibirité, com mais de 50 famílias) e a Olaria (Barreiro, com 50 famílias) e em 2015 a Paulo Freire (Barreiro, com 300 famílias).

Os intervalos ou a pouca relevância dados a Ocupações em alguns períodos da história de Belo Horizonte - como na primeira metade dos anos 1990 ou da segunda metade desta década até meados dos anos 2000 - precisam ser revistos, uma vez que há relatos e descrições de inúmeras inserções com ou sem apoio de organizações políticas durante o período abordado. Tais assentamentos não podem se resumir a um contingente de pessoas necessitadas assentadas em terrenos irregulares segundo a agenda dos movimentos sociais contemporâneos. É provável que o discurso da novidade ou do "pioneirismo" das ocupações promovidas desde os anos 1990 defendidos por esses trabalhos seja mais uma aspiração ativista a uma constatação empírica evidenciada por vestígios históricos, haja vista a agência dos pobres em tecer criativamente circuitos e redes sociais ao longo do tempo a fim de conquistar a moradia.

Portanto, é necessário problematizar as condições relacionais constituintes desse tipo de produção informal de moradia em função de uma melhor definição da mesma. Os trabalhos e projetos acadêmicos recentes nos campos da Arquitetura e do Direito são importantes ao tema por balizar informações quantitativas e qualitativas sobre os assentamentos e seus perfis. Contudo, é necessário relativizar assertivas conceituais e analíticas através de pesquisas de campo avançadas e métodos de base contextual e situacional[59], cujo objetivo é discutir mais rigorosamente como práticas de apropriação e uso do solo nesses territórios se articulam e se reorientam para a construção de projetos de cidade.

Embora a trajetória das famílias e dos movimentos sociais seja constituída por rupturas e permanências num processo dialético não condicionado, as experiências de organização para moradia nos últimos 20 anos podem ser analisadas mais como parte de uma construção coletiva socioespacial de média e longa duração e menos como uma realidade pioneirística pronta. As Ocupações de moradia atuais são personagens coletivos atualizados de processos históricos incontingentes realizados há mais de um século na capital mineira, com suas respectivas temporalidades e espacialidades e com o maior reconhecimento político e jurídico de sua existência e legitimidade nas últimas décadas. Dessa maneira, parece-me limitado pensar que populações de sem casa decidiram há pouco mais de vinte anos se organizar e se aliar a movimentos sociais para ocupar terras. Tal perspectiva desconsidera a variabilidade de combinações situacionais entre agentes coletivos, no caso os moradores, com as instituições

[59] Segundo Agier (2011), a análise situacional é o processo que isola intelectualmente um acontecimento ou um conjunto deles para facilitar a apreensão de uma ordem de acontecimentos interrelacionados coerente. Enquanto viés analítico, ela des-espacializa a pesquisa urbana, pois acredita que não são limites espaciais os definidores da situação, mas a interação. A abordagem situacional traz para além da interação a metáfora teatral, com os atores sempre dispostos em universos que envolvem cenas, decoração, bastidores, papeis, representações e público.

políticas e os órgãos do Estado, e as formas como usam suas linhas de força de forma criativa e ordenada na disputa por acessos escassos na cidade.

A lacuna que, acredito, há nos trabalhos sobre o tema vem da ausência da explicação detalhada sobre o funcionamento das dinâmicas socioespaciais - práticas, valores, costumes - que definem historicamente esse tipo de produção informal de moradia para além da liderança de movimentos sociais e do discurso da função social da propriedade. Deve-se procurar nos assentamentos como se estabelece e quem estabelece a criação dos vínculos internos, a dinâmica das sociabilidades, a definição de regras, hierarquias, códigos de conduta e símbolos nativos, as negociações e os enfrentamentos As experiências das pessoas nos territórios - em suas lógicas de escolhas, demandas e valores - foram construídas através do cotidiano de conflitos e conexões com outros agentes que compõem a vida social.

### *2.4.1 As ocupações de moradia no Barreiro: os processos de formação da Vila Corumbiara e da Eliana Silva*

O Barreiro é uma macroregião do município de Belo Horizonte caracterizada como polo comercial e industrial que se integra aos municípios de Contagem, Ibirité, Brumadinho, Sarzedo e Igarapé. Considerando a planta dos Distritos Industriais instalados na região, como o Jatobá e o Olhos D'Água, seus limites são ampliados aos municípios de Betim e Nova Lima - que fazem parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) -, o que torna a região um vetor de planejamento e desenvolvimento urbano. O Barreiro foi estruturado em oito Unidades de Planejamento Municipal (UPMs), compostas por bairros e vilas, a saber: Bairro das Indústrias, Barreiro de baixo, Barreiro de cima, Barreiro Sul, Cardoso, Lindeia, Jatobá e Olhos d'água.

A história do Barreiro está intrincada à de Belo Horizonte desde que o poder público se aproveitou da vocação agrícola da região, marcada por diversos cursos d'água e grandes extensões de terras férteis, e incentivou a produção de gêneros alimentícios para o abastecimento da capital. A criação da Fazenda do Barreiro em 1855 propiciou maior dinamismo econômico à região e reordenou sua estrutura fundiária, caracterizada após a Lei de Terras de 1850 por grandes propriedades. Sua divisão em 1880 deu origem às fazendas do Pião, ao norte, e do Barreiro, ao sul, as quais, décadas mais tarde, deram origem a bairros, distritos industriais, centros comerciais, conjuntos habitacionais, vilas e favelas (ARREGUY; RIBEIRO, 2008).

Na década de 1960, na área de uma fazenda denominada Jatobá foi construído o Conjunto Habitacional Vale do Jatobá, com o objetivo de solucionar parte do problema de

habitação em Belo Horizonte[60]. Naquele momento, a localização era precária, sem transporte para o centro da cidade, o que dificultava o acesso ao trabalho e aos serviços urbanos. Nos anos 1970 foi criada a Administração Regional do Barreiro, que realizou projetos de industrialização e urbanização na área, dando origem a outros conjuntos habitacionais e bairros. Em meados de 1980 são inaugurados os bairros Jatobá IV e o Conjunto Habitacional Ernesto do Nascimento, além de Jatobá I, hoje Vila Santa Rita; o Jatobá II, atual Vila Pinho e o Jatobá III, conhecido por Vila Castanheira (ARREGUY; RIBEIRO, 2008).

Tais empreendimentos foram dinamizados por meio de programas habitacionais da Prefeitura de Belo Horizonte em torno do projeto Jatobá Distrito Industrial, originado nos anos 1980. Frei Gilvander Moreira (2013) afirma que esse espaço foi criado para a instalação de empreendimentos industriais. Em 1992 o governo do Estado teria transferido a área para a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI)[61], incorporada desde 2003 pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG). Nessa área estão quatro agrupamentos irregulares de moradia organizadas desde o ano 2008.

Como mencionado na seção anterior, em março de 1996 nasceu a Ocupação Vila Corumbiara[62] (Figura 3), coordenada por lideranças de um movimento denominado Luta Popular por Moradia (LPM) apoiada pela Liga Operária (LOP) camponesa e pelo Partido Comunista Revolucionário (PCR). Foi estruturada em um terreno particular reservado como área verde no Vale do Jatobá, região do Barreiro[63] e era composta por 379 participantes associadas de núcleos do Movimento dos Sem Casa de Belo Horizonte, que participaram do OPH. De acordo com Bedê (2005), a ocupação se desenvolveu de forma organizada junto aos movimentos sociais, com efetiva demarcação urbanística e estratégias de defesa. É hoje o exemplo de ocupação que passou por processos de regularização, titularização e urbanização. Após diversas negociações e mobilização dos moradores e movimentos sociais a Prefeitura de Belo Horizonte iniciou levantamento topográfico e cadastramento sócioeconômico das famílias

---

60 Grande parte dessa região era de propriedade dos governos estadual e municipal (ARREGUY; RIBEIRO, 2008).

61 A Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI) foi criada em 1971, por meio da Lei Estadual n. 5.721/71 e era uma empresa pública com função de gerir e fomentar a implementação de áreas industriais no território mineiro.

62 O nome homenageia uma Ocupação de mesmo nome ocorrida no ano anterior em Rondônia, onde o confronto entre camponeses sem terra com a polícia local causou a morte de uma criança e dezenas de adultos. O chamado "massacre de Corumbiara" apresenta divergências sobre os números de mortos: o governo local reconheceu 16 vítimas, mas os camponeses sem terra afirmam que morreram mais de 100 pessoas na ocasião.

63 A princípio, grande parte da Vila Corumbiara se encontrava em um terreno da Prefeitura, o que implica na transferência da propriedade do município para os moradores, no entanto, no decorrer dos trabalhos técnicos de regularização, os técnicos identificaram 32 lotes situados em terreno particular. Nestes casos, cada família recebeu assistência individual para regularizar sua posse, segundo a Urbel (URBEL ..., 2009).

que ocupavam a área, elaborando uma planta de parcelamento do solo. Até o ano 2009, 195 lotes tinham sido aprovados, a maioria deles residenciais (BELO HORIZONTE, 2009).

A URBEL realizou o processo de regularização fundiária iniciado em 2006 e a população recebeu os documentos de registro a partir de 2009. Dos domicílios cadastrados, 260 são residenciais e 15 de uso comercial ou misto (URBEL ..., 2009). Além da infraestrutura urbana (água encanada, energia elétrica e rede de esgoto), o sistema viário foi consolidado e integrado com as vias no entorno e os moradores tiveram acesso direto aos respectivos lotes. Todo trabalho de regularização fundiária contou com a participação de representantes locais, através do Grupo de Referência (GR), composto por moradores e lideranças comunitárias que atuaram como multiplicadores de informações aos vizinhos. Segundo as informações da Prefeitura de Belo Horizonte (2009), a regularização fundiária legaliza áreas ocupadas ilegalmente pela aprovação da planta de parcelamento, o que possibilita a oficialização da denominação de logradouros públicos e a implantação de serviços públicos de empresas de água, luz, telefonia e correios, dentre outras. Além disso, delimita os espaços públicos e privados e inclui a população de baixa renda das áreas ocupadas irregulares no mapa da cidade formal.

**Figura 3 - Vila Corumbiara em 2009**

**Fonte: Belo Horizonte (2009).**

A Ocupação Eliana Silva[64] (Figura 4) está localizada entre a Vila Pinho e a Vila Santa

[64] Eliana Silva I e Eliana Silva II traduzem duas tentativas em momentos diferentes de formação de um assentamento organizado de moradia em 2012. O chamado surgimento é todo o "fazer" promovido por moradores, militantes do movimento social e apoiadores (grupos e indivíduos de diversos segmentos), que leva à formação e consolidação da ocupação até os dias atuais. Embora inicialmente a narrativa dos nativos aponte para a existência de duas ocupações diferentes, os sentidos parecem apontar para duas faces do mesmo processo.

Rita, na região do Barreiro. Surgiu no dia 21 de abril de 2012 com cerca de 150 famílias[65] que tomaram um terreno público no Distrito Industrial Vale do Jatobá, no bairro Santa Rita. Conhecida pelos moradores e militantes do MLB[66] como Eliana Silva I[67], a ocupação foi despejada no dia 11 de maio de 2012 sob alegação de estar assentada numa Zona de Preservação Ambiental (ZPAM) [68]. No dia 24 de agosto de 2012 houve uma nova incursão, agora num terreno particular, em que aproximadamente 250 famílias montaram um assentamento, onde até o momento se constitui a ocupação Eliana Silva II[69].

**Figura 4 - Localização da ocupação Eliana Silva I e II**

**Fonte: CORPORAÇÃO DE OFÍCIO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2012.**

---

65 Há divergências sobre o número de famílias participantes nas duas inserções para formação da ocupação Eliana Silva. Os números descritos são provenientes de informações de pessoas do MLB, porém em entrevistas e conversas informais, o total de famílias participantes varia em maior ou menor quantidade.

66 O Movimento de Luta nos Bairros, vilas e favelas (MLB) é um movimento popular socialista organizado em 14 Estados brasileiros e filiado à Central de Movimentos Populares (CMP) e ao Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). Tem como motes a reforma urbana e o direito à moradia e tem como principal tática de realização de sua proposta a ocupação de imóveis públicos e privados. Desde os anos 1990 promove ocupações em diferentes estados. No estado de Minas Gerais, a primeira experiência foi a ocupação Corumbiara em 1996. A Ocupação Eliana Silva representou a consolidação de sua atuação na capital mineira.

67 O nome da ocupação homenageia uma falecida militante do MLB e liderança da Ocupação Corumbiara, também localizada na região do Barreiro.

68 Segundo Lourenço (2014), no ano 2000 a Lei n. 8.137 passou a classificar parte da área como Zona de Preservação Ambiental (ZPAM) devido à presença de cursos d'água contribuintes da bacia do ribeirão Arrudas.

69 Ainda de acordo Tiago Lourenço (2014), o terreno da ocupação Eliana Silva II é classificado como Zona Especial (ZE), zona também predominante no seu entorno imediato ao lado de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

# 3 UM TERRENO, VÁRIAS CONCEPÇÕES DE MUNDO: AS MOBILIDADES, AS FIXAÇÕES E OS VARIADOS SIGNIFICADOS DE MORADIA PARA OS MORADORES DAS OCUPAÇÕES VILA CORUMBIARA E ELIANA SILVA

> Ai eu disse: tenho orgulho de rodar chão nessas cidades por ai [...], mas quero meu canto. (Depoimento de Vaní, concedido no dia 02/09/2015).

As trajetórias de moradia e as formas de mobilidade dos moradores das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva vinculam-se a tradições milenares de agrupamentos humanos de usar e de se apropriar dos espaços disponíveis a fim de conquista-los, bem como a situações específicas de suas temporalidades individuais e coletivas. No cerne dessas movimentações contemporâneas estão presentes os significados sobre moradia, o pertencimento à cidade e às espacialidades locais criadas por interesses em comum. Tais significados podem ser discutidos e traduzidos pelo microcosmo social que são as Ocupações de moradia. Este capítulo analisa como experiências afetivas, de trabalho influenciaram as pessoas a se arriscarem num processo de ocupação, o qual expressa uma tensa relação prática e simbólica entre a cultura da andança e o desejo pela fixação.

## 3.1 "Aqui não vai dar para mim não, vou sumir": trajetórias de moradia e mobilidades"

> Eu fiquei com ele lá, mas foi por pouco tempo [...] porque eu já havia completado dezoito anos e eu queria era chão, né? (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

### *3.1.1 "Serviço tem que pegar onde tiver": o papel do trabalho nas trajetórias de moradia e nas mobilidades das "gentes sem casa"*

O trabalho é uma dimensão relevante na história de moradia das pessoas que residem nas Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva. Por ele, por meio dele e em sua consequência indivíduos e famílias "cortam" cidades e estados ao redor do país. Os múltiplos mundos do trabalho propiciam sonhos com modelos alternativos e formais de moradia; estruturam objetivos de vida, que ora remetem à infância, ora solucionam apenas situações momentâneas; impelem atitudes que transitam entre o legal e o ilegal; colaboram com a elaboração de novos

vínculos sociais no largo das andanças dessas "gentes sem casa"[70] e dos períodos de sedentarização.

José é uma referência cultural na Vila Corumbiara. Representa - segundo conversas informais com seus vizinhos e lideranças políticas dentro da ocupação -, através da música, do teatro e de outras expressões artísticas que coordena, a unidade dos moradores e é o porta-voz do apelo coletivo ufanista comum nas narrativas dos moradores. Natural de Malhada, divisa entre Minas Gerais e Bahia, morou com os pais e os irmãos na zona rural da cidade. Sua trajetória de moradia se confunde com sua profissão, ou melhor, "sua vida", segundo o próprio José: professor de música. Desde os sete anos de idade, a música impulsionou sua impermanência entre a casa dos pais e a dos avós paternos. Desejava um violão; ansiava ser músico e rodar o mundo com seu instrumento. A música era a centelha para inflamar aquele espírito inquieto. Por ordem dos pais, passou aos cuidados de parentes próximos, mas o que o impedia de permanecer tanto na casa dos pais, quanto na residência dos avós era a não aceitação da condição estática que a vida na roça lhe impunha:

> [...] sua casa é lá' [a mãe disse sobre a casa dos avós]. Porque, antigamente os avós mandavam mais que os pais. Aí já que minha casa é lá, não é lá e nem aqui. E lá somos treze irmãos e fui e fugi, fiquei por lá nas fazendas por oito meses, trabalhando para comprar um violão. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

As experiências desse morador da Vila Corumbiara foram elucidativas ao interesse do presente capítulo, no que se refere às trajetórias de moradia e de mobilidade. Suas vivências refletem uma minuciosa trama na busca por oportunidades, sobrevivência e realização de sonhos. É o trabalho, encarnado na dimensão volitiva de uma nova vida, a força que catalisou os esforços individuais de José. Não sendo aceito em casa pelos pais aos dezesseis anos e com dificuldades em viver com os avós, partiu para o trabalho em fazendas da região com o objetivo de comprar o almejado violão.

Com o violão em mãos, aprendeu a manuseá-lo e foi convidado por um músico local para tocarem juntos em eventos na região. O imaginário de uma vida de aventuras ia se desenhando na mente fértil do jovem. Andou pela região, mas não se satisfaria com aquela vida: esperou completar dezoito anos e mudou para Belo Horizonte. Na capital mineira, em

[70] O termo "gente sem casa" foi utilizado por vezes nas narrativas dos moradores das duas Ocupações estudadas para referenciar tanto uma condição social, quanto um posicionamento político. Optei por usá-lo no plural para explicitar a diversidade de sentido produzida pelas pessoas, que o utilizam segundo suas necessidades, ou seja, segundo cálculo racional que fazem para o uso útil do termo, com intuito de avançar suas linhas de força na arena dos conflitos e das negociações com o Estado.

finais da década de 1980, morou com parentes em vilas e favelas enquanto preenchia vagas de emprego instáveis. Com o tempo, José conseguiu alugar um barracão no bairro Jardim América e chegou a comprar uma pequena área no bairro Taquaril, onde começou a construir sua moradia, começando com uma barraca de lona.

> [...] com um mês e quinze dias, que eu estava trabalhando lá, acabou o serviço. Mandou todo mundo embora. Só que eu recebi um dinheiro, com Fundo de Garantia de um mês e quinze dias só [...]. só que eu trabalhei muito. Eu trabalhava um mês e quinze dias praticamente. Aí com esse dinheiro que eu recebi eu consegui comprar material e tudo, e a maior dificuldade que eu tive, foi subir com o carrinho naqueles morrões todos. Mas, eu consegui e fiz o meu barraco. (Depoimento concedido em 11/04/2016).

Continuou a andar. Não apenas a conquista de sonhos e a busca por uma vida de aventuras, mas as condições básicas de existência serviram como gatilho para a trajetória de moradia deste ocupante. A instabilidade de fixação se devia, segundo ele, às crises vividas pelas empresas por onde passou. Junto às demissões, um fardo de dívidas, de despejos, de angústias e de incertezas sobre a vida. O mundo do trabalho absorvia e expelia rapidamente José de seus quadros, situação provavelmente agravada por sua baixa escolarização. Com as condições de empregabilidade reduzidas, outros problemas ampliavam seu drama pela moradia e sua mobilidade na cidade, como a nova constituição familiar - a esposa e dois filhos -, os problemas de saúde e a chegada de parentes em busca de oportunidades de trabalho:

> [...] Esse era mais comprido. Porque, o outro era três por três. Três por quatro. Fiquei uns oito meses nesse barraco, só que aí começou a vir a minha família toda da Bahia e a única casa que tinha era essa minha casa de um cômodo. Aí o que acontece: o banheiro continuou a ser de lona. Lá atrás. Aí eu fiquei nesse barraco com o pessoal tudo e aí assim que eu acabei esse barraco, Deus ajudou abriu a porta e eu fui trabalhar de vigilante, não [...] foi na construção civil durante três meses e de lá eles me mandaram para o aeroporto e aí melhorou a situação. Porque aí eles começaram a me passar um dinheiro, porque eu passei a fazer duzentas horas-extras no trabalho de vigilante. Eu arrumei uma úlcera e não deu mais. Aí foi quando eu comecei a mexer com a fotografia. Aí quando eu consegui arrumar uns três salários lá, eu vim para a Vila Pinho. Na base do córrego lá, eu consegui comprar um barracão de dois cômodos. Aí já havia dois cômodos. Aí larguei tudo lá e falei com a galera, com a minha irmã: 'vocês podem ficar aí, que eu estou indo para Vila Pinho'. (Depoimento cedido em 11/04/2016).

No decorrer das "andanças", ele chegou à Vila Pinho, em 1995, região do Barreiro, em busca de emprego e moradia segura e ali ficou até conhecer o processo de ocupação que formaria a Vila Corumbiara. Assim como José, a maioria dos ocupantes das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva entrevistados, ou em conversas informais, conectam suas trajetórias de moradia às suas maneiras de se inserir ao mundo do trabalho no decorrer da vida.

Osvaldo vive na Ocupação Eliana Silva. Trabalha em várias atividades informais e, apesar de ter a carteira assinada numa empresa de instalação e manutenção de piscinas com materiais alternativos, não atuava havia meses, devido a pouca demanda de serviços. Não recebe salário e, portanto, os direitos garantidos por vias constitucionais, mas ainda é chamado para obras esporádicas oferecidas a tal empresa. Segundo o entrevistado, as crises dos últimos anos prejudicaram muito o trabalho: por um lado, os patrões não o demitem - pois alegam não ter recursos para pagar os encargos devidos e pelo fato de ele ser considerado o funcionário mais experiente e de maior confiança dos donos. Por outro lado, ele afirma que também não pedirá dispensa devido o prejuízo da perda das garantias trabalhistas.

Atualmente, Osvaldo se ocupa em obras voluntárias e também remuneradas na Ocupação Eliana Silva, onde vive desde o início da formação do assentamento. Problemas e desafios não são novidade na sua vida. Desde a adolescência no município de Águas Formosas, divisa com o estado da Bahia, ele diz ter criado estratégias de conquista de seus próprios anseios. A morte da mãe quando tinha pouco mais de um ano, assim como a pobreza e o alcoolismo do pai obrigaram a separação dos sete irmãos. Foi criado por conhecidos do pai, que o levaram para a zona rural, em um distrito chamado Santa Luzia, sendo rapidamente inserido ao mundo do trabalho na nova morada. Chegou a adquirir pequenas porções de terra já na adolescência. A ele foram concedidas pequenas roças na infância, orientado por esses pais adotivos, e aos dezesseis se tornou vaqueiro. Anos depois, deixou a zona rural e se tornou serrador de madeiras. Apesar dos sofrimentos pessoais - como a distância do pai e dos irmãos e a falta de moradia e alimentação - e das atividades de trabalho na infância e na adolescência, Osvaldo relatou que adquiriu experiência prática para lidar com as adversidades que atormentavam seu desenvolvimento.

> E lá na roça eles me davam ordem para eu trabalhar tipo em serviço doméstico. Ajudar a arrumar a casa, ajudar a cuidar do meu sobrinho, para mim, isso não estava bom. Mas, sempre eu fazia. Sem querer, mas fazia. Mas, aí fui aprendendo a fazer as coisas, hoje eu agradeço muito essas pessoas que me ensinaram isso, hoje você chegou aqui e eu estava fazendo a minha comida, eu aprendi a lavar a minha roupa, eu aprendi a fazer a minha comida. (Depoimento concedido em 04/05/2016).

Osvaldo diz que conquistou o que ele chama de uma "moradia digna" [71] apenas em meados de sua adolescência, quando foi residente uma Ocupação em sua cidade. Antes disso, afirmou ter enfrentado a fome e a exploração do trabalho de proprietários da região. O alcoolismo e os desequilíbrios financeiros do pai fizeram com que, junto com um primo,

[71] De acordo com o entrevistado, gradativamente ele e o primo foram levantando os cômodos e consolidando uma moradia bem protegida das intempéries, banheiro, cozinha, quarto com janelas etc.

mantivesse uma casa própria, adquirida nesse processo de ocupação, até a idade adulta. A crise econômica dos fins dos anos 1990 não tardaram a rondar a vida de Osvaldo, agora com esposa, filho e o peso do analfabetismo. Trabalhou temporariamente em diversas atividades, em especial como jardineiro, função que no início lhe trouxe, segundo ele, "outra uma lição de vida", que será descrita abaixo. Lembrando também as lições da família que o acolhera na zona rural quando criança:

> Eu olhei para cima e para baixo, a mulher com menino novo dentro de casa, aí tinha um primo meu que trabalhava de jardineiro, ele olhou para mim:
>
> - 'oh Osvaldo. Você já trabalhou algum dia de jardineiro, cara?'.
>
> - 'Não', minto.
>
> Eu fui pedir a ele, um dinheiro emprestado. Eu:
>
> - 'oh Gilvan - ele já até faleceu também - oh, Gilvan você poderia me emprestar 50 reais - na época' e ele falou:
>
> - 'oh cara, ter esse dinheiro para te emprestar eu tenho. Só que eu estou com um problema ali. Eu estou precisando fazer um serviço ali, eu não estou conseguindo ninguém para fazer esse serviço para mim. Teria condições de você me ajudar e tal...? E eu disse:
>
> - 'vou uai [...] Mas, eu nunca trabalhei de jardineiro não. Mas, se você me ensinar, bora lá.' E [o primo teria dito]:
>
> - 'Bora lá que eu vou te ensinar. Você já podou esse jardim, rapaz... tá tudo limpinho... você trabalhou de jardineiro aonde?'. [Oswaldo teria dito]:
>
> - 'Eu nunca trabalhei de jardineiro, em lugar nenhum não.'. [Ao que o primo teria respondido]:
>
> - 'Você trabalha melhor do que eu. A partir de hoje, você pode pegar as suas ferramentas e tocar o serviço.' E eu falei:
>
> - 'eu não conheço fulano não'. E ele:
>
> - 'pode tocar o seu serviço sem medo de errar. Eu falei só como era e você já fez esse serviço todo e está melhor do que o meu, uai. Pode tomar conta. Pode cuidar da sua vida'.
>
> Aí, me deu um carrinho de mão, me deu enxada, pá, enxadão:
>
> - 'está tudo aqui. Começa a tocar a sua vida aqui'. E eu:
>
> - 'Graças a Deus!'. Ao invés dele me arrumar os cinquenta [reais] ele me deu cem.
>
> - 'Toma aqui. Esse é o seu primeiro pagamento. Daqui para frente você se vira. Eu só vou falar para as pessoas que você está trabalhando na área comigo agora. Eu tenho outros jardins para fazer, amanhã você me encontra que eu vou te levar nas casas que eu estou precisando que faça. Os primeiros preços eu vou combinar, depois você toma conta'.
>
> Aí eu cheguei em casa e fiz as minhas compras (Depoimento concedido em 04/05/2016).

Osvaldo conta que quando se mudou para o bairro Águas Claras, na região do Barreiro, a situação de trabalho não havia melhorado, mas as condições de moradia mudaram para melhor. Até que observou um movimento da ocupação por mais de uma semana e decidiu tentar a negociação para entrar no assentamento.

Trabalho e moradia são o esteio da vida de Raul, morador da ocupação Eliana Silva.

Tem larga experiência na construção civil, trabalhando com carteira assinada por anos em grandes obras e, em momentos de desemprego, em obras domésticas. Possui maior vivência com a atividade de pedreiro e pintor em casas e apartamentos. Atuou na organização do assentamento junto ao movimento social responsável por todo o processo, o Movimento e Luta nos Bairros, vilas e favelas (MLB), nos mutirões de construção das moradias e na estruturação político-institucional do espaço. Até o momento da entrevista contabilizou três anos de desemprego formal, exatamente o período de entrada e consolidação da Ocupação, mas vem trabalhando informalmente, fazendo "bicos", como ele diz.

> [...] Eu saí da empresa em que trabalhava, fiquei um determinado tempo aqui, muito para poder organizar a minha vida, eu pagava aluguel caro, pagava pensão - pagava, não, pago pensão ainda, também. Eu tenho um filho de 17 anos, eu sou obrigado a pagar a pensão. E, fiquei aqui, mas, sempre assim, pegando bico por fora. Nunca sem fazer nada. (Depoimento em 26/06/2015).

Natural do Rio de Janeiro e criado na Paraíba, Raul morou em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Minas Gerais, quase sempre de aluguel ou em casa de parentes, em suas palavras, "de favor". Durante a infância, ajudou o pai na "lida" com bovinos e caprinos no sítio da família no nordeste e, sob influência do irmão, que morava no Rio de Janeiro, anos mais tarde foi para a capital fluminense trabalhar em lojas de roupa. Serviu o exército por um ano e foi para Brasília, onde se estabeleceu como pedreiro, ofício que o acompanha até os dias atuais. Mas, a idade mais avançada dos pais e um episódio inusitado o fizeram pedir demissão:

> Aí ligaram para o meu pai em São Paulo. Eu não sei quem foi o 'abençoado' que ligou, falam que foi um irmão da minha mãe, falando que eu tinha morrido. Meu pai ficou desesperado, falou para um primo meu ir para Brasília, sem saber onde eu estava, atrás de mim, por um acaso, o cara foi e me encontrou.
>
> - 'Você, vai ter que viajar para Campina Grande' e eu:
>
> - 'mas, eu não posso'.
>
> - 'Porque, o seu tio, irmão da sua mãe, falou que você morreu, e eu vim te buscar'.
>
> Ele era sobrinho do meu pai. Meu primo falou:
>
> - 'é para eu sair daqui, só junto com você'.
>
> Então, eu fui obrigado a ir para lá, para provar, mesmo falando com ele ao telefone, na época eu ligava para ele, na casa da vizinha. Eles não tinham telefone. Ou no orelhão fixo. E a vizinha trocou o número do telefone. Então eu perdi o endereço e perdi o telefone do meu pai e a mulher com quem eu poderia ter um contato trocou o número de telefone. Na casa do meu pai já tinha telefone, mas eu não tinha o número. E esse camarada, que é irmão da minha mãe, ele não esteve nem em São Paulo. Ele esteve no Rio e falou:
>
> - 'cadê fulano?' [...] Aí alguém falou:
>
> - 'Foi para Brasília, foi para Campina Grande' [...] ele falou:
>
> - 'morreu'.

> Meu pai e a minha mãe ficou desesperados, [...] aí por um acaso, eu estava andando de cavalo com um colega lá, paramos em um bar para tomar uma cerveja, meu primo chegou:
>
> - 'pô! Cara, eu estou atrás de você. Seus parentes disseram que você morreu!' Aí eu falei:
>
> - 'Pessoal, tá maluco?'.
>
> - 'Você está morando aonde?'
>
> - 'Eu estou morando em tal lugar.'
>
> O cara estava morando a três quarteirões de onde eu estava morando. E mesmo eu ligando para o meu pai no mesmo dia:
>
> -'cê tá maluco?'. Meu pai disse:
>
> - 'para provar que é você mesmo, você tem que vir aqui'. Eu, mesmo falando com ele, ele não acreditava:
>
> - 'Se é você mesmo, você tem que vir à minha casa' (Depoimento concedido em 26/06/2015).

Entre trabalhos formais e informais, além das contingências de relações conjugais, passou mais treze anos no Rio de Janeiro, alguns meses em São Paulo e mudou-se para o interior de Minas Gerais, em Vale de Paraíso, próximo à cidade de Teófilo Otoni. Ingressou em uma empresa que prestava serviços à Companhia Vale do Rio Doce, porém o fato de ter que se submeter a viagens quinzenais a várias cidades e os problemas conjugais foram fatores que o fizeram pedir demissão. Raul queira um lugar para morar e um trabalho fixo. Contraditoriamente, à medida que sonhava morar no interior, "ter um sítio para criar animais, para plantar" (Depoimento em 26/06/2015), mais próximo às grandes cidades ele ficava. Tempos depois (o entrevistado não conseguiu fazer referências cronológicas exatas dos lugares que morou pelo país, devido, segundo ele mesmo, "às muitas andanças que resumiam sua vida") chegou a Belo Horizonte, no bairro Teixeira Dias, região do Barreiro, e por lá ficou por anos. Quando começou a trabalhar numa grande obra de construção civil na região do Barreiro, mudou-se para um barracão na Vila Corumbiara. Anos depois, soube de outro processo de ocupação e decidiu entrar em contato com as lideranças: mal ele sabia que seria participante ativo da Ocupação Eliana Silva.

Tânia trabalha com materiais reciclados e afirma que após muito sofrimento e muita luta está muito bem vivendo na vila. Hoje "comando tudo isso aqui [risos], todo mundo me conhece" (depoimento concedido em 24/03/2016). Após dois anos desempregada formalmente - trabalhava em um restaurante - decidiu assumir que trabalhava com reciclagem, em suas palavras "mexer com lixo". "No início eu tinha vergonha de fazer isso [...], mas hoje eu tenho é orgulho. Não deixo faltar nada pros meninos aí [filhos, netos e agregados, que vivem com ela]" (Depoimento cedido no dia 24/03/2016). Natural de Belo Horizonte, morou até os quatorze anos de idade com a mãe e doze irmãos na Vila Pinho,

região do Barreiro. Após um relacionamento mal sucedido e uma gravidez, voltou para a casa da mãe, que possuía moradia própria. Na idade adulta trabalhou em várias atividades de serviços gerais.

Residindo em bairros de sua região de origem e em Ipatinga, município de Minas Gerais, a trajetória de moradia de Tânia combinou experiências de aluguel e de "morar de favor", o que segundo ela foi algo perturbador e humilhante, devido às condições a que ela e seus filhos eram submetidos. Mas é relevante destacar que a experiência habitacional de Tânia resultava de suas condições de trabalho, tanto que em situações mais graves de desemprego ou de escassez das necessidades básicas por ela vividas, voltava para a casa da mãe ou de parentes, recorria à ajuda financeira do pai ou ao "abrigo amigo" (morar de favor) de parentes e conhecidos. Quando estava empregada se mudava para barracões de aluguel. A saber dos núcleos de formação[72] para o processo de ocupação, que seria o primeiro passo para a criação da Vila Corumbiara, estava a alguns meses instalada na Vila Pinho, localidade próxima ao atual terreno do antigo assentamento.

De acordo com os depoimentos, evidencia-se que os moradores das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva destacaram o mundo trabalho. As narrativas mostram que as mudanças, que muitas vezes traduziam pequenas temporadas fora de seus bairros ou cidades, são desdobramentos reais do analfabetismo, ou da baixa escolaridade, das poucas oportunidades de ocupação formal nos lugares por onde se transita, da instabilidade das funções exercidas e dos baixos salários. Além disso, não se pode deixar de lado as dificuldades que essas pessoas têm de acreditar em projetos de formação educacional de longo prazo - como forma de amenizar suas mazelas econômicas e sociais - ao imediatismo nas respostas às crises financeiras e ao imaginário do Estado como provedor total das necessidades individuais e coletivas. No plano subjetivo, aparentemente, o sonho pelo trabalho formal se confunde com o ideal do trabalho por conta própria, o qual daria chance de dar continuidade a uma vida de mobilidades espaciais.

A pesquisa de Brain e Sabatini (2008) contribui para as questões referentes às

[72] Os núcleos de formação foram a concepção do processo de ocupação. A partir deles, já se tem uma Ocupação em potencial. Ainda não real no sentido objetivo, mas com todas as estruturas sociais, políticas, ideológicas prontas de forma a maturarem dentro das situações encontradas. Acompanhados e orientados por lideranças locais e por movimentos sociais, tinham como objetivo estabelecer diretrizes sobre as formas de organização e mobilização das "gentes sem casa" tanto para a incursão no terreno, quanto para operar resistências em busca da permanência no espaço. Os núcleos promoviam debates a respeito de assuntos de conjuntura político-econômica, organizavam pequenos eventos nos quais os coordenadores dos movimentos sociais se posicionavam sobre a mentalidade ocidental e as dinâmicas do capitalismo, e instruíam as pessoas sobre os comportamentos e as perspectivas adequadas à vida em uma Ocupação para moradia popular, além de toda a estrutura administrativa e suas instâncias.

condições de moradia dos setores populares e sua relação com o mundo do trabalho ao afirmar que as reformas econômicas em diversos países desenvolvidos e subdesenvolvidos provocaram instabilidade nas condições de inserção no trabalho e na organização política, afetando diretamente os grupos mais pobres. Subempregos e desaparecimento de formas tradicionais de inserção no mercado de trabalho são elementos genuínos dessa realidade, junto com o crescimento de lugares pobres e o deslocamento de diversos agrupamentos para a periferia urbana. As autoras demonstram o eminente crescimento de populações faveladas em adensamentos cada vez mais centrais em menor espaço disponível. Ela entende a segregação como uma dimensão imposta que gera não apenas as especificidades das políticas do Estado, mas também a defesa das identidades sociais. Marcuse (2004) complementa esta questão ao demonstrar que haveria um protagonismo do Estado contemporâneo na reprodução dos processos de exclusão das cidades globais. O autor entende por segregação o processo pelo qual um grupo populacional é forçado, involuntariamente, a se aglomerar em uma área especial.

De acordo com lógicas desses autores, portanto, a dinâmica econômica separa uma série de serviços, bens e mão-de-obra pela necessidade da localidade de moradia de trabalhadores, consumidores e donos dos meios de produção. O status e as relações de dominação surgidas por meio dos processos de segregação espaço-social se expressam nos enclaves fortificados, por exemplo, configurando linhas de diferenciação bastante relevantes e na retirada direta e indireta de setores populares de áreas que interessam o mercado imobiliário. O Estado é visto como única instância capaz de fornecer e reestruturar projetos de cidade que se adequem às necessidades de vários agentes coletivos.

Contudo, não se discute neste tipo de perspectiva o fato de que políticas habitacionais não se realizam como única forma de produzir moradia, desconsiderando a diversidade das partes interessadas em usar e se apropriar do solo urbano, e suas perspectivas sobre a constituição das cidades. As Ocupações de moradia, por exemplo, expressam mais uma alternativa encontrada pelas pessoas de estabelecerem arranjos políticos para a elaboração e a execução de políticas de moradia no mundo contemporâneo. E o trabalho é um componente essencial nesse processo de busca por determinadas centralidades urbanas (ABRAMO, 2009), pois apesar do Estado e das chamadas “forças do mercado imobiliário formal” pressionarem a valorização de áreas centrais, forçando o encarecimento da estrutura fundiária, as populações de “sem casa” acabam por buscar vias específicas para ocupar informalmente áreas que

estejam no raio dos circuitos de empregabilidade[73]. Não deve se negar, contudo, as relações existentes nas cidades contemporâneas que "empurram" parte da população a locais escassos de bens e produtos urbanos, mas as Ocupações, junto com outras modalidades informais de moradia, demonstram que os setores populares constantemente arquitetam táticas para residir em áreas que lhes interessa no sentido material e simbólico.

### *3.1.2 "E a gente vai atrás das coisinhas boas da vida, né?": o papel dos vínculos familiares e matrimoniais nas trajetórias de moradia e nas mobilidades das "gentes sem casa"*

É perceptível na vida dos moradores das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva a relevância das dinâmicas familiares e conjugais sobre sua mobilidade e sobre suas trajetórias de moradia. Encontros não planejados, encontros previamente estabelecidos, desencontros, busca incessante por determinado padrão de vida familiar ou pelo anseio de uma "vida feliz em família": projeções, planos e representações de uma dimensão prática e simbólica das andanças dessa gente.

Vaní reside na Ocupação Eliana Silva. É natural de São Domingos da Prata, município próximo a João Monlevade, Minas Gerais. Atribui o início de sua mobilidade às imperícias de seu pai, responsável por trocas pouco vantajosas das terras da família em busca de oportunidades de trabalho e estudo para os filhos. De acordo com ela, os problemas começaram quando seu pai trocou o terreno da família na zona rural de São Domingos da Prata, onde era produtor rural, por uma casa inacabada na cidade de Nova Era nos anos 1990. Tal feito foi agravado pela crise econômica dessa década, que afetou grandes empresas como a Vale do Rio Doce que, segundo Vaní, "era a esperança do povo daquela região" (depoimento cedido no dia 02/09/2015). A falta de recursos e de trabalho na cidade obrigou seus irmãos mais velhos a saírem de casa e, com isso, os pais levaram os filhos menores em suas passagens por várias regiões de Minas Gerais, o que acabou ocasionando em poucas oportunidades de estudo às crianças e na dura convivência com o aluguel. Essas mudanças provocaram uma fragmentação do núcleo familiar, porém algo não incomum na vida de seus pais:

---

[73] No que se refere à empregabilidade, os entrevistados apontam a importância de residir em áreas que circundam centralidades do mundo do trabalho. Além dos benefícios materiais, como a valorização da terra, a menor distância dos polos de trabalho e o menor gasto com transporte, apontam valores simbólicos essenciais à vivência nas cidades, como o fato de não residir em áreas consideradas muito precarizadas, ruralizadas ou perigosas. Viver em tais localidades dificulta o acesso a postos de trabalho pelos estigmas da criminalidade e da incivilidade que carregam.

> A nossa história é assim: minha mãe era separada com quatro filhos, meu pai era viúvo com quatorze filhos, aí morreram alguns, ficou doze. A primeira esposa morreu de tanto parir. De tanto parir, ela acabou morrendo no ultimo parto lá. Então, juntaram as duas famílias e tiveram dois filhos. Então, os irmãos por parte de pai vieram para Belo Horizonte, foram para Manhuaçu, João Monlevade, eu fui para Timóteo. Algumas irmãs foram para Timóteo, então espalhamos todos. Ficaram dois em Nova Era. Os dois mais novos ficaram. E foi assim, nós temos irmãos espalhados. Temos dois em São Domingos do Prata, então [estamos] bem espalhados. Não resolveu de forma alguma os filhos não ficarem dentro de casa, para estudarem e trabalhar. Tivemos mais essa frustação em trocar a terra pela cidade. (Depoimento concedido em 02/09/2015).

No município de Timoteo, Vaní começou a estudar no CEFET-MG (Centro Federal de Ensino Tecnológico de Minas Gerais), no curso de metalurgia, mas não finalizou pelas dificuldades com o conteúdo ministrado, pelas carências financeiras, pelo "peso do aluguel" e pelos problemas de saúde. Todavia, a morte do pai foi o momento decisivo de sua nova mudança habitacional. Segundo seu relato, meses depois do falecimento dele, ela se casou com um rapaz que a ajudou a sair do aluguel. Juntou-se ao futuro pai de seus primeiros filhos numa pequena casa construída no lote da sogra. Tiveram então dois filhos, frutos da esperança de avanços em suas condições objetivas de vida e em novos vínculos afetivos, através dos quais fosse possível "seguir em frente". Porém, segundo Vaní, as incompatibilidades da vida conjugal obrigaram-na a voltar para a casa da mãe na cidade de Nova Era.

Ansiosa por novos horizontes, a cidade grande gerava nela um fascínio que renovava a utopia de que "as coisas iam se ajeitar". Foi para Belo Horizonte e morou com a irmã por um tempo, conseguiu um emprego e voltou para o aluguel: a esperança era de uma nova vida, numa nova cidade, com novas possibilidades para si mesma e para seus filhos. A escolha por morar sozinha reforçaria uma nova tentativa de se refazer enquanto mãe e "mulher de hoje em dia", segundo a entrevistada, estreitando seus laços com os filhos e, provavelmente, articulando um novo sentido de família, sem necessariamente a figura de um marido provedor.

Leontina é moradora da Vila Corumbiara. Passou a infância sem os cuidados dos pais e relata a falta de vínculos efetivos com parentes, como tios, madrinhas e avós. A mãe morreu quando ela tinha três anos e o pai trabalhava como caminhoneiro, viajando para lugares distantes e com pouco tempo para acompanhar a educação dos filhos:

> [...] eu fui criada sem pai e nem mãe. Eu não tive pai e nem mãe. A minha mãe morreu quando eu estava com três anos de idade, então eu tive apenas o meu pai. O meu pai era caminhoneiro - se eu contar para você vai até rir. O meu pai era caminhoneiro e como você sabe, as crianças se apegam muito aos pais. Então, como eu havia perdido a minha mãe, eu me apeguei muito ao meu pai. Então, quando eu era criança, era bonitinha daqui, engraçadinha, cada um apertava, mas ninguém queria. Mas, o meu pai precisava de uma pessoa para ficar comigo, porque, ele precisa trabalhar, [pois] não era só eu. Eram mais quatro meninos. (Depoimento cedido em 17/03/2016).

"Passando de mão em mão", segundo a entrevistada, ficou transitando em casa de parentes e de cuidadores. A situação de "sem lugar" a colocou numa rotina de deslocamentos, de casa em casa, de família em família. O sofrimento causado pela falta da mãe morta e do pai, vivo, porém ausente - de acordo com Leontina, muitas vezes quando ia visitá-la, ele saia escondido para evitar ver chorando e voltava às suas viagens "inacabáveis" - deixou, segundo ela, marcas profundamente negativas em seu crescimento e formação. Sem a percepção positiva da fixação residencial e com o sofrimento que a mobilidade residencial lhe impunha, decidiu seguir a vida "nômade" do pai:

> E, um dia, eu até fugi esse dia, eu fiz uma trouxinha de roupa e sem que ninguém soubesse eu entrei no baú do caminhão e escondi a minha roupa. E todo mundo me procurando e ninguém me achava. E as meninas, filhas de uma moça que me olhava, falaram que eu havia ido para casa de uma amiga brincar de boneco. Aí o meu pai, disse:
>
> - 'eu vou aproveitar que ela não está aqui, para não ficar aquele chororô... eu vou embora'.
>
> Mas, nada [...] eu estava dentro do baú e eu viajei dentro do baú. Quando o meu pai chegou na oficina em que ele mexia, [...] quando o meu pai abriu a porta, eu estava lá. Meu pai:
>
> - 'Meu Deus! O que você veio fazer Leontina? O que eu vou fazer com você agora? Eu tinha seis anos:
>
> - 'Não sei. Eu vou ficar com você'.
>
> Eu me lembro como se fosse hoje. Aí o meu pai correu em um barzinho, foi em um sábado, e me pediu para que a moça me escondesse lá até a saída dele da oficina. Aí eles foram lá e inspecionaram o caminhão, deram alvará para que ele pudesse sair, eles chamam é pelo microfone:
>
> - 'motorista fulano de tal, caminhão, placa [...] encosta, que já tem alvará de saída e tem tantas horas para chegar ao local assim, assim'.
>
> Aí de lá eu escutava quando eles chamavam o nome do meu pai, para ele não fugir e me largar para trás. Aí quando ele saiu de lá, ele andou com o caminhão até mais à frente e me colocou na boleia do caminhão, falou com o ajudante dele:
>
> - 'vai ficar só entre a gente aqui'.
>
> - 'Eu também sou pai. Eu vou te ajudar a cuidar dela'.
>
> Então, foi assim menino, eu viajei para tudo quanto foi lugar nesse mundo. (Depoimento cedido em 17/03/2016).

E por mais de um ano, o que segundo sua dimensão de tempo foi "por muito e muito tempo", ela viveu a aventura de "cortar estrada" nos caminhões dos colegas de seu pai e dele próprio. O caráter errante do modo de vida paterno e as experiências sem fixação residencial de Leontina - que geraram um sentimento de rejeição das famílias cuidadoras - constituíram nela não só a percepção de uma normatividade quanto ao movimento sobre o espaço urbano, mas também sobre os laços afetivos:

> [...] minha vida é o maior barato. Aí o pessoal:

> - ‘oh, você vai para São Paulo?’
>
> Quando eu estava na metade de São Paulo, amigos do meu pai, que já sabiam da história, vinham subindo. Aí ele batia o farol, ele ia para o acostamento, pegava as minhas coisas, me transferia para o outro caminhão do colega do meu pai e aí ele me trazia de volta para Belo Horizonte. E quando ele chegava em Belo Horizonte, ele me deixava na casa deste colega em que ele almoçava em Belo Horizonte. Até a volta dele [...] falava para o ajudante dele
>
> - ‘vai ficar só entre a gente aqui’ [o fato de ele levar a filha no caminhão]. - ‘Eu também sou pai’ [...]
>
> Os colegas dele [do pai], alguns, falavam pra eu chamar eles de pai também. E ajudavam a cuidar de mim, me davam comida, pediam as meninas da lanchonetes para entrar no banheiro comigo [...]. (Depoimento cedido em 17/03/2016).

O pai foi demitido, segundo ela, devido a uma denúncia anônima quanto à condição ilegal de Leontina. Ele passou a trabalhar numa oficina e então pai e filha passaram a viver num quarto desse estabelecimento. Após uma briga de bar do pai com um desconhecido por desavenças referentes a um jogo de futebol, ela foi levada pelo pai e por uma tia para uma república de mulheres e meses depois foi trazida de volta aos cuidados paternos. Devido aos problemas financeiros do pai, morou por um tempo na casa da tia paterna, a quem chamava de avó. As brigas com o primo mais novo na casa dessa família fizeram com que a tia a devolvesse ao pai. Aos treze anos, Leontina se deparou com experiências traumáticas, como lugares precários de moradia - sem as mínimas condições de higiene e segurança, como quando morou com o pai no cômodo de uma oficina mecânica -, fome, violência de um pai desempregado - o que segundo ela não ocorria no período em que ele trabalhava - e com uma recente madrasta, com a qual não tinha bom relacionamento. Fugiu de casa e trabalhou por muito tempo como empregada doméstica em troca de comida.

Leontina morou nas residências em que trabalhava como doméstica. Mas, segundo ela, devido às experiências de nomadismo com o pai, sonhava em ter seu próprio caminho, seus próprios percursos e experiências e, enfim, sua própria casa. A entrevistada relatou que a casa dos patrões oferecia recursos que o favor de parentes e amigos ou o aluguel não contemplavam, mas ao mesmo tempo impedia escolhas individuais independentes e direitos trabalhistas. Portanto, naquele momento ser uma “sem casa”, no sentido de uma condição social foi uma opção:

> não se tem salário fixo, pois pensam que já fazem muito dando comida e lugar pra dormir [...] não tem hora para terminar, só para começar. (Depoimento cedido em 17/03/2016).

Leontina alugou um “quartinho” no bairro Pitangui. Dormiu no papelão e fez comida com gravetos que encontrava no bairro, mas tinha certeza que quando conseguisse “arranjar

um pretendente" as coisas mudariam. Interessou-se por um rapaz que residia em uma pensão e resolveram morar juntos - de acordo com ela, como amigos primeiramente. O acordo foi o de que ele pagaria o aluguel com o dinheiro que pagava a pensão onde vivia e ela compraria móveis e eletrodomésticos.

A união pragmática rendeu frutos afetivos. Juntaram o "útil ao agradável", segundo a entrevistada, e passaram a viver em matrimônio. Nessa época se mudaram para um barracão de três cômodos com banheiro e cercadinho - muro -, compraram móveis e passaram a viver mais confortavelmente. Nove anos depois, o relacionamento terminou, de acordo com ela, devido às drogas que ele usava. Ao contar esse episódio, Leontina deixa implícito que desde a infância, convive com relacionamentos afetivos instáveis, sejam familiares, sejam sexuais: "Eu disse: 'segue o seu caminho, que eu vou seguir o meu'. Ele foi morar com os colegas dele, levou as coisas que ele comprou, eu também fiquei com medo dele vir atrás de mim e vazei, fui morar em uma casa de uma amiga numa favela no bairro Montanhês!"[74] (Depoimento cedido em 17/03/2016).

Em poucos meses percebeu que o ambiente e a vida que sua amiga levava não eram compatíveis com seus valores morais, sem dizer claramente do que se tratava, mas claramente afirmando sobre princípios de honestidade, pudor e decência. Após uma confusão da amiga em um bar decidiu deixar a residência, levando, segundo ela, pouco de quase nada que possuía. Leontina passou por vários bairros em situações parecidas, dividindo casas com outras pessoas até chegar à Vila Pinho, região do Barreiro, onde morou de favor por algum tempo. Mais uma vez, conflitos no relacionamento com companheiros e de moradia, além de atitudes de vizinhos que ela considerava imorais, fizeram com que ela se mudasse para outra residência. Encontrou, enfim, segundo ela, "a salvação": "a invasão", depois se corrigindo, "a ocupação".

De acordo com Leontina, os vínculos criados no assentamento desencadearam nela novos olhares sobre o significado do termo família, que deve ser associado relações de lealdade, solidariedade, reconhecimento. A receptividade dos novos vizinhos, as tarefas coletivas, o papel de destaque de todos proveniente dos enfrentamentos com a polícia e com a prefeitura e a comunhão de sentimentos de euforia pela conquista da casa e de temor pela reintegração de posse, constituíram nela fios relacionais que possibilitaram não apenas substituir, mas, em parte, superar, ou mesmo lidar com as lacunas emocionais da infância e da adolescência.

De acordo com os relatos das duas últimas seções deste capítulo, os ocupantes da Vila Corumbiara e da Eliana Silva colocaram as relações afetivas e o mundo do trabalho, como

[74] Nessa ocasião, Leontina dividia as contas da casa com a amiga.

referências fundamentais de suas histórias de moradia. Quanto às experiências afetivas, as rupturas interpessoais, assim como a morte de entes queridos forçaram, ou catalisaram, nessas pessoas, atitudes de encorajamento em correr os riscos da mudança para outras localidades, sejam no mesmo bairro ou na mesma cidade, e até para lugares distantes e pouco conhecidos em suas experiências. No âmbito subjetivo, as práticas da andança reforçam o imaginário coletivo das populações pobres a respeito da proporcional relação entre mudança espacial, novos relacionamentos e, desta maneira, uma nova vida. Os entrevistados explicitam a percepção de que a lógica da vida se caracteriza por um movimento circular, no qual a cada crise um recomeço completo é necessário para alimentar a esperança de uma vida com menos escassez e penúria. Espaço e vínculos afetivos em suas mentes são esferas basilares e necessariamente complementares para melhor qualidade de vida. O recomeço e a fixação em um território dependiam de uma relação mais ou menos equilibrada entre o espaço que os abrigava e a qualidade dos laços sociais que mantinham com cônjuges, familiares, vizinhos.

Embora os elementos objetivos e subjetivos citados acima sejam claramente resultantes da mobilidade dos indivíduos e de famílias, há um sentimento pela urgência de fixação espacial que perpassa as entrevistas e as conversas informais. Os residentes das duas Ocupações demonstraram, claramente, um desejo - talvez repreendido ou aparentemente inalcançável -, tendo em vista suas experiências de vida - pela fixação (Figura 5), o “cantinho pra eu passar o resto dos meus dias”, diria um morador numa conversa informal em um boteco da ocupação Eliana Silva. Desta forma, mobilidade e fixação são valências antagônicas, mas também complementares na vida dessas pessoas: a mudança como caminho e a permanência como ideal.

**Figura 5 - Estruturas de Alvenaria e a Morfologia da Fixação da Ocupação Eliana Silva**

**Fonte: Acervo próprio.**

## 3.2 "Chega de viver como um trapo": os sentidos de moradia e as justificativas do direito à habitação sob a ótica dos ocupantes

> Porque Deus me colocou no lugar, eu pedi a Deus:
> - 'não leva embora antes deixar os meus filhos debaixo de um teto não. Porque eu tenho três filhos e eu já sofri tanto nesse mundo'.
> E fui pedindo a Deus e quando Seu Pedro chega lá:
> - 'vai fia?'.
> - 'Vou Seu Neném' (Depoimento de Maria, concedido em 10/03/2016).

O que impulsionou as pessoas arriscarem suas vidas e seus empregos e trazerem suas famílias ou entes queridos para uma Ocupação pode ser representado por frases tais como "o fardo do aluguel", segundo Vaní, "a humilhação pessoal do tal morar de favor", de acordo com Edmaura, "as condições ruins das casas", nas palavras de Leontina.

### *3.2.1 "Você só é feliz no que é seu": experiências com o aluguel e com o "morar de favor"*

A experiência de inúmeros entrevistados com o aluguel foi reduzida a pequenos cômodos divididos em um lote. Ao descreverem sobre tal situação, revelam a falta de estrutura de base nas residências, as deficiências de áreas comuns, como banheiro e cozinha, a falta de ventilação de cômodos e o comprometimento das bases infraestruturas pelo mau uso e por falta de conservação adequada. Além disso, havia as brigas constantes entre vizinhos e os barulhos durante a noite e aos fins de semana, que demonstravam o desrespeito pela privacidade e pelo direito de morador daqueles prejudicados pelas ações dos "mal educados": "nunca se sabe quem vive ao lado e geralmente não é gente muito boa" (Depoimento de Osvaldo, concedido em 04/05/2016). De acordo com Osvaldo, não há escolha, não há programação, nem seleção de quem pode morar naquele espaço[75]. Ele afirma ainda que no caso do aluguel há sempre um temor de que a qualquer momento o proprietário pode despejar o inquilino, em especial quando o mutuário está passando por problemas financeiros.

A referência do "morar de favor" parece também incomodar os entrevistados. A privação da individualidade causou nessas pessoas, de acordo com as entrevistas, uma espécie de grilhão a uma condição que é ontológica: a da pessoa ter seu íntimo preservado. Os relatos expressam que na situação de quem depende de outrem para não tornar um sem-teto perde-se

[75] Nas Ocupações, a seleção de futuros moradores e, portanto, a possibilidade de conhecer seus futuros vizinhos e de que os mesmos sejam pessoas mais confiáveis, é realizada pelos núcleos de formação (organização e mobilização), criados antes da inserção ao terreno.

a condição de decidir por si mesmo e em si mesmo sem a intervenção de terceiros. Na opinião de Edmaura (Depoimento concedido em 03/07/2015), quando se mora "de favor", não se tem assegurada a autonomia pela formação dos filhos sem a interferência direta de outras pessoas, assim como não está garantida a intimidade afetivo-sexual dos casais ou dos solteiros em busca de relacionamentos. Segundo Raul, quando se mora de favor, o "favorecido" não tem direito a nada, é um agregado, uma despesa a mais. Há regras que o morador "de favor" não escolhe, não vota, não decide, não tem voz. Deve, ao contrário, ter cuidado redobrado com a limpeza, com os gastos de água e energia, com a divisão do alimento e com os horários, sem ter a oportunidade de escolher, de decidir. Na opinião de Osvaldo:

> porque até um gato, um rato, qualquer bicho, ele quer ter a sua toca. Pode ser qualquer bicho, ele roda, passa nos lugares com a graminha fofinha, aquele negócio todo, mas, o melhor lugar é a graminha dele. Mas, ele vai num lugar aonde ele chega e descansa. Aquilo é um alivio para o descanso dele. Um exemplo: você vai à casa de um amigo e dorme na cama de um amigo, na cama cheirosinha, toda arrumada que ele deixou para você lá. Mas você deita e vira na cama, não sei quantas vezes, são poucas as pessoas que conseguem virar e dormir assim direto, né? Mas, o melhor lugar é aquele seu, por mais fofinho que não seja como daquele cara. Mas o seu lugar é a sua toca. Quando você mora de favor, você não tem a liberdade. As pessoas veem e te humilham e querendo forçar a barra e tudo [...].Você tem que limpar mais que os outros, você tem que cozinhar, limpar, então tem umas coisas... tem dias que você está com a cara boa e tem dias que você está com a cara ruim. Menino está chorando, qualquer coisa é o seu filho, não é o outo, então você vivendo com a sua esposa você entra em **conflito** e você só releva o outro porque vocês se amam demais e porque, se ela me largar eu estou lascado. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016, grifo nosso).

Os entrevistados fizeram uma leitura muito negativa da prática de "viver de favor", interpretando-a como uma supressão da dignidade de uma família ou de um indivíduo. Defenderam a necessidade de limites físicos e de valores para se viver em grupo, pois mesmo em comunidades altamente organizadas, cada família deve ter seu "canto" independente, não isolado, mas marcado por uma necessidade de distanciamento vista como saudável à vida em sociedade. Apesar da insegurança jurídica da Ocupação, o fato de cada pessoa ou família ter a oportunidade de se libertar das limitações que sufocam sua intimidade projeta o imaginário do lar ideal:

> Diferença tem porque olha como a gente vive aqui. É um pouco precário, mas pelo menos a gente está lutando por umas coisas para a gente. Com o tempo com certeza, vai melhorar [...]. Mas, porque ter a posse disso aqui é importante? É importante porque você vai ter ali um lugarzinho que vai ser seu. Porque, enquanto você não tem posse, você não está seguro. Eu vou investir aqui, porque é meu. Então é esse é meu ponto de vista. A posse é muito bom, porque você pode dizer: Graças a Deus! Daqui eu não saio. (Depoimento de Osvaldo, concedido em 04/05/2016).

Osvaldo acredita que viver numa ocupação, mesmo com todas as carências estruturais e urbanísticas, é mais libertador e gratificante em relação ao aluguel ou ao favor de terceiros. Estas experiências deveriam ser evitadas, mesmo que o preço fosse viver na informalidade e na ilegalidade. Morar de favor para o entrevistado significa perder toda a dignidade de uma pessoa; é abandonar a liberdade de ir e vir, de fazer escolhas sobre suas intimidades, de discricionar sobre o que fazer, o que comer, o que vestir. É ter que negociar o tempo todo pensando na "dívida moral" que se tem sobre aquele que te acolhe, em detrimento de seus desejos e planos.

As experiências negativas do aluguel e do "morar de favor" levaram os entrevistados a colocar em seus projetos de vida a casa própria como a principal solução para seus problemas na cidade. Não se discute ao discutir sobre modalidades de moradia no Brasil, Balbim (2015) aponta para duas questões: uma diz respeito ao valor da terra e dos imóveis em áreas centrais, que estagna ou inviabiliza a política habitacional para fins sociais. A segunda centra-se na destinação de imóveis públicos, particularmente da União, para o cumprimento de sua função social, como aqueles para fins de habitação social. O autor asserta que a propriedade privada deve assumir posição relevante numa discussão a respeito de dispositivos institucionais na provisão habitacional. Além disso, ele questiona se em um país com forte tradição patrimonialista o acesso ao uso e não ao bem e à sua propriedade, poderia enfim configurar uma alternativa às necessidades habitacionais. Fernandes (2008) se enquadra nesse argumento, ressaltando como a concepção individualista, civilista e patrimonialista dos direitos de propriedade existente na América Latina resulta em deficiências legais e urbanísticas.

Soto (2001) afirma que a legalização da propriedade é a pré-condição para desenvolvimento econômico, uma vez que reflete sobre os efeitos econômicos possíveis a um programa de regularização como resultado da incorporação da economia informal à formal. Para ele, a propriedade é mais que posse e quando se consolida como instituição cria condições para surgimento do mercado e, consequentemente do desenvolvimento. Nesse caminho, retomando os estudos de Balbim (2015), percebe-se que o alto valor da terra dificulta a realização de empreendimentos habitacionais de baixa renda financiados com recursos públicos em áreas centrais, o que junto com as dificuldades de otimização de gastos com deslocamento, impulsiona o crescimento de um mercado de aluguel informal de alta rentabilidade. Para o autor, tal situação reforça o empobrecimento familiar e a precarização das condições de habitabilidade nas moradias de locação informal, como nos assentamentos populares informais.

A Ocupação é retratada pelos entrevistados como espaço de maior tranquilidade, segurança e autonomia, uma vez que não há proprietário e tudo o que se faz ali marca um conjunto de benfeitorias revertidas exclusivamente à sobrevivência e ao bem estar do seu criador. Um fim em si mesmo e não um meio para objetivos que não sejam para um bem maior, diria Raul, mesmo com o risco de despejo que assombrou as Ocupações por anos - e que no caso da Eliana Silva ainda existe. As experiências negativas de moradia, associadas aos malogros no mundo do trabalho, aceleraram a decisão dos entrevistados de fazer parte do processo de ocupação e correr os riscos de tal prática - nota-se que os desafios e os perigos enfrentados no processo de ocupação foram discutidos pelas lideranças e pelos movimentos sociais desde os núcleos de formação -, porque a casa própria é o sonho a ser alcançado. Apesar disso, o ímpeto por ocupar um terreno fora das regras do ordenamento jurídico era constantemente repreendido pelas estruturas morais dos próprios ocupantes. “Não é fácil você saber que está tomando uma coisa que não é sua mesmo, entende?” (Depoimento de Edmaura, concedido em 03/07/2015).

Em relação aos sentidos atribuídos à moradia própria pelos entrevistados, o ideário da casa própria como maneira exclusiva de se garantir o acesso à moradia volta à tona nas narrativas e é possível perceber nas lutas individuais dos ocupantes e em seus projetos de vida como esses sentidos são parte de uma construção histórica no Brasil, intensificado por políticas públicas (BALBIM, 2015). O sonho da casa própria está atrelado ao valor da propriedade privada, a qual é o eixo central que orienta as relações sociais e a vida nas cidades.

É possível dizer que a mentalidade idealizada favorável à propriedade privada dos setores populares foi historicamente reforçada pelas políticas governamentais. O silêncio para alternativas como o aluguel social (BALBIM, 2015; JHA, 2007) demonstra o esforço das pessoas, mesmo que indireto, em legitimar a noção da habitação nas Ocupações como uma mercadoria, cuja existência real dependeria ainda de uma rede de instituições e de relações específicas para garantir a existência de um mercado informal (ABRAMO, 2009). Os programas alternativos de autoconstrução e autogestão, também não são cogitados pelos residentes das Ocupações, mesmo porque ao que parece o poder público, os movimentos sociais e os apoiadores externos parecem não se interessar por tais discussões e sequer informam as pessoas a respeito.

### *3.2.2 "Quero um cantinho só meu": precariedades das residências e a busca pela posse como garantia da conquista: mobilidade como regra, fixação como projeto de vida*

Os residentes das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva aludem frequentemente à precariedade de suas habitações ao longo da vida. Deficiência ou falta de equipamentos básicos, como transporte, hospital ou postos de saúde, água e esgoto tratados, são críticas comuns dos entrevistados. No que se refere aos lugares de habitação, problemas com materiais de construção, falhas estruturais, falta de recursos para finalizar etapas importantes nos cômodos para se morar e insegurança jurídica da posse também foram abordados. Na Vila Corumbiara, José enfatizou a precariedade das condições de moradia que vivenciou na Vila Pinho, pouco tempo antes de viver na Ocupação. Morava com a família à beira de um córrego sem tratamento, cujo risco de doenças, quedas, lesões, infecções e morte por causa de animais peçonhentos era eminente para as crianças, principalmente. Além disso, a habitação foi construída embaixo, e muito próxima, da fiação de alta tensão, que cortava o bairro. Tal experiência foi, segundo ele, a gota d'água para aderir ao movimento de ocupação.

Atribuir novos valores ao lugar de moradia é algo comum nas narrativas dos moradores das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva. Isso pode ser visto nas falas em que os entrevistados se esforçaram para escapar da insígnia de "favelados". Para eles, favela e Ocupação são vistos como universos completamente diferentes, até mesmo no que se refere a suas finalidades, princípios e valores. Seguindo a narrativa de Osvaldo, "Na favela você não tem a posse, traficante te tira de casa a hora que quiser [...]. No aluguel você pode ser tirado a qualquer hora, se quiserem colocar outra pessoa lá você tem que sair [...]. Aqui é precário? É difícil? Mas estamos lutando pelo nosso" (Depoimento informal concedido em 21/05/2016).

O desejo pela posse do terreno pode ser entendido como um passo para a conquista da fixação. Leontina defende a ideia de que a posse deixa a pessoa em situação de segurança. Os benefícios psicológicos e sociais da fixação são constantemente aludidos nas narrativas e se operacionalizam nos modelos mentais arquitetônicos que cada ocupante projeta para sua futura residência. "Liberdade" foi termo fulcral nos depoimentos para retratar a centralidade que a residência fixa possui na subjetividade dos ocupantes a privacidade em sua moradia. Os assentamentos parecem trazer sentimentos de que "a vida vai se acertando" (Depoimento de Osvaldo, concedido em 04/05/2016), de que as coisas estão chegando em seu lugar. De acordo com entrevistados, a possibilidade de novas sociabilidades nas Ocupações e o relativo poder de definir seu "ir e vir" dentro de uma residência própria abrem espaço para projetos de vida reais na cidade e expressam as conquistas provenientes das lutas pela libertação contra

trajetórias de miséria habitacional e social.

> Porque, eu posso trazer um amigo em casa, eu tenho uma casa, às vezes alguém vem me visitar e eu posso oferecer um lugar para dormir porque é meu. 'eu não estou te chamando para ir à casa de fulano, lá é meu'. Às vezes, você tem um parente no interior, a maioria dos barracos de aluguel são dois cômodos. Às vezes até para chamar uma pessoa para vir na sua casa, te visitar é chato. Eu quero fazer mais um cômodo lá na frente, porque tem os meus filhos, tem os meus irmãos, tem os parentes da mulher que veem visitar, onde tem gente, vai gente. Então, sendo da gente. a gente pode construir mais um cômodo ou dois. E de aluguel como é que você faz? Você não tem como mexer. O cara não vai aceitar crescer mais nada lá. (Depoimento de Lauro, concedido em 16/03/2016).

Os relatos dos residentes das duas Ocupações problematiza a hipótese de uma cultura da mobilidade entre os setores populares no Brasil. Guedes (2013)[76], por exemplo, analisa os deslocamentos e a mobilidade dos pobres no Brasil, abordando sobre a fluidez de processos de estar e ser no espaço e de como eles foram reescritos pela inconstância e por formas de se produzir cartografias, ocasiões e fluxos de atividades, tudo isso realizado por trajetórias de vida que ora se combinam, ora se distanciam. O autor sugere, através da análise das categorias nativas, uma tradição de deslocamento e de mobilidade popular; uma disponibilidade para migrar forjada na experiência histórica destes grupos distante de ambições de se construir patrimônio num local determinado, mas em investir na aventura do desconhecido.

De acordo com Guedes (2013), o deslocamento e a mobilidade são parte do processo da vida de todas as pessoas. Trata as "andanças" de forma a não confundi-las com migração, uma vez que a última remete a movimentos do campo para a cidade. Os deslocamentos, assim, não são resultado de situações excepcionais e fora da norma, enquanto o sedentarismo deixa de ter a importância central sobre o comportamento social dos agrupamentos humanos. Dialogando com clássicos do pensamento social brasileiro, como Sérgio Buarque de Holanda, Jorge Velho, Antônio Cândido e José de Souza Martins, Guedes (2013) traça a tendência dos setores populares em se aventurarem à vida de movimento, uma intensa mobilidade espacial proveniente das tradições de determinadas etnias indígenas e do campesinato brasileiro.

Ao apresentar estes estudos e os resultados de sua etnografia, Guedes (2013) aposta no caráter provisório da vida dos setores populares, ou seja, na inconstância e na rejeição de determinadas imposições fixas às condições adversas de existência. O universo destes agrupamentos é uma transitoriedade constante num mundo de bens escassos e por isso suas vidas são pautadas por espectros espaciais. Para o autor, como a mobilidade é um valor tal

[76] O autor estudou a "forma-movimento" do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), no centro oeste brasileiro, analisando as tensões, conflitos e possibilidades abertas por tal processo.

qual a família, ela expressa um conjunto de símbolos também carregados de valor. Desse modo, o vocabulário produzido pelas pessoas, como "partida", "trecho" e "movimento" indicam experiências de mobilidade espacial, social e ocupacional, uma vez que a mobilidade fornece um código privilegiado para se descrever o universo no qual se vive. Tal código precisa ser pensado em sua importância para as pessoas que o portam, não só pela frequência de uso, mas como metáfora da ordem social, ou seja, como elas pensam tudo isso por meio de atribuições de sentido à realidade.

Tomando como referência os estudos de Guedes (2013) para pensar as deslocamentos realizados pelos residentes das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva ao longo de suas vidas, é fundamental não prescindir do poder que demandas objetivas e subjetivas possuem para impulsionar as pessoas aos constantes movimentos, na lógica do "sem guardar chão", como muitos entrevistados dizem. Em consonância ao estudo do autor, percebe-se nas narrativas dos ocupantes o ímpeto pelo deslocamento na busca pelo novo, pelo refazer, por recomeçar a vida, catalisado pelas condições de existência e pelo imaginário de uma virada radical. As andanças ameaçam, mas também reelaboram as identidades individuais, as quais se moldam e se adaptam segundo as condições estabelecidas dos novos universos experimentados. Então, os entrevistados demonstraram que se adequam em função de suas necessidades imediatas e de seus sonhos e quando os mesmos são ameaçados é hora de "caçar rumo" (Depoimento de Raul, concedido em 26/06/2015).

Porém, esse comportamento não pareceu estanque. A realidade das Ocupações aqui estudadas problematizam os resultados de Guedes (2013), pois a pesquisa de campo demonstrou que as narrativas e os comportamentos cotidianos dos ocupantes expuseram o desejo dessas pessoas pelo "cantinho". Parece permear no imaginário delas a ideia de que um dia encontrariam um *Éden* na terra. A sacralização das situações da vida é bem clara, quando se constrói nas entrevistas idealizações de um lugar onde o leite e o mel do jardim do *Éden*[77] são representados pela posse e a segurança da casa própria, enquanto as provações estão associadas a situações como o aluguel, o "morar de favor" e os próprios deslocamentos em busca de novas oportunidades. Neste sentido, há nessa aparente inata mobilidade uma dimensão subjetiva muito forte de fixação, com sentidos elaborados por significantes como "meu tão sonhado cantinho" ou "meu cafofo".

[77] A apropriação de significados bíblicos para explicar situações da vida cotidiana e para justificar determinadas escolhas é algo que encontrei em quase todas as entrevistas e nas práticas cotidianas dos residentes das Ocupações.

### *3.2.3 "Tudo na minha vida é luta e sofrimento": sacrifícios e planejamentos até a conquista da casa própria*

No que diz respeito aos sentidos sobre a moradia, uma expressão comum entre os entrevistados é o do sacrifício pessoal. Esforços financeiros e emocionais aludem a um sagrado dever de abrir mão de impulsos individuais em favor de uma meta ou de um sonho. A busca pela moradia fixa restringiu muitas chances de ascensão social - como a tentativa de formação em profissões que exigiriam muitos anos de formação para serem exercidas - ou, segundo Jurema (Depoimento concedido em 18/04/2016), moradora da Vila Corumbiara, de gastar dinheiro com "supérfluos", como determinados eletrodomésticos, bebidas, festas, automóveis. Os entrevistados e outros moradores das Ocupações em conversas informais descrevem o abandono sistemático de planos para o futuro no decorrer de suas histórias em favor de uma moradia segura e independente. Esses sacrifícios narrados muitas vezes estavam associados à ideia de martírio - ligado à escassez -, ou seja, uma espécie de "morte" dos desejos individuais em nome de uma causa, uma fé material: a crença de um lugar para morar sem as intervenções condicionais de terceiros. Para os residentes das Ocupações todo esse sofrimento só termina com a moradia dentro do assentamento.

A curto e médio prazo, os objetivos dos ocupantes após consolidarem a conquista da moradia nas Ocupações variam entre um casamento na Igreja, um carro novo e o retorno aos estudos para completar a educação básica. Na dimensão de longo prazo, as prioridades direcionaram-se para a formação técnica de um curso pós-médio (formação técnica ou profissionalizante realizada após o término do ensino médio), o ingresso na faculdade ou a compra de uma casa ou sítio no interior para passar finais de semana ou para viver com tranquilidade a velhice.

A ideia da Ocupação como redenção, ou libertação, aparece na narrativa de Maria, na Vila Corumbiara, quando foi informada a respeito da oportunidade de participar do processo de ocupação. Convenceu-se de que a vida de aluguel era um sacrifício: "Ele disse [integrante de um dos movimentos sociais que liderou o processo de ocupação]: 'você está em dificuldades, pagando o aluguel', porque eu tinha saído da casa do homem que era o pai do meu filho [...] 'Então vamos pra lá [assentamento] e você vai ficar livre deste sofrimento'" (Depoimento cedido no dia 10 de março de 2016). As dificuldades relatadas pelos moradores justificam e legitimam a moradia informal: o discurso sobre o direito legítimo de viver em territórios como as Ocupações está amparado na necessidade de findar os sofrimentos pessoais em busca da dignidade e de paz.

De acordo com Maria "A gente ia ocupar uma área que era direito nosso. A gente estava perdendo muito tempo, e não haveria condições mais para se esperar, porque havia muita gente passando fome e não havia como a gente esperar mais pelo Orçamento Participativo, que sofrimento!" (Depoimento concedido em 10/03/2016). Lauro corrobora essa ideia:

> Você está certo, fica aí, tem que fazer a sua casa, a sua moradia mesmo, porque você está desempregado, como você vai pagar aluguel, cuidar da sua família, se você não tem um lugar digno para morar? O dinheiro que você tem - que hoje em dia, aluguel está caro demais - você trabalha o mês todo e quando o [pagamento] sai você não pode nem tirar para comer, porque, você já tem que passar para o aluguel. Você tem que ir para debaixo da ponte. Infelizmente. Porque, quando vence o aluguel o dono da casa não quer saber de nada não.
>
> - 'Não tem não, não? Então, dá licença. Pode sair andando'.
>
> - 'Mas, não' [...]
>
> - 'Vai sair não? Eu vou jogar as suas coisas na rua'.
>
> Então, a opção que a gente tem é lutar por isso mesmo. (Depoimento concedido em 16/03/2016).

Evidencia-se um discurso muito comum entre os moradores das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva sobre a positividade em fazer parte das Ocupações enquanto um processo diferente daqueles de concessão da casa, inerente aos programas habitacionais. Na opinião de Jurema "dá a sensação do 'gosto da vitória'" (Depoimento cedido em 18/04/2016), ou seja, a conquista representa o resultado positivo de experiências marcadas pela escassez e pela luta individual. Desta forma, o ato de ocupar é tratado como valor, um aspecto positivo ao exercício da cidadania e um direito ressignificado, entendido pelos ocupantes não como mecanismo garantidor das condições de existência das populações, mas como tudo aquilo que se pode realizar a revelia das regras de conduta formais devido à ausência do poder público[78] (Figura 6). A formalidade das normas e das concessões de bens e serviços públicos, portanto, é vista pelos entrevistados como uma barreira às conquistas individuais, uma vez que impede a "redenção" do povo sofrido[79], representada pela casa própria,

> O povo faz assim. E nós achamos que temos que ter o melhor, nós pagamos

[78] É relevante apontar que esses agenciamentos verbais dos ocupantes têm como fonte as cartilhas políticas dos movimentos sociais que coordenam e orientam os processos de ocupação.

[79] Termos como "povo sofrido", "libertação", "sofrimento", "sem casa", "salvação", "capitalismo, "justiça" são utilizados racionalmente pelos ocupantes dos assentamentos como forma, por um lado, de dar o que acreditam ser a dimensão real sobre sua trajetória de escassez e de luta pela moradia. Por outro lado, os operacionaliza para justificar determinados atos considerados irregulares, ilegais ou informais. Neste sentido, os movimentos sociais e as coordenações têm papel fundamental ao estimular nas assembleias, nas reuniões e em eventos diversos tais visões de mundo e reproduzir a realidade dualista de suas análises e de seus projetos, determinando parâmetros morais que legitimam suas práticas em contraposição ao *Status Quo*.

> impostos e tudo. O justo. Nós que mantemos a sociedade. Então, nós temos que ter o que há de melhor. E a Vila Corumbiara, ela está em um terreno muito bom, com toda a segurança em um local em que não corremos esse risco [...]. Aqui, foi um lugar destinado para verdura, essas coisas assim, horta coletiva. Mas, na verdade, não teve nada disso. Era só um matagal. Como está ali aquele Parque Ecológico, o terreno continua, não sei há quantos anos, vinte anos que estamos aqui e esse terreno continua a mesma coisa. Não faz nada. Dizem que é área verde esse tipo de coisa e só serve para as pessoas se esconderem. Malandragem, esse tipo de coisa aqui. E, o povo morrendo e sendo carregado pela enxurrada. Ocupar é direito [...] Assim que o povo faz. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

**Figura 6 - Terreno da Vila Corumbiara Após Três Meses da Ocupação**

**Fonte: Acervo próprio.**

A interpretação das ciências jurídicas e do universo jurisdicional é questionada e invertida na subjetividade dos ocupantes, os quais, em contato com os movimentos sociais e apoiadores externos responsáveis por liderar o processo de ocupação, ressignificam o que é determinado como crime ou infração pelo Estado como usos e costumes válidos e legítimos politicamente. As lutas na e pela Ocupação são apresentadas, dentro de uma estrutura moral própria dos assentamentos, como "a água fresca" (Depoimento de Maria, cedido no dia 10 de março de 2016), depois da passagem pelo deserto das injustiças sofridas em suas trajetórias de trabalho, moradia e de direitos aos usos dos recursos públicos. As narrativas têm como referência a desigualdade que a escassa distribuição igualitária de bens e serviços urbanos causa na sociedade, em especial nas populações de baixa renda. De acordo com Vaní:

> A melhor coisa é você ter o paladar da vitória. Isso é muito bom. Isso é o principal, porque, mesmo que você trabalhasse tanto ou comprasse, ali está fácil, alguém te dá, por exemplo, uma casa, ali não tem essa sensação de como foi que você passou os dias e nem de como foi passar por isso tudo. Quando você passa por tudo isso, você sabe e pode passar para as pessoas que se você lutar, você consegue. Então, porque

> nós falamos que é uma ocupação? Porque, nós estamos ocupando o que é nosso, o que é nosso de direito. Na constituição, está colocado lá: 'todos os cidadãos, têm direito a saúde, moradia, educação [...]', mas, nada se cumpre e se você exigir é crime. Então, nós temos que aprender o seguinte: rebelar é justo. É exigir os seus direitos e quando você exige os seus direitos, você está se rebelando. Porque, na visão do Estado nada que você faça contra ele é justo. É uma desobediência. (Depoimento concedido em 02/09/2015).

Muitos ocupantes, inclusive em conversas informais, argumentam que já tentaram se inserir em plataformas de políticas governamentais de acesso à moradia, como os cadastros do Orçamento Participativo e do programa Minha Casa, Minha Vida. A angústia da espera, a ausência de respostas claras ou a falta informações coerentes dos órgãos responsáveis pela organização dos programas, além da necessidade imediata por se abrigar em algum lugar, pareciam não conseguir equacionar o sentimento de uma espera interminável.

> Eu estou inscrita nesse programa *Minha Casa, Minha Vida* desde 2008. Eu fiz em Timóteo, quando eu morava lá e tinha a minha primeira filha. Eu estou como prioridade nessa lista, mas nunca saiu para mim, eu nunca tive qualquer retorno, eu nunca tive retorno nem quando procuro aí nas coisas de dados. Nunca encontrei nada. Eu acho que esse papel timbrado da Caixa na Secretaria de Obras de Timóteo, eu acho que nem foi parar em cadastro de banco de dados nenhum. Se colocaram, tiraram, porque eu já mudei de cidade. Nunca consegui. (Depoimento de Vaní, concedido em 02/09/2015).

> A associação do bairro dizia que era do Orçamento Participativo, que nunca saía. Fiquei ali moço, cinco anos, no Orçamento Participativo. Depois, quando eu ganhei aqui, [tempos depois] eles me procuraram e eu não sei como foi que eles me encontraram, que eu havia ganho um lugar para morar, aí eu falei: - "agora é tarde". Porque Deus me colocou no lugar [na vila Corumbiara], eu pedi a Deus: - "não me leva embora antes de deixar os meus filhos debaixo de um teto não". Porque eu tenho três filhos e eu já sofri tanto nesse mundo! (Depoimento de Maria, concedido no dia 10 de março de 2016).

Há um ceticismo a respeito das iniciativas de concessão de habitação do Estado e dos governos federal e municipal. Reclama-se da "burocracia" - interpretada como a exigência formal e criteriosa de documentos pessoais - e do tratamento dado pelos atendentes dos programas aos requisitantes, ambos considerados nas narrativas como elementos que distanciam as famílias que alegam não ter moradia e o poder público. Segundo as falas, alguns pontos são fundamentais nesses programas para que a alternativa da ocupação seja mais atrativa a curto e médio prazo: as exigências documentais e de renda, a dificuldade em compreender a linguagem dos atendentes dos programas, a ausência de contato sobre o andamento do processo e a indefinição de datas para a concessão do imóvel.

O caso de Edmaura é representativo quanto à não correspondência entre os processos burocráticos inerentes ao funcionamento do Estado e as necessidades imediatas oriundas das

condições de existência de muitas famílias que optam - ou seriam empurradas a tal situação? - por se aventurar em assentamentos. De acordo com ela, no dia do cadastro no *Programa Minha Casa Minha Vida,* teve uma conversa inicial com o atendente da Caixa Econômica Federal e se surpreendeu quando o mesmo sugeriu, para que adequasse sua condição financeira às exigências do programa, que Edmaura formalizasse uma relação matrimonial com um homem, a fim de que a soma das duas rendas chegasse ao teto mínimo de três salários mínimos.

A entrevistada disse que o constrangimento foi grande, porque não tinha interesse naquele momento em colocar qualquer pessoa dentro de sua casa, tendo em vista outras relações mal sucedidas e pelo fato de um matrimônio não se fazer de forma mecânica, apesar da urgência com a qual se deparava. Não procurou mais informações a respeito e na oportunidade que apareceu para fazer parte do processo de ocupação, o fez, embora acreditasse ser humilhante a forma negativa como passou a ser vista pelas autoridades e por parte da opinião pública. Os programas habitacionais são tratados por parte dos entrevistados e em conversas informais nas Ocupações como meios ineficazes de solucionar a questão da casa própria no país, mesmo quando conhecem exemplos bem sucedidos de parentes ou amigos. Tal descrença também serve como justificativa para legitimar da opção pela moradia informal.

Os sentidos criados pelos residentes da Vila Corumbiara e da Eliana Silva a respeito da fixação no território e da conquista da moradia pela luta dialogam com parte da literatura a respeito das Ocupações urbanas. A maioria das pesquisas encontradas a respeito entendem esses assentamentos como expressão direta dos enfrentamentos entre diversos agentes da cidade e, portanto, de ações organizadas e planejadas por grupos heterogêneos com experiências semelhantes nas formas de lidar com o trabalho, a moradia e aos bens e serviços públicos. Segundo Dias *et al*. (2013), do ponto de vista legal e urbanístico, as Ocupações urbanas se referem à tomada de posse de um terreno de maneira informal e extralegal consolidada em um espaço cuja destinação social é eminentemente urbana. Contudo, alega que a indeterminação do termo o torna muito abrangente e acaba por generalizar espaços geográficos, políticos e simbólicos bastante diferentes e desiguais. Buonfiglio (2007) define as Ocupações como movimentos socioterritoriais, que têm nos espaços apropriados e no território seu trunfo perante as demandas da "posse" e do "ter".

De acordo com Souza (2010), as Ocupações urbanas são parte constitutiva da cidade e revelam uma estratégia de sobrevivência na metrópole e uma atividade contestadora por meio da construção individual e coletiva. Para o autor, as Ocupações representam formas menos

abstratas do espaço urbano, configurando-se como outro processo de produção social da cidade, enquanto resquícios de clandestinidade da ação social. Na argumentação do autor, as Ocupações urbanas são formuladas por inúmeros agentes sociais responsáveis por representações criativas, alocadas no tempo e no espaço, não sendo produtos de uma padronização ou estratégia deliberada da racionalidade urbana.

Lobosco (2009) define as Ocupações como espaços heterogêneos permeados de tensões internas e em potencial capacidade para várias formas de apropriação e acesso a equipamentos e serviços urbanos. Nelas se pode identificar o surgimento de práticas organizadas de modo a propiciar o funcionamento e o desenvolvimento da estrutura urbana, oscilando entre a integração com a cidade e táticas de produção e uso dos espaços segundo lógica própria. Delecave e Leitão (2012) definem Ocupações como assentamentos para abrigar famílias de baixa renda e que, embora provenientes de processos ilegais de ocupação de terras, podem se tornar com o tempo bairros oficiais da cidade, com situação fundiária regular e investimentos estatais em infraestrutura. Os autores entendem as Ocupações como movimentos que forçam o Estado a se posicionar frente a um quadro de ausência de políticas públicas habitacionais aos setores mais pobres, ou seja, são ações coletivas com o objetivo de tornar úteis espaços que não cumprem a função social prevista por lei.

Para Lourenço (2014), elas se caracterizam por ações organizadas por movimentos sociais e por um discurso mais amplo ao da necessidade da moradia por si só debruçando-se no questionamento aos fins sociais de áreas não ocupadas nas cidades. Além disso, possuem propostas planejadas de organização interna e de inserção na cidade provenientes de disputas entre diversos agentes responsáveis pela inserção e permanência nos terrenos ocupados.

A Vila Corumbiara e a Eliana Silva estão ligadas por possuírem faces de uma mesma natureza, mas também pelas singularidades que guardam em relação a demandas, sonhos, projetos de vida, táticas, segundo a conjuntura política e social das cidades em cada temporalidade. O termo Ocupação tem uso político e demonstra que é resultado de disputas entre linhas de forças operacionalizadas pelos agentes da cidade, em busca de significados para suas práticas e valores e de resultados objetivos de suas lutas. O uso desse nome - às vezes substituído involuntariamente por invasão nas entrevistas e logo corrigido com um ar de severidade autodisciplinado - não é feito de forma neutra e sua função é marcar um lugar social especial de seus membros na cidade, os quais estão convictos, em consonância com as pesquisas supracitadas, de que se encontram numa situação de triunfo dos pobres em “ser” e “ter” sobre os ambientes urbanos. Tal lógica de raciocínio sobre a evolução de sua cidadania e de elevada autoestima se estabelece na valorização de suas táticas intrínsecas de tomada de

posse, consideradas por eles legítimas, e no projeto autônomo de cidade cuja linha estruturante se encontra em maneiras próprias de fazer a moradia, a morfologia urbana, os vínculos e a ordem, em reação à negligência do Estado.

Desta forma, é fundamental olhar para as Ocupações não apenas como espaço, mas como processo. Sua dinâmica e suas tramas não terminam com as conquistas dos bens e dos serviços urbanos, ou mesmo com a regularização e ou posse, mas desdobram-se nas dimensões da memória e das referências de residentes e dos demais agentes externos que participaram de alguma forma da experiência da ocupação. Vila Corumbiara e Eliana Silva representam práticas permanentes e esperadas pelo Estado e pelos residentes da cidade, uma vez que é lógico o fato de que os pobres geram vínculos, no sentido de acumular nas interações, capital social necessário para buscar seus interesses. Ao contrário dos mecanismos formais utilizados pelos estabelecidos nas cidades, os vínculos são a ferramenta tácita dos pobres nas cidades - em especial nas Ocupações -, com a qual garantem circuitos específicos para lidar com o poder público, sistemas de crédito informais, mercado imobiliário com lógicas próprias, tecnologias sociais e materiais, redes de apoio e mobilização.

## 3.3 “Aí eu senti que era um deles”: a reinvenção do pertencimento entre moradores das Ocupações - os estabelecidos

> A gente só queria ter um local para morar. O meu sonho mesmo era arrumar um local para morar. Aí quando nós chegamos eu disse: - ‘estou em casa’. (Depoimento de Tânia, concedido em 24/03/2016).

Como pertencer a uma ocupação não foi para mim uma questão importante num primeiro momento, pois não estava sequer descrita no roteiro. Em campo, com olhar polarizado, imaginava o incauto pesquisador que a adesão ao processo de ocupação da maioria dos moradores era inexoravelmente proveniente de um voluntarismo ideológico universal, cujos sentidos “advinham” de experiências em comum, como a ausência da posse da terra ou da casa própria, a instabilidade habitacional ou a precariedade dos imóveis. Entretanto, as narrativas foram traçando tramas que tinham como medida uma diversidade de interesses, de vivências pregressas, de perspectivas sobre a realidade e de racionalidades em busca de fins materiais particulares.

José não aderiu às organizações de apoio ao processo de ocupação do terreno, que mais tarde viria a se chamar Vila Corumbiara. Não era um militante, não foi membro ativo das reuniões nos núcleos de formação que antecediam à formação do assentamento, nem

mesmo participou da estrutura mobilizatória de tomada do terreno e de sua proteção. Como já descrito nesse capítulo, chegou a comprar pequenos lotes e construiu moradias próprias. Como morador da Vila Pinho em 1996, ouviu por alguns dias conhecidos relatarem o caso de uma "invasão" de um terreno não muito distante de sua casa. Na volta do trabalho observava as viaturas de polícia e as centenas de pessoas construindo cercas e protegendo o terreno com ferramentas e palavras de ordem. O impulso subjetivo de José em se arriscar foi grande, pois circulava nas redondezas que as pessoas que realmente necessitavam de moradia digna e estavam sob o "peso do aluguel" ou do "morar de favor" teriam oportunidade de ter sua casa.

Ele disse à esposa que iria tentar entrar no terreno e conseguir, enfim, materializar o sonho da casa própria com segurança, apesar das investidas da polícia nas redondezas. José soube que antes mesmo da inserção no terreno, o grupo que iria compor o assentamento já convivia com uma intensa rigidez imposta pelas lideranças e pelos movimentos sociais quanto à exigência da participação dos interessados nos processos mobilizatórios e organizativos anteriores, como forma de preparação pedagógica e ideológica de se viver numa Ocupação. Tal severidade tinha como objetivo diferenciar desde o início a Ocupação de uma invasão, por seus critérios de ordenamento do espaço e dos comportamentos e dos valores. Na primeira vez que teve contato com o assentamento, a imagem de homens de porrete e capuz próximos às cercas o amedrontou e ele recuou. Na segunda tentativa as coisas mudaram para José e sua família:

> E, aí eu falei com a minha mulher: - 'tem uma ocupação lá e o negócio é grande'. Eu vou tentar entrar lá e aí quando eu cheguei na beirada da cerca, aí um cara me disse:
>
> - 'Oh, companheiro, está na hora de trocar a ronda'.
>
> Aí eu estava com a camisa na mão e quando eu vi que estavam todos com a cara tampada, enquanto um estava conversando com o outro sobre a troca da guarda, eu mergulhei para baixo e amarrei a camisa do jeito que eles estavam e fiquei em pé. Aí eles me disseram:
>
> - 'oh, companheiro, cadê o seu porrete? Pega um porrete aqui [...] você vai ficar por aqui?'
>
> - 'É [...] vou ficar por aqui mesmo. Mesmo eles sem saber quem eu era'.
>
> E eu estava lá no meio agora. Sem camisa. Porque, estava um solão quente no mês de março. Aí, rapaz, eu fiquei por ali. (Depoimento concedido em 11/04/2016).

Um momento fortuito e José se tornara um estabelecido. Mas, não foi tão simples: o fato de não estar inscrito no cadastro dos moradores, organizados pelos coordenadores, o obrigou a adotar estratégias de manutenção no local, fugindo das convocações para participação nas equipes de trabalho e das "chamadas" (listas de presença conferidas

oralmente) realizadas uma ou duas vezes ao dia[80]. Apesar disso, estava sempre disposto a auxiliar no entretenimento de crianças e a relatar acontecimentos diários no assentamento. A estratégia deu certo, em parte pela inviabilidade do controle absoluto dos movimentos sociais e dos coordenadores locais a centenas de famílias. As diversas demandas cotidianas (reuniões com autoridades governamentais e policiais, negociações com apoiadores e membros da justiça, garantias mínimas de água potável, banheiros, alimentação, organização dos ocupantes em tarefas, abrigos de lona para todas as famílias, manutenções nas barracas e controle de comportamentos considerados indevidos) dificultavam o controle absoluto sobre a circulação de pessoas.

Neste sentido, pessoas como José - algo que apareceu em conversas informais nas Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva - aproveitaram-se desse momento conturbado e complexo da organização do assentamento para se inserir ao agrupamento. Neste sentido, as visões de mundo de muitos ocupantes às vezes nem sequer coincidia com os projetos dos movimentos sociais e das lideranças do processo - como as concepções de propriedade coletiva, gestão compartilhada sem a dicotomia entre bases e cúpula, assembleia geral como esfera máxima de participação direta e deliberação coletiva. Mas, comungava com eles a compreensão do direito como uma autoridade individual legítima de apropriar-se para si de bens escassos considerados na mentalidade coletiva dos agrupamentos centralizados (estagnados) nas mãos de uma minoria:

> A princípio, tudo o que a gente via de ocupação, era só vagabundo, não prestava. Tudo bem. Cara, presta atenção a uma coisa: eu criado no regime militar. Filho de ex-militar, padrinho, militar. Ninguém vale nada. Então, até aquela época, eu tinha aquela noção. O cara tá pegando o que é dos outros, velho. Porque, ele não vai trabalhar para comprar? Minha mentalidade era essa. Só que eu não sabia qual era o procedimento do terreno, como é que ele estava. Gerson [um dos líderes do movimento social responsável pela ocupação Eliana Silva], é que foi passando isso para mim.
>
> - 'Oh, companheiro [...] terreno está abandonado há tanto tempo, ele não paga imposto. Era para fazer isso, aquilo'.
>
> E passava tudo lá. Passava tudo para mim. Ele me convenceu. Hoje eu sou o que sou, eu agradeço praticamente a ele. Eu já não gostava mesmo do militarismo. Eu tinha uma raiva desgraçada. Você que é criado em um regime militar, sair daquele sistema ali [...]. (Depoimento de Raul, concedido em 26/06/2015).

Na construção coletiva das sociabilidades presentes nas Ocupações, muitas pessoas

[80] José explicou que durante alguns meses se fazia de "invisível" aos mecanismos de ordenação do terreno (conferência oral de presença dos "pares" do grupo, assinatura do cadastro de ocupantes, dentre outros) controlados pela coordenação e pelos movimentos sociais. Naquele momento, tais lideranças imprimiram forte fiscalização sobre o grupo de ocupantes, a fim de garantir a permanência das pessoas que estavam inseridas em todo o processo, evitando assim "invasores", desordeiros ou "infiltrados" da polícia.

foram adquirindo práticas e valores ensinados dentro dos assentamentos, reelaborando-os segundo seus interesses e de acordo com as exigências pela unidade política necessária à existência dos assentamentos. O sentimento de pertencimento, no que se refere à aceitação do grupo ao indivíduo - que deve se tornar agente efetivo do grupo - e deste em relação ao coletivo do qual passa a fazer parte, provém da combinação entre a esfera subjetiva, na busca pela casa própria, e a esfera objetiva, na necessidade de manter naquele universo um espírito comunitário para fortalecer a unidade política e, portanto, a força mobilizatória.

> Aí eu ficava andando, escondendo entre os barracões ali, aí quando eu vi aquilo ali e disse:
>
> - 'oh, companheiro, me arruma uma caneta aí?'.
>
> Aí a polícia começou a chegar e a fazer aquela pressão toda, aquele negócio, todo, aí [...]
>
> - 'oh, companheiro, me arruma uma caneta aí?'
>
> E comecei a escrever a história, as coisas que estavam acontecendo ali. Fiquei rodando o acampamento o tempo inteiro [...]. Tudo o que eu via. Aí eu comia ali na comitiva mesmo e não ia em casa não. E eu agarrado aqui dentro. Aí quando deu o segundo dia, as pessoas colocaram a placa lá na assembleia: aqui, vai se chamar Vila Corumbiara. Aí colocaram a faixa de todo tamanho assim. E aí eu comecei a organizar tudo e no terceiro dia, eu... me encostava na lona ali mesmo e por ali ficava. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

No caso de José, um episódio serviu como um ato de iniciação, embora sua seriedade no trabalho de vigilância das portarias e seu relacionamento carismático com os demais ocupantes o colocasse em destaque no grupo. Numa assembleia pediu a palavra e disse a todos que havia feito uns versinhos a respeito da realidade vivida pelo assentamento e o fez em forma de música:

> Brasil inteiro está sabendo que ocupamos essa área/ Que recebeu um lindo nome de Vila Corumbiara/ Uns vão fazendo rondas/ Outros vão dando plantão/ Tem gente botando fogo/ E tocando violão/ E lá vem a prefeitura fazendo a sua pressão/ Eles querem vencer [...]. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

Logo, seu nome foi colocado na lista dos ocupantes e por sua habilidade como músico e parodista. Atualmente ele diz ser conhecido como um artista, sendo bastante respeitado na Vila Corumbiara. Após esse rito de aceitação, ele ganhou projeção e foi responsável por diversas manifestações artísticas e de entretenimento - como grupos de teatro e música, além de festividades tradicionais - que fortaleceram laços sociais, práticas de solidariedade e a identidade dos ocupantes como grupo, sempre com temáticas voltadas para a discussão da dignidade humana e dos direitos dos assentados.

Vaní residia nas proximidades do conjunto Águas Claras, na região do Barreiro, no

momento da tomada do terreno para a formação da Ocupação Eliana Silva. Estava à procura de uma casa para alugar, tendo em vista a violência que envolvia o lugar onde vivia. De acordo com seu relato, por medo de represálias pelo fato de não aceitar favores de pessoas perigosas - traficantes - que queriam lhe dar a casa onde vivia, decidiu abandonar o lugar, porém seu destino e de seus filhos era incerto. Em um sábado pela manhã, ela viu um movimento próximo à Vila Pinho, com viaturas e helicóptero, mas sem saber do que se tratava, até alguém na rua dizer sobre uma "invasão". Ao passar dos dias, continuou a observar o movimento e entender o que estava acontecendo. Ao voltar do trabalho e buscar as crianças na escola, decidiu comprar leite num estabelecimento na rua próxima ao assentamento. Uma senhora do bairro disse que a "invasão" estava aceitando pessoas com problemas de moradia. Vaní relutou, entendia a prática de "invadir" como ilegal e imoral, mas:

> [...] as pessoas falavam invasão e não ocupação, em que o pessoal estava pegando terra e que ela estava indo: eu falei: - 'eu vou com você'. Eu larguei leite para lá e vim subindo para esse lado daqui. Eu nunca tinha vindo para esses lados. Eu vim atrás da mulher [risos]. (Depoimento cedido no dia 02/09/2015).

No assentamento foi apresentada a um senhor chamado Índio que, por sua vez, apresentou a ela o líder do Movimento e Luta nos Bairros, vilas e favelas (MLB). Imediatamente, a liderança lhe ofereceu uma barraca, composta por estudantes universitários e militantes e no dia seguinte ela buscou os pertences e os filhos para ali residir. Ao contrário de José, Vaní se tornou uma estabelecida por concessão dos organizadores e não pelo carisma. A situação da entrevistada demonstra que muitos ocupantes participaram do início do processo de constituição do assentamento, mas sem antes participarem dos, teoricamente necessários, núcleos de formação promovidos pelos movimentos sociais[81].

Ainda de acordo com a entrevistada, o movimento social responsável pelo processo de ocupação e suas lideranças foram abraçando as pessoas que diziam necessitar de casa. Quando o projeto preestabelecido não mais conseguia contemplar os necessitados, as lideranças da Ocupação Eliana Silva organizaram uma lista por ordem de chegada e necessidade. Desse modo, havia uma diversidade significativa de componentes socioeconômicos e de solidariedade com aqueles considerados pelas lideranças como mais necessitados para o estabelecimento efetivo das pessoas e famílias na assentamento. Houve,

[81] Tanto na Vila Corumbiara, quanto na Eliana Silva coordenadores explicaram que a concessão de lotes nos assentamentos no início do processo de ocupação para pessoas necessitadas que chegavam após a inserção no terreno sempre se deu segundo a oferta de espaço existente, resultado de desistências, expulsões, abandono, dentre outros fatores. As lideranças da Ocupação Eliana Silva organizaram uma lista por ordem de chegada e necessidade, em momentos nos quais a oferta não conseguia mais contemplar os necessitados.

em ambas as Ocupações, uma relativa fluidez de critérios e de canais de inserção de pessoas no momento inicial do assentamento, refletindo a diversidade de arranjos realizados tanto pelas pessoas, quanto pelos movimentos sociais responsáveis, para a formação da unidade coletiva necessária às lutas pela permanência no local.

Todavia, percebem-se diferenças. Na Ocupação Vila Corumbiara - apesar da rigidez das lideranças e dos movimentos sociais organizativos - o fato de se tornar estabelecido dependeu não somente dos canais pré-determinados de estruturação do agrupamento, mas de arranjos pessoais de ingresso, consentidos somente no decorrer da constituição das sociabilidades locais. Na Ocupação Eliana Silva, as lideranças e o movimento social, que também estabeleceram mecanismos pré-determinados de formação como condição da participação e da concessão de um lote, tiveram uma postura mais realista e flexível frente aos desafios da formação coletiva. Além das pessoas que participaram diretamente do processo de ocupação desde as primeiras reuniões e encontros de formação básica, havia uma "reserva" para estabelecer outras com justificativas consideradas legítimas pelas representações do MLB.

> A prioridade é para quem estava inscrito, participando das reuniões. Depois disso, os primeiros que iam chegando e depois da distribuição dos lotes, quem havia conseguido esse lote. Beleza. Quem, não conseguiu ficava numa lista de espera, aguardando a desistência de outras famílias. Aí quando desistiam, chamavam as famílias mais próxima, aquela com maior número de filhos, pessoas doentes, idosas. Essas eram chamadas. (Depoimento de Edmaura, concedido em 03/07/2015).

O suporte para a discussão a respeito das diferenciações sociais e dos vínculos coletivos que selecionam aqueles que farão parte dos assentamentos nas Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva encontra-se na obra de Elias e Scotson (2000)[82]. Os autores discutem a respeito da lógica da configuração social e das relações de interdependência entre matizes da classe trabalhadora residentes em áreas vizinhas em uma cidade ao sul da Inglaterra. A área era composta por três bairros: as Zonas um,2,3. Em termos de faixas de renda, tipos de ocupação profissional e 'classe social', os habitantes das Zonas dois e três eram semelhantes. Afirmam que o tempo de residência é um componente importante para a classificação de famílias e de grupos sociais. "Menos conhecido talvez, é o fato de que as distinções similares também podem desempenhar um papel nas relações entre grupos da classe trabalhadora" (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 52). Para os autores, as respostas

[82] Entre o final da década de 1950 e o começo da de 1960, Winston Parva, nome fictício, compunha uma área suburbana nas cercanias de uma cidade industrial localizada na região central da Inglaterra. Ali moravam aproximadamente 5.000 pessoas, as quais formavam uma comunidade bastante coesa, mas que, ao mesmo tempo, apresentava divisões internas próprias.

individuais, na realidade, eram parte integrante das crenças e atitudes comuns, que, por sua vez, eram mantidas por diversas formas de pressão e controle sociais, ou seja, eram variações individuais das crenças e das atitudes existentes nessas áreas". O que se constatava em Winston Parva eram diferenças na posição social dos três bairros e entre si e tais diferenças se expressavam sob a forma de conflitos, que passaram a ocorrer assim que os antigos moradores e os recém-chegados começaram a se avaliar reciprocamente.

De acordo com os autores, as tensões já eram consideradas naturais para um processo no qual os grupos antes independentes tornam-se interdependentes. Ao se considerar a configuração que resulta da recém-criada interdependência, na condição de vizinhos e membros de uma mesma comunidade, de grupos que antes eram estranhos entre si, evidencia-se a dificuldade em evitar as tensões. Elias e Scotson (2000) deixam claro que os antigos moradores poderiam ter aceitado os recém-chegados se estes assumissem a posição inferior na hierarquia de status, que normalmente é destinada a quem chega depois. Em consonância com as realidades encontradas nas Ocupações estudadas é possível afirmar que nos assentamentos se esperava que os novatos demonstrassem disposição para 'se enquadrar', que se submetessem às formas de controle social e se adaptassem às normas e crenças. Ao contrário de Winston Parva, onde os recém-chegados do loteamento, em especial os 'londrinos', continuaram a se portar em Winston Parva como se comportavam antes de chegar lá, nas Ocupações as pessoas que permaneceram foram obrigadas a se enquadrar após passarem por "rituais de aprovação" ou por receberem das lideranças a oportunidade de morar em local organizado.

No que se refere às classificações sociais e a produção de vínculos coletivos Grimson e Baeza (2011)[83] defendem que toda sociedade tem como fundamento mecanismos de classificação (uma caixa de ferramentas identitária representada pelo conjunto de classificadores disponíveis com os quais seus membros identificam a si e os outros). Evidenciam em sua pesquisa um "terror", ou pânico de classe na cidade de Comodoro Rivadavia, no sentido de que setores privilegiados tradicionais sentiram-se ameaçados pelas classes emergentes no âmbito dos privilégios simbólicos e espaciais. A chegada de imigrantes deixou complexo o mapa populacional da cidade, gerando um caos classificatório e um risco aos signos de poder que os setores tradicionais possuíam. Os recém-chegados expuseram as estratificações nas estruturas sociais e a definição de posições hierárquicas, tendo como motor

[83] Os autores discutem formas de classificações sociais na esfera urbana em Comodoro Rivadavia, na região da Patagônia. Eles encontraram naquele espaço situações específicas de não correspondência entre o capital econômico e o capital cultural e social, resultando em desajustes sociais que se expressaram em formas de violência simbólica das elites locais tradicionais, não necessariamente provenientes das famílias mais ricas contra trabalhadores recentemente residentes na região.

a legitimidade desta estruturação por meio de valores, da moral e dos significados constituídos nos conflitos.

Para ser um estabelecido na localidade estudada é necessário fazer parte do que Grimson e Baeza (2011) chamaram de uma minoria, cujos aspectos idealizados operacionalizam suas diferenças em relação ao restante, no caso, por exemplo, daqueles que ficaram de fora do benefício de residir numa Ocupação. Para não ser um *outsider* do processo de ocupação era necessário que as pessoas apreendessem determinados padrões de comportamento e portassem signos de distinção para que se credenciassem a se tornarem "pares", ou seja iguais em direitos e deveres, num território onde só era aceito após a anuência de autoridades constituídas nas experiências do processo de ocupação. Ao se conquistar a condição de "estabelecido" evitavam-se tensões intracomunitárias, que ameaçavam enfraquecer o ideal de um território diferenciado em relação a outros modelos de moradia informal e, consequentemente, para evitar que o Estado avançasse suas forças na arena de disputa pelos usos e apropriações do solo.

As relações entre estabelecidos e *outsiders* estão vinculadas à concepção de território. Todo território tem relação com o poder, pois é um espaço vivido, construído, identificado e ressignificado em função das experiências individuais de cada ocupante e deles com os demais. A relação entre as pessoas e o território não pode ser deslocada de seus vínculos, valores, tradições. Os residentes das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva se identificaram com seus territórios e os recriaram segundo práticas e códigos produzidos, como afirma Certeau (1994), no cotidiano. O território não expressa apenas posse ou determinação física, mas uma relação cujas fronteiras objetivas só possuem valor pelos sentimentos de pertencimento envolvidos nas relações diretas responsáveis por sua criação e que discrimina o interno do externo, o "eles" e o "nós".

Interessante levantar aqui o fato de como tantos desencontros experimentados por milhares de pessoas e pelas mais variadas razões as trouxe para um tipo de organização social específica, com regras de conduta e de valores: territórios. Tem-se nestes locais a tradição da mobilidade, dos processos de formação, da (re) construção de fronteiras físicas e simbólicas, do deslocamento, da transitoriedade, comuns à história da população pobre no Brasil (GUEDES, 2013), fenômeno possível de ser discutido através do sentido de fluxos e limites (HANNERZ, 1997) e pela tradição de mobilidade (GUEDES, 2013). Contudo, são espaços que sugerem na sua organização morfológica e política fixação, permanência, firmamento. Deste modo, é coerente pensar na variabilidade das formas de classificação e hierarquização convencionais e inovadoras promovidas pelos setores populares (ELIAS; SCOTSON, 2000;

GRIMSON; BAEZA, 2011), de maneira a não reduzir sua existência e realidade à carência e à vitimização e a reaver as relações intricadas entre quem segrega e quem é segregado, e em quais circunstâncias estes universos se cruzam.

As situações vivenciadas nas Ocupações precisam ser questionadas, quanto à lógica da pretensa ligação inexorável entre níveis de renda e hierarquias de prestígio, à medida que desajustes podem surgir e se desenvolver por relações de prestígio e pela legitimidade do capital moral sobre o capital econômico (GRIMSON; BAEZA, 2011). É possível retratar as clivagens e mecanismos de diferenciação nas Ocupações, os quais podem ser encontrados tanto como reprodução direta dos modelos de hierarquização macrosociais, quanto em processos específicos em função de lógicas, códigos e símbolos peculiares às experiências locais. É na disputa de sentidos entre as categorias classificatórias que se compreende a complexidade das relações sociais, pois o que está em jogo é o conflito pela definição do mundo social (valores, hábitos, crenças, fronteiras simbólicas), seja por critérios raciais ou de gênero, seja por marcadores que indiquem o tempo de chegada e permanência.

### *3.3.1 A memória dos estabelecidos: falar do passado para reconstruir o presente*

Os desencontros existentes das várias experiências e trajetórias dos residentes das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva passaram a compartilhar em um determinado momento desejos, projetos de vida, necessidades, racionalidades financeiras e políticas que resultaram na aventura da Ocupação. Os laços sociais constituídos nestes encontros situacionais e na formação desses territórios, provenientes dos desencontros históricos de cada ocupante, foram e são fortalecidos pelo forte exercício de memória. Utilizado para a composição das sociabilidades nos assentamentos, este mecanismo - dentre outros, como as regras de conduta, os símbolos de identificação, a estrutura hierárquica, os agenciamentos dos movimentos sociais - teve papel fundamental na conexão formadora das Ocupações. Recordar, recontar, relembrar fez, não só para a pesquisa, mas antes, para a própria vivência dos habitantes das Ocupações em destaque nesse trabalho, a reinvenção de vários passados num presente específico, que deu unidade aos desencontros. Pesquisas a respeito da importância do exercício de memória contribuem para o entendimento do seu papel na reconstrução do presente dos assentamentos estudados e na projeção de seu futuro.

Segundo Araújo e Fernandes (2006), o cotidiano e as trajetórias dos grupos ampliam os temas da vida social e sugerem a importância de se trabalhar com a noção de trajetórias de vida em seu campo social e as relações estabelecidas em seu percurso:

> Sujeitos concretos, homens de carne e osso, com motivações às vezes contraditórias, em relação com outros sujeitos concretos, tecendo relações de sociabilidade, de aliança ou oposição, construindo trajetórias de vida nas quais a história de um grupo, de uma classe ou de uma nação poderia ser lida através de múltiplas histórias de vida. (ARAÚJO; FERNANDES, 2006, p. 22).

Thompson (1992) afirma que as pessoas sempre tem algo a dizer, em especial os anônimos, que apresentam uma história múltipla e peculiar de trabalho, de relações familiares e de relações sociais diversas. Afirma que tratar como objeto de estudo as experiências pessoais e as diferentes opiniões sobre realidade, juntamente com a influência da localidade e suas propriedades, permite ampliar o conhecimento de histórias locais e as tornam mais provocantes. Desta maneira, os homens são seres histórico-sociais e suas ações se desdobram em práticas materiais e simbólicas nas relações com a natureza e com outros homens. Pode-se dizer então que a memória, materializada no testemunho oral, fornece vestígios que resgatam parte das vivências de trabalhadores e explicitam sua importância nas dinâmicas da classe trabalhadora. Construindo e reproduzindo a história, as pessoas lembram, rememoram, inventam e ressignificam um tempo que passou.

Para Halbwachs (1990) a memória é um fenômeno social para além do plano individual e cujo papel opera a coesão social. Os registros da memória fazem parte um processo de transformação, em que as lembranças se expressam principalmente segundo mudanças do meio social. O autor pondera que as memórias particulares sempre se remetem aos grupos sociais de convívio dos sujeitos e é por meio das interações com as pessoas e com as instituições que se constroem as lembranças. As rememorações estão mergulhadas nas memórias dos grupos que cercam os sujeitos, uma vez que ao relembrar os indivíduos usam convenções sociais como suportes das lembranças. A fim de que a memória se torne coletiva e as lembranças façam sentido é preciso então estabelecer traços coletivos.

Halbwachs (1990) afirma que as memórias são incompletas devido às múltiplas experiências vividas pelos indivíduos, estes também em processo de plena transformação. Além disso, pelo fato das memórias não serem reconstruções idênticas do passado, o presente representa uma interferência direta nas recordações e nos esquecimentos da memória. Além disso, de acordo com o autor, a construção de representações e símbolos e as trocas interindividuais em situações de experiências dentro do grupo indicam que a linguagem é o instrumento socializador da memória por aproximar coletivamente vivências de lembranças e experiências.

De acordo com Delgado (2006), a memória é uma construção social sobre o passado realizada no presente, sendo as representações coletivas sobre o tempo condicionadas a

processos históricos e a interpretações sobre os mesmos em suas peculiaridades vivenciadas. Afirma que as variáveis da memória sejam elas individuais, coletivas ou temporais, dialogam entre si e revelam lembranças que podem ser ou não reveladas. Para a autora, os sujeitos expressam significados sobre acontecimentos de acordo com os contextos e tempos nos quais se inserem e participam. Além disso, afirma que apesar de os fatos serem imutáveis, o tempo modifica concretamente os significados à medida que a produção das experiências coletivas reconstrói o passado com vistas no presente.

Considerando as singularidades das experiências da história da humanidade na constituição das marcas de um tempo, Delgado (2006) aponta que é possível à memória resgatar fragmentos do passado, com o fim de possibilitar ao ser humano não se esquecer de vivências individuais e coletivas. A memória é uma representação do passado, cujos significados não existem somente pelo ato de recordar, mas por via das narrativas; ela integra as experiências do passado ao cotidiano presente, dando-lhe significado. Para a autora, o sentido que a memória fornece ao cotidiano solidifica a constituição de identidades e de consciências individuais e coletivas, uma vez que provoca o reconhecimento do indivíduo com os grupos, tais quais a nação, a família, ou comunidade.

A memória é um forte mecanismo daqueles que desejam intervir no seu meio. Deve-se considerar o exercício mnemônico como um conjunto de significados produzidos a respeito de fatos e situações que articulam temporalidades históricas do presente e do passado. O ato de relembrar dos residentes das Ocupações indica uma operação coletiva ligada à reconstrução de parte de experiências passadas, no intuito de evitar o esquecimento e a perda de referências individuais e coletivas frente às dinâmicas do tempo presente. O resgate de fragmentos do passado denota um conjunto de elaborações subjetivas sobre sua realidade material e simbólica constituída ao longo do tempo pelo grupo, segundo seus anseios e interesses. As lembranças parecem estar vivas nas mentes dessas pessoas, sendo contadas e recontadas no âmbito interno com o fim de se evitar o ocaso das vivências pessoais, além de organizarem tradições e histórias contrapostas a outros grupos, cujas memórias monopolizaram o imaginário coletivo.

A memória acede o universo das trajetórias de vida, porque se pode apreender que ao rememorar dá-se sentido tanto à história coletiva, quanto à própria trajetória individual do sujeito da narrativa. Não obstante o desinteresse em se aprofundar no resgate das histórias de vida dos ocupantes, tem-se aqui a valorização de suas trajetórias individuais, considerando-as como elementos essenciais à compreensão do funcionamento das realidades coletivas. Bourdieu (1996) vai pelo caminho contrário ao afirmar que a história de vida é uma noção

ligada ao senso comum que pressupõe a vida como um conjunto de acontecimentos de uma existência individual. A vida, desse modo, parece uma caminhada linear composta por etapas sucessivas, ou seja, um conjunto coerente e orientado compreendido como intenção objetiva e subjetiva de um projeto original, com ordem cronológica e lógica em relação a origens e à razão de ser (BOURDIEU, 1996). Segundo o autor, reconstruir trajetórias e histórias de vida implica construções artificiais organizadas e sequenciadas de acontecimentos e processos, gerando uma ilusão retórica[84] aceita pelo pesquisador. Este conjunto orientado da realidade social é questionado pelo autor, em função de sua análise descontínua e aleatória sobre a vida.

Juliana Jayme (2001) discute em favor das trajetórias de vida, enquanto sua importância de situar os narradores como individualidades que falam de contextos de relações diferenciadas, o que demonstra a possibilidade das identidades serem sedimentadas segundo o contexto de construção. Na opinião da autora, as trajetórias são um caminho, um percurso de fatos com significados especiais para quem os narra. Ao invés de uma ilusão retórica, como queria Pierre Bourdieu (1996), a autora define as trajetórias como construções de sentido expressas pelos sujeitos no deslocamento de seu caminho e na forma de contar os acontecimentos. No toar destes pressupostos evidenciam-se, para fins desta pesquisa, as trajetórias como construções individuais de processos e fatos reais realizadas de acordo com o contexto vivido. Os ocupantes narraram fatos em comum, selecionando situações significativas aos seus interesses e dando coerência à realidade contada, o que justifica sua existência dentro do grupo. Ao expor sua trajetória cada agente se realiza enquanto uma individualidade que compõe um contexto universal e isso exprime como a ordenação e a organização dos eventos no percurso de cada narrador é atribuída de sentido.

A memória foi um marco importante para a construção histórico-social Vila Corumbiara e da Eliana Silva e se estabeleceu em jornais, panfletos, cartazes, fotografias, música, entrevistas. O encontro de memórias fez emergir diferentes olhares sobre o passado de cada pessoa que rememorava suas trajetórias e sobre o seu futuro e o do assentamento - o possível e o idealizado -, visto que as experiências concretas a serem recontadas e reinterpretadas em novo contexto interessavam ao tempo presente dos agrupamentos, no que se refere a sentimentos, emoções, anseios, planejamentos, os quais colaboraram diretamente com o "destino" dessas Ocupações.

---

[84] Para Bourdieu (1996) a ilusão retórica é proveniente de construções de histórias de vida como narrativas coerentes, compostas de uma sequência de eventos significativos. Para mais informações ler Bourdieu (1996, p. 53-86).

# 4 MECANISMOS DE INSERÇÃO NA CIDADE E OCUPAÇÕES INFORMAIS DE MORADIA: MOBILIZAÇÕES E SOCIABILIDADES

## 4.1 Táticas, redes e estratégia: a lógica da disputa e da negociação

> Eu não tenho onde morar, aí eles disseram: 'O comboio vai sair'. (Depoimento de Leontina, concedido em 17/03/2016).

Discurso comum aos habitantes das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva diz respeito à legitimidade interna das práticas informais de organização e mobilização coletiva para a conquista de objetivos em comum. Assim, as articulações realizadas entre os ocupantes e os movimentos sociais - sindicatos, associações políticas de interesse específico pela moradia e coletivos independentes - juntamente aos colaboradores externos representam, na leitura dos primeiros, a única alternativa viável e justa para o alcance do direito fundamental à moradia e aos equipamentos urbanos fornecidos à reduzida parte da população. A percepção inicial da irregularidade das Ocupações por parte das pessoas é ressignificada já nos primeiros passos para a formação do grupo de ocupantes, a partir da vivência nas reuniões dos núcleos formativos, e se torna uma convicção de justiça social pela diversidade de situações compartilhadas nas histórias de vida e durante todo o processo de ocupação dos terrenos. O presente capítulo analisa as articulações realizadas entre os ocupantes, os movimentos sociais e os colaboradores externos para alcançar o direito à moradia e aos equipamentos urbanos.

### *4.1.1 "Se não tiver outro jeito, vai na força": práticas e dispositivos informais para requisição de recursos da cidade*

> [...] somos mais fortes do que eles, e nós vamos provar. Eu quero ver a gente se organizar e eles tirar. (Depoimento de William, concedido em 18/09/2016).

As práticas de subversão da ordem nas esferas legal e social realizada pelos moradores da Vila Corumbiara iniciaram-se aproximadamente seis meses antes da ocupação do terreno, ocorrida em março de 1996. Movimentos sociais, forças sindicais e coletivos autônomos incumbiram-se de organizar núcleos de formação para uma futura incursão no terreno onde se encontra o bairro atualmente. De acordo com os entrevistados e em conversas informais com militantes e outros moradores, a liderança do processo estava nas mãos da Liga Operária (LOP) e da Liga Popular por Moradia (LPM), com apoio direto do PCR (Partido Comunista

Revolucionário)[85]. Foram realizadas reuniões periódicas com centenas de famílias em diversas regiões do Barreiro e fora dele. Sob liderança desses movimentos sociais, Vila Pinho, Vila Santa Rita, Vale do Jatobá, Vila São Tomás, Vila São José, Cabana, Nova Cintra, dentre outras localidades, compunham os principais núcleos de mobilização de indivíduos e grupos familiares demandantes por moradia[86].

Os organizadores transitavam por vilas e favelas, a fim de convencer famílias e indivíduos em situações habitacionais precárias a participarem de um "grande movimento popular contra o castigo do aluguel e do morar de favor" (Depoimento de Lauro, concedido em 16 de março de 2016). Os militantes operacionalizavam os ideais em narrativas adequadas à realidade dos interlocutores, com pautas voltadas para propostas pela superação das condições precárias de moradia e habitação.

Os princípios do futuro assentamento foram estabelecidos em regulamentos previamente discutidos com os núcleos de formação e serviriam como fonte de encorajamento para práticas de entrada e de permanência no terreno. Os valores transitavam por fronteiras tênues no campo da legalidade e dos juízos morais:

> Então, tudo o que eles podiam passar para nós, assim, sem confronto, nunca confrontar a polícia, jamais falar palavras de baixo calão. Não humilhar os policiais, porque eles também são trabalhadores e eles também estavam ali cumprindo ordens e que nós deveríamos ali respeitar os direitos deles para que eles pudessem nos respeitar. Isso foi o que era mais falado nas reuniões. E nós mulheres, ficaríamos nas portarias [...] E que as mulheres ficassem na portaria, porque se as mulheres ficassem na portaria, os [policiais] não iriam enfrentar as crianças e nem as mulheres. Mas, se tivessem homens seria uma afronta. Você sabe: homem com homem, o bicho pega. Então, isso tudo foi comentado nas coisas [reuniões]. (Depoimento de Leontina, concedido em 17/03/2016).

Tânia, moradora que participou do processo de ocupação desde o início, comentou que todos os procedimentos foram combinados exaustivamente por quase seis meses: cotização dos custos para a compra dos materiais a serem utilizados, divisão de tarefas após a entrada no local, instruções sobre como montar a barraca de lona - tanto a individual, quanto as que

---

[85] Apesar do consenso a respeito da liderança do Liga Operária (LOP), da Liga Popular por Moradia (LPM) e do Partido Comunista Revolucionário (PCR), antigos moradores e militantes do Movimento de Luta nos Bairros, vilas e favelas (MLB) ligados à Vila Corumbiara, ressaltaram que o processo de ocupação do terreno se constituiu a partir de uma articulação entre lideranças sindicais e do que eles denominam "Movimento Popular", núcleo de representações de organizações de esquerda, associações de bairro, coordenações de assentamentos irregulares, dentre outros. Contaram com apoio financeiro, logístico e organizacional do Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte e do Sindicato da Construção Civil. Estes sindicatos possuíam linhas de frente que escapavam os muros das fábricas, atuando junto aos "sem casa" por entenderem que aqueles eram proletariados que se encontravam em situação ainda mais precária que o trabalhador fabril.

[86] As reuniões eram realizadas em escolas, casas paroquiais, creches e centros comunitários, o que demonstra uma posição de poder considerável das lideranças do processo de ocupação diante agentes públicos e privados nas comunidades envolvidas.

funcionariam como a creche, a cozinha e os banheiros -, organização dos locais e do horário de saída para a incursão no terreno, comportamento adequado após a entrada, o respeito às autoridades, a contagem e o cadastro das pessoas interessadas que foram chegando ao local ao longo dos dias em busca de moradia, carteirinhas de identificação pessoal, além do controle e da vigilância para manter à distância possíveis agentes do Estado "infiltrados" nos encontros.

Ela relatou as dificuldades em reunir centenas de pessoas em lugares diferentes para uma atividade de tamanho risco, primeiramente pelo desinteresse da maioria em compreender a grandiosidade do processo. Descreveu também a exaustão causada no início, quando tentava persuadir as pessoas a participarem de todas as atividades, além da importância à fidelidade ao projeto. Após ser convidada a participar das reuniões dos núcleos pelos membros da LOP, da LPM e do PCR, tendo em vista sua precária condição habitacional, ela foi convencida a colaborar na organização da Ocupação, como auxiliar da coordenação[87].

Além das reuniões semanais ou quinzenais nos núcleos de formação, que serviam como guia de instruções de comportamento político coletivo e de adesão à "ideologia da luta popular", as lideranças promoviam grandes assembleias (Figura 7 e 8) para assuntos delicados - como enfrentar o despejo, qual o limite para não enfrentar a polícia e como enfrentá-la -, para horizontalizar as decisões no agrupamento e para construir o sentido revolucionário tão desejado pela militância à Ocupação. William é uma liderança do MLB na Ocupação Eliana Silva. A experiência de conhecer e participar de eventos na Vila Corumbiara desde 2009 o conduziu dois anos depois à militância do movimento por moradia. Com larga vivência na seara conflitiva da habitação, acredita que a cada experiência organizativa e mobilizatória, os movimentos de esquerda conseguem tornar a condução dos processos de enfrentamento contra a ordem estabelecida mais democrática e paritária:

> Porque, as organizações têm que ter horizontalidade na sua democracia interna, isso é obvio. Mas, tem que ter verticalidade na sua organização, senão, ela morre. Na mesma velocidade em que ela começa, ela acaba. Então, o que conta muito ter um movimento para a continuidade das coisas. E não só dar continuidade, mas, aquelas organizações elas poderem sintetizar as experiências, para dar continuidade a elas. Para desenvolvê-las. Isso é fundamental. Isso é igual a uma empresa. Do ponto de vista organizativo é parecido. Uma empresa, como é que ela vai aumentando os seus processos de organização, de produção à medida da experiência. Tem gente ali do início que pega os erros, os acertos e vai aprofundando, claro que aqui, a gente não vai se comparar a uma empresa capitalista. (Depoimento concedido em 18/09/2016).

[87] Cargo este que lhe daria, segundo a própria entrevistada, a credencial para se tornar coordenadora também no assentamento.

**Figura 7 - Assembleia Geral na Vila Corumbiara 1998**

**Fonte: Acervo próprio.**

**Figura 8 - Organização da Assembleia Geral na Vila Corumbiara 1998**

**Fonte: Acervo próprio.**

Não ficaram claros, contudo, os critérios democráticos utilizados, por exemplo, pelas lideranças da Vila Corumbiara para a definição das hierarquias na organização do processo de ocupar e dos coordenadores que não faziam parte do quadro dos movimentos sociais ou dos sindicatos, ou mesmo para divisão interna das funções, tendo em vista a necessidade de participação direta dos demais ocupantes na condução do processo. Hipoteticamente, pode-se afirmar que o silêncio, ou o esquecimento, sobre a constituição das bases hierárquicas e operacionais da Ocupação traduz muito mais a escolhas subjetivas das lideranças, pautadas por relações de empatia e confiança - definidas *a priori* -, do que a decisões horizontais baseadas em ordenamentos estatutários pré-definidos. A vivência em inúmeras situações de

ação coletiva pareceu propiciar aos militantes dos movimentos sociais uma confiança intrapessoal para juízos morais, que lhes autoconcede a legítima autoridade para fazer determinadas escolhas, segundo avaliações mais ou menos lógicas de relacionamento com o grupo.

> A experiência é fundamental para que se tenha avanços. Se você tem pessoas estudando, aqui e eu falo estudando não só do ponto de vista acadêmico, mas, se ela estiver vivendo aquilo ali, ela vai conseguir aprofundar e avançar. A gente está colhendo frutos de processos de lutas que nós fomos colhendo e agora, a gente tem uma qualidade melhor para trabalhar. (Depoimento de William, concedido em 18/09/2016).

Tânia afirmou que sua participação efetiva nas reuniões e nas assembleias para a formação da Vila Corumbiara a colocou em posição de destaque em relação a outras pessoas, pois tinha - e tem, segundo seu depoimento - a postura de uma mulher "brava" e autoritária frente os problemas de organização dos núcleos aos assuntos referentes à Ocupação.

Os núcleos de formação da Vila Corumbiara costumavam destacar a relevância dos significados acerca da propriedade, seja pública ou privada. As lideranças do processo moldaram uma estrutura discursiva que atribuía ao terreno, antes de ser ocupado, um *status* negativo quanto à sua função política e social, situação legitimamente resolvida após a nova destinação dada ao espaço pelos ocupantes. A concepção da propriedade coletiva como o "projeto redentor" das classes populares e da propriedade privada como resultado do "roubo" das elites - como afirmam Gilvânia (Depoimento concedido em 21/07/2016) e José (Depoimento concedido em 11/04/2016) - e como motor das desigualdades sociais foi intensivamente trabalhada pelas lideranças no processo de ocupação[88].

Tal sentido tinha que estar introjetado nas pessoas e foi essencial tanto para a subjetivação dos ocupantes em relação à necessidade da conquista da moradia através da luta direta contra o Estado, quanto para a adesão das famílias demandantes às diversas mobilizações deflagradas pelos movimentos sociais promotores do processo. Legitimava-se o processo de ocupação não pelo fato do terreno ser público ou privado, mas por não estar configurado em uma destinação entendida pelos movimentos sociais como justa. Apesar da relutância ainda existente dos moradores em citar nomes de lideranças, provavelmente por não confiarem inicialmente nas minhas intenções, deixavam sempre claro, em suas falas,

[88] Esse trabalho ocorria por meio dos encontros que aconteciam antes e depois da entrada no terreno, tendo em vista a tendência das pessoas para a individualização da moradia, uma visão da realidade que foi combatida pelas lideranças do assentamento em reuniões, assembleias, discursos dos coordenadores e dos membros dos movimentos sociais e nas deliberações para a organização do terreno.

como essas lideranças atuavam para organizar a Ocupação:

> Isso aqui era público. Não tinha dono não. Mas, como o governo tem os olhos grandes demais e querem tudo para eles [...] então, eles estudaram tudo bonitinho, onde eles podiam tudo, claro que quem faz isso, sabe o que estão fazendo. Então, eles estudaram o terreno e aqui, era um terreno de desova, onde eles faziam muita coisa errada, entendeu? Então, o que eles fizeram. Nós vamos ocupar aquele lugar ali, pronto e acabou. Mas, nós que fazíamos aquele movimento [...] O que eu sei é que o líder falava, com você, você falava para mim, fulano falava para sicrano e ninguém sabia quem realmente havia falado. Você entendeu como é que era? (Depoimento de Maria, concedido em 10/03/2016).

Assim como na Vila Corumbiara, as práticas de subversão da ordem legal e social da Ocupação Eliana Silva também se iniciaram meses antes da primeira incursão ao terreno do bairro Santa Rita em abril de 2012. Residentes da Vila Corumbiara, da Vila Santa Rita e da Vila Pinho, localizadas na região do Barreiro, estiveram em contato com lideranças do MLB e com suas táticas de luta para alavancar o processo de constituição de um assentamento. A organização teve início com ações incisivas de convocação geral em bairros na região do Barreiro, em especial para aquelas pessoas que estivessem em situação precária de moradia, utilizando para isso megafone nas ruas, panfletos, carro de som e conversas informais em localidades próximas ao terreno ocupado. De acordo com William, o objetivo era criar núcleos de formação que fossem coesos o bastante para pressionar o poder público e forçá-lo a oferecer moradia aos sem-casa. Foram necessários nove meses até a primeira ocupação - que ainda não tinha um nome - e nesse período o MLB organizou tais núcleos, por meio de assembleias e reuniões que tratavam do planejamento estratégico para a entrada no terreno.

> Tem cinco anos que eu conheço o William, mas ele não morava lá [Vila Corumbiara]. Ele morava em Contagem com [...]. E tinha uma ocupação, uma ocupação nova chamada Irmã Dorothy II, e aí a gente conversando, eu já tinha conversado com o Júlio há alguns dias, a gente começou a conversar e ele me chamou pra entrar no movimento. (Depoimento de Raul, concedido em 26/06/2015).

> [...] o carro tava passando com megafone, com os papelzinhos e falando que ia ter uma reunião na casa da Graça, que nessa época o irmão da Graça morava com minha filha, eu tava com uma filha dentro de casa morando comigo com cinco filhos sem ter pra onde ir também, eu disse, olha gente vai atrás, vai onde é essa reunião. Aí falou que era na casa da Graça aí todo mundo foi, o senhor Geraldo, esse que mora comigo aqui hoje, essa casa aqui é dele não é minha não [...] foi também. Entrou todo mundo na assembleia, na reunião. Eu sei que nós ficamos quase um ano fazendo reunião lá. (Depoimento de Edmaura, concedido em 03/07/2015).

Esse processo de organização resultou de encontros estaduais e do Terceiro Congresso Nacional do MLB, em outubro de 2011. O discurso da moradia digna e do direito à habitação, pautado pelo imperativo discursivo da incompetência do poder público quanto aos

provimentos habitacionais para os setores de baixa renda, aproximou interesses do movimento social e de potenciais ocupantes. Assim como na organização para a criação da Vila Corumbiara, a polarização "dominantes *versus* dominados" era defendida pelas lideranças do movimento e explicada pelo caráter criminoso da propriedade privada, principalmente em sua dimensão especulativa, que resultava nas precárias condições habitacionais de toda aquela gente:

> Comecei a ver pela televisão, o MST lá, e o pessoal me chamando pro movimento, o pessoal não trabalha e tal, que eu via na televisão, eu virei pra ele e falei: 'ô cara não estou desfazendo de você não, mas tirar base pelo MST. Trabalhava na fazenda e ai os caras, a maioria trabalhava, a maioria ficava sentado, tava lá na fazenda e o pessoal cobrando pedágio de quem ia pescar no Paraopeba, cobrando três reais de cada pessoa [...]' e aí eles, 'não é assim companheiro, não é assim'. Aí foi pegando, me explicando, aí me chamou na Cemig e na Copasa pra tentar regularizar o pessoal lá. Eu disse: 'eu vou, vou matar um dia de serviço, mas com uma condição: se for do jeito que o movimento que você falou, sem pilantragem', e ele disse 'te dou minha palavra'. E foi a primeira vez, a segunda e a gente foi conversando e estou até hoje [...] e fui percebendo como eram as coisas [...] o movimento luta por uma coisa justa. (Depoimento de Raul, concedido em 26/06/2015).

A primeira incursão, em abril de 2012, trouxe diferentes percepções sobre a gestão do processo aos moradores e ao MLB e não só pela derrota cujo cume foi o despejo, mas pela própria estrutura organizativa do "fazer ocupação". Para viabilizar o segundo acampamento novamente foram realizadas reuniões e assembleias, tendo em vista a necessidade de reorganização mobilizatória e discursiva frente aos dois desafios colocados após o despejo: o medo da violência policial e o estigma de serem vistos como "invasores". De acordo com Lourivalda, as reuniões foram intensificadas naquele momento posterior ao despejo e ela, junto com os coordenadores do MLB, exerceu o papel de porta-voz do novo processo de ocupação. Fez contatos com pessoas da região em busca de apoio, como os diretores da escola próxima ao local futuramente ocupado que cederam o espaço para reuniões, encontros e assembleias dos novos núcleos de formação.

Da experiência adquirida em reuniões, assembleias e rearticulações do grupo, tomou corpo um novo encontro de interesses, projetos e utopias; ressignificações de práticas para uma nova unidade oriunda de demandas individuais e coletivas, ora com os objetivos políticos do MLB - pautados em projeções estruturais e com valores morais que objetivavam uma transformação social idealizada -, ora com as intenções imediatas por moradia dos ocupantes. Contudo, semelhante ao que ocorreu na organização da Vila Corumbiara, percebe-se que a agenda do movimento social prevaleceu na configuração da Ocupação, como quanto à escolha de lideranças locais entre os participantes dos núcleos de formação para ajudar na gestão do

processo após a inserção no terreno, e até mesmo depois da ocupação[89]. Dessa forma, evidencia-se também a relevância majoritária das lideranças ao escolherem pessoas de confiança e de competência técnica, segundo suas avaliações: "O Raul e o William já me conheciam, viam que eu era dedicada, que não ia deixar eles na mão, que era de confiança e tal. Aí me deram a coordenação [coordenação nos núcleos de formação]" (Depoimento informal de um morador da Ocupação que não se identificou em um bar do assentamento, concedido em 21/12/2016).

Tais definições parecem ter atendido muito mais a critérios subjetivos, pautados em vivências de mobilização política, do que na objetividade democrática estatutária do MLB. A definição dos coordenadores dos núcleos foi pautada em discrições sobre pessoas cujos valores e comportamentos se encaixavam às diretrizes programáticas do movimento social, sendo consideradas pelas lideranças da organização pessoas fulcrais para organização da Ocupação. Edmaura, por exemplo, foi convidada por membros do MLB a participar da coordenação local com a alegação de que sua forte postura de opinião e posição de ideias poderia ajudar a gerir o processo de estruturação da vida social interna. A presença de coordenadores locais, provenientes dos ocupantes foi imprescindível nos aspectos logísticos, mobilizatórios e de controle de comportamentos não condizentes à contingência dos projetos do movimento social.

O fato de essas pessoas liderarem equipes de dezenas de pessoas antes e logo depois da inserção no terreno, assumirem ou designarem funções de cozinha, creche, limpeza, segurança e tornarem convocadoras e organizadoras de assembleias, alude não somente a um papel burocrático designado pelo movimento social da futura Eliana Silva, mas também a uma vivência pedagógica que se despontou posteriormente na necessidade de assunção de responsabilidades coordenadoras quando da "consolidação" no terreno. Isso quer dizer que os responsáveis por diversas funções de organização no início do processo acumularam, segundo Osvaldo, funções administrativas na coordenação do assentamento logo depois.

No que se refere às práticas de incursão nos terrenos, os agentes formadores da Vila Corumbiara foram pioneiros em diversos aspectos, em especial por montarem um grande aparato administrativo para a formação de um grande assentamento horizontal, à época não muito comum em Belo Horizonte. No dia 24 de março de 1996 formou-se o assentamento. Para que a incursão fosse exitosa foi montada uma logística de pessoas e materiais. Tal

[89] Apesar disso, algo taxativo nas falas dos coordenadores da Ocupação e dos coordenadores do MLB é que o enfrentamento à ordem estabelecida através de formações populares e grupos de pressão democratizados não é apenas um ideal, mas uma realidade trabalhada no dia-a-dia dentro da organização junto às bases, que avança a cada nova experiência, com a conscientização de todos do seu lugar na cidade.

organização foi analisada anteriormente com a definição de pontos de saída e de chegada estratégicos até o terreno a ser tomado. O número de famílias não é consensual: segundo entrevistas e conversas informais varia entre 250 e 350. Caminhões de carroceiras tampadas com lona transportaram materiais para o começo do assentamento, enquanto ônibus saíam de vários locais da cidade com famílias e seus pertences de primeira necessidade.

Grande parte das pessoas não sabia sequer para onde iria. Segundo relatos informais e narrativas dos entrevistados, o destino era um mistério inclusive para alguns coordenadores dos núcleos de formação. Porém, não há indícios de que houve maiores questionamentos para com as lideranças, haja vista que a confusão de sentimentos vivida pelos ocupantes - a expectativa por uma nova vida e a apreensão proveniente do medo sobre os resultados daquela atitude, vista como ilegal pela opinião pública e até para muitos deles - e a racionalidade de suas finalidades sobrepujaram qualquer enfrentamento momentâneo:

> Só sabia aqueles que fizeram o estudo. Eram dezesseis pessoas que sabiam. Mas, a gente também não preocupava não. A gente só queria ter um local para morar. O meu sonho mesmo era arrumar um local para morar. Aí quando nós chegamos eu disse: 'estou em casa'. [Risos] (Depoimento de Tânia, concedido em 24/03/2016).

Por volta da primeira hora da madrugada, centenas de famílias tomaram o terreno. Enquanto boa parte dos homens "puxava as cercas", o restante, junto a mulheres e jovens, montava as primeiras barracas. No primeiro momento, o objetivo foi construir o máximo de abrigos possível - o que não era tarefa simples, tendo em vista a complexidade das amarrações, a fragilidade das lonas para tal empreendimento, a chuva, o vento, a reduzida capacidade de visão das pessoas devido à falta de energia elétrica, além da pouca habilidade da maioria na prática da montagem, e as condições acidentadas do terreno - com o intuito de evitar um despejo imediato na manhã que se seguiria. Cuidados maiores eram tomados em relação a gestantes, idosos, crianças e doentes. Muitos homens que ajudaram nesse momento eram militantes dos movimentos sociais ou colaboradores com habilidades em atividades consideradas "pesadas", como furar buracos para colocar os mourões da cerca.

> E eles separaram tudo. Separaram tudo para não dar confusão e nem tumulto. Mães que estavam com os filhos vieram em ônibus, porque estava chovendo. Vieram com cobertas, vieram com alimentação dos meninos [...] O caminhão, cederam. Eu não sei como eles fizeram não. As outras pessoas que vinham, [aquelas] que não tinham filhos, que não tinham nada, vieram de caminhão, mas, vieram abaixadinho sem que se chamasse a atenção. Entramos meia-noite e às duas da manhã a cerca já estava toda pronta. Em duas horas eles fizeram a cerca toda. E os homens que vieram foram homens de serviço mesmo. Um puxava, outro batia, o trem comia. Porque, o pessoal precisava, moço! (Depoimento de Leontina, concedido em 17/03/2016).

A chegada da polícia na manhã seguinte e sua tentativa de entrar na futura Vila Corumbiara obrigaram os moradores a trabalhar durante todo o dia no revezamento das portarias, criadas em locais de maior visibilidade no terreno. Como as tentativas de entrada das forças policiais não cessaram, as lideranças decidiram criar uma segunda cerca, que foi montada há um metro e meio de distância da primeira. De acordo com José, no espaço entre as duas cercas foram jogados entulho, mato e uma planta de espinhos muito comum na região. Ao mesmo tempo, militantes, moradores e apoiadores foram erguendo novas barracas, em especial aquelas destinadas à creche e à cozinha. De acordo com entrevistados, houve várias tentativas hostis de retomada do terreno por parte da polícia, passando por carros com sirenes ligadas durante todo o dia, cavalaria, cercos com armas de grosso calibre e ataques de cachorros àqueles que tentavam entrar ou sair do assentamento.

Todos os recém-chegados ao espaço tinham a obrigação de fazer a carteirinha da ocupação como forma de identificação[90]. Apesar da euforia inicial pelo primeiro passo rumo à conquista da moradia, as primeiras semanas foram tensas para os ocupantes: para aqueles que trabalhavam foi necessário escolher entre o risco de sair e não conseguir entrar novamente e a ameaça de permanecer numa aventura aparentemente duvidosa e perder o emprego: "muita gente perdeu o emprego aqui, menino, não podia sair, tinha cachorro, cavalaria e tudo [...] prefere ficar né?" Aí, perdeu emprego (Depoimento de Gilvânia, concedido em 21/07/2016). Outros deixaram a família com parentes e amigos, saindo apenas por algumas horas ou por um dia para revê-los, a fim de que quando o assentamento se consolidasse pudessem trazer todos os membros para morar em definitivo:

> Fiz uma barraquinha de lona para mim. Trouxe os meus pertences [...] Aí o pessoal deixou porque viu que não era uma pessoa qualquer que estava entrando, para infiltrar e entregar para a polícia, sabia que eu estava procurando um local para morar. Eu falei que estava morando na beira córrego, então começou a dar uma brecha e eu entrei [...] eu já trouxe a minha mulher na segunda semana, eu trouxe a minha mulher para aqui dentro, eu já tinha seis meninos nessa época [...] Já tinha seis. Aí depois eu trouxe todo mundo para cá. Na verdade, eram cinco meninos, a minha menina estava com seis meses. Eu trouxe todo mundo para cá e juntei a criançada toda praticamente debaixo dessa lona, mas era arejada e o sol menos. Porque, a barraca pequena esquentava demais da conta [...] Aqueles meninos pequenininhos. Eu pegava o violão e ficava tocando o dia inteirinho para aqueles meninos na barraca e começava a pular. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

Assim como na Vila Corumbiara, onde os movimentos sociais assumiram todas as deliberações do processo de ocupação, na futura Eliana Silva foi o MLB quem se

[90] A carteirinha foi uma forma de identificação já comum nos núcleos de formação.

responsabilizou pela engenharia da escolha e da entrada no terreno, que incluiu tanto o trabalho de investigação, quanto a análise e decisão, junto a especialistas formais, sobre a área a ser ocupada. Esse trabalho quase hermético teve a liderança de membros do movimento social e contou com o apoio de técnicos de diversas áreas, como advogados, funcionários públicos e colaboradores sensíveis à causa das lutas, para a análise da viabilidade do terreno potencialmente ocupável. Tiago Castelo Branco Lourenço, arquiteto e militante de movimentos de luta por moradia, à época contribuiu com o estudo da viabilidade do terreno e posteriormente do grupo responsável pelo planejamento urbano. Em um artigo ele descreve o processo:

> Participei de uma delas (das reuniões de preparação dos futuros moradores para a Eliana Silva II). Fiz uma rápida apresentação da minha trajetória profissional, mas fui instruído pelo MLB a não dizer nada sobre o terreno escolhido, para que a notícia não se espalhasse e fosse utilizada contra a ação. (LOURENÇO, 2014, p. 63).

Por um lado, para militantes do MLB, diferentemente do ocorrido na Ocupação Vila Corumbiara, a atitude mais racional sobre a escolha do terreno deveria ter sido a de oferecer a discussão à coletividade - como de fato o foi, segundo os mesmos -, em relação às possibilidades de espaços potencialmente ocupáveis, porém sem expressar diretamente o "onde e quando" seria realizado, devido aos riscos de haver pessoas infiltradas nos núcleos de formação e nas mobilizações. Tal princípio teve como objetivo o desenvolvimento do imperativo da eletividade coletiva, um princípio segundo o qual a horizontalidade das decisões deveria estar no bojo de todas as relações entre as bases e a coordenação, das mais simples às consideradas mais delicadas:

> O terreno foi a partir da observação dos próprios moradores. Era através de pessoas que moravam na região há muitos anos e nos falava: 'aquele terreno está vazio, aquele outro terreno está vazio [...] eu moro aqui há cinquenta anos e há cinquenta anos aquele terreno está abandonado'. 'Ah, é? Beleza'. 'E é bom o terreno?' Bonzinho. Então, vamos embora' e fomos lá e fez a ocupação. (Depoimento de William, concedido em 18/09/2016).[91]

Na visão de muitos ocupantes, contudo, tal horizontalidade não procedeu. De acordo

[91] Pelas narrativas dos ocupantes, não se tem informações exatas sobre a origem do proprietário do terreno. De acordo com William: "O terreno da Eliana Silva é aparentemente de origem privada, porque tem o particular que diz que é dono, que é proprietário, mas a origem é a CODEMIG (Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais), antiga CDI (Companhia de Distrito de Desenvolvimento Industrial), a qual repassou terrenos do Estado, pertencentes a particulares a fim de que construíssem empresas. Eles em parte fizeram algumas empresas que a gente vê no centro industrial aqui do Vale do Jatobá e têm vários que não fazem as empresas como começam a grilar a terra ilegalmente, como o contrato dizia que eles tinham um ano, contado mais um ano para que ele tivesse a empresa pronta. Se ele não a tivesse, ele perderia o direito sob o terreno." (Depoimento concedido em 18/09/2016).

com Osvaldo, nem mesmo os coordenadores locais dos núcleos de formação, naquele momento auxiliares diretos no processo, tinham informações sobre o terreno. A complexidade formal do empreendimento - o trabalho de pesquisa jurídica junto aos advogados e a outros especialistas sobre o espaço potencialmente ocupável - e a urgência em controlar o processo para que as autoridades não tomassem conhecimento do planejamento, a fim de evitar situações como o flagrante, legitimaram uma espécie de isolamento consentido dos futuros residentes a respeito do acesso a informações primordiais do processo relativo à sua nova condição habitacional. Dessa maneira, coordenadores locais e o restante dos ocupantes assistiram, sem sérios questionamentos, à tomada de decisões sobre o terreno escolhido, haja vista o seu interesse imediato em adquirir a condição de fazer parte da Ocupação.

A evidência de tal centralização das decisões e de sua aceitação pela maioria se dá, por exemplo, no depoimento de Vani. Segundo a moradora, a decisão de manter em segredo o local a ser ocupado foi correta, uma vez que certos tipos de decisão devem ser deixados nas mãos do movimento, que tem como principal função organizar tudo e evitar que as informações mais importantes cheguem ao conhecimento da polícia e do poder público antes de a ocupação acontecer. A lógica para a escolha do terreno é narrada da seguinte forma:

> Aí a gente da coordenação faz reunião e explica como é que é, outras pessoas da coordenação, um exemplo o William, junto os advogados, que dão apoio pra gente, começam a ver o procedimento do terreno: quando não tem imposto pago, o que era pra fazer, o que não era, quanto tempo está abandonado, se tem alguma função social pra aquele terreno [...] Isso aqui era da CODEMIG, isso aqui era pra ser empresa, chama Área Industrial do Jatobá, isso aqui é o terreno 29 e o 30, isso aqui tá abandonado há 42 anos, o suposto dono dizia que pagava imposto, só que foi passando para outras mãos, passou pelas mãos do Bradesco, passou pelas mãos do Marcos Valério, e foi vendido de um preço mínimo até (silêncio) dois milhões de reais. Se você conversar com o William depois, ele tem uma pilha de documentos disso aí [...]. E foi servindo como especulação imobiliária. Eu por exemplo, não posso ir no cartório e pedir o documento do terreno. Tem que ter um advogado, "olha, quero ver esse terreno aqui e tal, tal, tal, rua tal, número tal". Aí a gente vê isso aí [...]. Melhor lugar de ocupar é aquele. E nem todo mundo da coordenação do MLB sabe também não. Por exemplo, esse aqui eu sabia mais ou menos que era esse, tinha ideia, a gente tava sempre passando por aqui e tal, tinha ideia, mas olha vários terrenos [...] e mostra pros advogados, que são cinco, nem todos sabe, porque senão um fala pro outro, que fala pro outro e por aí vai. (Depoimento de Raul, concedido em 26/06/2015).

O MLB e os pretendentes ocupantes da futura Ocupação Eliana Silva sabiam que não era possível apenas entrar num terreno com algumas centenas de famílias. Como na Vila Corumbiara, foi preciso operar recursos e bens disponíveis na vida social com o intuito de fortalecer linhas de força numa cidade em disputa contínua e com todos os traços de segregação.

> Foi alugada uma chácara. Foi pego um cado de pessoas num setor e no outro e da chácara nós viemos para cá, para o terreno. Isso também sem ninguém saber [...] Os materiais vieram de... O caminhão ficou carregado, esperando para quando o ônibus saísse de um determinado lugar para que chegasse todo mundo junto. (Depoimento de Raul, concedido em 26/06/2015).

A primeira tentativa de inserção no terreno para a formação da Ocupação Eliana Silva ocorreu no dia 21 de abril de 2012. Após o despejo, no dia 24 de agosto do mesmo ano promoveu-se a segunda e definitiva - até o momento - tomada do espaço. As táticas organizadas por ocupantes e pelos coordenadores do assentamento tinham como base ações rápidas e eficientes de inserção no espaço escolhido. As práticas não se resumiram à pragmática da simples entrada nos terrenos, ao enfrentamento com a polícia ou à conscientização política, mas em alianças com agentes externos de instâncias formais e informais (defensores públicos, advogados populares, sindicatos, estudantes universitários, ativistas individuais, representantes de instituições religiosas e outros movimentos sociais).

O aprendizado da derrota na primeira tentativa de entrar em um espaço próximo àquele ocupado mostrou que o *modus operandi* do "fazer ocupação" deveria ser remodelado[92], com a programação de um horário mais adequado - a primeira hora da madrugada - em relação à primeira ocupação para a entrada no terreno e o aumento do número de famílias participantes, formando uma "massa de luta mais numerosa." (Depoimento de William, concedido em 18/09/2016).

Além disso, foi necessário um novo planejamento a respeito dos trajetos dos ônibus e dos caminhões a serviço do empreendimento, uma vez que transportavam pessoas, bens de primeira necessidade e materiais para formação das cercas e não podiam levantar suspeitas: "Todo mundo trouxe o que podia [...] caminhão de material saindo de madrugada e aquele medo, monte de gente nos ônibus [...] ninguém sabia muito bem pra onde ia." (Depoimento informal de um morador da Ocupação que não se identificou, concedido em 13/10/2015).

Ao contrário da Ocupação Vila Corumbiara, o uso das redes sociais contribuiu para evitar o isolamento físico e político da Ocupação Eliana Silva II, criando, com forte apelo emocional, sinergias com os usuários da *internet* e estabelecendo novas ações de publicização do acontecimento. Antes da inserção no terreno foi estruturada uma rede de apoio para que o ato pudesse ser divulgado em *blogs, Facebook* e imprensa escrita e visual. De acordo com William, os interlocutores e aliados foram fundamentais até na fase do despejo, quando da

---

[92] De acordo com alguns coordenadores, foi determinado que algumas pessoas fossem para o terreno dias antes à ocupação, no intuito de que levantassem discretamente pequenas barracas, facilitando com informações e conhecimento a respeito do espaço a entrada do restante grupo.

primeira tentativa. E foram, segundo Lourenço (2014) de maior importância na segunda inserção, pelo fato de evitarem o isolamento da visibilidade do assentamento, diante de uma imprensa considerada cúmplice das desigualdades sociais e da violação dos direitos humanos - e, portanto, do direito à cidade - pela coordenação da Ocupação e por apoiadores:

> Quando nós fomos despejados, chamaram todo mundo e falaram: 'vamos ficar juntos, porque nós vamos vencer. Tudo que a polícia fizer é ilegal, nós somos mais fortes do que eles, e nós vamos provar. Eu quero ver a gente se organizar e eles tirar [...]' Na época teve muita repercussão no município e até nacional. Acabou que o Emicida, o rapper ia fazer um show dois dias depois do despejo, começou na sexta-feira e foi até no sábado. O Emicida ia fazer show no domingo e a gente estava despejado. A gente nem sabia. Aí o Emicida subiu no palco e meteu a porrada na polícia. Tem o vídeo na internet. Deitou o cabelo na polícia e ao final do show ele foi preso por isso. Aí a repercussão foi nacional, 'porque, prenderam o Emicida? 'Porque, estava defendendo uma ocupação, Qual ocupação? A Eliana Silva'. (Depoimento de Osvaldo, concedido em 04/05/2016).

É evidente o não isolamento completo dos movimentos sociais em ambas as Ocupações. Elas atuaram junto a outros agrupamentos, redes e associações, posicionando-se em arenas políticas a fim de criar canais de negociação, e, nos termos de Cefai (2011), dádivas, barganhas, intimidação. Usando as palavras do autor, os assentamentos movimentaram denúncias e reivindicações para dar visibilidade na arena pública, chegando até a se institucionalizar (fazem criticas, diagnósticos, fábulas, depoimentos, reescrevem relatos históricos, desenham ordem dos possíveis). Ainda segundo ele, mobilizando-se estas organizações criam novos personagens e histórias de racionalização e de argumentos relacionados a esses novos cenários e atores, difundindo formas de compaixão e de indignação, desconfiança política ou crença ideológica e assim desenham mapas de condutas. Os movimentos sociais responsáveis pelo "fazer ocupação" nos assentamentos estudados formalizaram, nas palavras de Cefai (2011) um teatro com seus heróis e vilões, intrigas e roteiros, reenquadramento do presente no espaço e tempo.

Sigaud (2005) traz importante contribuição conceitual para os estudos das Ocupações urbanas por moradia, no que diz respeito a lógicas de inserção e permanência nos terrenos ocupados - apesar de investigar ocupações de terras rurais nas regiões canavieiras em engenhos falidos de Pernambuco. Afirma que, com o intuito de legitimar a ação de entrar no terreno como força simbólica, a ideia de "Ocupação" carrega uma série de sentidos que fortalecem e o processo coletivo da incursão nos terrenos. Mas, é a noção de "forma acampamento" da autora que contribui de maneira essencial para o entendimento da estrutura de ordenação nos terrenos da Vila Corumbiara e da Eliana Silva, uma vez que tal prática indica ambientes organizados que podem ser descritos como formas de organização espacial

com gramática própria e símbolos específicos construídos para a entrada e instalação no terreno e, paralelamente, com códigos específicos de convivência e de organização política.

Os movimentos sociais responsáveis pela organização do "fazer ocupação" na Vila Corumbiara e na Eliana Silva podem ser tratados como desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social, que se constituem pela relação direta entre diversos agentes, como as elites, os opositores e a autoridade, formando um subgênero da ação coletiva. Portanto, formas de ação coletiva formuladas dentro de interesses e valores comuns ou justapostos, nas palavras de Tarrow (2009). Estas organizações demonstraram como o confronto é elemento fundamental da ação coletiva. A ação coletiva confrontacional, segundo o autor, baseia-se na oposição entre aqueles que têm o poder e os destituídos de meios institucionais de reivindicação. Confronto e poder são elementos que interagiram nas Ocupações, conectando as esferas política e social. Tanto LOP, LPM, PCR, sindicatos e Movimento Popular por Moradia, na Vila Corumbiara, quanto o MLB na Eliana Silva representaram a ação coletiva construída em propósito comum. Esse propósito pode ser beneficiário de identidades coletivas legadas ou construídas, na medida em que tais movimentos se engajaram em canalizá-las.

Deste modo, a consistência da ação coletiva parece depender da construção social da identidade comum e da solidariedade social. Sua lógica, de acordo com Tarrow (2009) apresenta um quadro interpretativo e seletivo no qual a questão mais importante é a capacidade de aglutinar a experiência em código passível de leitura e mobilização. Os movimentos sociais que orientaram a organização dos assentamentos estudados ordenaram as experiências dos ocupantes tanto no que diz respeito às disputas internas e externas, quanto nas coalizões, sendo então, ainda nos termos de Tarrow (2009) empreendimentos que combinam símbolos na estrutura cultural tradicional, alinhando valores e interesses organizacionais próprios e a tal estrutura.

### *4.1.2 Entre "gatos" e "vaquinhas": as táticas nativas em busca de acesso forçado aos bens públicos urbanos*

Na esteira da ilegalidade formal proveniente da tomada do terreno na Ocupação Vila Corumbiara, recursos urbanos coletivos garantidos à sociedade por legislação federal foram inerentemente escassos para os ocupantes desde o princípio de suas trajetórias de vida. Respostas pragmáticas e criativas à precariedade experimentada no âmbito habitacional fazem parte da história dessas pessoas e não seria diferente como ocupantes informais daquele

terreno. O "gato" foi uma tática altamente eficiente para enfrentarem situações de carência de água e energia.

No caso da água era necessário encontrar rapidamente uma fonte permanente para o consumo das centenas de famílias com parcas condições financeiras, uma vez que a ajuda de apoiadores externos poderia cessar com o passar do tempo. Segundo as narrativas de vários entrevistados, como Maria, alguém "encontrou a bica"[93], expressão comum nas entrevistas. Com o tempo foi possível captar o significado do termo: pessoas encontraram, na verdade, um padrão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) próximo ao terreno, que foi quebrado e remanejado para uso da Ocupação. A coordenação realizou uma "vaquinha" (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016), uma cotização[94] em dinheiro entre os ocupantes, para a compra de mangueiras e canos e estes foram racionalmente distribuídos para levar água a lugares centrais da Vila Corumbiara. Até a compra das mangueiras e dos canos, as famílias precisavam se deslocar no terreno acidentado e sujo - devido ao matagal e aos materiais diversos espalhados e usados na construção das barracas - para buscar a água, utilizada na higiene pessoal e na alimentação. Todavia, a ameaça de corte de abastecimento estava presente todos os dias entre os ocupantes, pois era de conhecimento dos movimentos sociais envolvidos com o assentamento que este seria o primeiro passo dado pelo Estado e por seus agentes operacionais para minar as forças e a resistência da Ocupação. Houve tentativas de desligamento e corte de abastecimento, porém "Ela vinha, ela cortava hoje, nós ligávamos amanhã. Aí foi até que eles [COPASA] cansaram. Tiramos a força deles (risos)." (Depoimento de Leontina cedido em 17/03/2016).

Nesse período, o descontrole da condução da água e a falta dos materiais para controlar seu fluxo para todo o espaço da geraram um cenário bastante desconfortável para muitos ocupantes. Embora todos os dias pessoas fossem designadas a capina do entorno da "fonte de água" e do caminho que levava às barracas, não foi possível evitar o lamaçal provocado pelo pisoteamento de tantas pessoas durante o dia e durante a noite:

> Você entrava aqui dentro, você não sabia quem era homem e quem era mulher, de tanta lama. Porque as mulheres andavam aqui mais sujas que o povo, mexia era com barro, nós capinávamos, mexia com mato, aqui foi muito gostoso e triste ao mesmo tempo. (Depoimento de Gilvânia, concedido em 21/07/2016).

[93] Nos primeiros dias, os ocupantes utilizavam o córrego que passava perto do terreno. A pedido das lideranças do movimento, funcionários do posto de saúde da região fizeram uma análise das condições da água e afirmaram ser imprópria para consumo. O sindicato dos rodoviários e os movimentos sociais providenciaram tambores de água por muitos meses, mas, de acordo com os depoimentos, era suficiente apenas para as crianças e idosos.

[94] Segundo as pessoas que participaram da coordenação e outros moradores, a cotização foi realizada de acordo com as condições individuais.

Em relação à energia, a situação não foi mais fácil para os ocupantes da Vila Corumbiara. Assim como no caso da água, seriam necessárias medidas extremas para ocasiões extremas. A angústia criada pelo medo de ficar sem energia pairava todos os dias sobre a mentalidade das pessoas na ocupação. O "gato" da energia foi realizado graças a experiências anteriores de trabalho de muitos ocupantes e das redes de apoio criadas pelas lideranças. Pessoas supostamente qualificadas no ramo de eletricidade, de dentro e de fora do assentamento, arriscavam-se no poste da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) para fazer as primeiras ligações. No primeiro momento, a prática do "gato" foi de menor porte, tendo em vista a necessidade de iluminação nos espaços comuns, como em áreas próximas às barracas da cozinha, da creche e dos banheiros (Depoimento de Gilvânia, concedido em 21/07/2016). Outra preocupação eram barracas de gestantes, idosos ou doentes, que geralmente ficavam mais centralizadas por questões de segurança e bem-estar, sendo abastecidas pela "energia puxada". Com o passar das semanas e dos meses, as lideranças realizaram cotizações financeiras e conseguiram arrecadar montantes suficientes para um "gato de verdade" (risos). (Depoimento de Gilvânia, concedido em 21/07/2016).

A pressão das pessoas para conseguirem um ponto de energia em suas barracas cresceu e graças às cotizações foi feito o "gato grande" no poste da CEMIG mais próximo. Ele funcionava como a "fonte de luz" (risos) (Depoimento de Gilvânia, concedido em 21/07/2016) para o assentamento, assim como foi também a "fonte de água". A mobilização na Vila Corumbiara para a conquista forçada da energia e da água dava vantagem aos ocupantes em relação à polícia e às outras instâncias de negociação do Estado, pois dificultava o enfrentamento direto devido o fato dos primeiros estarem abastecidos de recursos básicos à permanência no terreno. Ali, os ocupantes imaginavam ter mais força para conter as forças do poder público:

> Na época eles descobriram o poste e foram lá e acenderam a luz. Aí a CEMIG veio aqui e mandou cortar a luz. Aí os meninos falaram assim, com o rapaz que veio cortar a luz: 'desce daí'. Aí ele falou: 'Não, eu tenho que cortar a luz' e os meninos: 'desce daí. Oh, você vai avisar lá na CEMIG que você não vai voltar aqui mais, essa escada vai ficar aqui, e se vocês voltarem aqui, vocês terão que vir com a polícia, porque eles vão apanhar e vão sair daqui sem cortar a nossa luz'. E aí quando eles viram que eles não iriam vencer, porque o povo unido, você já viu como é que é, aí quando a CEMIG viu que não iria conseguir, nos chamaram lá, para fazer um acordo, nós fomos ao acordo e aí eles nos propuseram o padrão e perguntaram se todos aqui teriam condições de pagar pelo padrão. Porque, eles não iriam ceder os padrões. Aí os líderes foram em um local aí, muitos ganharam os padrões. Aqui foram tomadas não sei quantas escadas da CEMIG, inclusive tem uma delas aí até hoje. Quantos carros que tiveram que sair 'vazado' daqui. Então, muitos ganharam o padrão e a CEMIG veio e colocou a luz, porque, não tinha como brigar com o povo, porque de todas as formas que eles faziam eles levavam ferro. (Depoimento de Leontina, concedido em 17/03/2016).

Os recursos urbanos não disponíveis aos ocupantes da Ocupação Eliana Silva foram disputados e conquistados aos moldes da Ocupação Vila Corumbiara. Algumas pessoas conseguiram encontrar um ponto da COPASA na Avenida Perimetral e realizaram um "gato" na rede pública. Também foi organizado um "correzinho", ou uma "vaquinha" (Depoimento de William, concedido em 18/09/2016), para comprar uma mangueira espessa e comprida, que chegaria a vários pontos das primeiras ruas da Ocupação. Durante o dia e à noite, os moradores carregavam água em tambores e, pelo fato de ser potável, tinham mais segurança para consumo da família. "Olha, a primeira coisa que a gente fez quando entrou aqui, foi gato[95]. Porque, já tinha gato aqui dentro - nós não sabemos, mas, já passava água no passeio - fizemos gato e encheu de gato aí" (Depoimento de Lorivalda, concedido em 13/10/2015). Desta forma:

> Tinha uma mangueira que pegava lá onde é a biblioteca hoje, primeiro na casa da Dona Eudi, depois aonde é biblioteca hoje, e só havia esse ponto de água, e era enorme a ocupação. A gente puxava e trazia a água. Enchia o tambor e como nós só tínhamos um cômodo a gente se virava, tomava banho por aqui mesmo e dava um jeito sem ter que enfrentar aquelas filas. (Depoimento de Edmaura, concedido em 03/07/2015).

Junto à situação da água foi necessário um arranjo entre os coordenadores da Eliana Silva e agentes externos para abertura do terreno de forma a facilitar o processo de organização de ruas, avenidas e alamedas. As dificuldades advinham da densidade da vegetação e das poucas ferramentas eficientes para tal empreendimento. Um tratorista foi pago com dinheiro das "vaquinhas" e das doações de apoiadores para realizar o trabalho (Depoimento de William, concedido em 18/09/2016). O tratorista trabalhava após seu expediente de trabalho, chegando ao fim da tarde e aos finais de semana. No caso da "conquista" da energia[96] (termo utilizado em muitas entrevistas e em conversas informais), o feito só foi possível devido ao agenciamento da coordenação do assentamento na formação de redes de ajuda com indivíduos especializados no ramo, tanto moradores, quanto funcionários - ou ex-funcionários - da CEMIG[97] - residentes e não residentes na Ocupação - ou aqueles considerados "entendidos do assunto" (Depoimento de Raul, concedido em 26/06/2015). As

---

[95] A água foi regularizada três anos depois da ocupação. Na negociação, os ocupantes compraram o padrão e passaram a pagar a conta, que, aliás, chega atualmente pela caixa de correio pessoal, outra exigência da empresa para negociar a chegada legal do serviço.

[96] A energia ainda não foi totalmente regularizada e veio meses depois à regularização da água. A fatura também chega pela caixa de correio pessoal.

[97] Não ficou clara a presença de funcionários ou de ex-funcionários da CEMIG nas operações de "gato", como relatado em algumas entrevistas. É possível afirmar apenas que havia pessoas qualificadas para esse trabalho de alto risco.

cotizações dos custos para tarefas como esta eram mais difíceis de ser realizadas, segundo narrativas, por causa dos poucos recursos financeiros da população e da reduzida colaboração de pessoas em condições técnicas para a ação. De acordo com Raul, o dinheiro e a ajuda externa serviam para a compra de cabos e fios[98] e o pagamento dos prestadores do serviço.

### *4.1.3 "Pra ficar tinha que construir, não é pra isso que a gente entrou aqui?" O modus operandi para ter a casa própria nas Ocupações*

> Fizemos de tudo, é barraca, é mourão, é cerca, é banheiro, as casas nossas, as casas dos outros [...] tudo coletivo, tudo. (Depoimento informal de um ex-coordenador que não quis se identificar, concedido em 05/07/2016).

O despejo era um dos assuntos mais delicados de se falar na Ocupação Vila Corumbiara. As notícias a respeito chegavam de todas as formas: em conversas informais, nas respostas incertas dos advogados populares - apoiadores externos - que auxiliavam os coordenadores nas negociações com a prefeitura, no soar das sirenes das viaturas, na chegada de qualquer "engravatado", nas palavras de Lauro (Depoimento concedido em 16/03/2016), próximo às cercas ou nas notícias negativas dos coordenadores após reuniões de negociação com o poder público. Contabilizar os riscos do "fazer ocupação" fazia parte da vivência dos ocupantes: deixar a família pra trás durante dias, semanas ou meses, às vezes em casa de parentes e amigos, outras vezes na antiga moradia; abandonar o emprego temporariamente ou em definitivo; expor-se à violência policial, ao fracasso da prática, à prisão ou aos olhos moralistas da sociedade.

O despejo parecia uma certeza nos primeiros anos da Vila Corumbiara, sendo colocado em dúvida apenas em alguns momentos. Ocupações horizontais sob orientação de movimentos sociais não eram comuns em Belo Horizonte até os anos 2000, e isso deixava o assentamento mais vulnerável frente às sanções legais e sociais. O ato de levantar barracas o mais rápido possível no terreno era um passo importante para evitar um flagrante e, portanto, o despejo imediato. Para tanto, era preciso avançar no processo. As barracas de lona eram frágeis para situações de chuva e vento, absorviam calor excessivo, causando náuseas e mal

---

[98] De acordo com informações de coordenadores da Ocupação, alguns cabos e equipamentos não eram acessíveis a pessoas físicas, assim foram necessárias articulações com funcionários da CEMIG para conseguir os materiais necessários à "obra". Segundo Edmaura: "É assim: tem uma equipe que vai onde vende os cabos, aí eles fazem o orçamento e nós fazemos a assembleia, passa o orçamento para a população e falamos que a pessoa que quer luz em casa tem que pagar um valor "x". Aí a gente paga e essa pessoa vai e compra o material, aí a gente dá o poste, o suporte de madeira e ele vem e instala a luz. Tem uma equipe." (Depoimento concedido em 03/07/2015).

estar em muitas pessoas e, ainda, pareciam causar uma impressão de não fixação[99]; de fluidez; de aventura e de desordem aos olhos da opinião pública e do poder público. A madeirite, junto aos objetos reaproveitados, foi o material mais utilizado para sair das más condições oferecidas pela lona e chegou ao assentamento por meio de doações ou através dos coordenadores e dos apoiadores externos, em especial os sindicatos. A construção de alvenaria era, em grande parte, a etapa posterior e, embora normalmente feita de forma gradual, dependeu da conjunção entre os esforços individuais e o planejamento político da coordenação e dos apoiadores.

Por um lado, os coordenadores da Vila Corumbiara entendiam a construção em alvenaria como ferramenta política que daria maior estabilidade ao projeto de ocupação, estimulando as pessoas a se esforçarem para ter uma moradia com base nesse material (Figura 9). A coordenação e as organizações de apoio sabiam que a alvenaria trazia consigo a simbologia da continuidade e da solidez, uma estabilidade que traria dificuldades ao Estado em retirar as famílias que, afinal, estavam em moradias reais - e não mais em abrigos -, portanto, não mais ocupantes do terreno, mas habitantes da cidade. Por outro lado, era a escolha individual, por meio de uma avaliação de riscos e em busca de vantagens privadas, a baliza que inflexionava o lançamento de recursos para uma construção habitacional definitiva.

**Figura 9 - Início da Construção da Casa de Alvenaria da Jurema 1998**

**Fonte: Acervo próprio.**

[99] Tendo como base as entrevistas, não foi perceptível qualquer manifestação dos ocupantes em deixar aparente a imagem da mobilidade, do fluxo, da andança no assentamento. Esta era condição que possuíam em momentos anteriores à sua chegada à Ocupação. Evidencia-se que suas articulações, sejam como coordenadores, militantes de movimentos sociais ou de demais ocupantes, expressavam terminantemente o desejo de se fixar naquele território, determinando comportamentos, usos e ordenações políticas consideradas por eles condizentes ao direito de se estabelecer na cidade. Isso não significa que os projetos de vida fossem homogêneos, uma vez que parte destes ocupantes chegou a tentar vender, alugar ou repassar sua casa a terceiros.

Como os coordenadores estavam interessados na alvenaria como tática de empoderamento e pressão sobre o poder público, muitas casas foram feitas com material doado ou por ações colaborativas, além de arrecadação de recursos por meio de rifas e festas:

> Eu não sei se teve uma doação da Braúnas [empresa], ela doou uns caminhões de tijolo, cimento, areia, aí foi para a assembleia e definiram que era muito pouco tijolo para muita gente e aí ficou decidido que as pessoas que não tinham condições de trabalhar mesmo, que tinha alguma deficiência, definiu que seria dado a essas pessoas. Na minha casa, esses dois cômodos, o meu quarto e a cozinha, foi o Sindicato da Construção Civil que fez. Eu ganhei em um sorteio, porque foi sorteado entre cinco pessoas que trabalhavam lá. Eu fui sorteada e eles me deram dois cômodos prontos e um banheiro. Aí assim, que se foi fazendo. Faziam bicos, fazia festividade, aí esse dinheiro que se arrecadava ia dando jeito em outras coisas. (Depoimento de Tânia, concedido em 24/03/2016).

Na Ocupação Eliana Silva, no que diz respeito ao medo do despejo, moradores e coordenadores estiveram sob instrução claramente racionalizada do MLB para construírem suas habitações de maneira mais ordenada e rápida possível, a fim de imprimir mecanismos de pressão sobre o poder público e evitar uma saída forçada, a exemplo da primeira tentativa meses antes. Contudo, existem controvérsias entre moradores e coordenadores do movimento social, em relação à construção de moradias definitivas: necessidade, iniciativa própria baseada na confiança da permanência no terreno ou exigência da coordenação, que faz da alvenaria uma ferramenta política?

A produção das habitações abarcou uma mistura de materiais, técnicas, investimentos pessoais de trabalho e financeiros. A madeirite, junto a outros objetos reaproveitados, foi, assim como na Ocupação Vila Corumbiara, o material mais utilizado para sair das más condições oferecidas pela lona e foi conseguida por meio de doações. Pautando-se nas entrevistas, as pessoas abriam e fechavam cômodos, partindo da lona e substituindo-a, em grande parte das vezes, pela madeirite[100]. Segundo estas narrativas, o determinismo construtivo - que iniciava com a lona preta e, por meio das lutas e da organização consciente dos moradores, passava pelo estágio intermediário da madeirite, até chegar à construção de alvenaria - não existia na ocupação Eliana Silva:

> Também iam de acordo. Fechava com madeirite, mas foram fechando com alvenaria, e foram fazendo um cômodo de alvenaria e um cômodo de madeirite e foi, e hoje, você não acha um cômodo aqui de madeirite, mas do jeito que dava pra cada

[100] Apesar de os entrevistados usarem a madeirite como referência, o que ocorria na maioria das vezes era o uso de uma amálgama de materiais, a maioria reaproveitados, proveniente de lixões, "ferros-velho", objetos encontrados nas ruas, restolhos de materiais de construção. Tudo era aproveitado a fim de deixar a moradia mais segura frente às intempéries até o momento da decisão em investir tempo e dinheiro em uma casa dentro dos padrões estabelecidos formalmente dentro da Ocupação e pela legislação urbana.

> um. Porque, aqui tem muitas pessoas caprichosas. A maioria das pessoas que entraram aqui bateram laje, entraram para não sair. Entrei aqui, para não sair. [...] Algumas pessoas que não tinham condições financeiras, a gente ajudava. Ia auxiliando, ajudando, mutirão, tinha aquela união. (Depoimento de Vani, concedido em 02/09/2015).

> [...] Um tempo depois veio a madeirite, né? Quem tinha condição ia comprando, né? Porque nem todo mundo tinha condições de comprar, então tinha que viver na lona mesmo. Até há pouco tempo, ainda tinha lona aqui ainda. Tinha um barraco de lona aqui, eu acho que hoje ele não tem mais. Era uma doninha que morava aí e o pessoal fez um mutirão e fez o barraquinho dela [de alvenaria]. (Depoimento de Osvaldo, concedido em 04/05/2016).

Apesar de a maior parte dos entrevistados relatar que a residência de madeirite foi substituída progressivamente para a alvenaria, não ficou claro que havia uma obrigatoriedade de seguir etapas predeterminadas na construção da moradia na Eliana Silva. Alguns entrevistados, entretanto, discordam da liberdade para a construção da moradia, segundo as condições individuais e familiares. Tânia, por exemplo, afirmou que havia uma pressão dos coordenadores (que naquele momento já eram todos membros do MLB) para que as pessoas levantassem cômodos de alvenaria. Ela relatou que foi estipulado um prazo nas assembleias para que as pessoas em condições financeiras ou de trabalho providenciassem a construção de pelo menos um cômodo deste material. No intuito de acelerar o processo, organizaram-se mutirões[101] para carregamento dos materiais de construção e para "levantar" a casa ou o cômodo.

Semelhante ao ocorrido na Ocupação Vila Corumbiara, para os coordenadores e para o MLB a alvenaria transformou-se em ferramenta política que daria estabilidade ao projeto de ocupação, por isso a insistência na produção em série de cômodos com base nesse material. A simbologia da continuidade e da solidez também foi a tônica do assentamento. As pessoas que se posicionaram nesse sentido, revelaram ter se sentido constrangidas ou coagidas a realizar uma obra que não queriam ou que não tinha condições de promover, devido a uma série de questões, como falta de dinheiro, preocupação com o futuro do assentamento, gastos com a família ou dívidas:

> Tinha que construir. O tempo estava acabando, estava chegando 03 de outubro e tinha que ter 150 casas construídas de alvenaria. Isso era o que eles falavam. Mas, a gente sabia que era isso, eles falavam que até trocar de prefeito, tinha que ter [casa de alvenaria] para não derrubar. E o advogado orientava a construir. Tinha que ter alvenaria. Se tivesse alvenaria, a chance de derrubar seria menor e com isso, tinha muita gente que conseguia doação de material, tinha gente que tinha condições de

[101] Nesse momento é relevante o trabalho dos apoiadores, sejam eles ativistas individuais ou representantes de movimentos religiosos diversos, militantes dos movimentos sociais que não atuaram diretamente naquele espaço e estudantes universitários.

> comprar, pessoas que participavam das reuniões e sabia como seria já havia guardado dinheiro para fazer um cômodo por exemplo. Quem entrou de gaiato e não tinha noção de nada, fez de madeirite. E se virou e conseguiu um recurso. Eu não conseguia trabalhar direito, tinha que ficar com os meninos, faltei de serviço, era novata, levei um pé. Cheguei na empresa e fui dispensada, eu tinha vinte dias de trabalho e com esse dinheiro [do acerto] comprei material, no mutirão construíram a minha casa.
>
> Esse primeiro cômodo aqui. E as construções eram feitas no mutirão. Para carregar o material desde a Avenida Perimetral, um ajudava o outro. Era mutirão. No domingo, vinha todo mundo, estudante, sindicato, todos os apoiadores carregavam o material para a gente, os moradores. E aí a gente fazia um cordão e um passava para o outro, que passava para o outro e passava para o outro [...] E assim, rápido para conseguir construir, em um mês e meio. É isso mesmo: um mês e meio, cento e cinquenta casas. E deu certo dessa forma. (Depoimento de Gilvânia, concedido em 21/07/2016).

Pareceu, numa análise apenas panorâmica das falas em ambas as Ocupações, que a história do "levantar" a casa teve relação com a construção de alvenaria, sendo esta a última etapa da "luta" para a permanência no terreno. Tal tipo de construção possuiu provavelmente dois valores que se confundem e se complementam: o primeiro expressa sua existência enquanto ferramenta política. Tijolo, areia, brita e concreto exigem maiores esforços financeiros ou políticos para serem conseguidos em relação à lona preta, à madeira, aos metais e aos plásticos - provenientes de doações, compras individuais ou de catações em ruas, ferros-velhos e lixões - muito usados, em geral, nas diversas moradias das Ocupações em seu momento inicial. Os movimentos sociais envolvidos e os coordenadores entenderam as casas de alvenaria como uma peça relevante na disputa por espaço na cidade, a qual garantiria inicialmente a permanência do grupo no terreno ocupado:

> [...] que manifestações de rua ou conversa de dia todo com prefeitura. Quem vai tirar o trabalhador com sua casa pronta? É uma violação dos direitos humanos. A pessoa lutou para estar ali, correu risco, investiu dinheiro, às vezes dinheiro que tirou do leite dos meninos [...] E fica muito difícil sair depois que as casas com tijolo e tudo, derrubar tudo, colocar o povo na rua, doido de raiva, porque perdeu o dinheiro de uma vida inteira? Eles [prefeitura] não têm como fazer isso não. (Depoimento de Raul, concedido em 26/06/2015).

O segundo valor da alvenaria é o sentido da segurança habitacional, ou da certeza da vitória contra o despejo, que pode ser atribuída a ela. Os moradores investiram - e ainda investem - paulatinamente em suas habitações a media que "boas notícias" chegam das assembleias, das reuniões informativas ou das conversas informais, assim como quando se percebe a menor presença do poder público no espaço ocupado representados por juízes, advogados, representantes da prefeitura e policiais. "Quando a gente sabe, né? As coisas estão melhorando, a pessoa tem mais coragem, vai aumentando um cômodo aqui, um cômodo ali, e

assim vai." (Depoimento de Lauro, concedido em 16/03/2016).

Os diversos usos e apropriações do solo experimentados nas Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva dialogam com os estudos realizados Castro (2009) entre 2003 e 2004 no bairro de Puerta Allano em Bogotá, que definem a moradia[102] como um organismo complexo que resolve funções e necessidades e gera novos requerimentos, mesmo quando isolada. Ela tem uso e vida útil, mantendo-se por sua dinâmica e por se tornar objeto identitário, econômico e de poder. A moradia seria, então, o objeto tangível do habitat - sua expressão material máxima -, que é entendido pela autora como um sistema que expressa relações internas, intraespaciais e de serviços, e externa, com outras moradias e edificações.

Segundo Castro (2009), a moradia é funcional por ser um organismo originado e desenvolvido pelos seres humanos, em que se combina lugar, materiais e recursos financeiros e que lhe dá característica de produto, adquirindo conotação de valor de uso e de trocas. O *habitat* informal nas Ocupações reflete a condição dos ocupantes de atores do processo, no que diz respeito à autogestão e à autoprodução construtiva, com consequente resultado de formas especiais de identidade e singularidade. Ele adquire *status* e poder, pois, utilizando o entendimento da autora, com a posse do terreno e com a construção da casa conquista-se independência e respeito, marcando territórios e identidades. Promoveria, dessa maneira, segurança, estabilidade econômica, sustento e investimento.

Castro (2009) traz uma perspectiva relevante ao tema das Ocupações quando afirma que as ações produtoras da moradia informal são geradas na insustentabilidade, que expressa, no contexto da construção de moradia, uma sustentabilidade que se quer progressiva por meio da gestão dos habitantes em um trabalho coletivo para obtenção do solo. No caso da Vila Corumbiara e da Eliana Silva, a permanência no terreno pode vir pela construção eficiente das moradias, estabelecendo-se diferentes etapas que dependem dos insumos - madeira, metal - e que terminam com construções de alvenaria. Existe, nas palavras da autora, uma espécie de progressividade de respostas habitacionais por pessoas sem casa, geralmente relacionadas à satisfação de necessidades, enquanto o desenvolvimento urbano formal atua sobre transformação da periferia das cidades e das áreas ambientais para gerar solo servido por ações corretivas em uma dinâmica nada sustentável.

É possível afirmar que os ocupantes da Vila Corumbiara e da Eliana Silva mudaram a ordenação do espaço onde tomaram lugar, gerando tecnologias próprias para solucionar

[102] A autora diz que a cidade informal é aquela que não é feita por organismos oficiais, empresas ou entidades formais, representando uma expressão que conota problema social, econômico e físico. É conformada por assentamentos deficientes quanto a serviços, equipamentos comuns e espaço urbano e habitacional. A moradia, portanto, é um sistema sobre o qual intervêm os atores, a gestão e as técnicas.

problemas, num desenvolvimento progressivo espacial e contribuindo para sustentabilidade habitacional ao construir moradias não só com a lona, mas com materiais diversificados, fossem reciclados ou reaproveitados. Neste sentido,

> [...] ao propiciar círculos estão gerando processos sustentáveis. Então, a sustentabilidade é entendida desde o ponto de vista do cooperativo como a possibilidade de uma reorganização de um modo produtivo em crise, em que estão inscritos os recursos urbanos. (CASTRO, 2009, p. 51, tradução nossa).[103]

Para Rodrígues (2009), mais que um bem material, a moradia permite às pessoas disfrutar de qualidades como a identidade, segurança e oportunidade, ou seja, como instrumento de mudança social. Enquanto isso, o papel do governo e da planificação seria oferecer marcos adequados para as comunidades atuarem com liberdade. A mudança social ocorre quando moradores controlam decisões mais importantes e estão habilitados a intervir em todos os processos de moradia.

Os estudos supracitados revelam a capacidade das populações sem casa em agenciar a criação da habitação e todos os elementos sociais que a compõem. No caso de ambas as Ocupações é certo que os primeiros momentos foram marcados por uma extrema insegurança, razão essa que desencoraja por diferentes períodos os moradores a realizar maiores investimentos. A tríade lona-madeirite-alvenaria é um marcador da segurança em relação à permanência na ocupação. Dentro de uma avalição visando fins específicos e individuais, o grau de risco financeiro foi medido de acordo com as pretensões de permanência no local e com o nível de ameaça de despejo.

Contudo, deve-se associar tal comportamento racional dos ocupantes aos discursos e às práticas da coordenação e do movimento social, que trataram o assunto como uma necessidade histórica para o início da redenção do grupo. Nesse sentido, a plataforma programática das lideranças promoveu arranjos específicos que ordenaram as necessidades individuais e as necessidades políticas do agrupamento, com o fim de transformá-las em táticas para proveito dos seus interesses - leia-se interesses da permanência no espaço ocupado.

---

[103] [...] al propiciar círculos productivos, se están generando processos tenibles. Entonces, la sostenibilidad es entendida desde el punto de vista de lo operativo como la possibilidad de una reorganización de um modo productivo em crisis, em el que están inscritos los recursos urbanos.

## 4.2 “Somos pobres, mas queremos coisa boa”: práticas e dispositivos formais para fazer parte da cidade

> [...] porque a gente não sabe se vai acordar e dormir dentro da casa, a gente não sabe se vai acordar e vai ter água e vai ter luz. A gente não sabe. A gente não sabe quantos dias vai ficar sem tomar um banho. A gente não sabe quantos dias vai ficar sem tomar uma água. Então tem que dar um jeito. (Depoimento de Lourivalda concedido em 11/12/2016).

Os apoios externos são um dos pontos mais importantes e mais controversos nas ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva. De acordo com inúmeros depoimentos, movimentos sociais, ONG’s, estudantes, religiosos, vizinhos eram apoios que se apresentavam ora como solidários à situação das pessoas ali envolvidas, ora como oportunistas que se aproveitavam dos holofotes do “evento”, ora como inimigos do projeto, em especial no início do processo, considerado o mais difícil e arriscado. “Veio muito oportunista ai, né? Gente que queria virar vereador, prefeito [...] alguns vinham, apareciam e sumiam, fazia uma graça e não voltavam mais. Ajudar que é bom mesmo, nada.” (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

O assentamento que semanas depois de formação ganharia o nome de Vila Corumbiara, estava em volta de alguns bairros conhecidos na região do Barreiro, como Solar, Cardozo e Vila Pinho. De acordo com alguns depoimentos, a chegada de centenas de pessoas de madrugada assustou muitos moradores, criando em muitos deles uma relação de antipatia, preconceito e discriminação:

> Acharam [moradores dos outros bairros] que ia ter outra favela aqui. Tudo com medo de chegar mais gente pobre cê já viu, né? Quanto menos tem, mais acha que pode. Eles são melhor que nós? Hoje tá ai, ó, hoje somos um bairro [...]. (Depoimento de Jurema, concedido em 18/04/2016).

Em contrapartida, vários residentes falaram em práticas de solidariedade[104]. Segundo Maria houve muito apoio de pessoas fora da Vila Corumbiara, em especial com doações de cobertores, roupas, água e alimentos. Afirmou também que grande parte dos donativos - como carnes, verduras, materiais de limpeza - vieram de moradores e comerciantes da região, o que indica a recepção positiva dos moradores antigos em relação aos recém-chegados.

[104] O caso do apoio dos vizinhos é atípico em casos de ocupações urbanas, segundo minha experiência em outros assentamentos e entrevistas com líderes de movimentos sociais de ocupação, além de moradores. Nos casos de ocupações como Dandara, Guarani Kaiowá, Paulo Freire, Irmã Dorothy, Nelson Mandela, a recepção dos moradores que viviam em bairros próximos à área de ocupação não foi tão positiva, provavelmente, pelo receio de uma desordem da vida social local, com o aumento da escala de violência e do não atendimento dos serviços de saúde, educação e dos equipamentos urbanos.

> Porque, matavam o povo por aí [no local ocupado], traziam e jogavam eles por aí [...] E à noite, os próprios vizinhos que moravam nas redondezas aqui em cima, eles falavam que à noite eles ouviam choro, ouviam gritos, viam as motos chegando e saindo, viam carros no meio do mato, quando era no outro dia, achavam os corpos ou os carros todos depenados. Então, isso era usado para isso e quando nós entramos aqui, acabou tudo isso. (Depoimento de Irenice, concedido em 02/12/2015).

Lauro diz que moradores de outros bairros deram suporte mobilizatório - arranjos coletivos de pressão organizadas para apoiar o assentamento - à Ocupação em momentos de tensão contra a polícia. A imagem da PM (Polícia Militar) como um inimigo real, segundo experiências cotidianas, fez com que muitos habitantes desses bairros colaborassem com os ocupantes do terreno:

> O povo do Cardozo (bairro próximo à Ocupação) subia todo mundo ali, quando vinha a polícia aqui. Eles soltavam foguetes comemorando, pedindo para que a gente ficasse, falando em justiça, traziam faixas e aqui era tudo rodeado de polícia. Isso aqui era praticamente deserto. Ninguém era dono disto aqui não. Mas tinha um moço ali que criava umas vacas ali e morava praticamente sozinho. Então, quando, nós viemos para cá haviam pouquíssimas casas. Pouquíssimas. Nós podíamos contar nos dedos as casas que haviam aqui. Então, eles [os vizinhos] nos apoiaram. Cardozo inteiro nos apoiou. Ali em cima, não havia essa quadra ali não. Não tinha essas construções que você está vendo aqui, oh [...] e nem tinha ali não. (Depoimento de Tânia, concedido em 24/03/2016).

Ocupantes da Vila Corumbiara falaram também sobre o apoio dos advogados populares voluntários, de movimentos sociais - mas não souberam especificar a organização - padres da região e estudantes universitários. Não houve informações a respeito de uma participação efetivas de líderes ou grupos protestantes:

> Todos os padres do Barreiro, a comunidade dos padres do Barreiro tudo: Padre Paulinho, Padre Antônio e Padre não sei mais o que [...] Eu sei que uma barraca era só dos padres. E deixou bem claro para a reportagem. Não vão derramar um sangue desses seres humanos que estão aqui. Porque se derramarem um sangue desses seres humanos, terá que derramar o sangue dos padres também. Porque o pessoal que está aqui é gente podre, é gente humilde, é gente que precisa de uma moradia digna e que está cansada de promessa. Então, não vai derramar. Os padres dormiam nas barracas, aqui dentro do acampamento com nós. Para não ter massacre. (Depoimento de Maria, concedido em 10/03/2016).

Por estar próximo a um dos sindicatos apoiadores da Vila Corumbiara, Lauro detalhou melhor o auxílio de outros sindicatos, como o ligado à construção civil e reforçou o papel dos estudantes de medicina da Faculdade Ciências Médicas, que auxiliaram as famílias em triagens, antes de serem atendidas no posto de saúde mais próximo. Leontina ressaltou a atuação de muitos estudantes secundários, professores e diretores das escolas públicas de ensino básico próximas à Ocupação, os quais, além de mensagens de apoio, levaram doações.

No caso da Eliana Silva, a controvérsia a respeito dos apoios externos, apesar de existirem, mostrou-se menor. Os moradores em geral e os coordenadores ressaltam a resistência de muitos moradores dos bairros próximos à chegada dos ocupantes, por motivos semelhantes aos da resistência dos vizinhos da Vila Corumbiara. Contudo, houve relatos de que algumas pessoas chegaram a ajudar com água, alimentos e produtos de primeira necessidade, segundo os depoimentos devido ao alívio que a Ocupação trouxe quanto ao fim dos episódios de "desova" [105] de corpos e de despejo de lixo naquela área. Dessa forma, mesmo que o episódio tenha assustado as pessoas num primeiro momento, logo depois despertou práticas de solidariedade:

> Ficaram [moradores dos bairros vizinhos] com medo, primeira reação é de medo. Vendo a invasão acontecendo aquele tanto de gente, a polícia, mas, depois eles foram mudando de opinião e foram aparecendo apoios. Aí já vinham água e doação também. (Depoimento de Edmaura, concedido em 03/07/2015).

De modo geral, prevaleceram relatos sobre a desaprovação das pessoas que viam no assentamento um acúmulo de problemas para toda a região. Em uma conversa informal, um morador das redondezas que não quis se identificar, relatou que a chegada daquela centena de pessoas pareceu "cena de filme"; foram semanas de gente apinhada no terreno, montando barracas, remontando cerca, protegendo o lugar da polícia, entrando e saindo às escondidas. De acordo com sua fala, os traficantes da região também não ficaram satisfeitos coma situação, uma vez que os olhares do poder público e da mídia se voltaram para a região. No caso desse morador e de outras pessoas, houve receio no início sobre o caráter e os modos de vida que "aquela gente" traria. Raul presenciou cenas de vizinhos que fecharam as portas e negaram qualquer tipo de ajuda às famílias. Osvaldo, por sua vez, disse sequer ter lembrança de qualquer ato de solidariedade, salvo os apoiadores organizados- sindicatos, igrejas e movimentos sociais - ou estudantes secundários e universitários.

A noção de redes ajuda a colocar as histórias das Ocupações em suas reais temporalidades, pois lida com o jogo de alianças e afastamentos - período de permanência ou de ruptura, de aproximações ou de confrontos com outros agentes - realizados pelas pessoas e pelas organizações a fim de fortaleceram suas práticas de poder nas disputas por bens escassos. Agier (2011) as entende como realidades que alcançam sentido pelo princípio de articulação de situações dos citadinos com a formação de laços nos limites de independência da organização ou da comunidade.

---

[105] Na linguagem de policiais e moradores das ocupações, a desova é uma maneira de ocultar cadáveres, deixando-o em lugares de difícil acesso ou isolados a fim de dificultar seu encontro e a identificação.

No entendimento de Cefai (2015), a forma de organização em rede é a mais expandida, porque nela existem poucos constrangimentos em termos de hierarquia, centralização e institucionalização. Ela conecta vários tipos de organização e estabelece estratégias em que decisões incluem vários atores, sem imperativos e centralismos ou submissão a uma ideologia comum. De acordo com o autor, as ligações entre os movimentos são asseguradas por participações em manifestações e análises uns dos outros. Por um lado, seus membros circulam de um coletivo para outro, pois não há necessidade de uma quotização; por outro lado, os coletivos não estão fechados sobre si de maneira exclusiva. Cada associação reparte-se em rede de ligações com outras associações e essas estruturas formam e somem, caem num torpor ou são reavivadas; são celeiros de ativistas que se comprometem e se descomprometem segundo contingências de suas vidas.

As realidades experimentadas na Vila Corumbiara e na Eliana Silva quanto à formação de redes se estabeleceram em parte como nas realidades descritas por Agier (2011) e Cefai (2015). A formação de laços com o princípio da independência das partes foi parte fundamental para o grande apoio às causas das Ocupações, uma vez que os movimentos sociais, os coletivos e os particulares se disponibilizavam de variadas formas e em períodos diferentes para fortalecer as lutas. Essas ligações são fluidas, não permanentes e não seguras em longo prazo, mas suficientemente fortalecidas e mobilizadas segundo situações específicas nas quais algum agrupamento esteja em risco.

A ausência de centralismos nas redes de apoio defendida por Cefai (2015) não procede nas Ocupações, nem mesmo nos momentos mais tensos de suas trajetórias. É certo que pela grande quantidade de ideias, preceitos e formas de gerir crises dos grupos de apoio envolvidos, havia uma aparente descentralização nas ações das atividades, mas a centralidade das deliberações sempre provinha dos movimentos sociais que orientaram inicialmente todo o processo de ocupação, que recebiam uma estrutura de apoio cujos compromissos se conectavam e se desconectavam sem prejuízos tácitos aos assentamentos. É possível conjecturar que a ausência dessas redes, por outro lado, dificultaria a promoção de arranjos de organização e mobilização na busca pelos recursos da cidade pela permanência nela.

Em ambas as Ocupações foram criados artifícios para resolver questões coletivas irremediáveis, como higiene pessoal, necessidades fisiológicas, descarte de dejetos. Na Vila Corumbiara, a creche foi um dos principais focos após a organização das barracas e das cercas. De acordo com os depoimentos, proteger as crianças das *intempéries* e dos riscos naturais que o terreno recentemente organizado oferecia era papel dos coordenadores, dos pais e de todos os ocupantes. Tal prática estimulava também, na visão de todos, um sentimento de

pertencimento ao novo espaço. Cuidar das crianças, mesmo que embaixo da lona tornou-se uma obrigação da maioria, em especial aqueles que não tinham participado diretamente dos núcleos de formação ou para aqueles que se encontravam sem emprego. Outro fato que explica a urgência da creche é o fato de que sua existência atacava o discurso do poder público, através do Conselho Tutelar, em favor do despejo dos ocupantes por maus tratos às crianças. Os menores passaram a ter atividades diárias naquele espaço.

A construção da cozinha de lona na Vila Corumbiara também foi uma prioridade e corria junto à construção da creche e de projetos de um campo de futebol e de uma rádio comunitária. Os alimentos e a água doados por apoiadores externos somaram-se àqueles comprados pelas cotizações dos ocupantes, o que possibilitou o desenvolvimento de um espaço de socialização e compartilhamento de experiências construídas no assentamento. Numa conversa informal, um residente disse que as refeições coletivas obrigavam as pessoas a se verem, conversarem e conhecer umas às outras, promovendo inclusive discussões e decisões a respeito do futuro do assentamento. Reuniões, informes e até assembleias chegaram a ser realizadas nesses encontros, uma vez que eram momentos de maior presença das pessoas. As refeições expressavam uma espécie de ritual de confirmação *ad hoc* de uma convivência coletiva especial, a qual constituía nas mentes daquelas pessoas um profundo sentido de "espírito comunitário".

> A cozinha era coletiva, eles fizeram uma barraca grande. Então, todas as doações iam para aquela barraca. Ali era feito o café para todos, comida para todos, as mulheres reuniam e fazia a comida coletiva. Para todos. A única barraca que era diferente, era das crianças. Era uma lona amarela. Quando a polícia vinha, já havia umas mulheres escolhidas, elas juntavam as crianças de todo mundo e corria para aquelas barracas. Então, ali só ficava as mulheres e as crianças. Para evitar que as crianças se machucassem na cerca, então ficavam todos num lugar só. (Depoimento de Irenice, concedido em 02/12/2015).

O banheiro era uma necessidade básica de todos na Vila Corumbiara e por isso grupos de homens e mulheres se revezaram, contando com o apoio de coordenadores e apoiadores externos, para levantar duas grandes lonas, separada por gênero, que serviria como banheiros coletivos. De acordo com relatos dos entrevistados, com o passar das semanas as lonas foram reforçadas com outras camadas e com madeirite, a fim de proporcionar segurança e privacidade. Os banheiros foram divididos em alas: uma para as necessidades fisiológicas, com o uso de fossa, e outra para banho, com chuveiros elétricos:

> [...] banheiro existia fossa. Então, cada um tinha que respeitar o lugar do outro. Tinha o do banho e tinha o das outras necessidades. Então, os que não trabalhavam

> tomavam banho mais cedo. Para que na hora em que aqueles que trabalhavam, pudessem ter o banheiro liberado para eles. (Depoimento de Leontina, concedido em 17/03/2016).

Porém, mesmo com as orientações dos coordenadores e com equipes de limpeza e monitoramento sobre o bom uso dos espaços coletivos, os problemas de higiene e mau uso eram comuns na Vila Corumbiara. O uso dos banheiros foi sendo reduzido com a definição dos lotes e, enfim, da construção das moradias individuais. Quando se definiu, meses depois à tomada do terreno, em assembleia que os lotes e as casas seriam individuais, a cozinha comunitária e os banheiros coletivos perderam o sentido de existir, antes mesmo da divisão individual da terra. De acordo com Irenice, "as pessoas já tinham um fogãozinho debaixo da lona" (Depoimento concedido em 02/12/2015). Com os lotes divididos e as moradias sendo montadas as pessoas imediatamente tendiam "a fazer um banheiro, um quarto [...] não iam ajudar mais na cozinha [...]." (Depoimento concedido em 02/12/2015).

O esgoto e o lixo eram temas caros à Vila Corumbiara. Durante anos os dejetos, de matéria orgânica e de água, produzidos no território foram despejados no córrego próximo ao terreno: "Era sujo, já era sujo, depois foi pior. Não tinha esgoto aqui não, era jogado lá e ainda tinha gente que entrava e nadava lá" (Depoimento de Tânia, concedido em 24/03/2016). Pela melhoria da situação dos ocupantes e para reforçar a imagem de uma comunidade estruturada, foram organizados mutirões para a construção de banheiros mais bem estruturados e em maior quantidade. Contudo fezes, urina e água de cozinha e de roupa lavada não foram ligados à rede de esgoto e às demais redes fluviais. Por estas condições, as pessoas justificaram a necessidade dos "gatos" no terreno:

> A fossa ali, no caso, aí na época, falou: 'Vamos fazer o exame para ver qual é limpa. A que for limpa, a gente coloca a fossa mais perto dela'. Aí só aquela ali perto do campo, era limpa para beber. (Depoimento de Tânia, concedido em 24/03/2016).

> Meu filhou pegou xistose na água lá, banho, roupa lavava no córrego que é de esgoto. E eu não tomava banho lá não. Eu xingava a minha colega aqui, eu carregava água da mina e jogava uma água no corpo, a minha colega aqui tomava banho e eu falava 'Rosana vai descer algo aí. E ela falava eu não tou nem aí, está fazendo um calorão danado. Para mim não há nada melhor'. (Depoimento de Maria, concedido em 10/03/2016).

No que diz respeito ao lixo, com o adoecimento de muitas pessoas, em especial as crianças, moradores e coordenadores acreditavam que a desordem de recolhimento do lixo em todo o espaço era o fator responsável pelos problemas de saúde conhecidos. Uma caçamba foi

providenciada[106] em frente à entrada principal e os ocupantes passaram a jogar o lixo nela, ação que ajudou a retirar o excesso de lixo dentro do assentamento. Embora não tenha resolvido totalmente o problema da desordem da alocação dos materiais descartados - principalmente pela grande quantidade de despejos - segundo Maria a estratégia parece ter diminuído os riscos de acidentes, de desordem estética e de doenças.

Quanto à formalização do endereço, os ocupantes da Vila Corumbiara tiveram sérios problemas durante muitos anos. O fato das ruas, alamedas e avenidas não estarem regularizadas e inicialmente fora da conformidade com o planejamento urbano oficial, deixava os ocupantes à deriva dos direitos à cidade que tanto reivindicavam. Depoimentos deixam claras outras dificuldades que as pessoas da Ocupação enfrentavam por não terem endereço regularizado, como por exemplo, para conseguir emprego formal, porque era como se "nós não existisse" (Depoimento de Gilvânia, concedido em 21/07/2016). Jurema relatou que era muito comum dar o endereço de um conhecido com residência fixa. Ela mesma conseguiu ter carteira assinada como cuidadora de idosos, deixando o endereço de uma tia como referência e assim toda correspondência chegava à residência dessa parente.

A solução encontrada num primeiro momento foi a utilização do Código de Endereçamento Postal (CEP) da Avenida mais próxima ao assentamento e a aceleração do processo de divisão dos lotes, o que facilitaria a agilização do mapa físico da Ocupação. Com o projeto urbano, as casas passaram a ter numeração e, consequentemente, caixas de correspondências. Como os Correios no início não tinham autorização legal para entrar no terreno, a empresa cedeu caixas de correspondências, facilitando a vida das pessoas enquanto consumidoras - pois, nas palavras de Irenice "foi possível fazer crediário" (Depoimento concedido em 02/12/2015) e pagar os futuros serviços que vieram tempos depois, como água e energia, telefonia celular, boletos bancários.

O transporte, o ensino básico e os serviços de saúde também foram temas relevantes de muitos entrevistados da Vila Corumbiara. Os depoimentos expressaram dificuldades no acesso aos mesmos, tanto pela falta de estrutura, tendo em vista a demanda das centenas de famílias ocupantes e as dificuldades de atendimento de suas necessidades quanto a deslocamentos, atendimento aos doentes e instrução de base. Após reuniões com a prefeitura, manifestações nas redondezas do terreno e na porta de instituições públicas, petições coletivas e atuação dos advogados do assentamento, acabaram conquistando tais demandas.

---

[106] Nenhum depoimento foi convincente quanto à origem da caçamba. Alguns moradores disseram que veio da "mensalidade" paga por todos os moradores para serviços e produtos essenciais à continuidade do assentamento. Outros, inclusive ex-coordenadores, atribuem o fato à doação de apoiadores externos. A maioria afirma que foi uma cessão da prefeitura.

Segundo Jurema, as pressões e as conversas com a prefeitura resultaram na escola de ensino básico e uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) nas proximidades, além da ampliação das vagas em instituições de ensino e creches na região. No caso dos acessos ao transporte, pontos de ônibus e duas linhas diretas foram colocadas na localidade, facilitando o acesso a outras regiões do Barreiro. Depoimentos também relataram a construção do o Posto Urucuia - antes, os moradores precisavam ir ao bairro Miramar ou a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do bairro Tirol, o que exigia longas caminhadas ou muito tempo de espera de ônibus e gasto com passagens - que facilitou o acesso da população aos atendimentos médicos.

Na Ocupação Eliana Silva, após a organização para o "levantamento" das barracas de lona e das cercas e para o fornecimento de água e luz, já estavam projetadas a creche (Figura 10 e 11) e a cozinha coletiva. Logo nos primeiros dias, foram escolhidos pela coordenação homens e mulheres considerados qualificados para fazer os dois primeiros espaços de caráter coletivo. De acordo com Raul, levantaram uma grande barraca de lona e a cercaram, a fim de protegê-la das chuvas e dos ventos: estava montada a cozinha da ocupação. Com o passar do tempo, segundo depoimentos, telhas doadas por apoiadores externos deixaram o local mais seguro e resistente, além de outras madeiras que foram sendo colocadas estrategicamente para reforçar a estrutura, em especial o madeirite, material base para a montagem de muitos abrigos. Com os alimentos doados e com os recursos levantados pelos próprios moradores e pela coordenação, em suas alianças externas, durante alguns meses os moradores faziam a maior parte de suas refeições - café da manhã, almoço e jantar - em grupo.

**Figura 10 - Creche da Ocupação Eliana Silva 2014**

**Fonte: Acervo próprio.**

**Figura 11 - Interior da Creche da Ocupação Eliana Silva 2014**

**Fonte: Acervo próprio.**

Assim como na Vila Corumbiara, a "hora do comer" não se limitava a simples tarefa de alimentar pessoas, muitas delas sem condições de ter outras refeições ao longo do dia, mas de socialização e formação política. Anúncios, recados, lembretes, cobranças, conversas informais e até assembleias foram realizados nesses momentos. Ao falar das dificuldades e dos riscos que os ocupantes corriam e das possibilidades de resistência e conquista, os coordenadores e os militantes do MLB deram continuidade ao projeto pedagógico de, segundo Raul, "formação de consciências" (Entrevista concedida em 26/06/2015). Graças ao espaço feito de lona, aqueles eram instantes importantes para desenvolver o sentido de unidade e interdependência entre os ocupantes, tendo em vista a importância desse sentido coletivo para as futuras ações para a manutenção no terreno.

Além disso, o fato de comer junto parece ter trazido maior grau de amizade e confiança entre as pessoas na Eliana Silva e, portanto, menores restrições àqueles que anteriormente eram vistos como estranhos. Numa conversa informal, uma amiga de Lourivalda disse que aos fins de semana as pessoas se divertiam bastante, principalmente no horário do almoço. De acordo com sua narrativa, as refeições eram espécies de rituais de confirmação da convivência conjunta, nos quais todos acreditavam que as pessoas ali presentes estavam empenhadas em conquistar objetivos em comum; todos convictos em resistir e não sair, já que na primeira tentativa o projeto fracassou e todos foram despejados. Havia mutirões de limpeza de louças, talheres e dos arredores, atividades tais que segundo constam inúmeras narrativas eram oportunidades de experimentar a vida comunitária de uma Ocupação organizada.

A lona amarela da cozinha - assim como da creche - na Eliana Silva era uma

referência espacial e simbólica, no sentido de expressão do encontros, acordos, consenso e poder. Ao mesmo tempo em que se compartilhava assuntos de interesses em comum, a cozinha comunitária era um espaço onde o MLB e os coordenadores utilizavam para seus objetivos de organização e mobilização política: definir táticas, convencendo os moradores e discutindo com eles o melhor a ser feito para e pela Ocupação. Os laços constituídos nas refeições reforçavam as obrigações coletivas em promover trabalhos de cunho coletivo, em detrimento de ações volitivas individuais. Tal subjetivação passou por rearranjos estratégicos junto às necessidades pessoais de forma a dar uma unidade política ao assentamento, representada por laços de solidariedade e de mobilização organizada para o fortalecimento das pressões sobre a ordem instituída.

A construção da creche na Eliana Silva passou pelo mesmo processo que a Vila Corumbiara. A barraca de lona foi revestida de madeirite e de telhas de amianto para dar maior segurança às crianças. A creche era mais que um espaço seguro aos pequenos - tanto estudantes universitários, quanto militantes do MLB, moradores e apoiadores externos promoviam atividades recreativas diariamente -, ela tinha sentido político. Assim como na Vila Corumbiara, a urgência na construção da creche de lona inibia, ou pelo menos adiava, segundo William, os projetos de incursão da polícia militar e as ações judiciais do Conselho Tutelar contra o assentamento. Ela representava o projeto dos ocupantes em promover uma configuração de interdependência e de comunidade a uma área cuja destinação era voltada para a criminalidade e para a especulação imobiliária. No universo da Ocupação, quanto mais bem tratadas as crianças menores as chances de perder poder frente às negociações com o Estado.

A complexa organização infraestrutural da Vila Corumbiara e da Eliana Silva volta a se encontrar no conceito de “forma acampamento” criado por Sigaud (2005), uma vez que o modelo de acampamento produz uma linguagem simbólica e uma forma de fazer afirmações por meio de atos. A lona preta, ou amarela para instâncias especiais nos assentamentos, emitem intenções que têm por objetivo fazer da barraca a legitimação para a pretensão de “pegar a terra”. Usando a linguagem da autora, a reivindicação pelos terrenos nas Ocupações passa por um desempenho de barracas das lonas e, em alguns casos, de bandeiras hasteadas em mastros. Os assentamentos vão além de uma reunião de pessoas para reivindicar a desapropriação de áreas, na verdade evidenciam técnicas ritualizadas para se realizar a tomada da posse.

Os banheiros eram outra questão digna de nota na Eliana Silva. O que fazer com mais de 300 famílias (ou 350, como afirmam muitos coordenadores) sem um lugar adequado para

limpeza pessoal e para a satisfação de necessidades fisiológicas? Não havia banheiros públicos próximos à área ocupada, muito menos condições financeiras e legais para alugar banheiros químicos. Enquanto os "gatos" de água não chegavam a todos os pontos da ocupação, a maioria dos adultos usou a água do córrego que passava próximo ao terreno para uso pessoal. Segundo Edmaura, em poucos dias, uma corrente de água potável jorrava em alguns pontos do assentamento, atenuando a penúria de gestantes, doentes, crianças e idosos. Mas, o sistema de esgoto era um projeto de longo prazo e precisava ser pensando antes que a sujeira e as doenças começassem a aparecer.

Ocupantes mais experientes cavaram buracos de aproximadamente 4 metros de altura, que serviam como fossas, uma masculina e uma feminina. A situação era lamentável, segundo moradores e coordenadores, porque as fossas ficavam em um lado isolado do terreno e foram estruturadas em construções de madeirite. As frestas nas madeiras e o teto irregular tiravam a privacidade das pessoas e as expunham em períodos de chuva e vento. Para evitar mau cheiro e a proliferação de "micróbios", nas palavras de inúmeros entrevistados, pessoas designadas a cuidar da limpeza tomavam medidas diversas, tais como:

> Era uma vala, tinha uns quatro metros de fundura, colocava tabuas em volta para a gente pisar, e fazia lá as fezes. As pessoas limpavam e jogavam o papel [fora da fossa], fazia cocô fora do lugar, essa pessoa [responsável pela limpeza das fossas] varria e jogava cal lá dentro da fossa. Ela varria e jogava cal ou terra dentro da vala, lá no buraco. Usava, principalmente de manhã e à noite, que era pior, aí durante o dia as pessoas iam lá e limpava, jogava cal lá dentro, terra e limpava em volta. Tinha muita sujeira. Era muito difícil. (Depoimento de Vani, concedido em 02/09/2015).

No que se refere ao sistema de esgotamento, atualmente metade da Ocupação Eliana Silva está ligada à rede da COPASA de forma irregular, e a outra metade soluciona a questão pelo sistema de Tanque de Evapotranspiração (TVAP), ou "sistema de bananeiras". Segundo William, este é um modelo alternativo de tratamento de esgoto doméstico, baseado em uma fossa ecológica, individual ou coletiva, a qual aproveita substâncias dos efluentes do vaso sanitário. Nesse processo, a matéria orgânica é decomposta pelas raízes de vegetais (nesse caso, a bananeira) e água eliminada por evapotranspiração.

De acordo com Vani, para os banhos duas estruturas de madeirite, também separadas por gênero, com chuveiros elétricos, foram criadas quase ao mesmo tempo das fossas. Os "gatos" de água e de luz facilitaram o uso desses recintos, contudo depoimentos apontam que a pesada demanda de centenas de pessoas todos os dias e os graves problemas de comportamento por bem-estar coletivo e de higiene pessoal obrigaram a coordenação a tomar outras providências em poucas semanas. Foi definido que a coordenação organizaria

construções em alvenaria com vasos sanitários e tubulações para saída dos dejetos direto na rua, também por meio dos "gatos":

> Aí o pessoal começou a defecar lá dentro do espaço do chuveiro. Aí começou a ficar difícil quem ia tomar banho depois, como iria ficar com aquilo. E aí mais tarde, foi feito vaquinha e os homens construíram um de alvenaria, aí pôs o vaso. Colocou o esgoto para rua, colocou o vaso sanitário. Aí ficou bom. Aí para ir ao banheiro, tinha que pegar a chave com alguém que ficava na segurança, quem fizesse sujeira iria ficar sabendo quem foi. (Depoimento de Vani, concedido em 02/09/2015).

Quanto ao lixo, pouco mudou. Até recentemente os caminhões não passavam no terreno ocupado. Como medida tática, os moradores historicamente levam seus rejeitos à Avenida Perimetral - via principal que circunda vários bairros da região do Barreiro - para que os "caminhões do lixo" recolham os materiais descartados pelos moradores do assentamento. O endereço também foi um problema para os moradores, mas indiretamente solucionado pela necessidade de atendimento dos ocupantes pelo posto de saúde e pelo avanço das negociações em relação á regularização do serviço de água. Isso porque os agentes de saúde exigiram que o assentamento tivesse um cadastro dos moradores e de seus respectivos endereços, com numeração e nome das ruas: era necessária, então, a divisão do terreno em ruas, avenidas e alamedas, prática já em andamento no assentamento. Segundo Lourivalda e outros entrevistados, a COPASA fez exigências para que as pessoas fizessem suas caixas de correios e que as casas tivessem numeração própria[107]. Para tanto, a coordenação da ocupação conseguiu o uso do Código de Endereçamento Postal (CEP) da Avenida Perimetral e, assim, a criação de uma referência residencial para a chegada das contas.

Além da água e da energia, as empresas de internet e de telefonia celular também passaram a fazer cobranças, regularizando tais serviços na Ocupação. Com o CEP e os serviços básicos garantidos, os ocupantes passaram a se mobilizar por um melhor serviço de transporte e por um posto de saúde mais próximo e mais adequado às necessidades do assentamento. Embora houvesse reclamações quanto a esses dois últimos serviços, os ocupantes da Eliana Silva tiveram conquistas:

> O ônibus é muito lotado. Depois, que nós mudamos para aqui, houve a inauguração de uma escola aqui na frente e teve uma outra ocupação, Nelson Mandela e Paulo Freire, então o fluxo de pessoas aumentou demais e o número de transporte continua o mesmo. O mesmo trajeto, o mesmo transporte, então não atende bem não. O ônibus está sempre lotado, 31 sempre lotado, o 309 sempre lotado, 302 também que

[107] Os entrevistados relataram as dificuldades dos primeiros meses, no que diz respeito à ausência do endereço formal. Usava-se colocar como referência de endereço a casa de parentes, amigos e até vizinhos dos bairros próximos, o que era mais raro devido à negativa dos vizinhos.

> atende a parte debaixo é o mesmo recurso. Nosso posto de saúde é surpreendentemente ótimo. Não tem ninguém... quem fala mal do posto de saúde. Eu nunca fui em outro lugar, em uma outra ocupação, que fale bem de posto de saúde como aqui. Eu também não. Maravilhosamente bem. A gente não pode ir lá, eles vêm aqui, vem médico, enfermeira, chefe de enfermagem a gente chega lá e eles se viram. Leva a gente no hospital, chama a ambulância [...].[108] (Depoimento de Lourivalda, concedido em 11/12/2016).

Para compreender as práticas realizadas pelos ocupantes da Vila Corumbiara e da Eliana Silva descritas nas seções deste capítulo, a noção de táticas e estratégias de Certeau (1994) pode contribuir. Afirma que ela é uma lógica de ação calculada que não pode contar com uma fronteira de distinção do outro como totalidade, ou seja, não tem base para capitalizar seus proveitos e consolidar sua independência frente os acontecimentos. Segundo o autor, nenhuma delimitação de fora dá autonomia à tática e por isso ela deve jogar no terreno que lhe é imposto. Se o "próprio" - no sentido de uma criação autônoma para além da norma - é uma vitória do lugar sobre o tempo, a tática, por sua vez, pelo fato de ser "não-lugar", depende do tempo, observando possibilidades de ganho. Ela não tem meios para se manter em si mesma numa posição recuada e de previsão, já que é movimento dentro do campo de visão do inimigo.

De acordo com Certeau (1994), a tática é uma maneira de aproveitar as ocasiões e delas depende sem base para acumular benefícios ou prever saídas. Nela o que ganha não se conserva e esse não-lugar lhe permite mobilidade para obter possibilidades do instante. Ela joga com os acontecimentos para transformá-los em certas ocasiões e tira proveito de forças em momentos oportunos, combinando elementos heterogêneos, como pequenos sucessos, artes de dar golpes no campo do outro, mobilidades de mão-de-obra, achados que provocam euforia, dentre outros. A tática, segundo o autor, é astúcia; é a arte do fraco, seu último recurso, pois quanto maior um poder, menos se mobiliza seus meios para produzir efeitos de astúcia. Ela se introduz como surpresa numa ordem, com um senso da ocasião.

Ao contrário da estratégia, a tática caracteriza-se pela ausência de poder, estando sempre à espera de ocasiões da ordem dominante estranhas às regras próprias da racionalidade e que esta impõe com base no direito adquirido de um próprio. Assim, enquanto a estratégia é a resistência que a formação de um lugar tem perante o tempo, a tática é a habilidade de uso do tempo, das ocasiões e dos jogos que se cria nas fundações de um poder (CERTEAU,

[108] O posto de saúde referido localiza-se no bairro Mangueiras e foi considerado a segunda ação do Estado em relação à ocupação depois da força policial, inclusive com reconhecimento legítimo da organização, ao cadastrar o local como Vila Eliana Silva. Na opinião da maioria, o grande número de famílias e os possíveis riscos de proliferação de doenças em crianças, idosos e gestantes, aliados ao medo causado pelo assentamento por suas ações políticas, intimidaram os agentes de saúdes e a secretaria do Barreiro a negarem suporte e assistência.

1994). Por fim, na reflexão de Certeau (1994), a tática expressa práticas heterogêneas e imprevisíveis em espaços que não lhe são próprios; ações calculadas e determinadas pela ausência de um poder espacial próprio, sem que nenhum universo externo lhe dê autonomia. Ela rompe com o modo de atuação previsto pela organização urbana e só assume o lugar do outro por não haver lugar que lhe seja próprio, ocorrendo assim nos espaços estratégicos, porém invertendo seus sentidos por não serem coerentes a estes espaços.

Pode-se se constatar que todas as ações de mobilização para a entrada nos terrenos, para a aquisição de bens e serviços urbanos básicos e para obtenção de reconhecimento legal e social da cidade, revelam-se como táticas nas Ocupações, pois confrontam racionalmente com os modelos jurídicos, arquitetônicos, urbanísticos, políticos, que *a priori* são imprescindíveis para se viver nas centralidades urbanas. A leitura dos ocupantes sobre o papel da política institucional nos espaços urbanos explicam seus métodos de uso e apropriação física - na tomada das áreas - e simbólica - na configuração de uma nova ordem que confronta àquela estabelecida - utilizados por eles no processo de consolidação dos agrupamentos nos terrenos da cidade e de busca pelo seu reconhecimento na cidade.

Mas, há limites na apropriação do conceito quando confrontado com as realidades dos assentamentos. Apesar das ações realizadas nas Ocupações não promoverem um "próprio" - uma condição de autonomia que independe da intervenção direta de terceiros -, segundo a concepção de Certeau (1994), e não adquirirem independência é nítido, porém, que os assentamentos, ao criarem regras próprias de uso e apropriação dos espaços públicos e dos recursos urbanos, criaram um "próprio", com limites, mas com possibilidades de ação autônoma. No "fazer ocupação", as pessoas mantinham-se dentro do campo do inimigo e no espaço por ele controlado, segundo o autor. Desse modo, ações que produziram condições para a existência dos assentamentos indicaram a absorção tensa de elementos disponíveis na cidade e sua reformulação por meio de novos significados. Modificavam o sistema sem deixá-lo. As regras da organização política interna, as classificações sociais inventadas segundo situações inerentes às realidades dos agrupamentos, os vínculos que resultavam em sentimentos de pertencimento, a morfologia própria atenta aos interesses da maioria, mantinham suas diferenças frente o poder público e a legislação, mas conscientemente seriam regulados por ela. O objetivo era o de utilizar racionalmente tal arena de conflitos como canal de novas formas de atuação política. Portanto, embora o lugar das táticas seja sempre o do outro, e por isso as Ocupações jogaram nas arenas que lhe eram impostas, é possível afirmar que elas também impuseram uma ordem nestes espaços.

A outra diferença entre os elementos que compõem o conceito de táticas e as

realidades experimentadas nas Ocupações se encontra na concepção de subversão da ordem. Elas expressaram a invenção de medidas, individuais coletivas, fora da esfera legal de funcionamento da cidade, mas também em consonância com ela para uma reorganização espaço-social, que é o "fazer ocupação". Os núcleos de formação e as coordenações representaram o repúdio às esferas institucionais do Estado, consideradas pelos ocupantes como ineficazes às necessidades dos assentamentos. Os métodos de entrada nos terrenos e os códigos de ordenamento internos expressaram o enfrentamento das Ocupações às lógicas determinadas de uso e ocupação do solo. Os "gatos", as "vaquinhas" e os valores criados sobre os espaços urbanos indicaram a resistência destes agrupamentos informais aos valores estabelecidos historicamente sobre os critérios de justiça social impressos na propriedade. Todavia, a criação de comissões para estruturar acordos com o Estado, a busca de meios jurídicos e de canais midiáticos para alcançar bens e serviços oferecidos na cidade e a criação de códigos de civilidade necessários para o reconhecimento de agente da cidade, expressam a relevância que a esfera da negociação teve nos assentamentos.

As táticas foram diversificadas na realidade das Ocupações e se alternavam nas formas, sejam ofensivas, defensivas ou de contenção, posicionando-se racionalmente na arena de disputa pela cidade segundo a conjuntura imposta e às situações cotidianas que diziam respeito às suas necessidades. Elas contribuíram, com isso, para a construção de laços coletivos nos assentamentos, fortalecendo mecanismos internos de pressão cujo poder foi suficiente para fazer prevalecer o discurso das "necessidades do povo" e suas ações contra as balizas reguladoras do Estado, em seu controle sobre a cidade.

Certeau (1994) entende a estratégia como o conjunto de práticas que articulam espaço e poder responsáveis pela criação de limites segundo os quais tal poder se distribui. Ela é a autonomia espacial sobre as circunstâncias ou sobre as efemeridades temporais e possui caráter homogêneo e previsível. Diferente das táticas, as estratégias são práticas com modos de operação capazes de produzir e impor, ou seja, mecanismos que buscam por limitar os espaços de atuação de outros. É uma lógica de ação, um cálculo ou manipulação de relações de forças que se torna possível por meio da situação em que sujeito de querer (instituição científica, empresa, cidade) pode ser isolável do ambiente. Segundo o autor, ela requer um lugar capaz de ser circunscrita como algo próprio e para servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. Toda racionalização estratégica, nas palavras do autor, expressa ações que devido ao postulado de um lugar de poder criam lugares teóricos (discursos e sistemas totalizantes) capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde forças se distribuem.

No caso das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva, o conceito de estratégia é relevante no que diz respeito o pensar a articulação real entre espaço e poder responsáveis pela criação de limites próprios, segundo os quais o poder se distribui e nesse sentido, uma autonomia espacial sobre as circunstâncias ou sobre as efemeridades temporais, de caráter homogêneo e previsível. Porém, apesar de ser pensada como lógica de ação, ela vincula-se a um objetivo geral que é a garantia da moradia. Assim, nas práticas não previstas pela ordem estabelecida, ou adaptadas às normas, a fim de assegurar os bens e os serviços oferecidos pela cidade - o que chamei de tática -, as pessoas asseguraram uma estratégia maior representada pela manutenção da posse e da ordem das Ocupações, em seu sentido mais amplo, com dimensões territoriais, simbólicas, afetivas e civilizatórias.

No que se refere às táticas e a estratégia agenciadas pelos residentes da Vila Corumbiara e da Eliana Silva, cabe aqui fazer referência às discussões sobre as relações entre a legalidade e a ilegalidade, formalidade e informalidade existentes nas cidades globalizadas, em especial em territórios informais como as Ocupações. Segundo Birman (2015b), houve drásticas alterações nas formas de tratamento das populações mantidas em posições subalternas no plano nacional e internacional. Estes territórios precarizados são espaços de exclusão, mas também de circuitos econômicos informais e de ordens políticas e jurídicas ilegíveis frente à sociedade civil. De acordo com a autora, estigmatização e extermínio formam um conjunto de precariedades e contribuem para tal raciocínio, demonstrando os exercícios do poder público e a dificuldade em separar os atores do Estado e da sociedade na gestão diferencial dos ilegalismos nestas áreas.

Nesta complexa relação entre poder público e Ocupações, evidenciou-se constantes derrotas materiais e simbólicas dos últimos nas negociações para obterem um lugar na cidade - as ordens de despejo, a negação dos serviços e bens básicos por determinado período de tempo, os impedimentos à regularização e à urbanização do terreno -, mas também conquistas consideráveis - o alcance do *status* de agentes reais frente ao poder público, ao serem recebidos oficialmente por autoridades do Estado, a conquista regularizada dos serviços e dos bens urbanos, o reconhecimento como território, delimitado por fronteiras físicas e de poder - que demonstraram o valor concreto da moradia para os mesmos em meio a suas trajetórias móveis de habitação.

De acordo com Telles (2011), a produção da cidade "ilegal" é proveniente da urbanização das cidades, da ocupação irregular do solo urbano e do crescimento exponencial do favelamento e das zonas de ocupação. Segundo a autora, os ilegalismos urbanos acompanharam as mudanças da cidade, deslocando as noções do formal e do informal em

dinâmicas reconstruídas por novos agentes dos mercados informais e ilegais. No que se refere às relações das Ocupações com a cidade, elaboraram-se redes que passam por instâncias oficiais, como os arranjos feitos com as prestadoras de serviços de água e energia junto ao Estado para garantir o acesso dos mesmos aos assentamentos, e, ao mesmo tempo ou previamente, circulam por universos fora da estrutura legal/formal, numa articulação calculada e meticulosa em busca da inserção concreta na cidade.

Percorrer as tênues fronteiras entre o legal e ilegal alude que a capacidade das pessoas na Vila Corumbiara e na Eliana Silva de lidar com as urgências da vida exigiu a participação direta e arriscada nos poros de legalidade existentes na dinâmica urbana. Os ocupantes se valeram das regras da legalidade e da ilegalidade para usá-las a seu favor de acordo com as situações da vida. Protagonizaram ações ousadas e de risco sem deixar de racionalizar as possibilidades de perdas e danos concretos a si mesmos e ao agrupamento do qual fazem parte. As linhas de força existentes no cenário urbano em busca de inserção nas cidades exigiram das Ocupações táticas e estratégia para lidar com fortuitos e infortuitos da vida e a arriscar pela subversão da informalidade, de forma a serem obrigadas a transitar por caminhos incertos em práticas e dispositivos de garantia dos recursos escassos conforme circunstâncias.

Os agenciamentos[109] locais articulados nos "circuitos informais e ilegais", termo usado por Telles (2011), colocam, por sua vez os pobres na condição de consumidores, o que no caso das Ocupações em questão garantem a integração aos mercados formais e arrecadação para o Estado, haja vista a cobrança regularizada dos serviços e dos bens aos ocupantes. Ocorreu uma espécie de inserção forçada destes agrupamentos às lógicas do consumo legalizado, porém inicialmente por meio de canais informais e ilegais, estes, no olhar dos ocupantes, vistos como única alternativa para a garantia dos recursos básicos oferecidos nas cidades.

Abramo (2009) questiona a relação dicotômica entre o formal e o informal, afirmando que ambos se interagem de forma complementar, concorrencial ou até mesmo pela mútua influência no comportamento dos agentes que atuam nos dois mercados. Ao criar classificações para o mercado informal na estrutura urbana, o autor, ao tratar do caso específico das favelas (ABRAMO, 2003) aponta que a rotação do estoque imobiliário do mercado informal nas favelas foi maior que em outros bairros estudados - o que demonstra regularidade de seu funcionamento

[109] De modo geral, entendo agenciamentos não como a reproduções das estruturas existentes, mas os sentidos construídos nesse processo, ou seja, refere-se á intenção e ao estabelecimento de relações. Desta forma, pessoas e agrupamentos se conectam sem perder suas variadas condições de existência. Os agenciamentos são coletivos porque são compostos de múltiplas forças de caráter subjetivo e objetivo, responsáveis por constituir territórios.

- e que os preços das transações imobiliárias no mercado informal regula o acesso a terra nas favelas, não acompanhando os preços dos bairros legalizados.

O estudo de Magnani (2002a) pode ajudar a entender como as táticas e a estratégia protagonizadas na Vila Corumbiara e na Eliana Silva - baseado na complexa relação entre a formalidade e a informalidade, a ilegalidade e legalidade - demonstraram a capacidade das "gentes sem casa" em criar mecanismos para lidar com as urgências da vida, em especial em seu caráter situacional, em consonância com a totalidade do mundo urbano. Aponta para a existência de uma racionalidade própria das pessoas na organização da vida social das cidades, em suas escolhas, decisões e práticas, que seguem lógicas específicas de experiências não auto evidentes de ordenação do espaço, paralelas a situações que correm juntas à totalidade urgente à vida nas cidades. As experiências são parte ativa numa totalidade, entendida como aquilo experimentado, compartilhado e reconhecido pelos atores, assim é necessário perceber a multidimensionalidade das relações sociais nas cidades, reconhecendo a agência das pessoas e de suas organizações sem desconsiderar as estruturas que compõem as relações sociais em suas desigualdades e conflitos.

As Ocupações, enquanto agentes coletivos urbanos em expansão e reconhecimento, possuem seus próprios seus arranjos, iniciativas, experiências, redes e encontros inerentes às interações. Magnani (2002a) propõe incorporar os atores *na cidade*, pois a cidadania e as práticas urbanas possuem novos cenários nas cidades contemporâneas e sugere a importância de conhecer padrões de comportamento de maneira a conforma-lo como múltiplos, ou seja, atores cuja vida na cidade se faz na cidade, negando a condição de dispersos e isolados.

É evidente que a Vila Corumbiara e a Eliana Silva fazem parte de processos de segregação urbana que não devem ser negligenciados. O ambiente urbano é uma produção social e, portanto, arena de confrontos que possibilita o encontro entre iguais e desiguais. Os espaços de moradia nas Ocupações simbolizam o espaço social e este, a estigmatização do espaço físico, trazendo à tona o fato de os diversos capitais manterem afastados os indesejáveis e a existência mecanismos de manutenção das situações de controle sobre o espaço por meio de forças como o Estado.

Todavia, as experiências destes assentamentos mostram a necessidade de avançar sobre o ponto de vista dualizante dos processos de segregação urbana. Parte-se da concepção de que a segregação é um fenômeno cada vez mais complexo que exige olhares ampliados para a dicotomia entre ricos e pobres e para a relação entre espaços abstratos e espaços diferenciais. Os arranjos produzidos nas Ocupações, das redes de mobilização e de negociação formuladas até a escolha estratégica de terrenos, demonstram que a agência dos

atores não está separada das estruturas que enquadram as relações sociais, em suas desigualdades e conflitos. É necessário nesta investigação direcionar para os arranjos locais não isolados no espaço e muito menos em seus objetivos, mas que negociam suas formas de estar e se inserir nas cidades.

Neste caminho, as Ocupações devem ser analisadas segundo experiências cotidianas vivenciadas. Tais experiências só podem ser descritas se levadas em conta como múltiplas vozes - que ora se chocam, ora se combinam e se relacionam com outras vozes externas- que criam agrupamentos cujo vocabulário partilhado de sentidos promove uma unidade provisória a ser negociada entre os moradores e deles com outros agentes, tais quais o Estado e os movimentos sociais. É preciso deixar claro que nestes universos desenhados pela instabilidade e pelo provisório, realidades em comum se sustentam nas ocupações e possibilitam a resistência no espaço e os arranjos diferenciados em relação às forças dominantes no mundo.

Refletindo sobre uma racionalidade própria dos moradores na organização das Ocupações em diálogo com outros agentes da cidade é evidente a invenção criativa de manipulações locais sobre estruturas sociais, o que evidencia o aspecto multiescalar da vida social. Pensar sobre a ótica da "situação" tratada por Agier (2011)[110] é fundamental para se apreender como os atores nas ocupações vivem, atuam, reconciliam e lidam com eventos específicos e globais, considerando tais experiências reveladoras da complexidade das formações urbanas contemporâneas. A situação, de acordo com o autor, expressa como as pessoas vivem e atuam numa determinada ordem, ou seja, reflete como elas lidam com as escolhas nas quais são confrontadas.

Deste modo, a ideia de situação de Agier (2011) contribui para se entender a constituição das Ocupações e as tramas que envolvem seu desenvolvimento dentro da ambivalência legalidade e ilegalidade, principalmente porque não se limita a critérios espaciais, tendo como ênfase as interações. Daí a possibilidade de ver as práticas diversas das ocupações na ordenação do mercado informal do solo por meio das redes, essas, ainda de acordo com Agier (2011), como realidades que alcançam sentido pelo princípio de articulação de situações. A multiplicidade de vivências nas ocupações pode ser explicada por uma série de trajetórias, histórias e experiências dos moradores que os possibilitam negociar com outros atores da cidade.

---

[110] Segundo Agier (2011), a análise situacional é o processo que isola intelectualmente um acontecimento ou um conjunto deles para facilitar a apreensão de uma ordem de acontecimentos interrelacionados coerente. Enquanto viés analítico ela des-espacializa a pesquisa urbana, pois acredita que não são limites espaciais os definidores da situação, mas a interação. A abordagem situacional traz para além da interação a metáfora teatral, com os atores sempre dispostos em universos que envolvem cenas, decoração, bastidores, papeis, representações e público.

# 5 O EXERCÍCIO DO PODER NAS OCUPAÇÕES E A LUTA CONTRA O PODER INSTITUÍDO: AS REGRAS DE CIVILIDADE, A LÓGICA DA GESTÃO COLETIVA E O IDEAL DO "ESPÍRITO COLETIVO"

A narrativa ideológica que dá unidade às Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva é a da luta contra o poder, leia-se o capitalismo e suas ordenações - dentre elas as leis de mercado, tratadas como responsáveis pelo proposital encarecimento fundiário nos centros urbanos. Tal posicionamento está diretamente associado à história de precariedade habitacional do/s ocupantes e à conexão entre suas demandas e os projetos dos movimentos sociais, elementos que servem de bases para justificar o enfrentamento à legalidade a partir das práticas informais de conquista da moradia própria. A polarização entre "oprimidos e opressores" fica bastante clara no discurso das coordenações, dos demais ocupantes e dos movimentos sociais envolvidos no processo do "fazer ocupação", situando os residentes das Ocupações no lugar social marcado pela ausência de poder e de autonomia.

Por outro lado, é importante destacar como se constituem as relações de poder no interior das Ocupações, em especial nos vínculos entre as bases (os residentes das Ocupações, os quais não se dedicam ou se dedicaram apenas em algum momento das atividades políticas formais dos assentamentos) e as lideranças (coordenações e movimentos sociais). A configuração social que explica as relações de poder na Vila Corumbiara e na Eliana Silva abarca regras de comportamento, códigos de civilidade e agenciamentos verbais e não verbais para adesões voluntárias ao ideal comunitário e à gestão coletiva.

Partindo desses questionamentos, será discutido neste capítulo como se constituíram as relações de poder nas Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva e os mecanismos que arquitetaram os sentimentos de pertencimento em seu interior, em especial nos vínculos entre as bases e as lideranças. Será feita uma analogia das realidades dos assentamentos com o "processo civilizador", da concepção de Elias (1994a), operacionalizados nos discursos da "gestão coletiva" e de "espírito comunitário" contidos nas relações sociais estabelecidas em ambas as ocupações.

## 5.1 Entre a "viração" e o controle: o processo civilizador nas Ocupações

> Porque eu vejo aí um monte de ocupação em que dá tudo errado. Aqui dentro não existia drogas, prostituição e coisa errada, eles [coordenadores e movimento social] não aceitavam. (Depoimento de Leontina, concedido em 17/03/2016).

O depoimento de Leontina revela um aspecto intrigante da organização na Vila Corumbiara e que também aparece nas vivências da Eliana Silva: um forte apelo moral para a manutenção da ordem e para o prosseguimento da existência do assentamento. De acordo com ela e com outras narrativas, toda atitude considerada "má" não era tolerada pela coordenação. Nas duas Ocupações, premiações e punições giravam em torno de regras de conduta específicas, predeterminadas em reuniões, assembleias e estatutos. A necessidade de consolidar uma plataforma de comando pelas lideranças em ambos os territórios aponta para uma relação complementar entre as noções de "viração e "controle", lógicas basilares para o funcionamento destes territórios. Enquanto a "viração" é a realidade destacada pela desordem imposta pelo assédio do Estado e pelas tensões do trânsito entre atividades legais e ilegais, o "controle" se estabelece por meio das exigências de uma vida dignificada pela estabilidade, expressa na obediência às regras (BIRMAN, 2015b). As duas lógicas abalam, segundo Birman (2015b), a vida em um espaço considerado como compartilhado entre seus habitantes.

A concepção de "controle", que não está separada da "viração", toca a questão do processo civilizador. Os estudos de Elias (1994a) apontam que indivíduo e sociedade não podem ser pensados de forma separada, mas sim em uma rede de interdependências entre indivíduos em uma sociedade. Segundo o autor, o ser humano é o único animal já provido de uma aparelhagem biológica que possibilita a ele uma natureza social e, nesse sentido, a imagem do ser humano como "personalidade fechada" deve ser invertida para a "personalidade aberta", com maior ou menor grau de autonomia frente outras pessoas, sendo que também é orientada para outras pessoas e dependente delas.

Dessa forma, é a rede de interdependências entre os seres humanos que os liga, estabelecendo um laço que Elias (1994a) denomina como configuração, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. De acordo com o autor, as pessoas são mais ou menos interdependentes, primeiro por questões ligadas à ação da natureza e posteriormente da aprendizagem social - educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas - e é essa interdependência que o permite criticar a imagem do homem individual. Assim, seria mais apropriado falar de numerosas pessoas interdependentes, que formam configurações, ou seja, grupos ou sociedades de tipos diferentes.

A diversidade dessas configurações leva agrupamentos sociais a criarem a noção de civilidade. O conceito de civilização para Elias (1994a) não indica uma qualidade valorativa de uma sociedade sobre a outra - não quer dizer que uma é civilizada e a outra "incivilizada". Ele estabelece diferenças entre elas, determinando as características de comportamentos coletivos e individuais, que se referem à prática de boas-maneiras e de educação do corpo e

dos hábitos, numa incessante busca pelo controle dos instintos ou das pulsões. Civilização para o autor alude a comportamentos que moldaram a configuração da sociedade ocidental contemporânea, alertando que ela se refere a processos não lineares, apesar da inevitabilidade de uma tendência para todos os tipos de comportamento[111].

Segundo Elias (1994a), explica o conceito a partir das mudanças ocorridas na modernidade ocidental, fortemente marcadas pela centralização do poder e pela especialização no trabalho. Paralelo a elas, ocorreu um forte processo de alterações na conduta de sentimentos humanos, chamado por ele de processo civilizador. Tais transformações não indicam inexoravelmente elementos racionais, como uma decisão proposital, muito menos irracionais, como algo incompreensível: o processo civilizador, portanto, não foi natural, muito menos planejado. Na percepção de Elias (1994b), o processo civilizador teve dois momentos que não separam a sociedade do indivíduo: as mudanças sociais, que representaram a existência e o refinamento da estrutura política e econômica, e as mudanças individuais, ocorridas na concepção do próprio indivíduo. Esses processos ocorreriam mediante conflitos, às vezes de caráter mais geral, às vezes de caráter mais particular.

No que toca ao indivíduo, o processo civilizador é oriundo da transformação em cada pessoa. Segundo o autor, parte das tensões e das paixões, antes explicitadas na luta direta entre homens, foi reelaborada no interior do ser humano. Surgiu então um padrão individualizado de hábitos semiautomáticos que introjetou nele um "superego" específico, controlador e transformador de suas emoções, em conformidade com a estrutura social. Todavia, Elias (1994a) determina que impulsos e paixões impedidos de se manifestar diretamente nas relações entre as pessoas passam a lutar, no seu interior contra essa parte supervisora de si mesma.

Apesar de lidar com processos de longa duração, a ação civilizatória nos termos de Elias (1994a) ganha sentido análogo às realidades da Vila Corumbiara e da Eliana Silva, devido. Normas e códigos de conduta eram ferramentas de controle das lideranças sobre as bases: lidar com os policiais, por exemplo, foi um dos assuntos mais tratados entre os ocupantes desde os núcleos de formação[112], antes da entrada no terreno, até meses depois à realização do fato. Era ordem primária dos movimentos sociais e das lideranças locais que se

[111] O autor deixa claro que a conclusão de uma fase fundamental do processo civilizador no Ocidente ocorreu quando a burguesia passou a governar os Estados europeus, consolidando a noção e a percepção do civilizado como superior, e onde o comportamento evolui para um comportamento civilizado.

[112] Os núcleos de formação eram espaços de organização e mobilização iniciais constituídos meses antes das inserções nos terrenos. Seu principal objetivo era preparar indivíduos e famílias para o "fazer ocupação" de ocupar, desde as táticas de entrada no terreno até a estruturação administrativa para gerir o espaço.

evitasse qualquer forma de agressão, seja física ou verbal, às forças policiais, salvo no caso de uma invasão truculenta no terreno. Os ocupantes foram convencidos pelas lideranças a não reagir com violência às ações repressivas da polícia, tratando os agentes policiais com o máximo de respeito. Essa era uma das táticas defensivas orientadas pelas coordenações para fortalecer mobilizações pacíficas. As demais eram vigílias nas portarias, inspeções ao longo das cercas, em especial durante a noite, formação de "barreiras humanas" com ferramentas de trabalho nas mãos - gesto simbólico de resistência popular quando da ameaça policial de retomar o terreno -, deslocamento de crianças e mulheres para locais estratégicos da área nos momentos de ameaça de despejo. Neste ínterim, de acordo com Lauro, os advogados e as lideranças ganhavam tempo para as negociações com o Estado e evitavam confrontos desnecessários, reduzindo também a imagem negativa do assentamento frente à opinião pública.

O fato de desatar as tensões por meio de estímulos a ações não violentas, mas meticulosamente planejadas, reduzia riscos em relação à integridade física das pessoas e à invasão repentina da polícia para prender os mais exaltados. Na Vila Corumbiara, em casos extremos, após acordos com a coordenação, a polícia ou os agentes de saúde eram autorizados a entrar:

> Não. Porque, eles [policiais] respeitaram os nossos direitos e nós respeitamos os direitos deles [...]. A polícia entrou aqui porque nós permitimos que ela entrasse. Porque eles não entraram sem a nossa permissão. Chegaram porque um rapaz [...] aí, endoidou e suicidou. Aí eles tiveram que entrar para fazer ocorrência e tirar o corpo, esse tipo de coisa. [Mas,] teve que ter permissão do presidente [coordenação] para que eles pudessem descer. Então, eles desceram. Uma outra senhora que era de idade e ela passou mal aqui e veio a falecer. Mas, desta vez, os líderes não permitiram os policiais descer. Porque, ela era de idade e era doente, então eles nos deram a maca, nós pegamos aqui e levamos para ela lá em cima. (Depoimento de Leontina, concedido em 17/03/2016).

A permissão para entrada e saída de desconhecidos ou de "indesejáveis" - policiais e agentes da prefeitura disfarçados - na Vila Corumbiara era definida pelas lideranças, segundo critérios estabelecidos no conjunto de normas anteriormente elaboradas e discutidas em assembleias. No entendimento dos entrevistados, as determinações normativas na Ocupação, que serviram como ferramentas de organização da ação coletiva, algumas vezes deveriam sobrepor-se às regras do Estado a fim de garantir a permanência no local. Dessa forma, apesar da informalidade e da ilegalidade do fato de se ocupar - segundo as regras jurídicas formais - a convicção de uma ação que visa fins igualitários e a lógica do Estado como "demiurgo" das relações sociais, autorizava o assentamento a ser composto por critérios de funcionamento que

diziam respeito apenas àquela realidade. No caso de mortes, doenças, agressões ou tráfico de drogas, as representações do poder daquele espaço decidiam - quando havia tempo hábil, em assembleia - a postura da Ocupação frente às situações[113], definindo quais e como determinados agentes e instituições entrariam ali.

As decisões pareciam passar pelos resultados das disputas anteriores com a prefeitura, pelas notícias veiculadas na imprensa ou pelas recentes experiências frente às forças policiais. Quando o poder público e a opinião pública "engrossavam a coisa pra gente, a gente também não dava colher de chá não. Ninguém entrava aqui a não ser que a coordenação soubesse quem era e o que tava fazendo aqui." (Depoimento informal de um ex-coordenador que não quis se identificar, concedido em 05/07/2016).

A coordenação da Ocupação Eliana Silva também promoveu um forte apelo moral para a manutenção da ordem e da permanência das pessoas no assentamento. Um sistema de premiações e punições marcava a organização do assentamento e a exemplo da Ocupação Vila Corumbiara estabelecia condutas específicas, predeterminadas em reuniões, assembleias e estatutos. O MLB possuía regimento nacional disponibilizado a Ocupações urbanas em todas as regiões em atuação no país, mas segundo William, com relativa abertura para itens organizacionais segundo suas condições socioeconômicas e regionais. A partir desse regimento, imposições e proibições foram estruturadas para que as pessoas pudessem compreender e seguir os modelos socialmente aceitáveis:

> Não, a norma é mesma para todo mundo. Você não pode ter casa fora da ocupação, você tem que morar de favor ou de aluguel, se a gente fizer uma outra ocupação, como nós fizemos a Nelson Mandela, eu não posso ter casa lá. Só pode ter aqui no Eliana Silva. Essas são as normas para militante, como para qualquer morador [...]. Tem uns que estão na coordenação sem morar. Gostam do movimento, querem atuar no movimento, isso também não proíbe da pessoa ser da coordenação. No regime não está escrito isso. No regimento, fala de não se ter casa em outro local, morar de aluguel ou de favor, não pode bater em mulher. Não pode ter agressão à mulher. Tráfico de drogas: a gente tenta combater o tráfico dentro da ocupação. Nós estamos há quatro anos no Eliana Silva e até hoje nós não temos uma boca de fumo aqui dentro. A gente foi pra cima e não deixamos colocar. (Depoimento de Raul, concedido em 26/06/2015).

Assim como na Ocupação Vila Corumbiara, o discurso igualitarista da coordenação na Eliana Silva, amparado pelos ideais do movimento social, baseava-se em sua oposição declarada ao Estado entendido como a instância máxima de defesa da propriedade privada, portanto, da

[113] Como discutido no capítulo três, a situação, de acordo com Agier (2011), expressa como as pessoas vivem e atuam numa determinada ordem, ou seja, reflete como elas lidam com as escolhas nas quais são confrontadas. Desta forma, a ideia de situação discutida pelo autor contribui para se entender a constituição das Ocupações e as tramas que envolvem seu desenvolvimento, principalmente porque não se limita a critérios espaciais, mas às interações.

desigualdade social, segundo William. Tal mentalidade parecia credenciar o assentamento a criar um modelo de justiça à parte para aquela realidade, aos moldes civilizatórios de Elias (1994a). Para tanto, determinados comportamentos e valores não deveriam ser reproduzidos no território, primeiramente pelo ideal de que a Ocupação confrontaria e reduziria em longo prazo os vícios causadores das desigualdades reproduzidos na sociedade contemporânea. Em segundo lugar, qualquer vestígio de degeneração moral poderia servir de justificativa para retaliações incessantes do poder público e facilitar ações de despejo.

Estabelecimentos comerciais foram proibidos até que o risco de despejo fosse reduzido. O caso da tentativa de um ocupante em montar um bar na Eliana Silva demonstrou a forte operacionalização das regras regulamentadas: o bar foi fechado pela coordenação e o morador passou por um "julgamento" em assembleia, que foi realizado para decidir sobre sua permanência na Ocupação. O único caso em que entrevistados relataram a impotência de suas instâncias deliberativas frente a comportamentos considerados inadequados foi no caso dos traficantes que entraram no terreno, primeiro em busca de um lote ou como "invasores com poder" (Depoimento de Jacir, concedido em 25/10/2016), devido à ameaça à vida e à família que representavam, depois diretamente com a prática ilegal da venda de entorpecentes. Porém, de modo geral, em consonância com as regras gerais e com as decisões por assembleia, outros relatos demonstraram que os ocupantes denunciavam possíveis invasões e "expulsavam" [114] os suspeitos de uso e comercialização de drogas. Além disso, a polícia também teve acesso restrito, em especial nos primeiros meses de vida do assentamento:

> O tráfico geralmente, quem coloca nem é a pessoa de dentro. É a pessoa de fora que traz. E aí a gente vai na pessoa, a gente fala que aqui dentro não pode, que eles vão prejudicar as pessoas que estão aqui dentro, já tentaram e a gente foi para cima, explicando que eles não estavam prejudicando só a mim, mas, você está prejudicando. 286 famílias que moram aqui. (Depoimento de Lourivalda, concedido em 11/12/2016).

Porém, há relatos diferentes quanto à aridez das punições. De acordo com Raul:

> Roubo, violência contra a mulher, quando é no início, na montagem das barracas, não pode chegar bêbado [...], a gente não coloca o cara pra fora, não exclui ele: - "olha companheiro, onde você mora [...], você vai pra casa do seu pai, da sua mãe, amanhã você volta. A gente vai na conversa, no outro dia ele vai conversar com a coordenação. (Depoimento concedido em 26/06/2015).

[114] Não ficou claro se tantas pessoas foram expulsas como se relata nas entrevistas. Entrevistados mais questionadores em relação às práticas da coordenação e do MLB declararam que as expulsões não eram comuns, questionando inclusive a retidão moral de ambos quanto ao discurso da aridez contra os traficantes. Aqueles mais próximos ou aderentes às decisões da coordenação ressaltam a generalidade justa das regras do assentamento. Portanto, as informações a respeito de tais medidas não foram conclusivas.

É importante frisar que os territórios de ambas as Ocupações funcionavam como uma realidade à parte, no que se refere a determinações de justiça e de repressão às infrações. Levando em conta o decreto da proibição da entrada da polícia e dos agentes públicos - salvo em situações extremas, como mortes e doenças - coordenadores e demais ocupantes constituíram um modelo de legislação interna com intuito de manter a ordem social nos assentamentos, agindo muitas vezes como polícia - ao reprimir as infrações por meio de sanções estabelecidas nos regimentos internos - e como tribunais - no caso das assembleias - onde a "voz coletiva" arbitrava sobre o destino das pessoas e do funcionamento do assentamento.

> [...] no dia em que entrou um ladrão aqui dentro, que roubou lá fora e entrou aqui dentro, nós o caçamos até encontrá-lo aqui dentro e botamos ele para fora. Corremos aqui dentro, procurando no quintal de um e de outro, até encontrar. E quando encontramos botamos para fora. (Depoimento de Tânia, concedido em 24/03/2016).

> Na assembleia, todo mundo votava quando era essas coisas [infrações graves]. Aqui, se precisasse de cinquenta homens pra pegar alguém, tinha, pra pegar e expulsar malandro e viciado [...]. A qualquer hora em que você quiser cinquenta homens da comissão aqui, para defender um problema seu, tinha na hora. Qualquer hora, em que você gritava, cinquenta homens iam à sua casa. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

A arbitrariedade da "voz coletiva", fundada pelas determinações das coordenações se materializou nas ações de controle na Vila Corumbiara, no que se refere ao sentido da moradia na área ocupada. O corolário da função de ocupante se dava na concepção de que a Ocupação teria apenas o fim de moradia, o que foi combatido algumas vezes no agrupamento, como foi o caso da construção de um bar. O responsável pelo empreendimento disse que o estabelecimento comercial seria sua fonte de renda - o que não estava previsto pela coordenação para o assentamento. Porém, pelo receio das lideranças em "queimar o filme da Ocupação" (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016) frente às autoridades, em perder o controle sobre os comportamentos daqueles considerados "viciados" e sobre a entrada de estranhos e indesejáveis - policiais e agentes da prefeitura disfarçados - no terreno, somados ao episódio do assassinato de uma pessoa dentro do bar exigiu uma ação drástica determinada pela coordenação e apoiada por grande parte dos ocupantes em assembleia: "o fechamento do boteco [risos]" (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

Havia forte exigência da coordenação também para a manutenção da limpeza no terreno. Além da "boa impressão" perante a opinião pública - principalmente os moradores dos bairros vizinhos -, os ocupantes da Vila Corumbiara e da Eliana Silva foram convencidos

de que o asseio do espaço evitaria doenças diversas e causaria melhor impressão às autoridades, corroborando com a imagem de um lugar ordenado, estável e homogêneo, no sentido da organização social. No que se refere às regras de comportamento, havia forte vigilância e controle em ambas as Ocupações sobre as pessoas a fim de evitar atitudes consideradas indecorosas, como o uso de bebidas alcoólicas e outras drogas, agressões de modo geral, em especial às mulheres, repasse dos lotes a terceiros. As coordenações exigiam de outras hierarquias gestoras do território, como comissões (Vila Corumbiara) ou coordenações locais (Eliana Silva) o acompanhamento e a avaliação das posturas individuais:

> Baixaria é falar palavrão, é insultar os outros, é mexer com a polícia, porque, muitas vezes as pessoas saem para fazer um protesto, eles saem querendo quebrar o carro dos outros, o que os outros têm a ver com o que você está fazendo. Ninguém, né? Então, o Canhão nos falava: 'o nosso projeto é esse. Então, eu quero ordem e decência'. Então, foi onde nós conseguimos chegar. (Depoimento de Jurema, concedido em 18/04/2016).

> Depois não conseguiu controlar [o tráfico de drogas e a entrada de 'invasores'], até mesmo pela questão da criminalidade por tráfico muita gente foge da violência, ou não suporta ver violência e ficar calado ou não suporta tanta dificuldade. (Depoimento de Vani, concedido em 02/09/2015).

O processo civilizador nas Ocupações, seguindo a concepção de Norbert Elias (1994a), é uma analogia às formas de controle existentes nos territórios - uma vez que o autor trabalha com processos de longa duração -, ocorrendo um conjunto de determinações que moldaram os comportamentos coletivos e individuais nos assentamentos, diretamente ligados à prática de boas-maneiras e de educação do corpo e dos hábitos, a fim de controlar instintos ou pulsões.

A moralização intensiva nas Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva retratava um imperativo civilizacional que contrastava com determinados princípios defendidos pelos movimentos sociais e pelos sindicatos. As lideranças foram tratadas pelos demais ocupantes como baluartes de uma nova organização social popular, pautada por critérios de participação integral e direta, o que aconteceu realmente em muitos aspectos - como as assembleias e as comissões. Tal horizontalidade nas decisões dizia respeito aos interesses comuns e à aversão aos valores e às práticas da sociedade liberal-burguesa, de acordo com Lauro e William. Contudo, ao tentar conter os impulsos individuais das pessoas, as lideranças dos processos de ocupação desconsideraram de forma pragmática a diversidade de experiências sociais pelas quais passaram os residentes do espaço. Esta imposição tem um sentido: a busca por um grau de ordem coletiva possibilitaria gradualmente a germinação de um sentimento de

pertencimento ao local e a noção de que os residentes eram pares, determinando, na visão dos movimentos sociais e dos sindicatos, a consolidação da verdadeira unidade popular.

No caso da vila Corumbiara: “Você não podia beber, brigar, homem bater em mulher. Homem que batia em mulher era colocado para fora. Ficava só ela e as crianças e eram as mulheres quem colocava os homens para fora.” (Depoimento de Tânia, concedido em 24/03/2016). Ao falar sobre determinados hábitos na Eliana Silva, Vani afirma:

> A regra era comportamental. Era geral, não tinha escolha [...] Não podia agredir mulheres, não podia ter brigas entre marido e mulher, não podia bater nas crianças, não podia deixar as crianças largadas, não podia usar drogas, álcool, sexo [...] não podia fazer barulho. Não podia. Começaram a impor que não podia usar roupa curta, porque era muito indecente, mas essa regra não deu certo de jeito nenhum. A maioria deu certo por um certo período, mas depois as pessoas foram relaxando. Eles não conseguiram conter usar drogas e álcool totalmente aqui. Bem no início sim. Mas, depois usava e não se tinha controle. (Depoimento concedido em 02/09/2015).

Na verdade, o sistema de proibições e imposições morais foi reinventado no interior das Ocupações aos moldes do macrocosmo social e cultural já constituído historicamente nas cidades da modernidade. Isso ocorreu devido às necessidades imediatas de manutenção da existência de um núcleo social, portanto, um microcosmo, que verteu medidas contra a própria realidade sobre a qual se assentava em valores e comportamentos - e por isso os reproduziu, porém de forma ressignificada. As coordenações dos territórios se convenceram que a unidade de valores e de comportamentos apenas seria viável caso um conjunto de padrões estabelecidos fosse operacionalizado nas sanções e nas punições determinadas pelo “topo da pirâmide”, ou seja, as lideranças políticas dos assentamentos: “não podia fazer nada errado, porque os líderes não deixavam, era muito rígido morar aqui, porque tinha que seguir regras.” (Depoimento de Gilvânia, concedido em 21/07/2016).

Os desacordos apareceram à medida que os ideais e as regras das lideranças ou não condiziam com suas práticas cotidianas ou não entravam em conformidade com as projeções lógicas das pessoas. O imperativo moral que orientava as relações nos dois territórios tinha seus limites. Para manter a estabilidade da governança nas áreas, lideranças relevavam certas improbidades de outros coordenadores ou outros ocupantes em casos de faltas graves. De acordo com entrevistados, buscando a condescendência dos coordenadores, os infratores tentavam fazer uma espécie de “política de bastidores”, ou pequena política, para fins individuais, que quase sempre surtia efeitos positivos para ambos os lados. Jurema (Depoimento concedido em 18/04/2016) comenta sobre a Vila Corumbiara

> Todos ali me conhecem, mesmo na época em que eu bebia os meus golinhos, que eu não vou mentir para você, que hoje eu pertenço a Deus. Mas, na época em que eu tomava os meus golinhos, eu entrava na barraca deles e falava: 'oh, não pode beber aqui não.' [aí alguém lhe dizia]: 'Mas, você bebeu' e respondia: 'Mas eu bebia lá fora' Então, até com os líderes. Entendeu? Às vezes, mesmo com Lauro: 'oh, minha filha você está ajudando a tomar conta aí' 'Eu, tomei cerveja lá fora Lauro. Não foi aqui dentro, não'. E aí ele falava: 'Você vai deitar, esperar esse bafo sair, para que você possa conversar com os outros'. Então, eu não tenho nada contra e nem eles têm nada contra [mim]. (Depoimento de Jurema, concedido em 18/04/2016)

Na Ocupação Eliana Silva também não era diferente:

> O Raul [coordenador] bate de frente com qualquer pessoa, mesmo quando tá errado. Ele bebe muito, já deu muito trabalho. Mas como ele é mais antigo aqui ninguém se mete com ele. O Raul é uma pessoa muito fácil de lidar sem a bebida. Ele bêbado você corre dele três dias. A casa dele é um lixo. Ninguém fala nada. Ninguém abre a boca (Depoimento de Lourivalda, concedido em 11/12/2016).

Nos dois assentamentos, o grau de controle e vigilância sobre a circulação e as atitudes chegou ao ponto das coordenações exigirem a manutenção do sistema de "carteirinhas" de identificação e as chamadas - convocações - diárias. Existentes desde os núcleos de formação, esses dois recursos expressavam os receios dos ocupantes sobre as infiltrações de agentes do Estado, que podiam espionar táticas produzidas no território ou mesmo colaborar para a fragmentação da unidade social. A maioria dos pessoas concordaram com tais exigências, pois havia um temor de que "espiões" se infiltrassem naquele espaço e levassem informações sigilosas que diziam respeito apenas aos estabelecidos:

> Tinha uma carteirinha. Se você saísse para trabalhar, você tinha que apresentar aquela carteirinha se você não apresentasse para os policiais você não saia ou não entrava. Você tinha que ter aquela carteirinha, ou se você chegasse com cheiro de bebida ou com bebida, você não entrava. Dormia lá fora até curar a sua [inaudível]. Aí no outro dia te levava para a assembleia e essa assembleia decidia se você iria ficar ou não. (Depoimento de Tânia, concedido em 24/03/2016).

Retomando Elias (1994a), as sociedades da modernidade ocidental possuem um padrão individualizado de hábitos semiautomáticos que introjetaram nas pessoas um "superego" específico, controlador e transformador de suas emoções, que está em conformidade com a estrutura social. Segundo o autor, o processo civilizador não é uma determinação racional, mas se constitui com o aumento do sentimento de vergonha, desagrado e medo sobre determinados comportamentos, resultando em uma modificação na estrutura mental e emocional das pessoas. Nesse processo, elas desenvolvem o autocontrole de suas ações e sentimentos em um caminho de transformação na estrutura de suas personalidades.

O "controle civilizador" das coordenações nas duas Ocupações inibiu determinadas

práticas consideradas inaceitáveis nos assentamentos. Por outro lado, a maior parte desse controle era visto, em geral, com poucas ressalvas pelos ocupantes, pelo fato de imprimir no imaginário coletivo uma sensação de segurança e de proteção que poucas daquelas pessoas tinham experimentado: “Aqui sempre foi tranquilo, não tem roubo, coisa errada, se tem é longe de todo mundo [...]. Lugar bom demais viu, meu filho [...], depois que vim pra cá não tive medo mais de nada.” (Depoimento de Jurema, concedido em 18/04/2016).

De acordo com os depoimentos, as questões relativas ao controle e à vigilância eram na Vila Corumbiara discutidas em reuniões e, em casos considerados “graves”, em assembleias. Estas últimas serviam de padrão balizador da legitimidade das decisões coletivas, uma vez que tinham como objetivo representar a vontade da maioria, discutida e aberta ao contraditório e à defesa pessoal. O resultado eram “discussões acalouradas” (Depoimento de Jacir, concedido em 25/10/2016), na Vila Corumbiara, mas consideradas pela maioria como justas em relação aos valores previamente consentidos por todos os ocupantes. O imperativo da ordem foi operacionalizado no regimento, que expressava o conjunto de normas discutidas e deliberadas pelos ocupantes em assembleia. Segundo José:

> Essas assembleias e reuniões era para manter o regimento interno do acampamento. Manter a organização. Não deixar usar drogas, não deixar brigar um com o outro, manter a organização bem organizada para a luta, vigilantes vinte e quatro horas e não podia beber, todo o regimento interno era mantido. Era para reforçar. E, quando acontecia algo em que as pessoas saiam do regimento, era discutido no grupo. Se uma pessoa brigava com o outro, vinha um grupo de autodefesa para conversar com aquela pessoa e falava que se houvesse brigas ali dentro e matassem, facilitava a polícia entrar se qualquer coisa acontecesse. Então, um outro lá bebeu e chegou cabreiro querendo bater na mulher, infringindo a regra, chegava o grupo lá e botava para fora. Vocês vão resolver as suas questões lá fora. Mas, antes, essas questões mais pesadas assim, levava para assembleia. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

Na Ocupação Eliana Silva “Tudo era regra [...]. Os líderes [coordenadores] sabiam de tudo que acontecia aqui [...] Não tinha coisas errada, bandidagem, essas coisas” (Depoimento de Lourivalda, concedido em 11/12/2016). As pessoas pareciam incorporar regulamentos morais nos territórios ocupados para inibir determinados comportamentos que assumiam e que causavam repulsa das lideranças e de seu projeto para um espaço de moradia diferenciado daqueles existentes nas periferias urbanas, como loteamentos clandestinos e favelas.

As regras de ordenação evitariam a presença do Estado no território, além de manter a harmonia entre os residentes. Embora fossem a ordem e a unidade determinadas e defendidas pelas coordenações, isso não explica as relações entre as lideranças e as bases como estanques, nesse caso de “cima pra baixo”. Elas tinham variações, articulações fluidas em um

conjunto de negociações cujos interesses deveriam estar em relativo equilíbrio entre as partes, para que por meio dos dissensos, os consensos pudessem regular as sociabilidades.

Os ocupantes, portanto, não foram peças cooptadas num "espaço-isca" - aquele espaço onde o discurso produzido por seus pioneiros e organizadores serve como um engodo para atrair pessoas carentes cujas demandas encontram respostas mais eficazes e imediatas. Ao contrário, são agentes concretos numa arena de disputa por diferentes demandas que não estão necessariamente comungam com as das coordenações, contudo, combinam-se aos ideários das lideranças em busca de unidade de valores, práticas, anseios, projetos:

> As pessoas discutem um com o outro, a coordenação tinha um certo controle que aqui não podia entrar polícia e quando havia brigas como houve um caso de um cara que bebeu e ficou embriagado e tinha passado na portaria e queria entrar de qualquer jeito. Conseguiu entrar com a garrafinha que estava escondida - porque a gente não podia ficar revistando as pessoas -, mas as coisas que vinham [doação] nós víamos se havia bebida dentro. Porque, a organização, tinha que continuar, porque ela que iria nos garantir que não haveria confusão, não haveria briga e nem mais nada [...] para manter organizado o tempo inteiro. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

Lauro foi coordenador e militante de um dos sindicatos que lideraram o processo da Vila Corumbiara. Insistiu no fato de que durante anos as pessoas precisaram de uma força central para controlar as relações e os direitos coletivos. Por ainda ser um militante sindical, colaborou de maneira muito tímida na entrevista, mas informalmente relatou que muitas pessoas tinham modos de vida não compatíveis com o projeto que se produziu de Ocupação à época. Relatou a dificuldade em "mobilizar a massa" em momentos com menor risco de despejo e ainda se lembrou da necessidade de designar subcoordenadores cujo papel era fazer rondas nas ruas e próximo às barracas ou cômodos, a fim de cobrar melhores condutas e maior participação dos ocupantes. Segundo entrevistas, um dos problemas históricos na Vila Corumbiara, por exemplo, foi o vício em álcool e drogas ilícitas e a violência contra a mulher. As punições foram severas para muitas pessoas. De acordo com Tânia, maridos e companheiros violentos eram comuns na Ocupação, assim como usuários de droga e álcool. Como resultado, alguns depoimentos deixaram a entender que pessoas foram definitivamente expulsas por tais comportamentos, inclusive aquelas que participaram, desde o início, nos núcleos de formação.

Na Ocupação Eliana Silva, William é um dos principais coordenadores - no sentido da liderança e da condução de vários trâmites políticos e jurídicos do assentamento - e relatou a dificuldade em convencer as pessoas dos males políticos, econômicos e sociais da propriedade privada e do objetivo primordial de moradia em uma Ocupação de moradia. Responsabilizou

o capitalismo por engendrar na mente das pessoas a noção da propriedade privada como solução para toda a falta de dignidade[115] e declarou ser mais difícil a mobilização dos ocupantes nos momentos de menor pressão do Estado, no que tange ao despejo, e em situações em que as pessoas já davam como certo a posse da casa, acreditando que não tinham mais com o que se preocupar. Willian afirmou ainda que todos os ocupantes foram obrigados a assinar um documento, comprometendo-se a não vender, alugar ou repassar a terceiros sua casa por um prazo de cinco anos:

> Existe uma organização do movimento que combate isso. Limita! Eu não vou dizer que ela acaba com 100% porque, nós estamos no capitalismo. Nós não estamos em uma redoma. Então, esses problemas vão acontecer, porém eles serão minimizados por uma ação do movimento. (Depoimento de William, concedido em 18/09/2016).

Os coordenadores da Eliana Silva tinham como obrigação residir na Ocupação - eram residentes-militantes -, assim, o fato das pessoas residirem no mesmo espaço e de reelaborarem os vínculos, em especial aqueles vinculados a posições e funções de poder, entre lideranças e demais ocupantes, colocava todos numa posição simbólica de "iguais" nas relações cotidianas. O forte conteúdo civilizatório sobre as formas de ser e estar das pessoas no território controlava e hierarquizava, mas também traduzia a ideologia igualitarista do MLB. Episódios de enfrentamento em relação a algumas decisões empreendidas na estrutura da hierarquia local não limitaram a eficácia de liderança da coordenação no assentamento, ao contrário expressou o caráter móvel e heterogêneo do poder, que só pode se manter se estiver em convívio direto com seu objeto, segundo confrontos e acordos entre as partes:

> É difícil, mexer com ser humanos, é complicado, o cara tá fazendo errado aqui e não vai aceitar que tá errado [...] você não pode falar nesse tom, você não é patrão dele, você não é superior a ele, eu sou da coordenação e sou morador como qualquer outro, mas posso falar que tá errado. A coordenação é só pra ajudar a organizar, porque o coordenador é morador, mas não posso pegar minha sacola de lixo e jogar na rua [...]. Coordenador tem que dar exemplo, mas tem gente que não aceita, acha ruim, enfrenta. (Depoimento de William, concedido em 18/09/2016).

Dentro do quadro organizativo do território, era comum a distribuição de funções por sexo e por faixa etária. Nessa instância, os ocupantes da Vila Corumbiara, ora sob influência da coordenação, ora sob as orientações de suas trajetórias históricas individuais, equacionavam ruptura e permanência nas vivências cotidianas das relações entre diferentes

[115] Tal acepção desconsidera o fato de que as Ocupações e outras modalidades de moradia informal também garantem o funcionamento do sistema capitalista, por meio de circuitos próprios de poupança, crédito, valor imobiliário.

identidades. Valores e práticas ganharam novos contornos na vida dos assentados: a divisão sexual do trabalho, por exemplo, comum à realidade em que a maioria estava inserida - com diferenciações claras entre homens e mulheres - não se estabelecia de maneira estanque, segundo entrevistas. Desde o início do processo, as mulheres desempenharam papel importante no levantamento das cercas, na montagem das barracas, nas rondas diurnas e noturnas e na "linha de frente" da resistência contra a reação policial.

De acordo com Lauro, elas representavam o "espírito de luta" da Ocupação e tiveram papel fundamental ali. Aponta que era mais difícil acalmar as mulheres nos momentos de maior risco de despejo, pelo ímpeto que possuíam ao enfrentamento, assim como era mais fácil contar com seu trabalho ininterrupto na organização. No que diz respeito às mobilizações, suas táticas chegavam a assustar parte da opinião pública, que ao ver crianças junto às mães em momentos de tensão com a polícia, muitas vezes julgava as ocupantes, como afirma José:

> Foram elas quem levantaram as cercas junto com os homens, as crianças pequenas, cada um passava a mão em um porrete, estavam com elas, aí eles falavam que eles estavam fazendo coisa errada, sendo tutelados, as entidades, as televisões diziam que as mães estavam usando as crianças como escudo. E as mães diziam: 'os meus filhos têm que estar comigo. Se for para morrer, que morra comigo'. Então, as mães partiram para cima e em momento nenhum elas deixavam a cerca. E faziam a ronda o tempo inteiro. Não era uma só quem fazia a ronda não. Elas quem decidiam sobre várias coisas que aconteciam dentro do acampamento de confusão. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

No caso da participação nas decisões coletivas, as mulheres da Vila Corumbiara interferiram diretamente em assuntos relacionados às negociações e às relações entre os ocupantes. Em muitas narrativas, relatou-se sobre o poder discricionário das mulheres em situações de conflito no assentamento (Figura 12). Gilvana (Depoimento concedido em 21/07/2016) disse que elas se "intrometiam" em todos os assuntos e contendas, em especial quando se referia à violência de gênero. As ingerências se intensificaram com a criação do Movimento Feminino Popular, organizado e mobilizado por mulheres, responsável pela tentativa de sensibilização dos ocupantes do território sobre as difíceis condições vividas por elas no território e por propor novos espaços de denúncias e participação política. Um dos principais objetivos do grupo - que não existe mais - foi estimular a mudança de postura dos habitantes para que novos significados sobre as relações de gênero naquele ambiente e fora dele fossem estabelecidos. Assim, a organização acreditava que os ocupantes dariam um grande passo para uma "nova sociedade":

> Porque, existe muito o machismo. Porque, o homem é o tal, é isso e é aquilo. Nós falamos que as mulheres são uma força que devem estar ao seu lado e não é um sexo frágil que serve apenas para cozinhar. E isso foi elevando a consciência delas e foi mostrando que elas deveriam assumir esse posto delas também. Então, isso teve um papel muito importante aqui dentro. Antônio: Para poder defender. Se a mulher apanha, agora ela não apanha mais. Nós temos que ser os companheiros dos nossos homens. Nós temos que ser amigos dos nossos homens. E não apanhar deles mais ou tomar os postos deles. Não é que agora quem manda em casa somos nós. Nós vamos estar do lado. Era essas coisas que debatiam em que dizia que as mulheres deveriam ficar na beira do fogão. Outros diziam que as mulheres não deveriam participar de certas lutas. Isso é retirar as mulheres das lutas. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

**Figura 12 - Manifestação das Mulheres da Vila Corumbiara no dia Internacional da Mulher 1997**

**Fonte: Acervo próprio.**

Nesse sentido, desde as reuniões dos núcleos de formação, as mulheres se responsabilizaram, voluntariamente e a pedido da coordenação, pela dinâmica dos encontros, pelas convocações de moradores nos bairros, pela cotização de recursos para a compra de bens de primeira necessidade. Após a inserção no terreno, o trabalho continuou e muitas mulheres realizaram atividades consideradas duras e perigosas junto com os homens, como o roçamento do mato, a ligação da fiação clandestina na rede elétrica, a cavação de buracos para a montagem das cercas, a vigília noturna. Além disso, tanto na coordenação, quanto nas comissões internas, elas eram a maioria, porque, de acordo com lideranças que participaram e ainda participam da organização interna do território, elas eram mais participativas e mais confiáveis - pelo fato de não abandonarem os projetos e os acordos combinados em assembleias, além de estarem constantemente dispostas a empreenderem obras estruturais no assentamento e colaborar com o planejamento da coordenação e dos movimentos sociais - para continuidade de processos.

> [...] subimos no poste e espalhamos luz aqui para dentro para todo mundo aqui. Quem tinha barraco, beleza. Quem só tinha um comodozinho, mas, todo mundo tinha luz aqui dentro. Aí quando pensa que não, esse foi o caso da COPASA, estava todo mundo aqui, quando pensa que não, estava todo mundo caçando água, quem percebe primeiro? As mulheres! 'Oh, fulana, você não tem água aí não?'. [A outra vizinha responde]: 'Acabou aqui, também o que foi que aconteceu?'. Sabe aquele negócio de abelhas quando começam a juntar e zum... aí vai juntando, e quando pensa que não, tá aquele monte? Juntaram, aí quando pensa que não, uma falou: 'eu passei água [fez o 'gato'] lá em cima agora'. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

> Tinha os turnos, né? Se os homens ficavam durante o dia, as mulheres deles, faziam o turno, durante a noite. As mulheres que não trabalhavam faziam o turno da manhã. Porque nós tínhamos que ficar 48 horas por dia [24 h] de vigília, porque a polícia não poderia achar um buraquinho na cerca. Se eles achassem um buraquinho na cerca e se entrasse um, entrava tudo. Então, nós não podíamos deixar um entrar. Teve uma mulher que deu uma baciada na cabeça de um policial. (Depoimento de Irenice, concedido em 02/12/2015).

Apesar disso, de modo geral determinadas tarefas ainda eram delegadas às mulheres, por serem consideradas em depoimentos como "próprias" às suas características. Alguns argumentos dos entrevistados, inclusive de várias mulheres, explicitaram as funções consideradas inerentes a elas, como cuidar da creche, liderar as comissões de limpeza e cozinha, assumir a limpeza de fossas ou banheiros. As narrativas explicitaram a comum naturalização de papeis que as tarefas simbolizavam: "[...] porque tem coisas que são nossas mesmo né? Cozinhar [...] era muito trabalho, os homens aqui geralmente não queriam muita coisa com a dureza não, até hoje é assim" (Depoimento de Jurema, concedido em 18/04/2016). As meninas acima dos 10 anos, por exemplo, tinham funções especiais, como cuidar das crianças menores e ajudar na limpeza das barracas, tanto dos pais, quanto dos vizinhos. Também entre os adultos, homens e mulheres recebiam funções segundo as representações sociais reproduzidas internamente e que não superaram a estrutura basilar de uma sociedade tradicional: a maior parte do trabalho de vigilância nas portarias era realizada pelos homens, muitas vezes encapuzados, enquanto quase sempre as mulheres realizavam serviços de limpeza e cozinha - apesar de serem muito ativas nas atuações como vigilantes.

Embora a participação feminina em atividades consideradas difíceis pelos ocupantes - devido ao esforço físico - fosse significativa (inclusive aos olhos do pesquisador, ao testemunhar em campo o esforço das mulheres em todo tipo de trabalho chamado internamente de "pesado"), os relatos vão indicando que predominava a presença masculina em tais realizações. A força para as tarefas braçais empreendidas por elas na Ocupação resultou das diversas experiências em suas histórias de moradia e de trabalho, que as obrigaram a se apropriar de mecanismos considerados socialmente como masculinos, para se

inserir no tecido social. Dessa forma pode-se afirmar sobre a participação feminina ativa nas mais diversas atividades do assentamento, compartilhada com homens e ainda, ora mais ora menos, de acordo com a situação vigente no assentamento. Em momentos de tensão com o Estado ou de eminência do despejo, por exemplo, elas dinamizavam práticas diversas, como o "paredão humano", uma espécie bloco formado por dezenas ou centenas de pessoas enfileiradas de frente para os opositores, ganhando papel de destaque no agrupamento.

Na temporalidade da Ocupação Eliana Silva, segundo entrevistados, as mulheres foram protagonistas no sucesso do assentamento - semelhante às da Ocupação Vila Corumbiara. De acordo com os relatos, além de serem maioria quantitativa, foram as mais atuantes nos núcleos de formação, as mais colaborativas nas cotizações, ou "vaquinhas", dos custos do processo de inserção e permanência no terreno e as mais insistentes em participar da coordenação e das comissões. Aliás, a exemplo das mulheres da Vila Corumbiara, chocaram parte da opinião pública quando, em meio a manifestações para a permanência no terreno, enfrentavam os oficiais de justiça e a polícia junto às suas crianças, como forma de demonstrar à sociedade uma luta em nome de "um futuro para os seus filhos." (Depoimento de Lourivalda concedido em 11/12/2016).

Nas narrativas dos ocupantes - coordenadores ou não - é quase unânime a afirmação de que a existência da Ocupação até os dias atuais deve-se às lutas das mulheres. Embora as falas evoquem o papel relevante dos homens em todo o processo, as menções a respeito das deliberações realizadas por mulheres na coordenação geral e local e nas obras sociais e urbanísticas do terreno, expressaram a sua relevância sobre as principais decisões no território:

> A função das mulheres, não era determinada não. A gente tem duas pedreiras aqui: tem uma que é pedreira mesmo e ajudante, e tem mulheres - três aliás - que levantaram o próprio barraco. Se elas quisessem trabalhar, trabalhavam. Os homens, por serem maioria, eles levantavam os cômodos, mas as mulheres trabalhavam de igual para igual, carregava brita, areia... Eu fiquei com a coluna ruim uma semana porque eu carreguei brita da [Avenida] Perimetral até aqui. E a gente não tinha funções diferentes não. Há mulheres na coordenação. A Luana continua, tem a Babi, a Sumaria eu não sei como está a situação de coordenação agora, porque eu me afastei muito. Mas têm mulheres na coordenação. (Depoimento de Vani, concedido em 02/09/2015).

> Para você ver, hoje em dia na coordenação têm mais mulheres do que homens e quando tem uma assembleia aqui, vêm mais mulheres do que homens. Então, praticamente, 80% das mulheres tomam mais atitude. Às vezes, o homem: 'eu não vou deixar de assistir meu futebol, para ir para assembleia'. 'Eu não deixar de tomar a minha cerveja para ir para assembleia e a mulher vem'. (Depoimento de Raul, concedido em 26/06/2015).

Alguns entrevistados, contudo, discordaram da narrativa de uma maioria feminina ativa em todas as instâncias do território. De acordo com Edmaura, por exemplo, a maioria das mulheres da Eliana Silva, ao contrário de muitos homens - que realizavam serviços nas proximidades do assentamento -, trabalhava fora e em bairros distantes e quando chegava do expediente ao final do dia ou início da noite tinham que suportar ainda o turno do trabalho doméstico. Em outros casos, precisavam cuidar dos filhos e das obrigações diárias da casa, o que reduzia suas possibilidades, frente aos homens, de ser maioria nas assembleias, reuniões e nas coordenações.

Apesar disso é perceptível sua importância objetiva e simbólica na Ocupação, uma vez que além de enfrentarem atividades rotineiras, "pesadas" ou domésticas - termos comuns ao vocabulário dos entrevistados - no assentamento, quase todos os registros das casas nos cadastros da coordenação estavam, e ainda estão, em nome de mulheres, determinações não tomadas à época da formação da Vila Corumbiara. Coordenadores e demais ocupantes assinalam que a elas se atribui maior grau de confiabilidade, pois assumem atitudes que representam a garantia de fixação, estabilidade e luta pela unidade: "As casas aqui são cadastradas nos nomes das mulheres. As mulheres são muito protegidas. Porque as casas são das mulheres [...]. Já aconteceu de mulher ser assassinada mesmo, mas, vamos ser sincero, era gente do crime, cassou, achou!" (Depoimento de Lourivalda concedido em 11/12/2016).

A explicação de coordenadores e membros do MLB para tal escolha vem de sua experiência direta: as mulheres não abrem mão de uma casa própria para abrigar a si e a seus filhos por qualquer aventura. Provavelmente esse comportamento reflete o cálculo de risco que elas fazem a respeito de suas necessidades e, nesse caso, são vistas como mais conservadoras por buscarem assegurar suas conquistas e trilhar novos caminhos sem arriscar o que foi adquirido: "[...] a mulher fica, não importa o que for, ela sabe como foi duro e sofrido conseguir um lotezinho e sua casinha." (Depoimento de Lourivalda concedido em 11/12/2016).

A fim de reforçar as discussões sobre a importância feminina no território, o MLB e a coordenação da Eliana Silva levaram para o território a estrutura do Movimento de Mulheres Olga Benário cujo objetivo foi sensibilizar os ocupantes - homens e mulheres - para a precariedade das condições vividas pelas mulheres no Brasil e na Ocupação. O coletivo independente, que já não se reúne mais na Ocupação, promoveu campanhas e mobilizações para a mudança de postura ali dentro, referente ao respeito, ao reconhecimento e à igualdade. O tema mais lembrado pelos/as entrevistados/as foi o papel importante do movimento para enfrentar a questão da violência contra a mulher. Todavia, assim como na Vila Corumbiara, as

representações históricas sobre o papel de homens e mulheres não foram superadas. Casos de violência - com acusações de omissão por parte da coordenação - de maridos e de vizinhos a mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas, foram relatados nos depoimentos:

> Aqui tem o Movimento Olga Benário que fala das políticas voltadas às mulheres, questão do aborto etc. Eu morei sozinha desde dos 19 anos, morei em vários lugares, em várias situações, mas eu nunca fui enquanto mulher tão discriminada, humilhada [...]. E aqui que eu fui conhecer movimento de mulheres. E essa mulher é humilhada e esculachada aqui dentro. Ela não pode dar um grito. Ela vai denunciar para quem? Para quem a gente tem que denunciar é a polícia e aqui na ocupação a gente não pode denunciar para a polícia. É para a coordenação que a gente tem que denunciar. Tem que se expor. E esse coordenador vai chamar um grupo de bandidos para resolver o problema. A mulher, ela não pode ser violenta de forma nenhuma, segundo o grupo de mulheres que atuam aqui dentro. Mas, aqui dentro ela não abre a boca. Se for para a polícia ela não abre a boca. Ela vai perder a casa dela. Aconteceu um crime bárbaro aqui [inaudível] para a minha casa. A mulher foi morta, ela foi esquartejada, arrancaram os olhos, seio [...]. Ela foi morta no banheiro, ela apanhava muito desse companheiro [inaudível] ex-presidiário e ela não podia abrir a boca e falar para ninguém. Uma vez, eu salvei essa mulher de ser morta. Eu vi ela gritar por socorro e eu chamei a coordenação. Desceu muita gente, e aí os homens que queriam matar eles fugiram: dois. Mas, a casa estava toda quebrada, toda revirada, ela não podia pedir socorro para mais ninguém. Tinha que ser para a coordenação. (Depoimento de Vani, concedido em 02/09/2015).

Outro ponto importante para entender a manutenção das representações sociais sobre os papeis de homens e mulheres na Ocupação Eliana Silva se refere à responsabilização de tarefas cotidianas, consideradas por ambos como atribuições femininas:

> Sempre tinha alguém lá ajudando para as mulheres fazerem a comida e outras coisas. Então, tinham os mutirões da comida. Cada dia, um grupo de mulheres se organizava, para fazer o café da manhã, outro grupo para fazer o almoço, outro grupo para a merenda, outro grupo para janta. Aí tinha um outro mutirão que era o da limpeza, porque, a gente não podia sujar o ambiente. Cuidar da limpeza das fossas em embalagens descartáveis e jogar no lixo tudo organizado. E os homens, ajudavam as mulheres a fazerem barracas. A fincar barracas e cada vez, ia chegando mais pessoas dificuldade. (Depoimento de Vani, concedido em 02/09/2015).

As representações sobre o feminino ganharam contornos especiais nas duas Ocupações. Embora as narrativas expressem um lugar especial conquistado e concedido às mulheres pelo mérito de suas ações, percebe-se uma flutuação recorrente entre seu protagonismo "porta-voz" dos anseios coletivos, na liderança sobre práticas de entrada e de permanência nos terrenos, e sua colaboração secundária em situações nas quais os homens predominavam. Dessa maneira, concepções que exprimem o papel redentor das mulheres ou sua subjugação apática colaboram para construir discursos idealizados sobre suas reais experiências nos assentamentos. Práticas e valores femininos foram relatados nas narrativas de tal forma, que deslocaram seus reais agenciamentos de inserção e de mudança nos

universos onde habitaram para um terreno movediço, sobre o qual tanto o protagonismo heroico, quanto a submissão *per si* expressam a redução de sua condição de agentes da própria história e do meio que fazem parte.

Por um lado, a percepção conservadora nas Ocupações - que, apesar de ser minoria, muitas vezes tem como base entendimento negativo ou a negligência sobre protagonismo feminino - enfatiza diferenças essencialistas entre homens e mulheres, pressupondo uma necessária disposição tácita de papeis e de funções consideradas inerentes a cada um deles: o "que é coisa de homem e o que é coisa de mulher". Exemplo disso foram as ordenações realizadas por lideranças, ou mesmo por atos voluntários das mulheres, para tarefas como creche, limpeza, banheiros, gestão de pequenos grupos e comissões.

As vivências em campo e os detalhes das entrevistas demonstraram que o ligar social das mulheres variou, e ainda é assim, nas Ocupações, projetando-se em espaços de colaboração e de conflito com a predominante estrutura masculina da determinação de papeis e funções. Percebeu-se que como elas ocuparam várias funções, em especial aquelas indesejadas ou recusadas pelos homens, acabavam por se tornar a maioria não só quantitativa, mas no sentido decisório dos assentamentos. O reconhecimento dado a elas nos espaços de poder foi construído por meio dos vínculos criados dentro da própria estrutura masculinizada das Ocupações, segundo as experiências que vivenciaram junto aos homens, mas com força maior de assumir riscos em nome de seus objetivos.

Por outro lado, olhares exaltados de coordenadores, militantes dos movimentos sociais e demais ocupantes também produziram narrativas essencialistas a respeito das mulheres, porém de forma inversa: por meio de seu enaltecimento. A combinação de fatores que levou centenas de mulheres a exercerem atividades consideradas "pesadas" e decisórias aos olhos externos à realidade das Ocupações as colocou em patamares de poder diferentes, os quais também não explicam completamente a realidade que viviam. É inegável que suas trajetórias no mundo do trabalho e na esfera da habitação as "empurraram" para atitudes de enfrentamento às condições vigentes, proporcionando a elas a exercícios poder nos territórios em determinadas situações. Contudo, essa leitura enaltecida do papel das mulheres nas Ocupações revela-se estar mais a serviço dos ideais dos movimentos sociais para uma comunidade igualitária, que viabilizaram os processos de ocupação - em discursos generalizados sobre o empoderamento feminino - do que pela realidade objetiva das relações internas de poder nos assentamentos. Apesar das posições de comando nas instâncias deliberativas dos territórios, a leitura exaltada sobre o poder feminino não explica como se formam os diversos intercâmbios de poder entre homens e mulheres.

As vivências passadas ao longo de meses e anos por homens e mulheres na Vila Corumbiara e na Eliana Silva estruturaram padrões de comportamento compostos por racionalidades e emoções individuais que se moveram em função do interesse em permanecer - ou ao menos conseguir um lote - no terreno. O poder das mulheres referenciado nas entrevistas não procede de maneira estanque, tendo em vista que homens também ressignificavam suas trajetórias de vida e exerceram posições de liderança, em especial nos altos cargos decisórios das coordenações e nos mecanismos que definiram como seria a divisão dos lotes, o nome dos assentamentos, as negociações com o poder público. Isso foi verificável também nas hierarquias dentro da estrutura das lideranças nas coordenações, com quantidade significativa de homens, enquanto as mulheres tinham quase a totalidade nas instâncias secundárias, como comissões e coordenações locais.

## 5.2 "Tudo era feito no coletivo, todo mundo igual": a lógica da gestão coletiva

> [...] veio as pessoas para morar que tinham muita necessidade e muita vontade, eles não se importavam de se jogar na frente de polícia, se machucar toda para conseguir um pedaço de terra para morar. Pessoa ficar passando fome e sede, passando mal, então é a luta, o coletivo, que fez dar certo a Eliana Silva. (Depoimento de Jacir, concedido em 25/10/2016).

A coordenação geral da Vila Corumbiara, segundo os entrevistados, foi estruturada de forma a centralizar as decisões em sua esfera coletiva maior de participação direta: a assembleia geral. Dali partiam os principais informes, as pautas entendidas pelos ocupantes como fulcrais à existência do território e as deliberações sobre o destino de moradia de inúmeras pessoas. Composta por membros dos movimentos sociais responsáveis pelo processo de ocupação, além de alguns ocupantes selecionados[116], a coordenação geral era fruto de uma proposta de se constituir uma instância máxima de representação das decisões coletivas. Foi responsável por convocações de moradores para reuniões e assembleias, além de organizar comissões, mobilizações dentro e fora da Ocupação, alianças externas com outras organizações políticas e processos de negociação com o poder público[117], além de atuar como instância máxima de questões de soberania e continuidade do assentamento:

---

[116] Dentre os ocupantes que entraram para coordenação geral ou para as coordenações locais, grande parte se filiou ao LPM, possibilitando uma sólida frente do movimento na Ocupação.

[117] Segundo os depoimentos, a maior parte dos coordenadores morava na Ocupação e eram pessoas em situação precária de moradia. O restante dos militantes chegou a coordenar por um tempo o território, atuando como coordenadores temporários, mas ao longo dos meses foram se transformando em apoiadores externos.

> Antes de entrar já tinha [coordenadores] que selecionaram nas reuniões [dos núcleos de formação]. Na Vila Pinho tinha a Virgínia. Lá no começo da Vila Pinho era eu e o Tibúrcio. Esse moço até faleceu. Lá no Castanheiras era Dona Maura e mais uma pessoa. Lá no Barreiro, tinha um outro grupo que tinha a dinâmica lá. Então, assim, em cada bairro existia quatro coordenadores. (Depoimento de Tânia, concedido em 24/03/2016).

Com o ideário de uma gestão coletiva, tal instância era responsável pela criação das comissões - núcleos operacionais - que estavam abaixo apenas da coordenação, organizadas por temáticas específicas e formadas pela definição das próprias lideranças[118]. Segundo depoimentos, a coordenação geral e as comissões eram compostas por ocupantes e membros externos de confiança, geralmente militantes dos movimentos sociais responsáveis por liderarem o processo de ocupação. Estes últimos auxiliavam tanto no trabalho prático das ações políticas internas, tendo em vista a inexperiência da maioria das pessoas com tais atividades, quanto na estruturação das negociações jurídicas com o Estado.

A coordenação geral da Ocupação Vila Corumbiara apresentou uma narrativa, desde a criação dos núcleos de formação, referente a uma gestão coletiva - uma organização aberta à participação direta de todos os ocupantes na vida coletiva no assentamento. Apesar dos depoimentos expressarem que desde as primeiras reuniões entre movimentos sociais, sindicatos e ocupantes tivesse havido preocupação dos primeiros na participação ativa dos interessados, levando em conta a necessidade de plena organização, fervor ideológico e confiança, o que se revelou ao longo das entrevistas foi uma rígida estrutura hierárquica tangente ao ideário da "gestão coletiva" propalada no discurso dos militantes. Exemplo disso é a formação das linhas de frente para as negociações com os braços do Estado, seja a polícia, os defensores públicos, os promotores, os assessores entre outros. Segundo Irenice, As chamadas lideranças, membros da coordenação geral e dos movimentos sociais, indicavam ocupantes para fazer parte dos processos de negociação.

No entanto, através de depoimentos pode-se evidenciar que os ocupantes atuavam mais como ouvintes ou testemunhas do ocorrido do que como debatedores atuantes e decisivos. Isso ocorria porque aqueles que não exerciam papel de liderança no assentamento tiveram trajetórias de vida cuja prioridade não era negociar com as instâncias formais do poder público para o exercício da cidadania. Talvez por isso deixassem que os líderes exercessem a pressão sobre o Estado e a opinião pública em favor dos interesses da Ocupação, confiando a eles sem grandes prejuízos individuais a responsabilidade da agenda e

[118] De acordo com os entrevistados havia inúmeras comissões: Comissão de segurança nas portarias, Comissão da creche, Comissão da limpeza, Comissão da cozinha, Comissão de cultura, Comissão das negociações com o poder público, dentre outras.

dos principais projetos do assentamento: a "maldade" (Depoimento de Leontina, concedido em 17/03/2016), termo utilizado em entrevistas, era a qualidade concedida aos líderes de exercer poder de pressão sobre o Estado e sobre a opinião pública, em favor dos interesses coletivos da Ocupação.

É certo que as lideranças esforçavam-se para incluir o máximo de pessoas aos atos públicos e aos debates decisórios, procurando incentivar a participação nas discussões sobre os assuntos da Ocupação e realizando, desse modo, a tão defendida gestão coletiva. Todavia, a inciativa das lideranças para compor o quadro gestor do território passava principalmente pela escolha individual, que ganhava sentido principalmente em situações específicas. Junto com os coordenadores, os membros dos movimentos sociais e ocupantes com alguma vivência em práticas mobilizatórias pareciam demonstrar estar mais aptos aos melindres jurídicos e políticos.

Algumas lideranças chegaram a ser chamadas de "coronéis", termo usado não de modo pejorativo, por serem consideradas como as responsáveis pela tomada de decisões caras ao agrupamento e como forças que se dedicavam exclusivamente aos interesses dos direitos dos assentados. Seu poder de oratória, sua compreensão mais ampla do processo em relação à maioria, suas alianças e arranjos com agentes externos criaram em seu favor uma imagem da competência pessoal, da seriedade e da lealdade com os ocupantes. Isso os credenciou a se tornarem condutores da "massa", segundo Lauro, à permanência no terreno e ao acesso aos bens e serviços urbanos da cidade:

> Já que você conhece [Lauro, uma das principais lideranças de todo o processo, ex-coordenador geral], estamos mais familiarizados. Você está na família. Então, o Lauro foi um dos nossos líderes, em que as pessoas tinham muito respeito por ele aqui dentro até hoje. Não por ele ser bravo, mas, por ele ser rígido, muito honesto e ele gostava das coisas dele muito bem feita. Então, quando ele falava as coisas para nós, ele dava tipo aquele rompante de coronel: 'Você vai fazer isso e pronto. Acabou.'. Todo mundo respeitava ele, e gostava muito dele [...]. Cidônia: Ele morava conosco aqui dentro. E era ele quem subia para conversar com a polícia [...]. Mas aí o Canhão fez um pedido para que a ambulância ficasse 48 horas [24 h] à disposição do povo aqui dentro. Nós estávamos sofrendo muita pressão e havia muitas mulheres grávidas e tinha muitas crianças. Então, nós precisávamos de ter uma equipe médica aqui: um Ginecologista, um médico Pediatra, um psicólogo. Nós tínhamos que ter médicos aqui, então, tinha. (Depoimento de Leontina, concedido em 17/03/2016).

No que se refere à formação das comissões, o poder discricionário de coordenadores predominava sobre as vontades individuais ou sobre a liberdade de escolha de participação:

> Era assim: nós olhávamos para as pessoas que se destacavam mais. Tinham pessoas que tinham um 'olho vivo', um 'olho clínico'. 'Oh, cuida dali, senão vai acontecer

> isso, isso e aquilo'. E realmente acontecia. Aí a gente chegava e dizia. 'Oh, aquele é bom para isso aqui'. E tinha pessoas que diziam: 'Oh, hoje sou eu quem vou fazer o almoço'. A pessoa realmente fazia e saía beleza aquela comida... era pela aptidão. Nós tirávamos era pela aptidão. Quando a pessoa se destacava e pedia para fazer algo. Aqui, todo mundo tinha aquele espirito de ajudar, como eu na música[119], por exemplo, me disponibilizei e me entreguei assim inteiramente, cada função, cada situação, também foi desta forma assim também. De forma espontânea, as pessoas tinham a maior boa vontade de ajudar também. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

A escolha do nome da Vila Corumbiara percorreu sobre a mesma tônica da divisão de tarefas e da definição das coordenações específicas. De acordo com os entrevistados, nenhum dos ocupantes havia sugerido um nome para o assentamento. Gilvânia afirmou que os líderes eram mais bem preparados para escolher o nome da Ocupação e que as pessoas acreditavam na figura dos sindicalistas e dos militantes de outros movimentos sociais como porta-vozes dos interesses dos mais necessitados, o que parece ter gerado uma relação de dependência das bases em relação ao topo da hierarquia política no território. A escolha do nome do assentamento veio da solidariedade do LPM às vítimas de um conflito armado que ficou conhecido por "massacre de Corumbiara"[120]:

> Porque havia acontecido uma chacina há pouco tempo em Rondônia, Corumbiara, então foi feito uma homenagem a essa cidade, onde houve a chacina, em que morreram vários camponeses lá e havia várias pessoas que tinham conhecimento dessa história e colocaram essa história para gente. Tinha poucos dias que havia acontecido essa questão logo depois aconteceu uma em Carajás, no Pará, também e, por isso, foi feito essa homenagem da luta à Corumbiara [...] Foram os movimentos progressistas [que propuseram o nome], a Liga Operária, por exemplo, tinha essa questão de apoio à luta do povo, não era uma luta apenas pelas pessoas de Corumbiara [ocupação], mas pelos pobres, pelos camelôs, eles sempre apoiaram a luta do povo então eles defendem essa tese. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).[121]

Na Ocupação Eliana Silva, a coordenação geral também foi estruturada de forma a centralizar as decisões e assim estabelecer a ordem e os sentimentos de pertencimento no território, embora também houvesse o discurso de que a assembleia geral seria a instância máxima de poder no assentamento. Para Raul, a horizontalidade proclamada por coordenadores foi simbolizada nas constantes reuniões, nos encontros extraordinários e na

---

[119] José coordenava grande parte das atividades que se relacionavam à arte e às expressões culturais populares na Ocupação.

[120] O episódio de grande repercussão nacional ocorreu no estado de Rondônia no dia 09 de agosto de 1995, após a reação do proprietário de uma fazenda ocupada e de policiais militares pela reintegração de posse. No embate, doze pessoas morreram, sendo duas delas policiais, e dezenas ficaram feridas.

[121] Após as explicações sobre o "massacre de Corumbiara", mais dois nomes foram propostos, um deles de cunho religioso (os moradores não se lembraram), porém sem grandes explicações de seus propositores. A vitória do nome Vila Corumbiara veio com aclamação devido à grande maioria dos votos.

assembleia geral, de onde seguiam os principais informes, as pautas sobre temas de interesse coletivo e as deliberações gerais, o que colaborou para reforçar a retórica da gestão coletiva. A coordenação geral, assim como na Vila Corumbiara, foi constituída por membros do movimento social, o MLB, e demais ocupantes, e era responsável pela organização de mobilizações, alianças externas e processos de negociação com o poder público.

Da experiência construída nas reuniões, nas assembleias e nos núcleos de formação, ocorreu um encontro de interesses, sonhos e utopias: uma consonância de demandas diferentes em situações específicas, ora com objetivos políticos do movimento social - pautados em projeções estruturais e em valores morais que objetivam a transformação social - , ora com os anseios imediatos por moradia dos ocupantes. Apesar disso, percebe-se que a agenda do movimento social prevaleceu na configuração da Eliana Silva, como na escolha pelo MLB de coordenadores locais - entre os participantes dos encontros dos núcleos de formação - para ajudar na organização do processo após a inserção no terreno[122].

Na Ocupação Eliana Silva, ocupantes questionaram o discurso da gestão coletiva. Essas pessoas diziam que a definição de coordenadores locais na Eliana Silva não foi pautada por critérios de eletividade direta e generalizada, mas por escolhas de pessoas cujas atribuições se encaixavam aos signos necessários para o cumprimento de tarefas básicas na organização do território. Lourivalda, por exemplo, foi convidada por membros do MLB a participar da coordenação porque teria "opinião" e "posição de ideias", o que poderia ajudar a gerir o processo de estruturação da vida social interna. A presença de coordenadores locais, via de regra ocupantes, foi imprescindível para os aspectos logísticos, mobilizatórios e de controle de comportamentos não condizentes à contingência dos projetos do movimento social na Ocupação.

Ao mesmo tempo em que se relatava sobre arbitrariedades do MLB nas designações de atividades e de pessoas no interior da organização da Eliana Silva, o fato de liderar equipes de dezenas de pessoas desde o período dos núcleos de formação e, logo em seguida, à inserção no terreno, assumindo ou designando funções de cozinha, creche, limpeza, segurança, e tornar convocadores e organizadores de pessoas para assembleias, alude não somente a um papel burocrático designado pelo movimento social aos coordenadores locais, mas também a uma vivência pedagógica que se consolidou futuramente na assunção de responsabilidades de coordenação quando da "consolidação" no terreno.

---

[122] Moradores e militantes rememoraram a ajuda de anônimos e moradores das ocupações Camilo Torres e Irmã Dorothy na doação de alimentos, roupas, material de limpeza, medicamentos, além dos auxílios nas vigílias e na organização do processo de ocupação, desde as reuniões e assembleias à entrada e às práticas de permanência no terreno.

Tal singularidade se reflete nas ações em grupo orientadas pela coordenação, com relatos reforçando a prioridade de práticas comunitárias através das quais a grande maioria das pessoas colaborava com algum tipo de atividade, como a vigília, a corrente humana contra a polícia, a montagem das barracas ou carregamento de materiais, sem uma decisão rígida do trabalho, como aponta Vani: "Não tinha muita divisão de funções não, às vezes as pessoas que estavam na vigília à noite dormiam até umas onze horas, aí voltava e fazia comida pro almoço, ou a tarde ia fazer o lanche ou ir pra creche com as crianças, então não tinha divisão de tarefas." (Depoimento concedido em 02/09/2015). Lideranças e alguns ocupantes consideraram nessas tarefas feitas em conjunto como símbolo de uma "gestão coletiva" exitosa, dando sentido à função social da ocupação: "Tudo era feito em grupo, junto, todo mundo unido, e ninguém conseguia fazer nada sozinho [...] Aqui todo mundo é como uma família, até hoje dá certo [o trabalho em conjunto] por causa disso." (Depoimento de Jacir, concedido em 02/01/2016).

Deve-se atentar para o fato de que todos os coordenadores (locais ou gerais) devem residir na Eliana Silva, segundo as determinações do MLB, e são militantes desse movimento. Exceto os coordenadores gerais, que já tinham esse posto por serem filiados à organização e por serem os promotores do projeto da ocupação, a maior parte da coordenação foi escolhida dentre os ocupantes pelos membros do movimento social, formando "ocupantes-militantes", ou seja, aqueles que se filiaram apenas após a incursão no terreno. Segundo Edmaura houve recentemente uma descentralização na estrutura de organização política do assentamento, com a criação de funções de coordenadores de rua. Tal ordenação aliviou, segundo seu relato, o peso da superconcentração de tarefas nas mãos dos coordenadores gerais e locais, já muito atarefados em atividades de representação da Ocupação no meio externo, e envolvendo outros moradores na gestão local.

A escolha das lideranças locais desde o momento anterior à entrada na área pretendida e a intervenção direta em todas as atividades ocorridas no terreno, entretanto, refletem um caráter menos horizontal do que aquele afirmado sobre a gestão coletiva da Eliana Silva. É possível que as circunstâncias emergenciais da ação e a necessidade de uma estrutura sistemática para a entrada e permanência na área, tenham exigido uma interação verticalizada entre o MLB e os demais ocupantes, no que se refere à participação nas decisões. As principais atividades, como as de apoio burocrático e de manutenção da ordem local, eram mantidas nas mãos dos coordenadores escolhidos previamente em reuniões e encontros com lideranças do MLB. Raul e Lourivalda chegaram a afirmar sobre a existência de um caderno para anotar as equipes e as coordenações de segurança, que revezam a cada 24 horas, para

vigiar pontos estratégicos, como as portarias. Além disso, esta coordenação específica tinha como função o monitoramento de policiais infiltrados, conhecidos como "P2", e de pessoas que eles denominavam "oportunistas". Baseado nisso, era urgente a ressignificação do trabalho em conjunto, necessariamente sustentada pela coordenação e pelo MLB, para reforçar a capacidade do assentamento em gerir essa forma de ilegalidade popular[123]:

> Tinha [divisão de funções], [tinha] noite que tirava pessoas pra fazer o mutirão pra fazer os barracos de tijolo, tinha as pessoas que iam trabalhar à noite nas portarias, tinha pessoas que ficavam andando pra ver se tinham pessoas andando, tinha pessoas pra cozinhar, tinha pessoas pra cuidar das crianças, então tinha as divisão. Na hora que chega, tem as pessoas pra fazer a cerca, entendeu? Tem pessoas pra fazer os barraco, fincar os paus, colocar as lonas, outros vão fazer a cozinha rápido pra ninguém passar fome. [...] Depois [após a entrada no terreno e a não ocorrência do despejo] têm também os coordenadores, que fazem as reuniões, as assembleias, explicando tudo, falando o que faz o que não faz e tudo. (Depoimento de Lourivalda concedido em 11/12/2016).

Evidencia-se também uma convergência de decisões de interesse coletivo para a coordenação geral, cujos representantes ainda são membros nacionais ou estaduais do MLB: "Tem os meninos aí [da coordenação], que deixam tudo organizado né [...]. Qualquer coisa a gente recorre direto aos líderes." (Depoimento de Jacir, concedido em 02/01/2016). Assim como na Vila Corumbiara, em Eliana Silva a necessidade de permanecer no território, sem perder de vista a autonomia e o seu conteúdo crítico, centralizou deliberações não somente na coordenação, mas na figura de representatividades individuais - coordenadores gerais, locais e apoiadores externos, como advogados populares e militantes de grupos de esquerda.

O nome da Ocupação, por exemplo, refletiu a forma especial e situacional da ingerência das lideranças nas deliberações consideradas coletivas dentro do território. De acordo com William, coordenadores do assentamento e militantes do MLB contaram a história de sofrimento e de luta por moradia dessa mulher em uma assembleia que definiria, dentre outras questões, a nomenclatura do espaço. Relataram a todos que ela havia se tornado um símbolo para várias lideranças do movimento social e que sua história deveria eternizar-se como exemplo para todas as pessoas do assentamento. Em alguns depoimentos foram citadas propostas de um nome de cunho religioso feitas por ocupantes, mas parece que o poder do lugar da fala dos coordenadores convenceram o agrupamento do sentido ideológico e político positivo do nome.

---

[123] Segundo Birman (2015b), as ocupações são tentativas de ordenar a esfera política das ilegalidades populares. A invasão, experiência compartilhada entre as camadas populares, cujo caráter ilícito faz parte de seu cotidiano, reforçou alteração de sentido social e político, pois ao invés de passar por invasões e moradias precárias, buscou-se construir ocupações.

A legitimidade do MLB na Eliana Silva foi se consolidando à medida que sua capacidade de articular arranjos formais e informais para a construção de um projeto de cidade conseguiu mediar as dimensões do legal e do ilegal, formal e do informal. Interessante o detalhe semântico na fala dos moradores a respeito do movimento social, porque não se considera o grupo como organização, instituição ou partido. Chamado de "frente" ou "movimento" foi tratado como sendo desvinculado de partidos, governos ou personagens públicos institucionais, mas como porta-voz direto dos anseios dos moradores. O movimento acionou discursos qualificados, amparados nas plataformas jurídicas, políticas e ideológicas - o direito à cidade e à moradia, a função social da propriedade, o coletivo ou a comunidade - e os articulou de forma a intricar vínculos coletivos de acordo com situações específicas.

Dessa forma, quando a ameaça de despejo ressurgia - algo muito comum no cotidiano das Ocupações - e irrompia um dos momentos mais tensos no agrupamento, foram acionados agenciamentos verbais e não verbais que forneceram sentido à concepção de Ocupação e a um tipo de imagem do pobre como necessitado, mas também agente[124]. Tal realidade se assemelha aos estudos de Birman (2015b) sobre a história de quatro ocupações organizadas e/ou apoiadas pela Frente de Luta Popular (FLP) e por outros grupos políticos, em imóveis abandonados no antigo centro do Rio de Janeiro. O ato de ocupar, segundo a autora, representa uma forma de dar visibilidade aos desprovidos de direitos, ganhando a conotação de que a pobreza digna era praticamente ingovernável, pois impunha uma biopolítica, um controle.

Os estudos de Cefai (2011) contribuem para a análise das ações coletivas e da vida associativa pautada nos movimentos sociais na Vila Corumbiara e na Eliana Silva. Apesar de usar o termo "associações", o considera vago pelo fato delas não serem organizações homogêneas, podendo variar em tamanhos, formas, objetivos, conflitos e ocupar todos os lugares em relação ao Estado e ao mercado. Devem ser vistas como "organizações compósitas" ordenadas ao redor de fórmulas de coordenação entre pessoas e coisas, repousando em compromissos em torno de convenções comuns. Desse modo, nas palavras do autor, a anomia é uma deficiência para mobilização e a confiança mútua entre membros de uma coletividade o nutriente essencial sua existência. As realidades experimentadas nas duas Ocupações deixaram claro que a impossibilidade de dar visibilidade a uma demanda junto às autoridades por falta de porta-voz pode refletir em um sentimento de isolamento, abandono, falta de visibilidade pública e déficit de representação coletiva, seguindo o raciocínio de Cefai (2011).

[124] Birman (2015b) e Fernandes (2015) criticam a imagem construída do pobre pelos movimentos sociais, uma vez que sua vitimização naturaliza seu comportamento.

Segundo entrevistados, devido ao seu temperamento forte e à sua capacidade de liderança e crítica, os movimentos sociais materializavam a luta da população sem-casa, o que os credenciava a liderar a produção de normativas dentro da gestão coletiva implantada na ocupação. A deliberação sobre determinados assuntos de maneira verticalizada, portanto, era correta, uma vez que certos tipos de ação deveriam ser deixados nas mãos da coordenação. Disseram ainda que tal iniciativa deixou a os territórios mais organizados ao se evitar que a condução do processo ficasse nas mãos de oportunistas ou inexperientes.

### *5.2.1 O caso da divisão dos terrenos e a lógica do individualismo sobre o igualitarismo*

No que diz respeito à divisão dos lotes entre os ocupantes, aproveitando-se de um momento favorável no processo de negociação com o poder público, aproximadamente dois anos após a inserção no terreno, os ocupantes da Vila Corumbiara decidiram organizar tal tarefa, com a esperança de que não seriam despejados à força pela polícia. Táticas defensivas e de ataque usadas no início do processo de ocupação precisavam ser repensadas, dando lugar a outras mais eficazes para as novas situações. A lógica conhecida no território como "porco queixada"[125] precisava ser abandonada para que a Ocupação desse um passo maior: a reorganização do terreno e a divisão dos lotes:

> Da divisão do terreno mesmo. Porque, havia barraco para todo lado. Aí nós precisávamos estender. Já que era para garantir isso agora, nós um dia determinamos que tinha de chegar com o terreno para atender todas as famílias que estavam lá dentro. Como você havia me perguntado: se havia lugar para todo mundo. Aqui, é como coração de mãe para cada filho há um lugar. Aí é o seguinte nós pegamos agora, e contamos as famílias, trouxemos o topógrafo que era o cara que entendia bem dessas questões, mediu as ruas tudinho e conseguiu fazer a divisão das ruas e que tamanho de área que a gente precisava. Aí foi que nós pegamos um dia a meia-noite e fomos estender essa cerca e no outro dia ela estava estendida. Nós estendermos a cerca. Para frente. O terreno todinho era uns cento e cinquenta metros. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

Os agenciamentos verbais proferido pelos coordenadores sobre a "gestão coletiva" orientou a distribuição dos lotes e o planejamento urbano na Vila Corumbiara. O terreno

[125] De acordo com José: "O Porco Queixada é isso: quando eles viam o perigo, eles se juntam todos viram a bunda para o outro. É aquele monte assim. Aí eles ficam fazendo aquela rodinha e vai cair só quem for nos dentes. Porque, as bundas estão todas viradas um para o outro. E aí quem está naquele meio ali será devorado em dois segundos. Nós fizemos essa mesma técnica aí. Fizemos um local para que nós pudéssemos ficar aglomerados. Qualquer coisa nós sabíamos como nos defendermos" (Depoimento concedido em 11/04/2016). Tal prática, dessa forma, era a expressão da organização coletiva, na qual as pessoas tendiam a montar suas barracas o mais próximo possível uma das outras, a fim de dificultar as ações de despejo da polícia e da prefeitura.

passou por estudos realizados por arquitetos e urbanistas, topógrafos, estudantes universitários e demais apoiadores com experiência em planejamento urbano[126]. A ordem era que o terreno fosse dividido em partes iguais aos ocupantes e às suas famílias, que seriam responsáveis pela construção de seu abrigo ou de sua residência - de acordo com as condições[127] - sem direito ao acúmulo de lotes, venda, aluguel ou cessão a terceiros. A distribuição dos lotes não era uma tarefa fácil, pois envolvia interesses individuais quanto à localização - próximo ou distante da avenida principal que dava acesso às linhas de ônibus e aos bairros vizinhos - às relações interpessoais - pessoas que não aceitaram residir perto de desafetos -; à reivindicação de necessidades especiais - idosos, deficientes, doentes e convalescentes -; e às hierarquias internas - os "pioneiros" e os coordenadores, tendo em vista que a localização de seus lotes deveria ser estratégica caso intercorrências viessem a ameaçar a Ocupação - ou aqueles que se consideravam, as palavras de Maria, mais "mais ativos" (Depoimento concedido em 10/03/2016) em todo o processo[128].

Após abrirem ruas e avenidas mais bem estruturadas do que aquelas criadas no início do processo, os ocupantes, sob orientação da coordenação, foram submetidos a um sorteio[129]. Apesar de a cerca física do terreno tivesse sido ampliada antes do estabelecido no início, para que cada família tivesse seu lote contemplado em relação à demanda numérica, a forma de distribuição causou questionamentos internos:

> Sorteio. Pegamos os nomes de todo mundo e jogamos ali dentro e já tinha a quantidade de lote por rua e foi sorteado e pronto. Foi para aquele lugar. Tinha que sair. Tinha que sair. E foi feito assim. Tiramos o terreno da creche desse local e todo o resto foi sorteado. Aí teve gente que estava aqui nesse canto e foi lá para o início da rua [...] Não era muito fácil. Tinha asfalto não. Mas, a rua principal já estava pronta. Então, tinha que se fazer o sorteio para ficar assim beleza. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

---

[126] Todo o trabalho de pesquisa e execução foi planejado pela coordenação com o apoio dos movimentos sociais e dos sindicatos envolvidos com o processo de ocupação desde seu início.

[127] Retomando a discussão realizada no capítulo quatro, apesar da liberdade expressa na regra da Ocupação, que respeitava as condições de cada família para a construção de sua casa, depoimentos mostraram a necessidade de construções de alvenaria no terreno, usadas como ferramenta argumentativa para afirmar sobre a consolidação das pessoas no terreno e sobre o caráter residencial e organizado do assentamento. Após as divisões dos lotes, as lideranças entregavam um documento formal produzido internamente cujo conteúdo obrigava a pessoa a cumprir com as exigências estabelecidas, aprovadas em assembleia. De acordo com entrevistas, informalmente os moradores eram constantemente orientados a encontrar meios para "levantar" a casa ou um cômodo de alvenaria.

[128] Moradores que foram lideranças no período disseram que a metragem era de "meio lote", ou seja, sete metros de frente e quinze metros de fundo.

[129] Após a distribuição dos lotes foi criada uma comissão para auxiliar os moradores que tivessem montante financeiro para levantar cômodos em alvenaria. Cursos de pedreiro foram promovidos por apoiadores externos e ocupantes experientes, como forma de incentivo ao trabalho e ao uso racional dos investimentos das poupanças com menores custos.

Muitas pessoas discordaram do sorteio por não terem sido reconhecidas pelos trabalhos prestados ao coletivo em comparação à maioria, ou mesmo por terem suas necessidades pessoais desprezadas em favor de um sistema de distribuição igualitário, sem considerar capacidades e limitações individuais. Fica claro que o discurso da solidariedade na Vila Corumbiara tinha fronteiras que eram delimitadas segundo as temporalidades individuais e as trajetórias coletivas das pessoas ali presentes. O hábito de dividir itens de primeira necessidade - como alimentos e produtos de limpeza - e de colaborar com quem mais precisasse - como nos mutirões e nas campanhas em favor de uma família com necessidades especiais, por exemplo - não resultou no abandono das pulsões competitivas e individualistas das pessoas e nem em sua adesão ao ideal igualitarista.

A referência à primordialidade do mérito individual e da premiação correspondente foi tratada em muitas narrativas, reforçando o fato de que as pessoas desejavam realizar seus próprios objetivos, que, muitas vezes, foram de encontro aos projetos para a existência de um "espírito comunitário" ou de uma "família", nas palavras de Raul (Depoimento concedido em 26/06/2015) . Assim, embora convencidos do valor positivo das práticas de solidariedade e ajuda mútua para a existência do assentamento, os ocupantes desejavam a valorização das propensões individuais, o que parece reforçar a busca das pessoas por benefícios materiais individuais - o lote mais bem localizado - e simbólicos - o reconhecimento dos seus esforços por parte das lideranças e um *status* positivo frente à maioria.

Outro ponto relevante a ser levantado sobre a distribuição dos lotes na Vila Corumbiara é que alguns entrevistados disseram sobre as limitações do sistema de sorteio por interesses individuais de coordenadores e de seus aliados. As propostas de separar determinados grupos para o "lado de baixo", a parte mais distante da rua principal e próxima ao córrego, não foram aceitas por muitos ocupantes, que se sentiram prejudicados e gostariam de ser reconhecidos pelos "sacrifícios" que passaram para ajudar a todos a estarem ali. Tânia foi coordenadora no período da divisão dos lotes e afirmou que houve reclamações, a maior parte delas corretas, sobre privilégios de lideranças e de pessoas próximas a elas na distribuição dos lotes, o que foi confirmado inclusive por antigos coordenadores. Desta maneira, embora o sorteio parecesse uma forma justa e objetiva para definir um projeto de habitação baseada no ideal do "espírito coletivo" articulado pelas lideranças, os ecos dos desejos privados sobre as necessidades gerais sondavam as relações de poder na Ocupação:

> Não foi sorteio não. Eu mesmo morava lá embaixo. Mas eu sempre fui brigona. Eu falava que não iria morar na beira do córrego, porque eu não era sapo. O Lauro morava aqui e de ficar discutindo, mãe solteira vai lá para baixo. E eu: 'Por que, mãe

> solteira vai lá para baixo. Mãe solteira não é gente não?'. Aí eu chamei o bonde de mães solteiras à época e vai ter que ir para assembleia então. Aí na assembleia ficou decidido que os coordenadores iriam para a parte debaixo, e o pessoal subiria e aí eu fiquei aqui no lote do Lauro [risos]. (Depoimento de Tânia, concedido em 24/03/2016).

> Eu trabalhei nessa divisão. Eu fiz parte dessa divisão. Inclusive tem gente aqui, que não foi com a minha cara. Que não gosta de mim até hoje e eu não estou nem aí, porque eu escolhi os moradores e falei assim: 'esse lote aqui vai ser meu, esse aqui da minha irmã, esse aqui de fulano' [...]. Só que suponhamos: você mora aqui, eu não vou com a sua cara, eu não gosto de você. Como eu faço parte da comissão de divisão do lote eu falo assim: 'coloca ele lá em baixo, lá em cima. Vamos tirar ele de perto de mim'. Aí a gente reunia e ele saía fora. Graças a Deus! (Depoimento de Jurema, concedido em 18/04/2016).

A ideia de igualitarismo existente nos ideais dos movimentos sociais da Vila Corumbiara, além de permear a imaginação coletiva devido às vivências de luta e trabalho das pessoas, foi enfrentado em diversos momentos pelos demais ocupantes. As pessoas foram claras quando decidiram pelo lote único, por exemplo, contrariando a ideia do lote coletivo. De acordo com Leontina, algumas chegaram a defender em assembleia a construção de muros ao redor do terreno para obtenção da privacidade e segurança que nunca tiveram, por morarem de favor ou de aluguel.

A rígida estrutura moral desenvolvida pelas lideranças quanto ao igualitarismo, baseada nos ideais materialistas marxistas, era constantemente movida por necessidades utilitaristas e situacionais para reforçar o sentimento de unidade no território. Dessa forma, as fronteiras do poder político interno eram flexibilizadas em determinados momentos, de modo que tornaram questionável a postura das lideranças em alguns processos de defesa dos interesses coletivos e nas decisões chamadas de democráticas e igualitárias - mas não a ponto de torná-las ilegítimas. Presume-se que não defender os princípios de "bem comum" e "igualdade" *a priori* e da busca por resolver imparcialmente questões distributivas em nome da estabilidade do poder no território, enfraqueceu a imagem de coordenadores ao longo do tempo.

Em alguns casos, pessoas que ficaram por qualquer motivo sem um lote, mas que realizaram feitos individuais importantes para o assentamento durante o processo de ocupação, tiveram a oportunidade de tê-lo. Isso demonstra que a rigidez do imperativo moral colocado pela coordenação geral era constantemente flexibilizado em favor do controle das lideranças na Ocupação e do equilíbrio interno nas relações sociais. O caso de José é emblemático, pois quando da divisão dos lotes, sua filha teve um grave problema de saúde. Decidiu não voltar mais à Ocupação, ficando por mais de um mês sem justificar a ausência e

descumprindo, portanto, o regimento interno. Contudo, como era um dos mais atuantes no assentamento, outros ocupantes pressionaram a coordenação para que ele tivesse residência no terreno. Esta, por sua vez, também tinha interesses em manter por perto um ocupante ativo em projetos culturais, assembleias e mobilizações:

> Deu meningite por causa do calor, aquele negócio todo. Aí eu não havia saído da Vila Pinho ainda não. Eu não havia vendido lá ainda não [possuía uma pequena residência]. Aí a minha menina deu esse problema de meningite, a minha menina praticamente encheu de ferida, entortava os olhos, aquele negócio todo. Eu fiquei totalmente apavorado. Aí fiquei cerca de um mês fora daqui, quando ela voltou para casa, eu fiquei sentindo calor, eu fiquei naquela defensiva se voltava para cá de novo, para viver em barraca de lona e muita pressão e quem pegava os documentos e o seu lote tinha que ocupar o lote logo e construir e eu não tinha condição, e ficou aquela pressão. Mas eu continuei a vir para a organização, participando, aí já havia feito o sorteio e acabado os lotes. E, o pessoal falava assim: 'nós temos que dar um jeito aí para o José'. 'Volta, José' e [eu]:' Pode deixar para lá'. Porque, eu sai e falei que não iria voltar mais. E aí já haviam feito o sorteio e entregado a todo mundo os lotes, e aí eu fiquei fora da situação. Mas, o que foi que aconteceu? Depois que a minha menina melhorou eu continuei a vir para cá e organizar aqui. Aí o pessoal: 'Oh, José, volta para cá. Você não pode ficar de fora não'. E aí havia sobrado esse pedaço de terra aqui. 'Vamos forçar o terreno aqui, mas, vamos tirar um pedaço aqui para ele'. E eles forçaram e tiraram um pedaço na marra aqui, tiraram um metro ali na rua: 'isso aqui é seu José'. Aí começou a pressão para construir e aí eu falei: 'não tenho condições de construir agora'. Aí eu vendi lá e construí aqui, agora. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

Nos primeiros meses da Ocupação Vila Corumbiara, as coordenações conseguiram ter um rígido controle sobre atitudes de venda, aluguel ou repasse a terceiros, tentativas comuns no assentamento, mas com o passar dos anos, segundo depoimentos, o poder de governança local foi sendo reduzido - o número de reuniões e assembleias caiu, assim como a participação efetiva dos moradores após o recebimento dos lotes e a construção das casas, além da gradativa entrada do Estado via negociações com a URBEL, a CEMIG e a COPASA - e tais infrações se tornaram comuns. É possível que a visão polarizada da ideologia igualitarista defendida pelas lideranças não tenha se atentado para o fato de que a moradia para os pobres não tem apenas uma representação imediatista de abrigo, mas abarca dimensões subjetivas, ligadas a sonhos, projetos familiares e fonte de renda:

> Aí o pessoal vendia [as casas] quando o tempo foi passando aí quando tinha a [incompreensível] não tinha mais como a coordenação interferir mais, porque aí o Estado já começou a entrar aqui dentro e controlar a situação. E, foi aonde as pessoas começaram a vender. (Depoimento de Gilvânia, concedido em 21/07/2016).

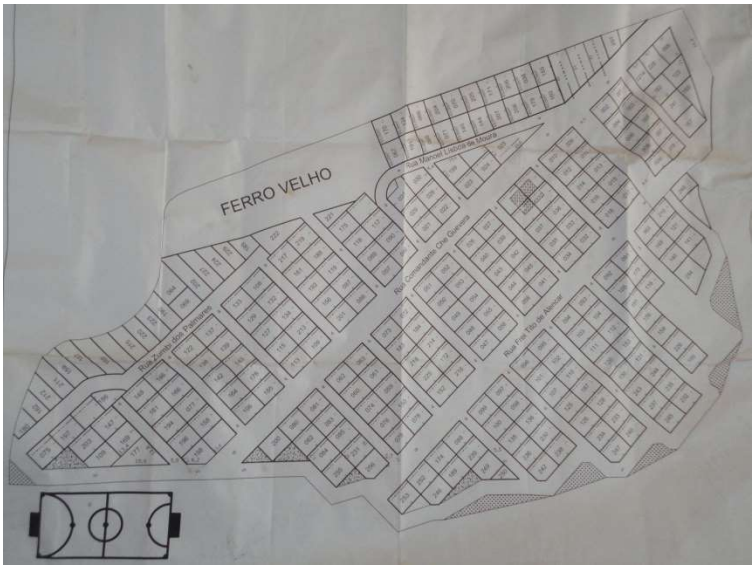
Quanto à divisão dos lotes na Ocupação Eliana Silva é importante ressaltar que apesar de um planejamento urbanístico inicial, não houve tempo suficiente para realizar obras na área da ocupação Eliana Silva I, devido à rápida ação de despejo pela Prefeitura de Belo

Horizonte, ocorrido em menos de um mês. Na segunda inserção, a proposta urbanística foi criada *pari passu* às convocações públicas, com reuniões de preparação dos futuros moradores, mobilizações em frente ao prédio da prefeitura, com o objetivo de forçar o poder público a negociar com os ocupantes, e uma assembleia organizada pelas lideranças do MLB. Havia o esboço de um planejamento urbano para o assentamento realizado por apoiadores externos, especialistas e coordenadores do movimento social. Em uma reunião na Escola de Arquitetura da UFMG, moradores e voluntários foram convidados a participar de ajustes e discussões sobre o projeto:

> Foram utilizados desenhos e uma maquete na escala 1/1000 para a discussão da proposta de parcelamento e lançamento viário. Essa proposta privilegiou vias principais de baixa declividade, prevendo o lançamento do esgoto sanitário na avenida Perimetral, onde existe um ramal interceptor de esgotos. Além disso, o sistema viário incluiu alamedas de 4 m de largura e maior declividade, atravessando as quadras. Os lotes ficariam dispostos ao longo dessas alamedas, paralelos às curvas de nível, gerando pouca movimentação de terra durante as construções. Os lotes foram projetados com 126 m² (7 m x 18 m) para o compartilhamento por duas unidades habitacionais. Os moradores que participaram das reuniões de projeto manifestaram enfaticamente que todas as unidades deveriam ter acesso direto à via pública para evitar conflitos. Assim, projetamos alamedas em ambas as faces menores de cada lote. Na prática, isso significava que não seriam lotes coletivos, mas lotes individuais de 63 m² cada. Apenas formalmente seriam considerados coletivos, atendendo à exigência legal de área mínima de 125 m². (LOURENÇO, 2014, p. 63).

O projeto da Eliana Silva (Figura 13) possibilitava acesso e mobilidade a todos os moradores no território, algo pouco comum em outros tipos de produção informal de moradia, como as favelas. Além disso, representou um indicador objetivo em favor da manutenção das famílias no terreno. Isso porque, segundo William, a apresentação de uma paisagem positiva pautada pela divisão em lotes demarcados e em espaços comuns obrigatórios, como a creche, o parquinho e o campo de futebol, era a indicação para o meio externo - sociedade civil, a polícia, o Conselho Tutelar e a Prefeitura - de que a Ocupação se adequava aos preceitos da ordem urbana e aos seus signos universais, responsáveis por credenciar os grupos a participar legalmente dela.

**Figura 13 - Projeto Formal da Ocupação Eliana Silva**




**Fonte: Acervo próprio.**

Não houve, no entanto, consenso entre os coordenadores e demais ocupantes quanto ao princípio da divisão dos lotes em termos quantitativos e qualitativos. Alguns entrevistados comentaram sobre sorteios aleatórios e com exceções privilegiadas ou com benefícios para lideranças. Outros, como Edmaura, apontam que existiam preferências por determinadas condições, e não por pessoas, no sistema de sorteio, como mulheres e idosos. Ao contrário da Vila Corumbiara, o que prevaleceu na Eliana Silva foi a distribuição a partir do mérito pessoal, segundo o qual a participação individual nas atividades gerais cotidianas - especialmente os encontros coletivos e o trabalho manual nas barracas, nas cercas, na cozinha, nos banheiros, na creche - traria prioridade nos momentos de escolha dos lotes. Nesse modelo, a pessoa recebia uma pontuação realizada num caderno das coordenações locais e que variava de acordo com sua disposição a realizar os trabalhos urgentes às necessidades do território em conformação.

No que se refere à localização dos lotes e à sua distribuição aos moradores, também há controvérsia sobre a forma como os locais mais cobiçados foram distribuídos. Confirmando diversas narrativas, prevaleceu o sistema de pontuação individual, sobrando para quem pouco ajudou os lugares menos cobiçados[130]:

> Outra coisa [...] É tudo coletivo, ninguém ganha, só vai ganhar se você ficar dentro do terreno, então você tem que fazer o máximo pra deixar tudo organizado. Tudo que você vai fazer, ali tem um livro de pontuação, 'fulano fez isso', pega um ponto,

[130] Apesar de que essa informação não foi confirmada pela maioria das pessoas que entrevistei ou conversei informalmente e gera controvérsias entre as pessoas.

> pega dois, pega três, a pessoa que não faz nada, que fica o dia todo sentada, aí fica no final da fila. Quando o pessoal da arquitetura chega, que faz o projeto, divide os lotes, que vai entregar, você tem cem pontos, você é a primeira [...] 'esse aqui é seu lote', e constrói. [...] Se você não fez nada, ficou sentado o dia inteiro e 'ah, cadê meu? Qual é seu nome? Você não tem pontuação é nenhuma, então, se sobrar você fica, senão você vai pra próxima ocupação'. E aí 'Ah, mas eu, a gente diz, você lavou um prato? Lavou um copo? Fez a segurança? Por isso é coletivo, tudo na base do coletivo, por isso a gente tem o sistema de pontuação, porque um fica escorando no outro'. (Depoimento de Raul, concedido em 26/06/2015).

No que tange à divisão dos lotes, o projeto inicial da *intelligentsia* - apoiadores externos, técnicos, arquitetos, membros do MLB, coordenadores - da Eliana Silva, responsável pelo planejamento urbano da ocupação, estabelecia duas unidades habitacionais no mesmo lote, o que condiria com os princípios ideológicos do movimento social e serviria como demonstração de sucesso da concepção da gestão coletiva e do "espírito comunitário" no assentamento. Mas, a opção dos demais ocupantes nas reuniões foi pelo lote individual, numa demanda por unidades habitacionais com acesso independente. Tal posição se colocou de encontro ao idealismo militante dos coordenadores e sua proposta de um espaço de vivência comunitária, aludindo uma tensão inerente às relações sociais muito difícil de ser equacionada entre necessidades e bem-estar coletivos e interesses individuais.

De acordo com Lourivalda, o fato de morar com acesso às alamedas ou às avenidas, com número cadastrado, embora ainda não registrado pela prefeitura, possibilitou o acesso a recursos e bens do poder público, como água tratada, energia, sistema de correspondências. Sua fala demonstra como demandas e utopias podem se combinar, mas tal fenômeno não esteve pronto ou acabado devido às particularidades dos agentes da Ocupação.

Assim como na Vila Corumbiara, a vontade individual de realizar objetivos específicos de diversos ocupantes indicava leituras de mundo diversas daquelas defendidas pelo movimento social em seus projetos de participação democrática, igualdade paritária e coletividade. Tais desencontros aludem à complexidade das ressignificações de vida coletiva encontradas nesses territórios, pois diante do cotidiano de convivência entre as pessoas e suas lideranças - sejam coordenadores e representantes do MLB, sejam apoiadores externos, todos eles reconhecidos e prestigiados por terem sido considerados responsáveis por grande parte dos processos que levaram às vitórias na Ocupação - aceitação e resistência caminharam de forma fluida e complementar entre as partes, na formação do agrupamento. Assim, são as situações cotidianas em cada local, associadas às trajetórias de vida das pessoas e as leituras que as mesmas fazem do seu lugar no grupo e de suas possibilidades de ganho ao aceitar ou rejeitar normas que explicam os limites das negociações e dos confrontos entre elas.

Uma prática comum das pessoas em ambas as Ocupações e que conflitava com o

ideário militante no território dizia respeito ao significado da moradia. Conquistada por meios informais, a propriedade ganhou nesses territórios conotação ideológica coletiva, um bem cuja utilização estaria voltada primordialmente para fins sociais, pautando-se em princípios de acesso, inclusão, bem-estar, igualdade de direitos[131]. As normas eram claras e os habitantes não estavam autorizados a vender, alugar ou ceder a terceiros o benefício adquirido. O discurso da gestão coletiva foi constantemente aventado nas entrevistas para explicar práticas verticalizadas nas relações entre o movimento social e os moradores na Eliana Silva. A distribuição de lotes e a delimitação de espaços comuns, além de serem ações de negociação com o Estado, tinham e têm como objetivo expressar um tipo de conformação político-territorial que se diferenciava de outros tipos de produção informal de moradia, como as favelas ou os loteamentos periféricos. Estes foram interpretados por moradores e militantes como espaços de ilegalidade e violência. Nesse sentido, o movimento social se intitulou como uma necessidade histórica na condução sistemática das decisões em proveito de um propósito de justiça social, nesse caso o direito à moradia.

Contudo, de forma parecida com o que ocorreu na Vila Corumbiara - com a diferença de que nesta, tais práticas se intensificaram anos depois da inserção no terreno e principalmente após a regularização da área - a rigidez programática do MLB e das coordenações[132] na Eliana Silva não impediu as ações de passagem de lote a terceiros, venda, aluguel ou aproveitamento da oportunidade para conseguir um lote, mesmo sem a real necessidade. William, Raul e Osvaldo afirmaram que os coordenadores locais realizavam sistematicamente a fiscalização, a revisão de cadastros e os encontros para conscientização dos moradores, tentando reduzir os impactos de tais atos.

A aquisição do lote, a construção e a permanência de moradia dos ocupantes foram reguladas por uma normativa interna cujo fundamento era a obrigatoriedade de se compartilhar vivências em situações especiais e seguir padrões de comportamento (ELIAS,

---

[131] Estes princípios eram levados tão a sério que há relatos de pessoas que perderam o direito de morar na Ocupação por infringirem gravemente as regras do regimento. Casos considerados graves eram levados para a assembleia - que funcionava como tribunal - e ali mesmo poderiam ser julgados por coordenadores e demais ocupantes, o que traz à tona novamente a noção de um processo civilizador aos moldes da concepção de Elias (1994a). Constantemente narrados entre os entrevistados foi o caso de um homem que estava embriagado e espancou a companheira e de dois homens que estavam fazendo do território "pontos de droga".

[132] Dentre as regras faziam-se necessárias regulamentações como: o tamanho por igual dos lotes - todos com 63 metros quadrados -, a obrigatoriedade dos coordenadores morarem na ocupação - sem privilégio de escolha -, a manutenção da limpeza nas proximidades da própria casa e o registro da casa em nome da mulher - quando da existência de casais -, a definição de falta grave para quem ocupasse parte do terreno do vizinho ou da rua - sob pena de ter que derrubar ou até perder o benefício (é comum e legítima a ação de membros da coordenação geral ou pessoas delegadas por eles fazerem novas medições nos lotes após início da construção), e a permissão para construção vertical.

1994a), sob os quais aportavam as credenciais para residir naquele território. A internalização da necessidade de criar todas as barreiras possíveis contra o despejo se colocou menos como obediência às deliberações da coordenação e mais como uma alternativa racional de resistência a futuras ações da prefeitura.

Nas duas Ocupações o valor, como escala de importância que a pessoa atribui a um bem, por exemplo, varia segundo a balança racional e emotiva das condições individuais e das vantagens sociais trazidas por aquele elemento. Não há metafísica nessa escolha, ela é pragmática e subjetiva ao mesmo tempo; casas e lotes são aquisições de patrimônio que envolvem custos materiais e emocionais e não são compreendidos pelos ocupantes como uma necessidade histórica coletiva baseada no valor de uso apenas. Portanto, o entendimento se posiciona na busca por um bem que ao ser adquirido pode ser colocado à disposição como mercadoria nas relações de oferta e procura. A solidariedade coletiva afirmada em tantas narrativas, proveniente de ações de conscientização e politização das massas, sofreu uma ruptura no momento em que os lotes foram distribuídos e passaram a ser considerados como propriedade individual absoluta, mesmo sem a certeza da regularização.

Quando as pessoas na Vila Corumbiara e na Eliana Silva receberam aquelas porções da terra provenientes de práticas informais e dentro de uma estrutura social autônoma em construção, sentiram a oportunidade de externalizar uma série de realizações, que passavam por projetos de aumentar a família, ajudar um parente em situação precária, aumentar rendimentos financeiros com aluguel e com venda - ampliando a lógica do mercado informal nas cidades (ABRAMO, 2009) - entre outros. Assim, as pessoas não se limitaram a ver aqueles lotes apenas como um abrigo contra intempéries, violência das ruas, fuga do peso do aluguel e ou do "morar de favor", mas como a possibilidade de realizar objetivamente projetos de vida, o que demonstra a agência dos pobres frente às realidades por eles enfrentadas.

### *5.2.2 O fim da estrutura de poder na Ocupação Vila Corumbiara: resistência e lacunas*

O enfraquecimento e posterior fim da coordenação da Ocupação Vila Corumbiara se deu por diversos aspectos[133], entre eles a entrada gradativa de bens e serviços públicos urbanos

[133] No caso da ocupação Eliana Silva não houve grandes mudanças na estrutura de gestão. O MLB e os coordenadores gerais e locais continuam sendo, em consonância com os apoiadores externos, a base política do assentamento. As estratégias para a regularização, urbanização, reconhecimento e posse do terreno tornaram cada vez mais urgentes a existência dessas lideranças, tendo em vista sua disponibilidade integral aos interesses desse agrupamento.

e, consequentemente, dos órgãos da prefeitura, como a URBEL, para as negociações concernentes à regularização e urbanização do terreno. Além disso, as "batidas" policiais se tornaram constantes em função do aumento das ocorrências e da ruptura interna da estrutura de poder. Esta última merece nota. Segundo grande parte dos depoimentos, depois de aproximadamente quatro anos de ordem estabelecida pela coordenação em consonância com os ocupantes, as divergências já existentes entre as lideranças se multiplicaram. Duas frentes divergentes se posicionaram sobre assuntos relacionados à forma de governança da Ocupação e ao papel do Estado no território.

José e Lauro faziam parte de um dos polos dentro da coordenação[134] e evidenciaram a fragilidade desta instância a partir dos desmandos provocados por alguns membros. Afirmam que a interferência partidária foi decisiva para a derrocada da unidade da governança na Ocupação - que eles afirmam que antes existia -, haja vista que a ordem máxima sempre foi a de não deixar os interesses político-institucionais sobrepujarem as determinações internas. Segundo seus relatos e de outros moradores, a ala oposta acusava seu grupo de "colocar cabresto nas pessoas" (Depoimento de Lauro, concedido em 16/03/2016) e de tratarem a Ocupação como território de exceção, onde as pessoas deveriam obedecer apenas seus líderes, independentemente do que acontecia fora das cercas. Ainda colocaram em xeque os interesses coletivos do grupo de Lauro e José, acusados de tentar inibir a presença de políticos, candidatos, membros do poder público e dos braços do Estado, como a polícia e a URBEL, a fim de manter o poder de mando em suas mãos.

Por outro lado, o grupo de José e de Lauro assertou que os "opositores" não possuíam ideias progressistas (no sentido dado por eles, uma agenda de mudanças favoráveis à população sem radicalismos e sem os princípios da "velha política", baseada na troca de favores) e buscaram implantar na Ocupação uma base eleitoral do PT (Partido dos Trabalhadores) (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016). O partido era a situação política na Prefeitura em 1996 e não demonstrou interesse em dialogar com os ocupantes. Segundo os entrevistados, vereadores e deputados do partido se aproximaram de lideranças para tentar enfraquecer a forte estrutura política e social constituída pelos ocupantes em busca da regularização da moradia. O grupo com tais ligações partidárias foi chamado de "os opositores" por Lauro e José e passou a se organizar com ocupantes, a fim de convencê-las

[134] Infelizmente, não conseguimos contato com membros do grupo antagônico. De acordo com conhecidos dos opositores ao grupo de José e de Lauro, eles "têm paradeiro incerto"; alguns teriam ido fazer militância em outras frentes - como Ocupações, sindicatos e movimentos sociais - sem relação com a Vila Corumbiara. Portanto, a descrição sobre a desestruturação da coordenação está fundamentada apenas no olhar de um dos polos.

dos males trazidos pelo centralismo dos outros coordenadores. Em seguida, os "opositores" tomavam decisões arbitrárias sem a consulta dos outros coordenadores e da assembleia:

> O primeiro problema de discussão que teve aqui, ele trouxe a polícia. Ele era da coordenação geral. Aí o [nome de um deputado do PT] já começou a usar ele. Porque, ele era PT e o PT era prefeitura na época, eles queriam desorganizar e eles não conseguiram desorganizar externamente, eles começaram a tentar [nos desorganizar de maneira] interna. Aí começaram a colocar ele, para fazer o trabalho contra. Tudo que a gente ia fazer, ele era contra. Aí começou a falar que a gente estava tentando colocar cabresto nas pessoas, começou a falar que a comissão estava fazendo das pessoas, prisioneiras, que era tudo cercado e continua cercado a vila todinha. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

> Então, quando ele entra com a polícia e diverge com a gente também, ele entrou com a polícia, para dedurar a gente, porque ele era contra aquilo ali e começou a ter os debates das ideias. Porque ele quer defender as ideias que não eram progressistas para gente e nós decidimos as nossas ideias. Aí ele entrou aqui com três carros de polícia. Aí foi quando ele começou a usar as pessoas que eram alcoólatras, começou a aglomerar com elas para defender essas ideias. Aí depois que entrou a polícia, eles fizeram até um boteco. (Depoimento de Lauro, concedido em 16/03/2016).

No mesmo período, outras divergências foram separando as lideranças da Vila Corumbiara. Apesar de estarem juntos nas negociações para a regularização e a urbanização do assentamento, as contraposições ficavam cada vez mais evidentes entre os dois grupos: detalhes de projetos ou de posicionamentos frente ao poder público, definições dos espaços de lazer e de prioridade de asfaltamento, abertura de novos acessos do terreno para os bairros mais próximos, tipos e formas dos eventos culturais a serem promovidos, dentre outros. A situação chegou ao ponto de os "opositores" montarem uma associação de moradores, instância que representaria os ocupantes à revelia das decisões da coordenação. O episódio dividiu opiniões e adeptos e por mais alguns anos as duas entidades sobreviveram no território.

Em entrevistas ou conversas informais, moradores do atual bairro Vila Corumbiara conjecturaram dois aspectos para o desaparecimento da coordenação[135]: o primeiro é referente às dificuldades de encontrar representantes para defender o território - pelas várias trocas realizadas depois das divergências e da ruptura na gestão - em favor dos direitos de moradia; o segundo é concernente à gradual chegada dos equipamentos urbanos. A controvérsia está

[135] William, militante do Movimento de Luta nos Bairros, vilas e favelas (MLB) na ocupação Eliana Silva relata que nos anos 2000 esta organização passou a atuar na ocupação Vila Corumbiara, atribuindo à mesma uma série de conquistas como transporte escolar, ligação do esgoto, regularização fundiária e o asfalto. Todavia, apenas um entrevistado cita a participação efetiva do MLB em algumas decisões e nas conquistas da Ocupação, ao contrário, quase a totalidade das entrevistas e das conversas informais aludem à desorganização da gestão dos interesses coletivos e a falta de uma estrutura política na Ocupação depois das divergências internas e da divisão entre coordenação e associação.

nos frutos de tal fragmentação. Para alguns entrevistados foi o momento em que a URBEL e a Prefeitura se empenharam em regularizar e urbanizar a área, já que todas as instâncias do Estado tinham acesso livre ao espaço e poderiam criar arranjos para negociar com representantes. Em contrapartida, narrativas contrárias relatam que a chegada mais incisiva foi a da polícia e dos partidos de situação da época, que teriam infiltrado pessoas na Ocupação e estimulado desavenças internas, infrações e crimes.

## 5.3 A ação coletiva e o ideal comunitário: quem somos nós?

> O povo não têm nada a ver com aquilo lá. Não tem nada a ver com aquela invasão do lado de cima. [...] não tem uma favelinha do lado de cima? Umas casinhas ali do lado de cima. Aquilo lá é outra coisa. (Depoimento de Leontina, concedido em 17/03/2016).

Paralelamente à concepção idealista da "gestão coletiva", as Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva desenvolveram o imaginário de uma comunidade *ad hoc,* quer dizer, como se sua invenção tivesse finalidade única e para a qual foi planejada: a criação de um "espírito coletivo". Há um consenso entre lideranças e demais moradores de que as Ocupações, ao contrário das favelas e de outros assentamentos, expressam todos os elementos do trabalho em conjunto, da solidariedade e da luta pelos direitos, qualidades vistas por eles como fulcrais à unidade social e política dos assentamentos.

O princípio desse agenciamento se fundamenta, em primeiro lugar, no ressignificado do termo "direito". Os ocupantes aderiram ao discurso estruturado dos movimentos sociais sobre a moradia digna e o direito à habitação, tendo em vista suas precárias vivências históricas em busca de um "cantinho". A propriedade privada como bem absoluto é tratada pelos entrevistados como uma inversão dos direitos fundamentais da humanidade[136]. Por isso, os "sem-casa" ou os "sem-abrigo", autoproclamados pagadores de impostos e sujeitos de direitos, expressaram a legitimidade de suas ações radicalizadas - informais - em busca da riqueza coletiva genuína, que é a propriedade com fim social.

A busca pela ressignificação da propriedade é considerada o primeiro passo para a constituição de um sentimento de pertença ao agrupamento, que gradativamente vai se

[136] É relevante ressaltar que grande parte destes ocupantes defendeu arduamente a separação dos terrenos em lotes individuais e o fechamento do terreno para evitar a entrada de "invasores" ou traficantes. Além disso, outros desobedeceram as ordens e os princípios do agrupamento, fazendo, "às escondidas", de sua moradia um bem a ser negociado no mercado imobiliário. Coordenadores da Ocupação Eliana Silva relataram que muitos que cometeram tal "erro" voltaram a viver na rua, de aluguel ou mesmo de favor, chegando a procurar as lideranças do território novamente em busca de mais uma oportunidade.

transformando numa “comunidade”, nas palavras de Edmaura, ou “família”, nas palavras de Maria. Parece inviável que a vontade individual de cooperar com o outro em diversas situações de tensão e de recreação, e de comungar determinadas ideias referentes à sociedade e ao papel das Ocupações nas cidades não resultem da crença generalizada em um “sentimento coletivo” que serve de plataforma para as conquistas. Estes agenciamentos verbais e não verbais de caráter coletivista são provenientes de interpretações sobre as formas de compartilhamento entre os ocupantes em busca de interesses inicialmente em comum.

Dessa forma, nas duas ocupações aqui tratadas é generalizada a presunção do “espírito coletivo”, representado pelo sentimento de pertencimento necessário a todos os moradores. A identificação entre os “pares”, ou estabelecidos, de ambos os territórios, passa em especial por suas trajetórias de vida e pela certificação coletiva da verdade de suas reivindicações - reforçada pela agenda socialista implantada pelas organizações sindicais e pelos movimentos sociais -, com base na concepção de justiça coletiva e de dignidade humana: “Porque nós não fizemos nada de errado. O que nós fizemos foi brigar por aquilo que é por direito nosso, do suor.” (Depoimento de Tânia, concedido em 24/03/2016). Complementando tal argumento, William afirma:

> [...] nós não estamos aqui para brincar, nós estamos aqui é para a luta, para resolver os nossos problemas, de quem trabalhou a vida inteira e não teve condições de comprar até hoje; não teremos condições de comprar com o salário. Essa justeza foi o que fez com que enfrentássemos a situação, nesse espírito coletivo do começo até o final. E foi isso que permaneceu para ganhar. (Depoimento de William, concedido em 18/09/2016).

Os ocupantes de Vila Corumbiara e Eliana Silva inventaram símbolos e rituais com o objetivo de reforçar os laços internos de sociabilidade e de legitimar a existência (ou permanência) do espaço recém-ocupado como lugar definitivo de moradia organizada. Todos os anos foram organizadas - e ainda é assim - festas em comemoração aos respectivos dias da inserção ao terreno (Figura 14). Comissões de doação, que já existiam, eram ampliadas em quantidades de voluntários para arrecadar recursos em escolas e faculdades, com moradores de bairros vizinhos, em supermercados da região, além dos sindicatos e movimentos sociais. Uma série de atividades era oferecida aos ocupantes e visitantes nesses eventos, tais como peças teatrais, coral de crianças[137], gincanas, jogos, sorteios de bens de primeira necessidade, refeição com grande fartura (Figura 15).

[137] Na Ocupação Vila Corumbiara, o grupo de teatro e o coral das crianças ficaram bastante conhecidos em encontros universitários e eventos sindicais. Com o apoio de estudantes da UFMG, eles se apresentavam nas festas do assentamento e logo depois passaram a atuar em eventos fora do território.

**Figura 14 - Festa Junina da Vila Corumbiara 2000**

**Fonte: Acervo próprio.**

**Figura 15 - Time de Futebol da Vila Corumbiara 1999**

**Fonte: Acervo próprio.**

Determinadas datas oficiais foram reproduzidas pelos ocupantes, como o Natal, as festas juninas e o dia das crianças, segundo seus interesses, como forma de reforçar laços afetivos entre famílias, coordenadores e apoiadores externos. Outras, por sua vez, foram ressignificadas de acordo com interesses políticos do grupo, como o primeiro de maio, que era visto como dia necessário de mobilização no assentamento para uma questão além das reivindicações trabalhistas, mas por direitos sociais de moradia, de igualdade racial e de gênero. De acordo com Lauro, nas comemorações na Vila Corumbiara, às questões do mundo do trabalho foram incorporados anseios e projetos de vida dos moradores das ocupações, em

sua luta contra as desigualdades generalizadas causadas pelo sistema capitalista. Desta maneira, os ocupantes atualizavam os sentidos de eventos e festividades (Figura 16) de âmbito nacional ou local, segundo a inflexão de suas lutas, levando em conta o peso que cada um deles teria ao chamarem a atenção para suas demandas. Na Vila Corumbiara

> As comemorações de primeiro de maio, o dia dos trabalhadores, várias outras comemorações em outras datas aí [...]. Então, era o seguinte: as pessoas participavam. Então, era só ir para luta, é, então nós estamos lá juntos. Só que ao mesmo tempo nós aproveitávamos e colocávamos a nossa luta ali dentro. Para divulgar a nossa luta. Então isso ajudou demais na conscientização das pessoas. Porque o dia do Trabalhador, que não tem significado nenhum para a gente se for pra comércio. O que é importante são as datas que são importantes para nós [...]. Então, quando nós participamos era desse nível assim. Várias passeatas, nós participávamos de forma consciente. (Depoimento de Maria, concedido em 10/03/2016).

Na Eliana Silva:

> Ela [a esposa do William] sempre estava na liderança e teve bolo, teve festa e aos domingos vinham o frei e a freira, faziam culto ecumênico, todos os domingos depois da assembleia, aí tinha organização para comprar lanche para as crianças, comparar comida, lanches, e todo mundo ficava feliz demais. E sempre teve esses eventos no dia das crianças, no dia das mães, natal e ano-novo. Sempre teve festa. Esse ano é a primeira vez que não teve festa no final do ano. (Depoimento de Lourivalda, concedido em 11/12/2016).

**Figura 16 - Festa do Dia das Crianças Ocupação Eliana Silva 2014**

**Fonte: Acervo próprio.**

O agenciamento do "espírito coletivo" parece ter sido uma condição necessária à existência dos dois assentamentos. Datas, rituais, símbolos, estrutura hierárquica rígida, marcos regulatórios - como o regimento interno - e práticas que estimulavam vínculos

afetivos tornaram as Ocupações uma espécie de "família". Tal definição retratava um conjunto de indivíduos ligados por laços não necessariamente sanguíneos, mas por fidelidade, amizade, interdependência.

Outro elemento que os entrevistados de ambas as Ocupações pontuam para a formação do "espírito coletivo" se estabelece no saudosismo temporal que é realizado como exercício de memória coletiva, reatualizando no presente acontecimentos selecionados do passado. As lideranças justificavam e conferiam credibilidade às "antigas formas" de organização e mobilização que operacionalizavam a comunhão de interesses dos ocupantes em contraposição à apatia causada pela sensação de segurança da posse ao longo dos anos, no caso da Vila Corumbiara, ou da maior segurança contra o despejo, no caso da Eliana Silva. Os "moradores antigos", termo usado na Vila Corumbiara, ou os "ocupantes antigos", termo usado na Eliana Silva cujo significado é o do pioneirismo, atribuem para si todas as conquistas de regularização, urbanização e reconhecimento às suas lutas e sofrimentos. Escassez, organização, coragem: três atributos dedicados aos mais velhos, até mesmo pelos mais novos, como filhos, netos e moradores recentes. Em uma conversa informal, um morador da Eliana Silva chegou a dizer que a "a turma mais velha teve muita coragem [...] passaram por muita coisa, problemas, fome, polícia [...] e conquistaram com suor e sangue a terra." (Depoimento informal, concedido em 18/12/2015).

No caso da Vila Corumbiara, após a regularização fundiária, a chegada de novos moradores, a morte ou a mudança dos antigos, a desagregação da coordenação e a falta de continuidade da associação, fez com que o território seja visto hoje pelos "pioneiros" como um bairro que esqueceu suas raízes, sua história. As drogas, o esquecimento das principais comemorações e datas relevantes às experiências da formação do território, as abstenções para qualquer tipo de evento que indique mobilização política, sinalizam a mudança de identificação que as pessoas têm com o lugar atualmente:

> Não querem saber da luta [adolescentes e novos moradores] perdemos toda a nossa organização, a forma de conseguir as coisas que nós só conseguimos com luta, com união, hoje se encontra aqui, sem esse tipo de união. Tem o espirito, se lembram, querem que voltem isso de novo [os moradores mais antigos], principalmente os mais velhos, porque os mais novos não conhecem, não querem saber de nada, mas sabem que existe uma necessidade no local. Porque, depois que acabou tudo isso aí, a droga tomou conta do nosso lugar. E a gente se sente dentro, e, apesar de ainda ser um lugar melhor dentro de Belo Horizonte, você pode observar, você entra aqui sem problema nenhum. Você não vê trocação de tiros, gangue contra gangue querendo tomar boca, aquele negócio todo. Mas existe as drogas minadas. Entendeu? Existe ela, em todo o território, [inaudível] degenerada. E, para nós a degeneração da família, é realmente isso. Porque, as pessoas falam: 'fumar um cigarrinho, isso não é problema não. Isso faz até bem para a saúde'. Mas, nós que somos descendentes de pessoas que não tem essa cultura, que são valores que nós não perdemos de forma

> alguma, isso para nós é degeneração das pessoas. Das famílias. (Depoimento de José, concedido em 11/04/2016).

A concepção de espírito coletivo dos "pioneiros" parece indicar um discurso reacionário diante das mudanças. Enquanto as coordenações das Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva davam ênfase à rigidez hierárquica, à vigilância, às sanções sobre comportamentos considerados indesejáveis e à sobreposição da "comunidade" ou do "povo" frente determinados valores da modernidade e do capitalismo - como por exemplo, a propriedade enquanto bem absoluto - muitos ocupantes, mesmo compartilhando deste imaginário, dissolveram tal solidez social e política. Segundo Raul, as lideranças mostraram-se reativas aos novos modelos sociais que adentravam o território e que estavam acoplados às conquistas coletivas - regularização, reconhecimento, bens e serviços públicos. Assim, saudavam e reforçavam de maneira descomedida um passado idealizado, do "tempo das barracas", porém como um período abrandado pelo correr do tempo ou como uma espécie de ferida que deixou cicatrizes, as quais com o tempo tornaram-se lembranças selecionadas para uma dimensão positivada do sentido de ser Ocupação. O passado do assentamento, apesar das dificuldades impostas aos ocupantes, era constantemente lembrado por eles, mas especialmente por ex-coordenadores ou lideranças atuais, com mais ênfase nas vitórias às derrotas.

> Porque, tem muito tempo que eles [ex-coordenadores que atuam em sindicatos e movimentos sociais] não trazem telão para nós aqui [para passar um filme que relata a história do início da ocupação], porque têm muitos moradores novos que vem para cá e não sabem a luta que nós tivemos aqui hoje. Então, vem muita gente de fora, para bagunçar aquilo que Deus nos deu com tanto carinho, para tirar a moral da gente aqui, então é bom que eles tragam o telão para mostrar para eles quem somos nós aqui na época. Então, no dia 24 de março, eu não sei são dezenove ou vinte anos. (Depoimento de Maria, concedido em 10/03/2016).

### *5.3.1 O desdobramento do projeto civilizatório na constituição de um nós: classificações sociais entre os pobres*

Aspecto importante do "espírito coletivo" é a distinção entre as fronteiras do espaço legal/ilegal. Os ocupantes da Vila Corumbiara, atualmente moradores do bairro, criaram critérios de diferenciação em relação às pessoas e a outras formas de moradia, objetivando reforçar a existência e a legitimidade do fenômeno ocupação informal. Após três ou quatro anos da existência da Vila Corumbiara, ao menos dois assentamentos irregulares foram criados próximos ao terreno, sem notícias de organização estruturada. Alguns entrevistados

afirmaram que os coordenadores colaboraram com muitas pessoas interessadas em ocupar os dois terrenos próximos ao assentamento; outros disseram que foram ocupações espontâneas com lideranças desconhecidas.

O certo é que as diferenças começam pelos nomes, pois os dois assentamentos não tinham uma denominação própria, decidida em assembleia e referendada pelos ocupantes. Eles não possuíam uma identidade, assemelhando-se a favelas ou outros tipos de moradia informal. Os ocupantes da Vila Corumbiara demonstraram, então, pouca empatia[138] com estes espaços, não no sentido de uma rivalidade ou aversão, mas por poucas evidências de causas comuns. Adjetivos como "terreno ali", "favelinhas", "casinhas", "invasão", são utilizados para fazer referência a outros terrenos informais por moradia. Áreas não ocupadas próximas à Vila Corumbiara ainda são vistas como "terreno abandonado" pelo Estado e, portanto, sujeito a invasões, a doenças, a sujeira, à criminalidade ou à formação de favelas.

Em Vila Corumbiara e Eliana Silva a experiência de muitos ocupantes em favelas os autorizou a uma comparação aparentemente ofensiva e preconceituosa, porém objetiva: as favelas e as moradias informais não reguladas por coordenações e organizações políticas são identificadas pelos residentes das duas Ocupações estudadas aqui como espaços que não estão em conformidade com as regras de uso e ocupação do solo, além de estarem fora de todos os parâmetros legais em relação ao ordenamento jurídico fundiário e ambiental: "É porque dava a sensação de não ser uma vila. Se não, iria virar um 'favelão' mesmo. Imagina isso aqui, cheio de becos. Aí, nós votamos para ser rua aberta." (Depoimento de Tânia, concedido em 24/03/2016).

Birman (2015b) questiona essa diferenciação, pontuando que a população das invasões não difere substancialmente daquela das ocupações, mas é possível visualizar um movimento que se coloca em campo de micropolíticas no interior do qual se atrelam elementos ilícitos e ilegais no universo social e espacial da região. Segundo a autora, caso as invasões sejam, como modo de habitar a cidade, parte dos ilegalismos populares, elas também integram os circuitos que envolvem práticas ilegais e legais, nas quais fluxos se entrelaçam e se superpõem nas práticas sociais e nos circuitos de sociabilidade popular[139], assim como as Ocupações.

Os limites criados para diferenciar as fronteiras físicas entre Ocupação e favela, por

[138] As entrevistas com os habitantes do atual bairro Vila Corumbiara ainda demonstram uma percepção parecida com a que havia antes da regularização do terreno a respeito de outras Ocupações existentes em suas proximidades. Os moradores do bairro expressam diferenciações bem claras, tratando os demais agrupamentos como menos civilizados, no que diz respeito à estrutura de bens e serviços urbanos, à regularização fundiária, à urbanização, à violência, aos modos de vida e à perspectiva política.

[139] Ver mais em Telles (2009).

exemplo, expressam o interesse em produzir fronteiras simbólicas que separam estes agrupamentos:

> A URBEL e o povo da Corumbiara não têm nada a ver com aquilo lá. Não têm nada a ver com aquela invasão do lado de cima. Você não entrou por… não tem uma favelinha do lado de cima? Umas casinhas ali do lado de cima [...]. A Corumbiara não tem nada a ver com aquilo ali. (Depoimento de Lourivalda, concedido em 11/12/2016).

A dinâmica das classificações sociais realizadas pelos ocupantes da Vila Corumbiara e da Eliana Silva em relação a outras modalidades de produção informal de moradia pode ser mais bem compreendida através dos estudos de Elias (1994a). O autor afirma que a civilização é parte de um processo em que todos estão envolvidos. As marcas de distinção atribuídas a tal processo, desde a evolução das máquinas às descobertas no campo da ciência e às inovações nas formas de Estado comprovariam, uma estrutura particular de relações humanas e de correspondentes formas de comportamento. A civilização, segundo ele, seria a expressão de uma sociedade e no caso específico, a autoimagem das classes abastadas da Europa, em comparação a outros povos considerados primitivos, ou seja, a concepção de civilização é a forma como as elites entendem e descrevem sua trajetória história, buscando compreender também as experiências de outros povos. Segundo Elias (1994a), nesta relação se constituiria um afastamento entre civilizados e primitivos, o que possibilitaria àqueles que acreditam em sua superioridade subjugar os que são anteriores à civilização. Mas é esta mesma civilização que viveria constantemente em perigo, ameaçada pelo processo de degeneração de toda a moldagem de comportamentos realizada historicamente (ELIAS, 1994a).

No território da Eliana Silva, o desejo de fazer parte da cidade de forma integral revelou uma busca incessante dos ocupantes por *status* positivo no cenário urbano, por meio de enfrentamentos aos olhares negativos da opinião pública, do mercado de trabalho e do Estado a respeito de sua imagem. Por isso, a comparação negativa com as favelas ou outros tipos de ocupação informal fora dos parâmetros considerados pelos ocupantes e por sua coordenação como inadequados para se fazer parte da cidade, revela sua repulsa a condições precárias de habitação, antes inerentes a suas próprias histórias de vida

> De uma Ocupação para uma favela, tem diferença. Porque, uma Ocupação, desde do momento [existe] porque houve ali uma ocupação. Então, se houve uma ocupação é porque, houve um líder. Teve alguém que coordenou, que te mostrou, te ensinou, que falou a verdade sobre [os riscos] que você está correndo ali dentro; já a favela é diferente. A favela você não sabe com quem você está convivendo. A favela você já

> entra para morrer ou para matar. Porque, na favela eles já entram - oh, menino não me complica não [...] A favela é o seguinte: a maioria dessas pessoas que não tem Deus no coração, eles entram no meio das pessoas humildes - porque, eu não falo que são pobres. Porque, pobre é o diabo. Entra no meio daquelas pessoas que são humildes e se escondem no meio daquelas pessoas. Mas, para fazer o mal. Porque, muitas vezes a polícia - você não leva a mal não. Eu sou evangélica, mas, eu ainda não parei de fumar não. Então, muitas às vezes em que a polícia entra dentro de uma favela, ela, entra [de uma maneira diferente daquela que entra] em uma vila [Ocupação]. Quando ela entra em uma vila [Ocupação], ela entra com um comportamento diferente. E, quando ela entra em uma favela, ela entra já matando. Aí ela não quer saber quem é pai de família, ela não quer saber quem é criança, ela não quer saber quem é mãe de família ou trabalhador, porque eles se escondem ali. Ali é o foco deles. E a polícia já sabe. Mas, em favela é diferente. Eles descem pelo beco a fora, já. E os que entrem na frente e eles cismarem já era. (Depoimento de Maria, concedido em 10/03/2016).

O estudo de Elias e Scotson (2000) ajuda a compreender a dinâmica das classificações sociais inventadas nas Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva, em relação a outras práticas informais de moradia. Os autores estudaram a produção de hierarquias sociais entre 1950 e 1960 em Winston Parva, área suburbana na região central da Inglaterra. Os autores fazem uma provocação ao dizer que em princípio as hierarquizações nestes territórios podem não parecer comuns, pois se trata de regiões compostas por indivíduos das classes trabalhadoras. A imagem promovida pelos "estabelecidos", setores dirigentes de uma determinada sociedade, sobre si e sobre os outros tende a se pautar na 'minoria dos melhores', como uma espécie de idealização. A imagem dos *outsiders,* por sua vez, manipulada pelos *estabelecidos,* tende a se pautar na 'minoria dos piores', ou seja, tende a ser denegrida[140].

Semelhante ao caso estudado por Elias e Scotson (2000), o fato dos residentes de outras produções informais de moradia próximas às ocupações, como vilas e favelas, não se enquadrarem às formas de controle social, às normas e aos valores identitários existentes nas Ocupações, fez com que os ocupantes destas, convencidos de terem adquirido os valores e práticas civilizatórias, nos termos de Elias (1994a), deram início a uma diferenciação contra recém-chegados, usando mecanismos objetivos e simbólicos comuns a comunidades bem estabelecidas com aqueles que ameaçavam seu *status* e sua unidade de pertencimento comunitária.

Atitudes e crenças nas Ocupações reforçavam uma espécie de superioridade política, ideológica e morfológica, rotulando outras áreas em categorias sociais inferiores por estarem fora dos parâmetros materiais e simbólicos exigidos para se viver na cidade formal. Se em

[140] Os moradores de classe média da Zona 1, como também os habitantes operários da Zona 2, consideravam mutuamente a si mesmos e a seus respectivos vizinhos como detentores de um status social superior aos moradores da Zona 3, os quais, por sua vez, pareciam aceitar o status inferior que era localmente atribuído a seu bairro. A Zona 2 era um bairro operário antigo, a Zona 3, era um bairro mais novo, inclusive em relação à Zona 1. As famílias da Zona 2, por serem antigos residentes, acreditavam serem detentoras do lugar.

Winston Parva os recém-chegados e os antigos residentes não eram, em sua quase totalidade, nem de 'raça', nem de 'ascendência étnica' e nem tampouco de classe social diferente, entre variadas modalidades informais de moradia e as Ocupações essas diferenças se faziam muito menos presentes, aliás, grande parte dos ocupantes foram moradores desses outros modelos e tinham trajetórias bem parecidas com os *outsiders.*

O trabalho realizado por Grimson e Baeza (2011) também colabora para a discussão das classificações sociais realizadas nas Ocupações, neste caso também tratando das diferenciações em setores específicos das classes trabalhadoras. Os autores discutem relações sociais urbanas em Comodoro Rivadavia, na região da Patagônia, como um caso excepcional de classificações sociais. Esta trama urbana produziu situações específicas que implicaram em não correspondências entre níveis de renda e hierarquia simbólica. O desajuste provinha da violência simbólica contra trabalhadores petroleiros recentes da empresa Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) pelas elites locais tradicionais, essas não necessariamente representadas pelos mais ricos.

Os "novos petroleiros" - oriundos da parcela de trabalhadores que entraram na empresa após a privatização nos anos de 1990, ou mesmo pelo fato de serem "braçais" - apesar de terem renda próxima ou maior em relação aos membros das elites tradicionais da região, possuíam muitos aspectos sociais de classe não reconhecidos pelas elites e até mesmo por trabalhadores de outros setores da região, que buscavam manter distanciamento a fim de sustentar aspectos da hierarquia construída historicamente na localidade[141]. Os autores tratam da variabilidade das representações e das identificações sociais na região ao questionar como as categorias classificatórias reproduzem os desajustes entre capital simbólico e capital econômico.

Grimson e Baeza (2011) discutem o afastamento dos trabalhadores estigmatizados dos principais signos de prestígio da localidade. A condenação moral dos petroleiros e de suas famílias se baseia, então, em tramas sociais já enredadas a partir dos significados apropriados por parte da elite de Comodoro Rivadavia. Usar e se apropriar de espaços reservados aos grupos de status superior pode significar, de acordo com os autores o fim das hierarquias estabelecidas. As Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva ocupam um lugar parecido das elites de Comodoro Rivadavia, uma vez que o capital simbólico em potencial dos ocupantes

[141] Os "ypefianos", antigos trabalhadores do também setor petrolífero, conformavam uma categoria social especial na localidade, participando de uma rede de benefícios sociais e econômicos - junto a outros grupos da elite - responsável por fornecer a eles status moral e cultural positivo. Além disso, os mais de cinquenta bairros operários criados demonstram uma cidade partida, onde "filhos de bairro", os "NYC's", possuem privilégios simbólicos e de direitos.

das vilas, favelas e loteamentos clandestinos aparentemente possível pelas trajetórias de trabalho e moradia semelhantes, ficou solapado por um capital moral que condenou suas práticas e valores no plano das esferas estéticas, morfológicas e político-organizacionais. Pode-se afirmar, portanto, que entre os residentes das diversas modalidades informais de moradia fundaram-se mecanismos de diferenciação social, que aludiram sentimentos de pertencimento representados por classificadores disponíveis com os quais seus membros identificam a si e os outros.

Uma parte da literatura específica a respeito do tema das Ocupações, porém, corrobora teoricamente a visão dos ocupantes, das coordenações e dos movimentos sociais que sustentam as classificações sociais existentes nos assentamentos. Lourenço (2014) confronta o termo Ocupação aos termos "invasão", "favelas" e "lotes periféricos". Define Ocupação como um ato que dá utilidade a algo, ou seja, torna útil um espaço sem uso e que não cumpre a função social prevista por lei e afirma que o discurso utilizado entre apoiadores e moradores das Ocupações se ampara no fato de os terrenos em disputa servirem apenas para propósitos especulativos. Desse modo, como a propriedade privada não atende as regras da lei, não pode ser protegida por essa mesma lei.

De acordo com o autor, a "invasão', por sua vez, associa-se a um ato ilegítimo, que se toma à força um espaço utilizado por outros, num claro desrespeito à lei e às regras de convívio social. Lourenço (2014) descreve as favelas como espaços constituídos a partir de ações organizadas por movimentos sociais, cujo discurso se encontra para além da moradia, haja vista as preocupações que suplantam a unidade habitacional pelo questionamento a terrenos sem fim social. Os moradores das Ocupações vêem a favela como algo fora da cidade, encarando-a como degradante e de infração ao plano urbano. A favela, por sua vez, constitui-se em uma situação urbana na qual os pobres buscam acesso à moradia de forma espontânea e paulatina, cuja preocupação é o espaço para se abrigar numa cidade.

O autor também separa as realidades das Ocupações e dos loteamentos irregulares. As Ocupações, em princípio, tendem a criar embates com a instituição da propriedade privada e suas ações tendem à autonomia em relação a um suposto promotor da terra. Nos loteamentos periféricos, prefiguram áreas ofertadas à população de baixa renda, pressupondo a propriedade da terra pelo agente que os promove. Na realidade dos loteamentos, segundo Lourenço (2014), os moradores compram terrenos informalmente sem participar de ações políticas, quando promovidas por agentes privados, ou se associam para comprar glebas de terra e fazer seu parcelamento, quando promovidas por associações e movimentos sociais nos chamados loteamentos associativos. Logo após este processo, o objetivo é transformar

formalmente a terra em área urbana para regularizar lotes e individualizar títulos de propriedade.

Delecave e Leitão (2012) apontam que as Ocupações são feitas “às claras” por grande número de pessoas, realizadas em curto tempo e de modo organizado, ou seja, um ato coletivo planejado com certa antecedência, capaz de mobilizar grande número de famílias de uma só vez. As favelas, na visão dos autores, são conjuntos de assentamentos precários em relação à ausência de esgotamento sanitário, abastecimento regular de água e pavimentação precária das vias, além da situação fundiária indefinida. Segundo os autores, as Ocupações têm a finalidade de garantir melhor qualidade de moradia para os ocupantes e evitar o estigma da formação de uma nova favela. Contudo, mesmo com as diferenças morfológicas, eles afirmam que em termos de infraestrutura as Ocupações expressam aspectos semelhantes à situação das favelas.

Fica claro como os ocupantes da Vila Corumbiara e da Eliana Silva reproduzem a distinção entre espaço legal/ilegal. O agrupamento estabelecido, resultado de um planejamento urbano, é na linguagem nativa “Ocupação”. E os limites delas, resultado de assentamentos posteriores ou diversos em nível de organização, “invasão”. É nesse sentido que se observa nas narrativas o poder da reafirmação de sentimentos de pertencimento, com o uso de expressões verbais como “necessidade”, “injustiça”, “coletivo”, “comunidade”, “luta” e “direito”. O termo “Ocupação” adquire sentidos diversos dos demais assentamentos informais, devido ao reforço discursivo realizado pela coordenação e pelos ocupantes quanto à necessidade de adequação coletiva aos signos universais necessários à vivência nas cidades. Para tanto, tal discurso precisou se alinhar ao imperativo dos agenciamentos não verbais: a organização urbanística do território, a limpeza das vias, a existência dos espaços comuns e a redução das ações ilegais e de violência.

O ato de ocupar - referenciado como atitude desafiadora da propriedade privada e reconfiguradora da função social do solo urbano -, para além da expressão, tomou novos contornos sociais e políticos. A interligação entre mentalidades, assim como a construção de creches, cozinhas comunitárias, biblioteca, os urgentes mutirões de construção de casas de alvenaria, a produção de estatuto interno e de planos urbanísticos específicos, deram visibilidade aos pobres e suas formas de ordenar ilegalidades populares (BIRMAN, 2015a; TELLES, 2009), trazendo à tona sua capacidade de apresentar projetos produção da cidade:

> A gente aqui faz tudo conforme o certo, é pra deixar tudo limpo? Beleza. É pra deixar as ruas, avenidas, alas e tudo organizadinho? A gente vai colocar tudo certinho [...] tem a creche [...] e a biblioteca funcionando, para criar a sede do MLB,

> tem demanda para a gente organizar, espaços para que a gente possa desenvolver trabalhos culturais. A própria demanda pela biblioteca é uma dessas demandas. Tem demanda para ter o título de posse aqui, para resolver rede elétrica, esgoto, calçamento. Título de posse, então tem muita perspectiva para frente. (Depoimento de William, concedido em 18/09/2016).

Os ocupantes encontram nesses signos verbais e não verbais pontos de conexão com sua trajetória de moradia e de trabalho, a fim de justificar a escolha pela ocupação[142], indicando para uma comunhão de sentidos entre lideranças e demais ocupantes - a narrativa dos moradores sobre suas necessidades e a plataforma ideológica do movimento social sobre o direito à cidade e o direito à moradia:

> [...] O governo diz que o país é de primeiro mundo, mas em vez de ele crescer, ele diminuiu, porque se a população tem condições de comprar um terreno, mesmo que seja pequeno, vamos dizer, um terreno de 43 metros quadrados, para fazer uma casa, antes a gente conseguia comprar um terreno maior e hoje a gente não consegue comprar um terreno nem de 43 metros pra construir uma casa pequena. [...] Morávamos em casa própria em BH [antes da família se mudar para o estado do Acre nos anos 1980], lá [no Acre], a gente conseguiu comprar três terrenos, aí dois terrenos meu pai vendeu e comprou aqui em Vespaziano [...]. Meu pai falava "quando eu vender a casa aqui eu vou vender por um preço que vai dar pra comprar uma casa pra cada um", porque a gente não sabia que as coisas tinham tomado essa proporção, a gente longe e não tinha a proporção do preço de terreno. Ele imaginava que era igual da época dele, aí quando ele vendeu só deu pra comprar um lote lá em Vespaziano. (Depoimento de Edmaura, concedido em 03/07/2015).

> É recriar a vida. É reorganizar a vida. É só ver, alguns exemplos aqui, a pessoa não tinha nada, hoje, ela tem a casa, alguns bens, ela vai organizando a vida. Isso aqui é a oportunidade nova na vida das pessoas. Aqui, eu acho que é, porque aqui, tem uma organização coletiva que conta muito. Nós vamos ter problemas, como em todos os lugares - só lembrando - nós não estamos em uma redoma. Essas mazelas do sistema capitalista, elas estão aqui também. Nós não estamos em uma *Sociedade Alternativa.* Não. Mas, o trabalho coletivo, ajuda a diminuir esses problemas. (Depoimento de William, concedido em 18/09/2016).

Tal unidade é patente, no entanto não é inexorável. Na Ocupação Eliana Silva, por exemplo, o lema "quando morar é um privilégio, ocupar é um direito", reproduzido por William, utilizado como dispositivo verbal nas manifestações e nas apresentações dos movimentos sociais de moradia, não parece suficientemente internalizada no imaginário dos ocupantes. O projeto ideológico e organizativa do MLB tem como objetivo chegar a certas dimensões da subjetividade humana que ainda não foram totalmente atingidas pelos demais ocupantes. Idealizações - como uma comunidade especial, *ad hoc* - que pareceram próximas

[142] Importante ressaltar que segundo as narrativas dos entrevistados e nas conversas informais, a maior parte dos moradores já esteve inscrita em programas de habitação da prefeitura ou do governo federal. Os interlocutores também afirmaram que a maioria dos ocupantes teve pouca ou nenhuma experiência com a casa própria, vivendo de alugueis caros não compatíveis a suas rendas ou de favor na casa de parentes e amigos.

de serem realizadas de fato fortaleceram a legitimidade das lideranças e dos movimentos sociais nos dois assentamentos, mas é evidente a não correspondência entre parte desses ideais e as variadas demandas individuais. Neste sentido, o poder de gerir o território e o projeto alternativo de sociedade foram constantemente revistos e ressignificados por lideranças e demais ocupantes, gerando acordos e conflitos internos e permitindo o funcionamento organizacional das Ocupações.

Isso porque, interesses diversos se encontram na formação dos vínculos sociais responsáveis pela criação dos agrupamentos e do sentimento de pertencimento que nele deve prevalecer, a fim de manter um nível de unidade de ações e de visões de mundo e garantir condições de permanência no terreno. Dessas diferenças, portanto, surgiram arranjos locais específicos que estabeleceram condições de entender as Ocupações como microcosmos da sociedade moderna, numa reprodução de práticas e leituras de mundo com as quais muitas vezes insistem em enfrentar. Contudo, não perderam as singularidades que as colocam como territórios especiais na cidade, onde prefiguram enfrentamentos contra determinações e estatutos dos grandes centros urbanos.

Os movimentos sociais na Vila Corumbiara e na Eliana Silva tiveram papel de definir arenas de conflito e causas a defender, criando, nas palavras do autor, novas identidades coletivas, tomando consciência de incompatibilidades de interesses entre grupos, redesenhando mapas de obrigações em termos de conflitos, impondo direitos e deveres até ali desconhecidos, fazendo emergir coletivos que não existiam até o momento, transformando as pessoas em cidadãs de direitos e permitindo os indivíduos a se engajarem: “engajamento pessoal e mobilização coletiva ajudam a formar a experiência do mundo, de si e do outro, e à emergência de normas éticas, jurídicas e políticas de um bem viver.” (CEFAI, 2011, p. 39).

As lógicas associativas nas Ocupações promoveram o exercício de poder coletivo, bem como subverteram padrões técnicos, jurídicos e institucionais, reforçando uma capacitação de autonomia, do acesso à dignidade e à responsabilidade e retomada do controle da própria vida, mas também conduziram bloqueios às determinadas liberdades individuais e democráticas e minaram mecanismos de representação. Os movimentos sociais que atuaram nos assentamentos foram, na linguagem de Cefai (2009), meios de sociabilidade através dos quais emergem ocasiões de encontro que moldam coexistências, ou seja, foram agenciamentos de objetos, normas e pessoas que definiram o que os ocupantes poderiam fazer, ver ou dizer. Em sua ambivalência foram “vetores de concentração de capitais materiais e humanos, incubadoras de redes de ativistas, chocadeira de empreendimentos de militância, geradoras de energia simbólica, instância de representação coletiva.” (CEFAI, 2009, p. 19).

Nos dois assentamentos, diferentes visões de mundo com difusos sentidos de pertencimento ao lugar e de direitos conviveram, entrelaçaram-se e se confrontam segundo circunstâncias situacionais.

> É uma sensação de duas coisas: primeiro, é um sentimento de estar ganhando uma coisa que é sua, por exemplo, eu, moro sozinha com meus três filhos, quer dizer, aliás dois, mas é três, porque, por exemplo, por mais que meu filho mora com minha mãe, eu que auxilio em tudo, minha mãe só cuida, roupa, comida, escola, material escolar, tudo é comigo [...] Então é um constrangimento eu não vou arrumar um homem qualquer pra colocar aqui dentro de casa e arrumar um serviço pra ter esse apoio pra ter o Minha Casa Minha Vida, então aqui é uma sensação de liberdade, eu quero um teto pra morar. Mas, é um constrangimento, porque isso aqui não é seu, tem um dono, e o dono não esta utilizando e eu estou precisando. Então é uma confusão de sentimento que não dá pra explicar [...] E quando a gente para pensar, a necessidade fala mais alto e tem que encarar. Essa é a real, tem que encarar. (Depoimento de Vani, concedido em 02/09/2015).

O "mutirão" pode ser um modelo explicativo dessas relações de confronto e negociação que ocorreram nas Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva e do agenciamento do "espírito coletivo". Entrevistados, como Tânia na Vila Corumbiara, e Osvaldo na Eliana Silva, que participaram de comissões, coordenações ou que tiveram alguma proximidade de tais instâncias atribuem a essa prática coletivista a formação do assentamento, principalmente nos períodos iniciais. Segundo depoimentos, a escassez de recursos e a insegurança causada pela possibilidade do despejo provocavam nas pessoas atitudes de interdependência emergenciais; uma necessidade de colaborar com outro para garantir a permanência no terreno. Da construção das barracas de lona, dos banheiros (fossas), da cozinha coletiva, da creche, à abertura das ruas e aos "gatos" de energia e água, as narrativas indicam atos voluntários de quase todos os ocupantes. Os sentimentos mais citados foram a compaixão e o desapego para explicar o que movia a engrenagem do trabalho em conjunto: "Aqui sempre foi todo mundo junto [...] batia laje pra um, alicerce pro outro [...] depois ele vinha e fazia sua parede." (Depoimento informal, concedido em 21/12/2016).

Mas há controvérsias sobre o "espírito coletivo" tão referenciado por ocupantes de ambos os assentamentos, sendo questionado tanto em seu sentido empírico, quanto em sua temporalidade. Narrativas apontam para a existência relativa desse coletivismo, pois no cotidiano, embora fossem comuns atividades de colaboração conjunta, também as pessoas precisavam resolver suas questões individuais. O maior período de colaboração, segundo entrevistados, foi no início do processo, na montagem das barracas de lona e dos espaços coletivos. Outros depoimentos desconstruíram a generalização desse ideal, indicando iniciativas próprias e sem qualquer colaboração de colegas na montagem de barracas, na

construção de cômodos ou das casas, ou mesmo na aquisição de materiais.

Baseando-se em grande parte das narrativas, parece que nos períodos iniciais da construção das lonas e dos espaços coletivos os assentamentos conviveram em maior escala com as práticas voluntárias e com os trabalhos coletivos, em especial os mutirões, impulsionados pelas ações dos apoiadores externos e pelas necessidades imediatas de luta contra o despejo. Com o passar do tempo, os empreendimentos individuais prevaleceram, no que diz respeito à organização dos lotes e a construção das casas. Na Ocupação Eliana Silva, por exemplo, muitas pessoas buscaram meios próprios para construir, com a contratação de pedreiros ou por meio de parcerias:

> Não foi a regra não [mutirão]. Não foi mandado não. Aqueles que tinham mais amizades, um ajudava o outro. Na alvenaria não. Quem tinha condições de pagar, pagava, não tinha condições se virava. Um amigo ajudava, outro [...] ele nos ajudou até a ganhar o terreno. E, alguns materiais. Agora, o resto era conosco. (Depoimento de Leontina, concedido em 17/03/2016).

Parece que o trabalho baseado na ajuda mútua gratuita não perdurou em grande intensidade na ocupação Eliana Silva, exceto nos momento de tensão, quando do despejo:

> Mais no início né, porque nem todo mundo tem condição de comprar o material, que é muito caro, então teve muito mutirão, eu não pude ajudar porque eu já estava operada, por causa do acidente [acidente de trabalho]. Mas, depois as pessoas começaram a melhorar e aí iam pagando ajudante. (Depoimento de Vani, concedido em 02/09/2015).

Porém, as práticas de caráter coletivista retornam à pauta principal dos assentamentos - e ainda hoje é assim - quando da ameaça do despejo ou das instituições e da soberania dos territórios. O fato de haver questionamentos a respeito da amplitude das ações de solidariedade e do voluntarismo propalados pelas lideranças e pelos movimentos sociais não invalida a evidência de que na ausência dessas práticas as Ocupações seriam inviáveis, do ponto de vista organizacional e da permanência nos terrenos.

# 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre as ocupações informais por moradia na região do Barreiro, em Belo Horizonte, veio da necessidade de se compreender, a partir do ponto de vista do nativo, como se constituem tais composições urbanas, fenômeno emergente nas cidades brasileiras e na capital mineira. As Ocupações são agrupamentos de aparência provisória em seu início e encerram agenciamentos reais no processo constitutivo de uma cidade através de usos e apropriações territorializados dos espaços para fins de fixação. E, embora carregados de sentidos próprios, esses assentamentos precisam se adequar a padrões elementares de organização social, responsáveis por gerar os confrontos e as negociações pelos recursos da cidade. A realidade empírica nas Ocupações questiona afirmativas sobre o aparente caos da cidade pós-moderna, considerada dividida, fragmentada e desordenada quanto às necessidades coletivas.

A cidade é preenchida pela diferença. É composta por agrupamentos planejados e agrupamentos espontâneos que expressam territorializações responsáveis por produzir relações heterogêneas entre espaços oficiais e irregulares no meio urbano. As Ocupações informais por moradia revelam formas diferentes de habitar em um processo de estar e ser no espaço, de reescrevê-lo por entre os fluxos e as fronteiras constituídas nas experiências de se viver na cidade. São formas de se produzir cartografias, situações e relações através de trajetórias e experiências simultâneas que ora se combinam, ora se distanciam das coordenadas formais da cidade. A capacidade de realizar projetos próprios de habitação e de cidadania nas centralidades urbanas é marcada por práticas que denominamos táticas. Elas expressam ações não previstas pela ordem estabelecida, ou adaptadas a ela, a fim de assegurar os bens e os serviços oferecidos pela cidade. Planejadas racionalmente, alternaram-se entre iniciativas ora mais ofensivas, ora defensivas ou de contenção e suas dinâmicas asseguraram uma estratégia maior representada pela manutenção da posse e da ordem das Ocupações, em seu sentido mais amplo, com dimensões territoriais, simbólicas, afetivas e civilizatórias.

A perspectiva estigmatizada dos espaços populares como territórios de barbárie, onde vigoram violência, desorganização social e frágil atividade política também deve ser inquirida. As ocupações são fruto de situações locais múltiplas, em interação direta com as estruturas sociais globais. São constituídas por experiências de hierarquia, categorias de representação interna, modelos de classificação identitária, deslocamentos, fluxos migratórios, desajustes de renda e de poder, confrontos entre setores diversos por signos de prestígio, estratégias de negociação com os empreendimentos imobiliários e com o Estado. São

universos de racionalidade própria, com formas de escolhas, decisões e práticas que seguem lógicas de ordenação do espaço, que tornam estes territórios arenas políticas ativas e complexas, cujas tramas foram investigadas. Em suas habitações, as pessoas entendem a moradia como algo mais amplo que a noção do abrigo: ela pode ser meio e fim de demandas, sonhos e projetos de vida. Passa a fazer parte da complexidade política, econômica e subjetiva da vida dos pobres nas cidades, uma vez que eles têm planos de fazer os "puxadinhos" para aumentar família ou abrigar entes queridos em situação precária; assim como elaboram ações para vender ou alugar o espaço, gerando renda e inserindo sua construção no mercado informal.

A experiência de campo, pautada em observações diretas, entrevistas, conversas informais, combinada à reflexão da bibliografia sobre a produção informal de moradia, traz à tona uma série de possibilidades analíticas. O ato de ocupar implica mais do que uma tipologia específica de inserção numa área abandonada ou vazia. Na visão dos ocupantes é uma ordenação micropolítica com sentidos diferentes de outras formas de produção informal de moradia, por guardar a justificativa ideológica da função social da mobilização e com liderança de movimento social de moradia. O novo significado social impresso nas Ocupações parece colocar os pobres sem moradia na cena pública e impor um projeto de construção da cidade que ultrapassa o planejamento programático, haja vista suas racionalidades próprias, mas que dialogam com o Estado e com a opinião pública. Portanto, este tipo de modalidade de moradia informal pode ser reconhecido como um triunfo dos pobres nas cidades contemporâneas, haja vista que para realizarem seus projetos de vida e mudaram o rumo de suas trajetórias de precariedade organizando-se, pelo menos por um ciclo, e conquistando a posse da moradia, mesmo que ainda de forma irregular.

Os movimentos sociais em destaque nas ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva, foram, e ainda o são, responsáveis pela divulgação, formação e uso do discurso da função social da Ocupação com o fim de consolidar a permanência no terreno e o acesso aos bens e serviços urbanos. Para tanto, usaram cartilhas ideológicas para ações de resistência sob a ótica revolucionária e idealista. Esse viés discursivo dos movimentos procurou acionar vínculos coletivos em atividades rotineiras, articulando seus interesses às demandas dos moradores da ocupação e construindo coletivamente um sentimento de pertencimento ao agrupamento. Formulou-se na estrutura de planejamento e nas ações dos militantes um conjunto de normas e valores que tinham como meta o sentido da autogestão coletiva. Tal pressuposto implicou a adesão de todos os residentes ao projeto civilizatório estabelecido por lideranças locais e movimentos sociais, com regras que imperaram desde a escolha do terreno a ser ocupado e

táticas para negociar e confrontar o poder público em busca da manutenção dos assentamentos, até a escolha e a divisão dos lotes e as normas de gestão do território, e posteriormente, a eleição da coordenação e as regras de convivência.

A tentativa de controle dos espaços comuns - a criação das creches, das cozinhas coletivas, dos parques ou das áreas ambientais - e das atitudes dos moradores - violência contra a mulher, uso de drogas, venda de lotes e uso do terreno recebido para barganhas pessoais - demonstraram a adesão da maioria das pessoas ao projeto civilizatório como forma a manter os territórios em funcionamento sem perder de vista a sua condição de autonomia, crítica e "bem comum", adequando-se também aos signos universais necessários à vivência nos centros urbanos. Entretanto, o caráter heterogêneo e móvel dos ocupantes, suas práticas cotidianas provisórias e sua participação em diversos circuitos urbanos, entraram muitas vezes em confronto com a plataforma dos movimentos sociais e das coordenações dos territórios, haja vista as práticas realizadas para contornar os resultados das ações das lideranças, como na tentativa cotidiana de venda e repasse de lotes, na escolha pelos lotes individuais, caso da Eliana Silva, no despejo de lixo nas ruas ou na área ambiental, caso da Vila Corumbiara, na construção de casas em locais não planejados, na organização de grupo para fazer os "gatos".

É nítido que a gestão das ilegalidades populares não é realizada apenas pelo Estado ou pelos movimentos sociais de moradia nas duas ocupações. Tanto o poder público quanto os movimentos sociais as coordenações e os demais ocupantes são linhas de força que se combinam de forma provisória e conflituosa com as experiências dos residentes, cujas trajetórias de segregação espacial e carência econômica indicam mais práticas objetivas de conquistas de direitos do que a internalização de um projeto de conscientização política militante.

A percepção de si e de seu papel de agente é proveniente de vivências anteriores e daquelas inerentes às situações dos assentamentos, que incluem conflitos internos de propostas, arranjos situacionais para alianças, divulgação de fundamentações ideológicas dos movimentos sociais e pressões por anseios individuais dos demais ocupantes. Articular vínculos coletivos, portanto, foi uma estratégia combinatória realizada por ambos os lados de acordo com interesses situacionais: coordenadores e militantes de movimentos sociais mantiveram acesa a chama da existência de um tipo de assentamento que tivesse, além das necessidades básicas, uma justificativa de fim social. Os demais ocupantes, por sua vez, precisavam de um "escudo de segurança" nos planos físico, simbólico, midiático e jurídico, só possíveis na figura dos movimentos sociais e das coordenações. Elas, por sua vez, carregaram consigo não somente os mecanismos objetivos de negociação com o poder público, mas

também as táticas de pressão e negociação pelos usos e pelas apropriações informais do solo a consideração de serem porta-vozes do ideário de defesa dos interesses coletivos.

Essa realidade deixa ainda mais árida as relações de classe nas cidades contemporâneas. No caso das Ocupações Eliana Silva e Vila Corumbiara, os movimentos sociais não acionaram dispositivos de reprodução da imagem do pobre como ser passivo e dependente das ações assistencialistas do Estado e das organizações da sociedade civil, com isso não naturalizam o caráter de "necessitados" dos ocupantes. Isso não quer dizer que não houvesse apropriações seletivas das condições dos ocupantes para fins políticos. O fato é que em ambos os assentamentos, as necessidades materiais básicas das pessoas eram colocadas como princípio que legitimaram as ações promovidas por todo agrupamento - da entrada no terreno à construção de cômodos de alvenaria e ao rígido controle das lideranças sobre comportamentos e valores- em nome da justiça social.

Dessa forma, embora seja marcado por um repertório discursivo e prático apelativo que tensionou as relações entre as ilegalidades populares, o Estado e a opinião pública, os movimentos sociais e as coordenações dos assentamentos foram a principal ferramenta político-jurídica alternativa dos demais ocupantes para a "disputa da cidade" com outros setores, tendo em vista a ausência do poder público e sua descaracterização para os "sem casa" enquanto instância última da ordem. Em contrapartida, os ocupantes operaram narrativas e articularam mais ou menos suas experiências e seus projetos às lutas dos movimentos sociais e das lideranças internas, para garantir direitos e equipamentos urbanos. Esse pobre, de modo algum pensado como passivo, negocia possibilidades com o movimento social e com o Estado de maneira não programática, mas provisória e móvel. Isso dependia das experiências situacionais e históricas que ele tinha vivenciado, seja o planejamento familiar, a poupança, as condições de capitalização, os projetos de moradia.

O ideal de uma vida comunitária e de autogestão é real enquanto experiência nativa e serve como mecanismo de defesa de interesses coletivos nas situações de risco eminente à condição vigente, como por exemplo, o despejo, ou de ganhos estruturais e jurídicos, revogação do despejo e implantação de obras. Além disso, a necessidade de se sentir pertencente a um agrupamento, no sentido de uma vizinhança comum, reforçou mecanismos de defesa interna altamente eficientes. Mas, não se constata, apesar das narrativas apontarem para tal, uma comunidade nos moldes dos projetos dos movimentos sociais e das coordenações, mas sim, uma comunidade com todo aparato simbólico e material da sociedade de mercado, com as esferas da propriedade privada, da privacidade individual em seus domicílios e da inclusão nas leis da oferta e da procura do bem conquistado.

Não se constatam “comunidades” nos moldes dos projetos dos movimentos sociais e das coordenações, mas sim, agrupamentos que articulam características da sociedade de mercado (propriedade privada, privacidade, leis da oferta e da procura valor ao mérito individual) e da sociedade idealizada (assembleias gerais como instância máxima de decisão, mutirões, etc). Temos aí, para além de pensar em territórios que não se sustentam de maneira estanque como resistência popular e autogerida, ou um fenômeno revolucionário organizado fora do planejamento urbanístico, a fim de promover novas espacialidades públicas, as Ocupações Vila Corumbiara e Eliana Silva são casos a serem discutidos a respeito de uma nova forma de produção informal de moradia; uma das complexidades na grande complexidade da vida social.

A presente pesquisa deixa algumas questões para trabalhos posteriores, como por exemplo, a análise do funcionamento do mercado informal nestas Ocupações e a comparação com outras modalidades de moradia informal; a análise das relações de gênero nas Ocupações, no sentido de sua relevância para a estruturação do poder político interno; a comparação do papel de movimentos sociais estudados com organizações de outros países na produção informal de moradia.

# REFERÊNCIAS


ABRAMO, Pedro. **A dinâmica do mercado do solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres**. Rio de Janeiro: IPPUR/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. (Coleção Estudos Cariocas).

ABRAMO, Pedro. O mercado informal do solo em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes cidades: um marco metodológico. *In*: ABRAMO, Pedro (coord.). **Favela e mercado informal**: a nova porta de entrada dos pobres brasileiros. Porto Alegre: ANTAC, 2009. cap. 1, p. 14-47.

ACIOLY JÚNIOR, Claudio. **El desafío de laformación de asentamientos informales en los países en vías de desarrollo**. [*S.l.*], 2007. Disponível em: http://www.lincolninst.edu/pubs/1534_El-desaf%C3%ADo-de-la-formaci%C3%B3n-de-asentamientos-informales-en-los-pa%C3%ADses-en-v%C3%ADas-de-desarrollo. Acesso em: 16 nov. 2015.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações e movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011. (Série Antropologia Hoje).

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

ALONSO, Angela; BOTELHO, André. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 2, p. 11-19, jan./jun. 2012. Disponível em: http://www.revistappgsa.ifcs.ufrj.br/pdfs/ano2v3_artigo_angela-alonso_andre-botelho.pdf. Acesso em: 20 nov. 2015.

ALVARES, Lúcia Capanema; BESSA, Altamiro Mol. Movimentos sociais em Belo Horizonte: associativismo e conflito como forma de recriação da esfera pública no campo habitacional (2006-2010). *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro. Associação Nacional pós-graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2011. Disponível em: http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3197/3131. Acesso em: 06 de abril de 2015.

ANDRADE, Luis Aureliano; AZEVEDO, Sergio. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

ARAÚJO, Maria Paula; FERNANDES, Tânia Maria. O diálogo da história oral com a historiografia contemporânea. *In*: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **História oral**: teoria, educação e sociedade. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006. p. 13-32.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajao (coord.). **Histórias de bairros de Belo Horizonte**: Regional Barreiro. Belo Horizonte: APCBH, 2008.

ARRETCHE, Marta; RODRIGUEZ, Vicente. Política habitacional e descentralização no Brasil: a desarticulação de um modelo. *In*: ARRETCHE, Marta; RODRIGUEZ, Vicente (org.). **Descentralização das políticas sociais no Brasil**. São Paulo: Fundap: Fapesp; Brasília: IPEA, 1999. p. 18-45.

AZEVEDO JÚNIOR, Manoel Teixeira. Regularização de assentamentos urbanos e sustentabilidade. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 21, p. 219-23, 2009.

BALBIM, Renato. **Serviço de moradia social ou locação social**: alternativas à política habitacional. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Texto para discussão.

BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro. Produção social da moradia: um olhar sobre o planejamento da habitação de interesse social no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 189-201, maio 2014.

BALTRUSIS, Nelson; MOURAD, Laila Nazem. Política habitacional, regulação do solo e aluguel social no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 231-233, maio/ago. 2014.

BAPTISTA, Pedro Schultz Fonseca. **A privatização dos espaços comuns nas habitações de interesse social**: o caso do bairro Granja de Freitas em Belo Horizonte. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BARROS, Joana da Silva; RIZEK, Cibele Saliba. Mutirões autogeridos: construindo e desconstruindo sociabilidades. *In*: ANDRADE, Luciana Teixeira de; FRÚGOLI JUNIOR, Heitor; PEIXOTO, Fernanda Arêas (org.). **As cidades e seus agentes**: práticas e representações. Belo Horizonte: PUC Minas: Edusp, 2006. p. 377-400.

BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. **Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da frente BH popular (1993 / 1996)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Prefeitura entrega registros de propriedade aos moradores da Vila Corumbiara**. Belo Horizonte: PBH, 18 dez. 2009. Disponível em: http://ppbhteste.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=34631&chPlc=34631. Acesso em: 16 ago. 2015.

BIRMAN, Patrícia. Introdução - tramas e dispositivos urbanos nas cidades contemporâneas. *In*: BIRMAN, Patrícia *et al*. (org.). **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015a. p. 15-31.

BIRMAN, Patrícia. Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns. *In*: BIRMAN, Patrícia et al (organizadores). **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015b. p. 164-186.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 1998.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, São Paulo, v. 127, p. 711-732, 1994.

BONDUKI, Nabil Georges. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 1, p. 70-104, 2008.

BORGES, Mariana Ramos; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Organização social do território e formas de provisão de moradia na RMBH. *In*: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (ed.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 235-266.

BOUILLON, César Patricio (ed.). **Unespacio para el desarollo**: los mercados de vivienda en América Latina y el Caribe. [*S.l.*]: Banco Interamericano de Desarollo, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. *In*: BOURDIEU, Pierre *et al*. **A miséria do mundo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 159-175.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. *In*: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 133-161.

BOURDIEU, Pierre. O espaço dos pontos de vista. *In*: BOURDIEU, Pierre *et al*. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11-13.

BOURDIEU, Pierre. Por uma ciência das obras. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. p. 53-83.

BRAIN, Isabel; SABATINI, Francisco. La segregacion, los guetos y la integracion social urbana: mitos e claves. **Revista Eure**, Santiago, Chile, v. XXXIV, n. 103, p. 5-26, dic. 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: lei n. 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **O resgate do centro de Porto Alegre**: a luta dos sem-teto pelo direito à moradia. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CAIAFA, Janice. A pesquisa etnográfica. *In*: CAIAFA, Janice. **A aventura nas cidades**: ensaios e etnografias. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p. 135-181.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Política habitacional no Brasil**: balanço e perspectivas. Belo Horizonte: PBH, 2015. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=polit_habit_no_brasil_balanc_e_perspectivas.pdf. Acesso em: 10 maio 2015.

CARDOSO, Adauto Lúcio; VALLE, Cleber Lago do. Habitação e governança: avaliação da experiência em 10 cidades brasileiras. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 1, p. 33-64, 1999.

CARDOSO, Marcos Antônio; SOUZA, Marilene da Conceição de. **Barreiro, informações básicas**: territoriais, sociais e econômicas, políticas e culturais. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2006. Disponível em: www.redemg.org.br/article_get.php?id=61. Acesso em: 12 set. 2014.

CASTRO, Nieves Lucely Hernandés. Insostentabilidad y sostentabilidad em el desarollo de la vivienda informal. *In*: TOVAR, Carlos Alberto Torres (dir.). **Procesos urbanos informales y território**: ensayos em torno a la construcción de sociedade, território y ciudad. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Artes, 2009. p. 47-59.

CEFAI, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v, 2, n. 4, p. 11-48, abr./jun. 2009.

CEFAI, Daniel; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis. Introdução. *In*: CEFAI, Daniel *et al*. (org.). **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Ed. UFF, 2011. p. 10-63.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CIRA, Dean. Mejoramiento urbano en America Latina y el Caribe. **En Breve**, Washington, n. 3, p. 1-4, 2002. Disponível em: http://documents.worldbank.org/curated/en/2002/06/5068309/urban-upgrading-latin-america-caribbean-mejoramiento-urbano-en-america-latina-y-el-caribe. Acesso em: 20 set. 2015.

COCKBURN, Julio Calderón. **Políticas de regularización y mejoramiento urbano en América Latina**. [*S.l.*: *s.n.*], 2004. Disponível em: http://www.cepal.org/pobrezaurbana/docs/foro/poli_regulariza_y_mejora_urbano_en_americ.pdf. Acesso em: 18/09/2015.

CORPORAÇÃO DE OFÍCIO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Mapa da microbacia contribuinte dos Córregos Mineirão e Olaria**. Belo Horizonte: COAU, 2012. Disponível em: http://www.coau.cm.br/portfolio/comunidade-eliana-silva/. Acesso em: 03 mar. 2019.

COSTA, Aline; HERNANDEZ, Agustín. **Análisis de la situación actual de la regularización urbana en América Latina**: la cuestión de la tenencia segura de los asentamientos informales entre realidades distintas: Brasil, Colombia y Perú. [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: http://revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/496/505. Acesso em: 28 out. 2015.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. *In*: MONTE-MOR, Roberto Luis (coord.). **Belo Horizonte**: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1994. p. 51-77.

COSTA, Heloísa Soares de Moura; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Breve trajetória de ideias acerca da dinâmica imobiliária urbana. *In*: COSTA, Heloísa Soares de Moura; MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/ Arte, 2011. p. 7-14.

CYRILLO, Gustavo Barreto; NASCIMENTO, Denise Morado. Mercado imobiliário informal e seus mecanismos de operação. *In*: PPLA - SEMINÁRIO POLÍTICA E PLANEJAMENTO, 2., 2010, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Ambientes, 2010. p. 1-16.

DELECAVE, Jonas; LEITÃO, Gerônimo. Urbis: a luta pela moradia na região metropolitana do Rio de Janeiro: a Vila Getúlio Cabral. **Boletim Científico Sapiens Research**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 58-64, 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo e identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas**: evolução e impasses. 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DIAS, Maria Tereza Fonseca *et al.* Cartografia sociojurídica dos conflitos urbanos: o caso da Comunidade Dandara, em Belo Horizonte. *In*: CONGRESSO DE DIREITO URBANÍSTICO, VII., 2013, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013. p. 361-384.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: volume 1: uma história dos costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: volume 2: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Estabelecidos e outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA PUC MINAS. **Mapa inicial da localização das ocupações**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015. Disponível em: https://eiescritoriodeintegracao.files.wordpress.com/2015/06/3.jpg. Acesso em: 03 mar. 2019.

FERNANDES, Adriana. Dois agenciamentos e uma ocupação de moradia. *In*: BIRMAN, Patrícia *et al*. (org.). **Dispositivos urbanos e a trama dos viventes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. p. 271-302.

FERNANDES, Edesio. Consideraciones generales sobre las politicas publicas de regularizacion de asentamientos informales en America Latina. **Eure**, Santiago do Chile, v. 34, n. 102, p. 25-38, ago. 2008.

FORO IBERAMERICANO E DO CARIBE SOBRE MELHORES PRÁTICAS. **Urbanização de assentamentos informais e regularização fundiária na América Latina e no Caribe**: aprendendo da inovação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, 2004. p. 1-38.

FORO IBERAMERICANO Y DEL CARIBE SOBRE MEJORES PRÁTICAS. **Aprendiendo de la inovación**. México: Programas de mejoramiento de vivenda en América Latina y el Caribe, 2005. p. 5-28.

FRENDT, Roberto. O mistério do capital: entrevista com Hernando de Soto. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, p. 37-39, set. 2011. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/31819/30611. Acesso em: 26 nov. 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, Fundação João Pinheiro, 2013. 78 p. Disponível em: http://www.fjp.mg.gov.br. Acesso em: 25 jun. 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2011-2012.** Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações, Fundação João Pinheiro, 2015. 126 p. Disponível em: http://www.fjp.mg.gov.br. Acesso em: 25 jun. 2015.

GRIMSON, Alejandro; BAEZA, Brígida. Desajustes entre nível de renda e hierarquias simbólicas em Comodoro Rivadavia: sobre as legitimidades da desigualdade social. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 337-363, 2011.

GUBER, Rosana. La observación participante. *In*: GUBER, Rosana. **La etnografia, método, campo y reflexividad**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2001. p. 55-74.

GUEDES, André Dumans. **O trecho, as mães e os papeis**: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás. São Paulo: Garamond, 2013.

GUIMARÃES, Berenice Martins. Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XVI., 1992, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 1992. p. 1-17.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade entre os conceitos da geografia. *In*: HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi\territorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 19-125.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciências Sociales, 1999-2008. *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, X., 2008, Barcelona. **Actas [...]**. Barcelona: Coloquio Internacional de Geocrítica, 2008. Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/-xcol/158.htm. Acesso em: 23 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mg. Acesso em: 21 maio 2014.

JAYME, Juliana Gonzaga. Pensando os *trangender* através das individualidades. In: JAYME, Juliana Gonzaga. **Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais**: personagens e mascaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, 2001. p. 206-236.

JHA, Abhas K. La vivienda popular en America Latina y el Caribe. **En Breve**, Washington, n. 101, p. 1-5, enero. 2007. Disponível em: http://documents.worldbank.org/curated/en/2007/01/7411994/low-income-housing-latin-america-caribbean-la-vivienda-popular-en-america-latina-y-el-caribe. Acesso em: 20 set. 2015.

KRISS, Paul. Mesa Técnica: Balanço do PMCMV e as principais fontes de financiamento de projetos habitacionais e infraestrutura. *In*: FÓRUM NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. 60º., 2013, Brasília. 12 p. Disponível em: http://www.abc.habitacao.org.br/index.php/author/admin/page/31/. Acesso em: 12 jun. 2015.

LOBOSCO, Tales. Práticas urbanas e produção do espaço em ocupações informais. **GeoTextos**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-48, dez. 2009.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade ocupada**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LOURENCO, Tiago Castelo Branco. Cidade ocupada: a ocupação Dandara e suas práticas culturais. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, XIII., 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Estatual do Rio de Janeiro, 2013. p. 1-26. Disponível em: http://www.simpurb2013.com.br. Acesso em: 19 fev. 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002a.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Entrevista: A etnografia é um método, não uma mera ferramenta de pesquisa que se pode usar de qualquer maneira. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, p. 169-178, jul./dez. 2002b.

MARCUSE, Peter. Enclaves sim; guetos não: a segregação e o Estado. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 21, p. 33-52, 2009.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MARINHO, Marco Antônio Couto; MENDONÇA, Jupira Gomes de. As transformações socioespaciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *In*: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (ed.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 145-179.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários**. Brasília: Ministérios das Cidades, 2010.

MIRANDA, Isabella Gonçalves. **Ocupando sonhos**: a Comunidade Dandara e as ocupações organizadas de terras nas cidades: emancipação social e reforma urbana. 2012. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MOREIRA, Frei Gilvander Luis. Grilagem de terras no Barreiro em Belo Horizonte? **Adital**, [*S.l.*], 27 maio 2013. Disponível em: http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=S&cod=75516. Acesso em: 22 abr. 2015.

MOTTA, Diana Meirelles da. As metrópoles e os desafios da política urbana. *In*: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **A metrópole**: entre coesão e fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 127-156.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil**: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: http://conflitosambientais mg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf. Acesso em: 09 maio 2015.

MOURA, Cristina Patriota. Condomínios e Gated Community: por uma antropologia das novas composições urbanas. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 2, p. 209-232, 2009.

NASCIMENTO, Denise Morado. Os processos produtivos da autoprodução habitacional em Belo Horizonte. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO SOBRE HABITAÇÃO SOCIAL: CIÊNCIA E TECNOLOGIA: "POR UMA NOVA ABORDAGEM", II., 2009, Florianópolis. **Anais[...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: http://www.ctc.ufsc.br/materia.php?id=439. Acesso em: 12 abr. 2016.

PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. **Diagnóstico do setor habitacional**. Belo Horizonte: PLHIS, 2010. v. I.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos científicos**: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias, relatório entre outros trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). 3. ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2019. Disponível em: www.pucminas.br/biblioteca. Acesso em: 25 mar. 2019.

RIBEIRO, Edaléa Maria. A política de habitação popular no Brasil em tempos de globalização neoliberal. *In*: JORNADA DE INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS - QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, III., 2007, São Luís, MA. **Anais [...]**. São Luís, MA: UFMA, 2007. p. 1-9. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/1211e0723ab90108ae52Edal%C3%A9a.pdf. Acesso em: 15 maio 2015.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. A metrópole: entre coesão e fragmentação, a cooperação e o conflito. *In*: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **A metrópole**: entre coesão e fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 17-40.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre efeito de lugar a partir de um enclave urbano. **Revista Eletrônica VeraCidade**, Salvador, ano 3, n. 3, p. 1-2, maio 2008.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e segregação: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. **Revista Eure**, Santiago de Chile, v. XXIX, n. 88, p. 79-96, 2003.

RODRÍGUES, Marta Liliana Peña. Procesos urbanos informales, paticipación comunitária y autoconstrución de vivienda: la experiencia Cinva (1951-1974). *In*: TOVAR, Carlos Alberto Torres (dir.). **Procesos urbanos informales y território**: ensayos em torno a la construcción de sociedade, território y ciudad. Bogotá: Facultad de Artes, Universidad Nacional de Colombia, 2009. p. 199-245.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 255-280, jun. 2005.

SIGAUD, Lygia; MACEDO, Marcelo Ernandez; ROSA, Marcelo. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n 1, p. 107-142, 2008.

SOARES, André Costa Braga. **Processos compartilhados de produção do espaço urbano**: a mediação da informação na arquitetura. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SOTO, Hernando de. **O mistério do capital**: porque o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. Identidades e conflitos nas ocupações urbanas da Amazônia. **Mercartor**, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 81-92, jan./abr. 2010.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TELLES, Vera da Silva. As fronteiras da lei como campo de disputas. *In*: PERALVA, Angelina; TELLES, Vera da Silva. **Ilegalismos na globalização**: migração trabalho e mercados. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. p. 509-531.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade. *In*: CABANES, Robert *et al*. **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 155-168.

TELLES, Vera da Silva. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 359-373, jul./dez. 2013.

TELLES, Vera. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5-6, p. 97-126, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 3 v.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: a história oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

URBEL finaliza regularização fundiária da Vila Corumbiara. **Jornal Web Minas**, Belo Horizonte, 16 jun. 2009. Disponível em: http://www.jornalwebminas.com.br/minas_noticia.php?noticia=28247. Acesso em: 01 out. 2015.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 11, 2012. Disponível em: http://www.pontourbe.net/edicao_11-artigos/248-o-que-e-fazer-etnografia-para-os-antropologos. Acesso em: 18 maio 2015.

VELSEN, Jaap Van. Análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FALDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 437-468.

WERNECK, Gustavo. BH das 200 enchentes. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 07 jan. 2012. Gerais. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/01/07/interna_gerais,271132/a-bh-das-200-enchentes.shtml. Acesso em: 03 dez. 2012.

WORLD BANK. **La situacion de los pobres con respecto a la prestacion de servicios urbanos**: el caso de tres ciudades centroamericanas - pobreza y prestacion de los servicios. Washington, DC: World Bank Group, 2004b. p. 1-26. Disponível em: http://documents.worldbank.org/curated/en/2002/06/5506504/latin-america-caribbean-urban-services-delivery-poor-case-three-central-american-cities-vol-1-2-la-situacion-de-los-pobres-con-respecto-la-prestacion-de-servicios-urbanos-el-caso-de-tres-ciudades-centroamericanas-pobreza-y-prestacion-de-los-servicios. Acesso em: 22 set. 2015.

WORLD BANK. **Peru**: adjudicacion de titulos de propiedad de viviendas en asentamientos informales: results profile. Washington, DC: World Bank Group, 2004a. 2 p. Disponível em: http://documents.worldbank.org/curated/en/2004/12/23978684/peru-giving-legal-titles-homeowners-perus-informal-settlements-peru-adjudicacion-de-titulos-de-propiedad-de-viviendas-en-asentamientos-informales. Acesso em: 22 set. 2015.

## APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

### Entrevista com moradores da Vila Corumbiara e da Eliana Silva

1. Nome
2. Idade
3. Casado (a), unida (o)? Tem filhos? Quantos? Idade deles?
    - Tem parente(s) na ocupação?
4. Tem religião? Qual?
5. Trabalha? Com o quê? Se não, há quanto tempo está sem trabalho? Já trabalhou com o quê?
6. Você se lembra da sua primeira moradia? Consegue me contar sobre os lugares em que você já morou (trajetória de moradia)
    - Moradia própria ou de favor;
    - Casa, rua, condições da moradia;
    - Como é viver de aluguel ou de favor?
    - Já participou de outra ocupação? Qual? Tinha alguma função? Qual?
7. Como soube dessa ocupação (a que você mora)?
    - Quando chegou à Ocupação?
    - Vocês se organizaram para entrar no terreno? Como?
    - O que era discutido nas reuniões? Havia orientações? Qual (is)?
    - Havia alguma liderança? Eram moradores?
    - Havia algum movimento (partido, sindicato etc.)? Qual (is)?
    - Você sabe como o terreno ocupado foi escolhido?
    - O terreno era público ou privado?
    - Como foi escolhido o nome da ocupação?
    - Quantas famílias entraram no terreno? Houve algum tipo de controle?
    - Vocês tiveram algum para entrar e permanecer na ocupação? Que (Se sim) Que tipo de apoio? Quem foram os apoiadores?
8. Como foi a reação dos moradores dos bairros vizinhos/vilas ao redor quando o terreno foi ocupado?
9. Após ocuparem o terreno, houve algum tipo de organização? Como foi?
    - Divisão de funções (lideranças, grupos, atividades);

- Os militantes eram moradores? Você é/foi militante?
- Organização do terreno (rua, avenida, cercas, banheiros);
- Divisão dos lotes (venda, aluguel?);
- Organização das construções (instigar a pensar a evolução da edificação e os modos de construção - individual/coletivo);
- Espaços comuns (praça, campo de futebol, igreja etc.)
- Há alguma regra para permanecer no terreno? Se sim, qual (is)?
- Negociação com a polícia e agentes da prefeitura/donos do terreno, houve confronto?
- Eventos festivos/encontros

10. Qual era o papel das mulheres na ocupação? E dos homens?
11. Qual era o papel dos jovens e crianças na Ocupação?
12. Vocês tiveram acesso aos recursos e aos bens da cidade para a ocupação?
    - Água, luz, esgoto, coleta de lixo, correspondência, TV, transporte, escola, posto de saúde, trabalho.
13. O que vocês fizeram para continuar no terreno após a entrada?
14. Qual (is) sua demanda para o terreno? Algum projeto?
    - Trabalho,
    - Posse/propriedade
    - Associação
    - Creche
    - Programas Sociais
15. O que vocês fizeram para regularizar a ocupação? (VILA CORUMBIARA). Ou, o que vem sendo feito para regularização da ocupação? (para as demais)
    - Articulação com agentes públicos
    - Articulação com agentes privados
    - Mobilizações e alianças;
    - Produção artística/midiática
16. Mudou alguma coisa após a regularização? O quê?(VILA CORUMBIARA)
    - Trabalho, sociabilidade, mobilização
17. Como é viver na ocupação? Tem alguma diferença em relação a vilas, favelas bairros?
18. Você tem a escritura da casa? (Corumbiara) Você quer ter a escritura da casa? Por quê?
19. Você tem acesso aos recursos do bairro? Eles são legalizados?
20. Hoje, como está organizado o terreno? E os lotes?

- Divisão dos lotes
- Limites com outras ocupações
- Tamanho da Ocupação/bairro

21. Como e a relação de vocês com os novos moradores? Vocês participam juntos de alguma coisa? O quê?
22. Como é a relação com os moradores mais antigos? Vocês participam juntos de alguma coisa? O quê? (PARA NOVOS MORADORES)
23. Existe alguma organização ou associação atuando na ocupação? (se sim) Qual (s)?
24. Quais as atividades destas organizações na ocupação?
    - Reuniões ou assembleias?
    - Encontros?
    - Manifestações?
    - Propostas de moradia das pessoas dessas organizações/associações?
    - Há hierarquia administrativa?
    - Quais as propostas de moradia das pessoas dessas organizações/associações?
25. Como é a relação das organizações com os moradores?
    - Existem lideranças? Quem são elas?
    - O que fazem na Ocupação?
    - Como são escolhidas?
26. Você tem projeto(s) de moradia para o futuro?
27. Você tem algum material sobre a Ocupação para me emprestar?

**Entrevistas com integrantes de Movimentos Sociais**

1. Nome
2. Idade
3. Casado (a)/unida(o)? Tem filhos? Quantos? Idade deles
    - Tem parentes na Ocupação?
4. Religião?
5. Trabalha atualmente? Com o quê? Se não, há quanto tempo está sem trabalho? Já trabalhou com o quê?
6. Você lembra da sua primeira moradia? Consegue me contar sobre os lugares em que você já morou (trajetória de moradia)

- Moradia própria ou de favor
- Casa/rua
- Condições da moradia
- Sua condição de moradia na época em que chegou à ocupação

7. Você reside na ocupação? Existe alguma norma para a situação de um militante viver na Ocupação? Qual (is)?
8. Você é militante. Em que você milita (organização, movimento, partido, sindicato?
    - Como conheceu essa "organização"?
    - Você tem alguma função na organização? Qual (is)?
9. Você sabe como o terreno ocupado foi escolhido? (público ou privado)?
    - Quem participou?
    - Quais os critérios para a escolha?
    - Como vocês se movimentaram para ter acesso às informações da situação do terreno?
10. Houve outros apoiadores às famílias de ocupantes? (Se sim) Quem foram os apoiadores? Que tipo de apoiadores?
11. Houve alguma aliança com outros grupos para a ocupação?
12. Houve alguma liderança específica para o planejamento da ocupação? Se sim, quem?
13. Como foi escolhido o nome da ocupação?
14. Como vocês se organizaram para entrar no terreno?
    - Mobilização de moradores e encontros (o que era discutido nas reuniões e quais as orientações?)
    - Havia algum controle em relação ao número de famílias?
    - Recursos financeiros
    - Logística de materiais, alimentos, produtos de limpeza
    - Escolha de horários e estratégias para a entrada
    - Estratégias para evitar o despejo imediato
15. Como vocês se organizavam após ocuparem o terreno?
    - Divisão de funções (lideranças, grupos, atividades)
    - Organização do terreno (quais os princípios nortearam a organização?)
    - Organização das construções (individual ou mutirão). (Instigar a pensar a evolução da edificação e os modos de construção), materiais utilizados e como conseguiram o material?
    - Divisão dos lotes (quem fez, sob quais regras?)

- Eventos festivos e encontros comunitários
- Espaços comuns
- Negociações com a polícia e agentes da prefeitura/donos do terreno

16. Como as decisões eram tomadas na ocupação? Havia divergências? Quais?
17. Havia regras para as famílias permanecerem na ocupação? Quais?
    - Quem criava tais regras?
    - Como elas eram decididas?
18. Como vocês conseguiram os recursos urbanos básicos para a ocupação?
    - Água, luz, esgoto, coleta de lixo, correio,
    - Materiais de construção
19. Como foi a reação dos vizinhos ao redor do terreno?
20. Como foi possível continuar no terreno após a entrada?
21. Quais os objetivos de vocês nesse terreno?
    - Trabalho
    - Adquirir um bem para ser disponível no mercado
    - Ter propriedade
    - Associação
    - Creche
    - Programas sociais
22. O que vocês fizeram para regularizar a ocupação? (VILA CORUMBIARA)
    - Articulação com agentes públicos e privados
    - Mobilizações
    - Alianças
    - Produções artísticas/culturais
23. Mudou alguma coisa após a regularização? O quê? (VILA CORUMBIARA)
24. Como é viver na ocupação?
25. Existe, atualmente, alguma outra organização ou associação atuando na ocupação? (se sim) Qual(s)?
26. Quais as atividades atuais da organização na ocupação?
    - Reuniões ou assembleias
    - Encontros?
    - Manifestações?
    - Hierarquia administrativa?

- Propostas alternativas de moradia? Aluguel social, por exemplo?

27. Como é a relação da organização com os moradores?
    - Qual seu papel na ocupação?
    - Existem lideranças? O que fazem na ocupação?
    - Como são escolhidas?
    - O que é decidido por moradores e o que é decidido pela organização?